



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1339

Sexta-feira - 04 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Água Doce .....	2
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta .....	3
Biguaçu .....	4
Bom Jesus do Oeste .....	93
Bom Retiro .....	94
Braço do Trombudo .....	97
Brunópolis .....	139
Caçador .....	140
Camboriú .....	141
Campo Alegre .....	147
Campos Novos .....	148
Canoinhas .....	158
Capinzal .....	159
Catanduvas .....	165
Chapadão do Lageado .....	166
Cocal do Sul .....	166
Concórdia .....	169
Coronel Freitas .....	177
Correia Pinto .....	177
Corupá .....	179
Curitibanos .....	180
Faxinal dos Guedes .....	180
Forquilha .....	181
Fraiburgo .....	181
Garopaba .....	182
Garuva .....	187
Gaspar .....	188
Herval d'Oeste .....	194
Imbituba .....	194
Iomerê .....	355
Irineópolis .....	356
Itá .....	359
Itapiranga .....	373
Itapoá .....	373
Jacinto Machado .....	373
Joaçaba .....	373
Lages .....	392
Lauro Muller .....	393
Lebon Régis .....	394
Leoberto Leal .....	396
Luzerna .....	397
Macieira .....	397
Mafra .....	397
Marema .....	398
Massaranduba .....	399
Meleiro .....	401
Monte Carlo .....	401
Morro da Fumaça .....	409

Navegantes .....	411
Nova Trento .....	435
Novo Horizonte .....	435
Orleans .....	437
Palhoça .....	437
Papanduva .....	445
Passo de Torres .....	446
Paulo Lopes .....	446
Pinheiro Preto .....	447
Porto Belo .....	451
Porto União .....	451
Rio do Sul .....	452
Santa Rosa do Sul .....	457
São Bento do Sul .....	457
São Domingos .....	470
São José .....	471
São Lourenço do Oeste .....	473
São Pedro de Alcântara .....	474
Serra Alta .....	475
Sombrio .....	476
Timbó .....	480
Três Barras .....	486
Tunápolis .....	488
Turvo .....	490
Vargem Bonita .....	496
Vidal Ramos .....	498
Videira .....	498
Vitor Meireles .....	504

### **Consórcios**

Quiriri .....	505
---------------	-----

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Decreto N° 075/2013

DECRETO N° 075/2013 - DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei n° 2.148 de 27 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Trânsito.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0202/168 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
3.3.90.00.0.1.0202/168 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro exercício 2012.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de setembro de 2013.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto N° 101/2013

DECRETO N° 101/2013

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2013, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício no município de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, bem como em conformidade com o disposto no artigo 49 da Lei (federal) 8.666/93, e,

CONSIDERANDO, que a Secretária de Saúde e Assistência Social deste Município solicitou a abertura de Processo Licitatório para aquisição de material hospital permanente e equipamento hospitalar para o posto de saúde;

CONSIDERANDO, que a Secretaria de Administração e Finanças, deflagrou o Processo Licitatório n° 044/2013 - Pregão Presencial n°. 032/2013, como requerido pela Secretária suso mencionada, com data de abertura do certame em 24/04/2013;

CONSIDERANDO, que quando da abertura do certame, não houve interessados em participar, restando-o assim deserto;

CONSIDERANDO, que na ata de reunião n°. 3/2013, a pregoeira decidiu por suspender a sessão pelo motivo de ter havido impugnação do edital, pendente de julgamento;

CONSIDERANDO ainda, que os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. CONSIDERANDO por derradeiro, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) n° 8.666/93, o Processo Licitatório n° 044/2013, na modalidade Pregão Presencial, cujo aviso foi publicado no dia 12/04/2013 para abertura no dia 24/04/2013.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 02 de setembro de 2013.  
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER  
Prefeito Municipal em exercício

### Decreto N° 102/2013

DECRETO N° 102/2013

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 057/2013, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício no município de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, bem como em conformidade com o disposto no artigo 49 da Lei (federal) 8.666/93, e,

CONSIDERANDO, que a Secretaria de Administração e Finanças, deflagrou Processo Licitatório n° 078/2013 - Pregão Presencial n°. 057/2013, ao objetivo de adquirir material permanente equipamento hospitalar para o corpo de bombeiros militar deste município - convênio FUREBOM;

CONSIDERANDO, que em tempo e forma foi protocolado nesta repartição pública impugnação do edital licitatório acima enumerado, sendo esse acatado pela dought pregoeira;

CONSIDERANDO, que a impugnação mencionada versou sobre erro insanável no edital de licitação, não podendo assim dar continuidade ao certame;

CONSIDERANDO assim, que os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

CONSIDERANDO por derradeiro, que a administração pública tem

o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulado, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) nº 8.666/93, o Processo Licitatório nº 078/2013, na modalidade Pregão Presencial, cujo aviso foi publicado no dia 12/07/2013 para abertura no dia 24/07/2013.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 02 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em exercício

**Portaria N° 432/2013**

PORTARIA N° 432/2013

Concede Licença p/tratamento de saúde.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora ACT, TAINARA INES GUESSER KUHN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 03 de outubro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 04 de outubro de 2013.

**Aviso de Dispensa de Licitação N° 11/2013****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. Edital nº 11/2013. Objeto: Coleta Seletiva de Recicláveis. Contratado: Coopervat - Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Vale, CNPJ: 08.699.584/0001-47. Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Prazo: O prazo de validade do contrato será de 03(quatro) meses, vigendo de 01/10/2013 a 31/12/2013. Fundamento legal: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso II.

Antônio Carlos, 01/10/2013.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES

Presidente da Comissão de Licitações.

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

**Decreto N° 1558, de 01 de Outubro de 2013.**

DECRETO N° 1558, de 01 de outubro de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art.53, § 1º da Lei 8.666/93,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, com fim específico de avaliar os seguintes Bens:

1. UM TRATOR DE PNEUS, JOHN DREERE 6300, ANO 2002, RUDU-ZIDO E TRAÇADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

2. UM ROLO COMPACTADOR, MARCA MUELLER VAP 55, MOTOR DIESEL, MERCEDES BENZ OM-314, 4 CILINDROS VERTICAIS EM LINHA - 3784 CM, MOTOR DIESEL, MERCEDES BENZ OM-314, 4 CILINDROS VERTICAIS EM LINHA - 3784 CM3, POTÊNCIA MÁXIMA DE 70 CV A 2600 RPM, FILTRO DE COMBUSTÍVEL DUPLO, REFRIGERAÇÃO A ÁGUA, TAMBOR LISO.

Parágrafo único. Os bens móveis de que trata o "caput" deste Artigo serão avaliados pela comissão composta com os seguintes membros:

1. ALDO GEMELI
2. ITACIR CAMILO BIAVA
3. AFONSO CONSONI
4. EDER DE BORTOLI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de outubro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 01 de outubro de 2013.

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Responsável Secretaria de Administração e Finanças



# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Biguaçu

## PREFEITURA

Lei 3402/2013 - Anexo I

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC  
Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

Plano Plurianual 2014/2017 - Orçamento da Receita  
ANEXO I

UNIDADE GESTORA PREFEITURA

R\$ 1.000,00

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA				
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	84.112	95.571	102.382	120.211	127.323	141.711	162.138	178.650
1100.00.00.00.00		Receita Tributária	14.980	16.247	17.173	24.257	27.760	32.496	37.459	43.275
1110.00.00.00.00		Impostos								
1112.00.00.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda								
1112.02.00.00.00		Imposto Predial e Territorial Urbano	2.514	2.119	2.579	3.051	3.551	3.920	4.328	4.775
1112.02.01.00.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano								
1112.02.02.00.00	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano								
1112.02.03.00.00	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano								
1112.04.00.00.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	1.137	1.482	1.982	1.965	2.162	2.380	2.615	2.880
1112.04.31.00.00		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho								
1112.04.31.01.00	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho								
1112.04.31.02.00	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho								
1112.04.31.03.00	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho								
1112.08.00.00.00		Imp.s/Trans..Intervivos de Bens Imóv. e de Dir Reais s/Imóveis	2.292	1.515	1.811	1.580	2.395	2.754	3.167	3.642
1112.08.01.00.00	0.1.00.000000	Imp. s/Trans. Intervivos de Bens Imóv. e Direitos Reais s/Imóveis								
1112.08.02.00.00	0.1.01.000000	Imp. s/Trans..Intervivos de Bens Imóv. e Direitos Reais s/Imóveis								
1112.08.03.00.00	0.1.02.000000	Imp. s/Trans..Intervivos de Bens Imóv. e Direitos Reais s/Imóveis								
1113.00.00.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	5.362	7.514	9.535	13.465	13.730	16.476	19.771	23.726
1113.05.00.00.00		Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza								
1113.05.01.00.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza								
1113.05.02.00.00	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza								
1113.05.03.00.00	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza								
1120.00.00.00.00		Taxas								
1121.00.00.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia								
1121.25.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Lic. p/Functo. de Estab. Com.,Ind. e Prest. de Serviços	367	352	381	426	575	630	695	763
1121.26.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Publicidade Comercial	69	38	62	46	115	130	150	165
1121.29.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	389	440	743	704	740	815	900	1.000
1121.32.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Aprovação de Projeto de Construção Civil					20	22	24	26
1121.35.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Alinhamento e Nivelamento					2	2	2	2
1121.99.00.00.00		Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia					4	4	4	4
1121.99.01.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Controle e Fiscalização de Aterro	1.588	1.298	38	2.000	2.010	2.208	2.429	2.672
1122.00.00.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1122.28.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Cemitérios	16	13	19	20	25	31	38	50
1122.90.00.00.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	1.214	1.451	23	1.000	1.931	2.124	2.336	2.570
1130.00.00.00.00		Contribuição de Melhoria								
1130.99.00.00.00		Outras Contribuições de Melhoria								
1130.99.01.00.00	0.1.00.000000	Contribuição de Melhoria para Padronização de Calçadas					500	1.000	1.000	1.000
<b>1200.00.00.00.00</b>		<b>Receita de Contribuições</b>	<b>1.681</b>	<b>2.136</b>	<b>2.513</b>	<b>2.668</b>	<b>3.300</b>	<b>3.630</b>	<b>3.993</b>	<b>4.392</b>
1230.00.00.00.00	0.1.04.000000	Contrib. p/ Custeio do Serv. de Iluminação Pública – COSIP	1.681	2.136	2.513	2.668	3.300	3.630	3.993	4.392
<b>1300.00.00.00.00</b>		<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1.249</b>	<b>1.235</b>	<b>2.463</b>	<b>656</b>	<b>1.093</b>	<b>1.160</b>	<b>3.732</b>	<b>1.308</b>
1310.00.00.00.00		Receitas Imobiliárias								
1311.00.00.00.00	0.1.00.000000	Aluguéis	7	14	14	15	19	19	22	25
1320.00.00.00.00		Receitas de Valores Mobiliários								
1323.00.00.00.00	0.1.00.000000	Participações	1	362	1	2	2	2	2	2
1325.00.00.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB								
1325.01.00.00.00		RDB de Recursos Vinculados								
1325.01.01.00.00	0.1.81.000001	RDB - FUNDEB	37	37	50	45	55	60	66	72
1325.01.02.00.00	0.1.81.000002	RDB - Salário Educação	25	9	10	10	12	14	16	18
1325.01.03.00.00	0.1.81.000003	RDB - CIDE	1	3	2	3	1	1	1	1
1325.01.04.00.00	0.1.81.000004	RDB – PNAE Ensino Fundamental			1	2	2	3	3	4
1325.01.05.00.00	0.1.81.000005	RDB – PNAE Ensino Infantil	1	2	1	2	2	2	2	3
1325.01.06.00.00	0.1.81.000006	RDB – PNATE	1	1	5	1	1	1	1	1
1325.01.07.00.00	0.1.81.000011	RDB – Convênio Transporte Escolar		9	6	12	12	15	16	16
1325.01.08.00.00	0.1.81.000158	RDB – Convênio Pavimentação de Ruas	13	2		5				
1325.01.09.00.00	0.1.81.000008	RDB – Multa de Trânsito Parte Polícia Civil				2	1	1	1	1
1325.01.10.00.00	0.1.81.000009	RDB – Multa de Trânsito Parte Polícia Militar	1			1	1	1	1	1
1325.01.11.00.00	0.1.81.000010	RDB – Multa de Trânsito Parte da Prefeitura	1			1	1	1	1	1
1325.01.12.00.00	0.1.81.000117	RDB – Convênio Programa Moradia								
1325.01.41.00.00	0.1.81.000058	RDB de Recursos do Funrebowm		3	3	5	5	6	6	6
1325.01.45.0.000	0.1.81.000067	RDB de Recursos do FMAS	16	24	17	23	24	26	27	28
1325.01.46.00.00	0.1.81.000059	RDB de Recursos do FIA	-10	4	2	4	4	4	4	4
1325.01.47.00.00	0.1.81.000080	RDB de Recursos do FMDR	2		1	1	1	1	1	1
1325.01.99.00.00	0.1.81.000118	RDB – Outros Recursos Vinculados	53	94	127	90	140	153	169	186
1325.02.00.00.00	0.1.80.000000	RDB de Recursos não Vinculados	599	704	228	455	810	850	893	938
1330.00.00.00.00		Receita de Concessões e Permissões								
1333.00.00.00.00		Receita de Concessões e Permissões-Direito de Uso								
1333.99.00.00.00	0.1.00.000000	Outras Concessões e Permissões – Direito de Uso			18	10				
1360.00.00.00.00		Receita de Cessão de Direito								
1361.00.00.00.00		Receita de Cessão do Direito de Operação da Folha								
1361.01.00.00.00	0.1.00.000000	Receita de Cessão do Direito de Operação da Folha	500		2.000				2.500	
<b>1400.00.00.00.00</b>		<b>Receita Agropecuária</b>	<b>87</b>							
1490.00.00.00.00	0.1.34.000000	Outras Receitas Agropecuárias - FMDR	87							

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>1600.00.00.00.00</b>		<b>Receita de Serviços</b>	<b>59</b>	<b>37</b>	<b>158</b>	<b>120</b>	<b>453</b>	<b>492</b>	<b>533</b>	<b>578</b>
1600.13.00.00.00		Serviços Administrativos								
1600.13.01.00.00	0.1.00.000000	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	37	31	125	60	66	72	80	88
1600.13.03.00.00		Serviços Especiais Polícia Militar Bombeiros								
1600.13.03.01.00	0.1.33.000000	Serviços Projetos de Segurança Contra Sinistro - Funrebom	43	60	179	143	201	213	226	239
1600.13.03.02.00	0.1.33.000000	Serviços Vistoria de Segurança Contra Sinistro - Funrebom	88	109	17	57	20	23	25	27
1600.13.03.03.00	0.1.33.000000	Serviços de Alterações de Projetos - Funrebom		4		5	5	6	6	7
1600.13.99.00.00	0.1.00.000000	Outros Serviços Administrativos	22	2		2	2	3	4	5
1600.14.00.00.00	0.1.00.000000	Serviços de Inspeção e Fiscalização		4	33	58	37	41	45	50
1600.99.00.00.00		Outros Serviços								
1600.99.01.00.00	0.1.34.000000	Serviços c/ Equipamentos em Propr. Particulares - FMDR		100	82	110	122	134	147	162
<b>1700.00.00.00.00</b>		<b>Transferências Correntes</b>	<b>63.294</b>	<b>72.704</b>	<b>77.130</b>	<b>90.439</b>	<b>92.176</b>	<b>100.970</b>	<b>112.959</b>	<b>125.044</b>
1720.00.00.00.00		Transferências Intergovernamentais								
1721.00.00.00.00		Transferências da União								
1721.01.00.00.00		Participação na Receita da União								
1721.01.02.00.00		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios								
1721.01.02.01.00		Cota-Parte do FPM – Parte do 22,5%	14.400	17.545	18.033	23.000	21.000	23.000	26.000	28.000
1721.01.02.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do FPM								
1721.01.02.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do FPM								
1721.01.02.01.03	0.1.02.000000	Cota-Parte do FPM								
1721.01.02.02.00		Cota-Parte do FPM – Parte do 1%		760	800	900	933	1.026	1.128	1.241
1721.01.02.02.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios								
1721.01.02.02.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios								
1721.01.05.00.00		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	33	35	32	13	37	41	45	50
1721.01.05.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural								
1721.01.05.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural								
1721.01.05.03.00	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural								
1721.22.00.00.00		Transf. da Comp. Financ. p/ Expl. Recursos Naturais								
1721.22.20.00.00	0.1.00.000000	Cota-Parte da Comp. Financeira de Recursos Minerais	6	89	104	105	125	138	152	167
1721.22.30.00.00	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties – Comp. Financ. p/ Prod.de Petróleo	178	231	277	330	398	478	550	633
1721.22.90.00.00	0.1.00.000000	Outras Transferências Decorrentes Compensação Financ.			159					
1721.34.00.00.00		Transferência de Recursos do FNAS								
1721.34.01.00.00	0.1.37.000066	Índice de Gestão Descentralizada – Bolsa Família – FMAS	32	25	51	46	60	65	70	75
1721.34.02.00.00	0.1.37.000070	Índice de Gestão Descentralizada – SUAS – FMAS					12	12	12	12
1721.34.03.00.00	0.1.37.000061	Piso de Alta Complexidade – FMAS		48	37	34	41	42	43	44
1721.34.04.00.00	0.1.37.000069	Piso Básico Fixo/PAIF – FMAS	90	112	117	108	108	110	112	115
1721.34.05.00.00	0.1.37.000132	Piso Básico Variável II – FMAS	14	14	15	15	18	20	22	24
1721.34.06.00.00	0.1.37.000141	Piso Fixo de Média Complexidade – FMAS	43	86	118	31	123	125	127	130



CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1721.34.07.00.00	0.1.37.000072	Piso de Transição de Média Complexidade – FMAS		13	12	15	14	15	16	17
1721.34.08.00.00	0.1.37.000160	Piso Variável de Média Complexidade – FMAS	33	34	30	33	30	32	34	36
1721.34.10.00.00	0.1.37.000159	Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC III – FMAS		29	2	7				
1721.34.11.00.00	0.1.37.000198	Acessuas - FMAS			107	106	108			
1721.35.00.00.00		Transferências de Recursos do FNDE								
1721.35.01.00.00	0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	763	957	1.108	1.420	1.465	1.685	1.938	2.228
1721.35.02.00.00	0.1.07.000000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	2			3	3	4	5	6
1721.35.03.00.00		Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE								
1721.35.03.01.00	0.1.08.000000	PNAE – Ensino Fundamental	167	143	154	150	165	180	190	201
1721.35.03.02.00	0.1.10.000000	PNAE – Ensino Infantil	123	189	222	165	244	268	295	325
1721.35.04.00.00	0.1.09.000000	Transferências Diretas do FNDE referente ao PNATE	62	50	45	26	30	32	35	40
1721.36.00.00.00		Transferência Financ. ICMS – Desoneração – LC nº 87/96	209	413	261	155	293	311	329	350
1721.36.01.00.00	0.1.00.000000	Transferências Financ. ICMS - Deson - L.C. nº 87/96								
1721.36.02.00.00	0.1.01.000000	Transferências Financ. ICMS - Deson - L.C. nº 87/96								
1721.36.03.00.00	0.1.02.000000	Transferências Financ. ICMS - Deson - L.C. nº 87/96								
1721.99.00.00.00		Outras Transferências da União								
1721.99.99.00.00		Demais Transferências da União								
1721.99.99.01.00	0.1.00.000000	Compensação sobre Exportações	156	198						
1721.99.99.02.00	0.1.00.000000	Compensação pela queda do FPM	731							
1722.00.00.00.00		Transferências dos Estados								
1722.01.00.00.00		Participação na Receita dos Estados								
1722.01.01.00.00		Cota-Parte do ICMS	29.263	34.211	36.538	41.000	41.832	44.760	49.236	54.160
1722.01.01.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS								
1722.01.01.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS								
1722.01.01.03.00	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS								
1722.01.02.00.00		Cota-Parte do IPVA	2.817	3.364	3.959	4.953	5.235	6.021	6.924	7.962
1722.01.02.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA								
1722.01.02.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA								
1722.01.02.03.00	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA								
1722.01.04.00.00		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	626	677	589	562	674	721	772	826
1722.01.04.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação								
1722.01.04.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação								
1722.01.04.03.00	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação								
1722.01.13.00.00	0.1.05.000000	Cota-Parte da Contrib. de Interv. no Domínio Econômico	130	155	82	180	30	30	30	30
1722.99.00.00.00		Outras Transferências dos Estados								
1722.99.01.00.00		Transferência de Recursos do FEAS								
1722.99.01.00.00	0.1.38.000156	Co-Financiamento Prot. Esp. Alta Complexidade - FMAS	45	70	28					
1722.99.02.00.00	0.1.38.000175	Co-Financiamento Alta Complexidade – Custeio - FMAS			42		42	43	44	45
1722.09.03.00.00	0.1.38.000175	Co-Financo. Alta Complexidade – Investimento - FMAS					28	29	30	31
1722.99.04.00.00	0.1.38.000200	Benefícios Eventuais - FMAS			8	8	12	12	12	12

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1723.00.00.00.00		Transferências dos Municípios								
1723.99.00.00.00		Outras Transferências dos Municípios								
1723.99.01.00.00	0.1.33.000000	PM de Antônio Carlos – Funrebom		10						
1723.99.02.00.00	0.1.33.000000	PM de Governador Celso Ramos - Funrebom		10						
1724.00.00.00.00		Transferências Multigovernamentais								
1724.01.00.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	8.790	10.949	12.448	14.480	16.462	18.931	21.771	25.037
1724.01.01.00.00	0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB								
1724.01.02.00.00	0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB–								
1730.00.00.00.00		Transferências de Instituições Privadas								
1730.01.00.00.00	0.1.00.000000	Transferência da Realizadora da Bigfest	93	18	21	22	20	20	20	20
1730.02.00.00.00	0.1.00.000000	Transferência da Concessionária de Água e Esgoto	4.101	2.106	1.661	2.195	1.901	2.034	2.177	2.329
1750.00.00.00.00	0.1.26.000000	Transferência de Pessoas - FIA		4	3	4	4	5	5	5
1760.00.00.00.00		Transferências de Convênios								
1761.00.00.00.00		Transferências de Convênio da União e de suas Entidades								
1761.02.00.00.00		Transf. Convênio União Destinados a Progr. de Educação								
1761.02.01.00.00	0.1.70.000142	Convenio Ministério do Trabalho-Prof. Jovens e Adultos	64							
1761.99.00.00.00		Outras Transferências de Convênio da União								
1761.99.00.04.00	0.1.70.000130	Convenio Ministério do Turismo Bigfest	150							
1762.00.00.00.00		Transferências Convênios dos Estados, DF e suas Entidades								
1762.02.00.00.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados								
1762.02.01.00.00	0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	432	617	637	780	729	780	835	893
1762.99.00.00.00	0.1.71.000155	Outras Transferências de Convênios	35							
<b>1900.00.00.00.00</b>		<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>2.850</b>	<b>3.211</b>	<b>2.945</b>	<b>2.071</b>	<b>2.541</b>	<b>2.963</b>	<b>3.462</b>	<b>4.053</b>
1910.00.00.00.00		Multas e Juros de Mora								
1911.00.00.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos								
1911.38.00.00.00		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	19	20	21	6	24	26	28	29
1911.38.01.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU								
1911.38.02.00.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU								
1911.38.03.00.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU								
1911.39.00.00.00		Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	1	2		1	1	1	1	1
1911.39.01.00.00	0.1.00.000000	Multas/Juros de Mora s/o ITBI								
1911.39.02.00.00	0.1.01.000000	Multas/Juros de Mora s/o ITBI								
1911.39.03.00.00	0.1.02.000000	Multas/Juros de Mora s/o ITBI								
1911.40.00.00.00		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	54	50	41	84	60	66	72	80
1911.40.01.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS								
1911.40.02.00.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS								
1911.40.03.00.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS								
1911.99.00.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	32	99	69	70	83	92	101	111
1913.00.00.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos								
1913.11.00.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	159	45	21	29	75	81	88	95



CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1913.11.01.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU								
1913.11.02.00.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU								
1913.11.03.00.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU								
1913.12.00.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre ITBI	1			1	1	1	1	1
1913.12.01.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre ITBI								
1913.12.02.00.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre ITBI								
1913.12.03.00.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre ITBI								
1913.13.00.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	11	14	13	14	56	60	66	72
1913.13.01.00.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS								
1913.13.02.00.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS								
1913.13.03.00.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS								
1913.99.00.00.00	0.1.00.000000	Multas/Juros de Mora Dívida Ativa de Outros Tributos	1			1	1	1	1	1
1915.00.00.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas								
1915.99.00.00.00		Outras M e J de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas								
1915.99.01.00.00	0.1.00.000000	Outras MJM da Dívida Ativa de Outras Receitas - Principal	11	12	5	8	9	9	10	11
1915.99.02.00.00	0.1.34.000000	Outras MJM Div. At. Outras Receitas – Principal - FMDR	1	2	1	2	2	3	3	3
1915.99.03.00.00	0.1.33.000000	Outras MJM D. A. Outras Receitas – Principal - Funrebom			1	3				
1918.00.00.00.00		Multa /Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Rec.Princ.								
1918.99.00.00.00	0.1.00.000000	Outras Multas e Juros de Moras			3		3	3	3	3
1919.00.00.00.00		Multas de Outras Origens								
1919.15.00.00.00		Multas Previstas na Legislação de Trânsito	131	161	251	251	361	433	520	624
1919.15.01.00.00	0.1.16.000000	Multas Previstas na Legis. De Trânsito – Parte Polícia Civil								
1919.15.02.00.00	0.1.17.000000	Multas Previstas na Legis. de Trânsito – Parte PM								
1919.15.03.00.00	0.1.18.000000	Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Parte PMB								
1919.50.00.00.00	0.1.00.000000	Multas por Auto de Infração		23	142	341	40	46	52	60
1919.99.00.00.00		Outras Multas								
1919.99.01.00.00	0.1.26.000000	Receita Multas Infrações Repassadas p/ FORUM – FIA	5							
1920.00.00.00.00		Indenizações e Restituições								
1921.00.00.00.00		Indenizações								
1921.06.00.00.00	0.1.00.000000	Indenizações/Danos Causados no Patrimônio Público		50			2	2	2	2
1921.99.00.00.00	0.1.00.000000	Outras Indenizações	2				1	1	1	1
1922.00.00.00.00		Restituições								
1922.07.00.00.00	0.1.00.000000	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores								
1922.99.00.00.00	0.1.00.000000	Outras Restituições	1.217	1.682	1.077		20	20	20	20
1930.00.00.00.00		Receita da Dívida Ativa								
1931.00.00.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária								
1931.11.00.00.00		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	658	508	736	1.010	1.059	1.271	1.526	1.831
1931.11.01.00.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU								
1931.11.02.00.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU								
1931.11.03.00.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1931.12.00.00.00		Receita de Dívida Ativa do ITBI	3			1	1	1	1	1
1931.12.01.00.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa do ITBI								
1931.12.02.00.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa do ITBI								
1931.12.03.00.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa do ITBI								
1931.13.00.00.00		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	80	58	186	130	267	321	385	463
1931.13.01.00.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS								
1931.13.02.00.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS								
1931.13.03.00.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS								
1931.99.00.00.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos								
1932.00.00.00.00		Receita da Dívida Ativa não Tributária								
1932.99.00.00.00		Receita Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas								
1932.99.01.00.00	0.1.00.000000	Receita Div. Ativa não Trib. Outras Receitas – Principal	67	61	81	120	116	140	168	201
1932.99.02.00.00	0.1.34.000000	Receita Div. At. Não Trib. Outras Rec. – Principal – FMDR	4	3		1	1	1	1	1
1932.99.03.00.00	0.1.33.000000	Receita D.A. Não Trib. Outras Rec. – Principal – Funrebom	1				3	4	4	5
1990.00.00.00.00		Receitas Diversas								
1990.99.01.00.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	404	426	299	311	342	366	392	419
1990.99.02.00.00	0.1.34.000000	Outras Receitas FMDR	9	8	13	12	13	14	16	18
<b>2000.00.00.00.00</b>		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.033</b>	<b>2.399</b>	<b>31.196</b>	<b>55.775</b>	<b>36.585</b>	<b>41.535</b>	<b>38.535</b>	<b>34.100</b>
<b>2100.00.00.00.00</b>		<b>Operações de Crédito</b>	<b>929</b>	<b>584</b>	<b>9.573</b>	<b>23.150</b>	<b>8.200</b>	<b>7.000</b>	<b>4.700</b>	<b>2.100</b>
2114.00.00.00.00		Operações de Crédito Internas – Contratuais								
2114.01.00.00.00	0.1.82.000089	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação		444			600		700	
2114.05.00.00.00		Operações de Crédito Internas Programa Mod. Admin. Pública				5.000				
2114.05.01.00.00	0.1.82.000013	Programa de Modernização Administrativa Pública		89		500	600			600
2114.05.02.00.00	0.1.82.000128	Banco do Brasil PMAT								
2114.05.03.00.00	0.1.82.000128	PNAFM			830	1.150				
2114.07.00.00.00		Operações de Crédito Int. para Progr. de Moradia Popular				6.150				
2114.07.00.01.00	0.1.82.000014	Banco Interamericano de Desenvolvimento								
2114.99.00.00.00		Outras Operações de Crédito Internas – Contratuais								
2114.99.01.00.00	0.1.82.000096	Badesc – Pavimentação de Ruas	227		8.238	5.000		1.500	1.500	1.500
2114.99.02.00.00	0.1.82.000161	Badesc – Aquisição de Equipamentos Rodoviários					1.000	1.000		
2114.99.03.00.00	0.1.82.000170	CEF – Pró-Transporte			505	11.500	5.000	2.500	2.500	
2114.99.04.00.00	0.1.82.000194	CEF/FGTS								
2114.99.05.00.00	0.1.82.000171	Badesc – Construção do Centro Administrativo					1.000	2.000		
<b>2200.00.00.00.00</b>		<b>Alienação de Bens</b>	<b>110</b>		<b>10</b>		<b>85</b>		<b>115</b>	
2210.00.00.00.00		Alienação de Bens Móveis								
2215.00.00.00.00		Alienação de Veículos								
2215.01.00.00.00	0.1.85.000099	Veículos da Educação	15				30		50	
2215.02.00.00.00	0.1.85.000100	Outros Veículos	73		10		50		60	
2219.00.00.00.00		Alienação de Outros Bens Móveis								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2219.01.00.00.00	0.1.85.000100	Bens Móveis em Geral	22				5		5	
2229.00.00.00.00		Alienação de Outros Bens Imóveis								
2229.01.00.00.00	0.1.85.000168	Alienação de Casas Populares								
<b>2300.00.00.00.00</b>		<b>Amortização de Empréstimos</b>								
2300.99.00.00.00		Amortização de Financiamentos Diversos								
2300.99.01.00.00	0.1.86.000169	Amortização de Financiamento de Casa Popular								
<b>2400.00.00.00.00</b>		<b>Transferências de Capital</b>	<b>994</b>	<b>1.815</b>	<b>21.613</b>	<b>32.625</b>	<b>28.300</b>	<b>34.535</b>	<b>33.720</b>	<b>32.000</b>
2430.00.00.00.00		Transferências de Instituições Privadas								
2430.01.00.00.00	0.1.69.000123	Eletrosul	447							
2430.04.00.00.00	0.1.40.000000	Casan			671					
2470.00.00.00.00		Transferências de Convênios								
2471.00.00.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades								
2471.02.00.00.00		Transferências de Conv. da União p/Progr. da Educação	381							
2471.02.01.00.00	0.1.70.000127	Convenio MEC/FNDE - Aquisição de Ônibus								
2471.02.02.00.00	0.1.70.000139	Convenio MEC – Ampl. da Rede Fis. de Ens. Fund.				1.000				
2471.02.03.00.00	0.1.70.000140	Convenio MEC – Ampl. da Rede Fis. de Ensino Infantil			470	1.000	750	750		1.000
2471.02.04.00.00	0.1.70.000201	Convênio MEC/FNDE – Cobertura de Quadra em Escola			36					
2471.99.00.00.00		Outras Transferências de Convênios da União								
2471.99.01.00.00	0.1.70.000154	Convênios Programa Habitar Brasil/BID – Proj. Beira Rio	66							
2471.99.02.00.00	0.1.70.000018	Convênio Ministério do Turismo – Eventos Promocionais		172						
2471.99.03.00.00	0.1.70.000020	Convênio Ministério das Cidades – Habitações Populares	100	27			2.000	2.000	2.000	1.500
2471.99.04.00.00	0.1.70.000019	Convênio Ministério do Turismo – Constr. Casa do Turista								
2471.99.05.00.00	0.1.70.000021	Convênio Ministério do Turismo – Sinaliz. e Portal				360	600	600	620	
2471.99.06.00.00	0.1.70.000022	Convênio Ministério das Cidades – Impl de Ciclovias				100	250	250	250	250
2471.99.07.00.00	0.1.70.000023	Convênio Ministério das Cidades – Padr. de Calçadas						500	500	500
2471.99.08.00.00	0.1.70.000025	Conv. Minist. da Ciência e Tec – Impl. Parque Tecnol.				2.000		1.000	1.000	
2471.99.09.00.00	0.1.70.000090	Convênio Ministério dos Esportes – Eptos Esportivos				925	500	1.500	1.500	1.500
2471.99.10.00.00	0.1.70.000091	Convênio Ministério das Cidades – Áreas de Lazer						300	300	
2471.99.11.00.00	0.1.70.000093	Convênio Min. Cidades – Aquisição Eptos Rodoviários				500	500	500	1.000	1.000
2471.99.12.00.00	0.1.70.000094	Convênio Ministério das Cidades – Pavimentação de Ruas		650	331		6.000	5.500	6.000	6.000
2471.99.13.00.00	0.1.70.000097	Convênio Ministério das Cidades – Drenagem Pluvial			19.907	15.000	5.000	5.000	5.000	5.000
2471.99.14.00.00	0.1.70.000098	Convênio Min das Cidades – Dragagem do Rio					6.000	8.000	8.000	8.000
2471.99.15.00.00	0.1.70.000137	Convenio Ministério do Turismo – Rest. Mercado Público				340				
2471.99.16.00.00	0.1.70.000138	Convênio Ministério do Planejamento - Cidade Digital								
2471.99.17.00.00	0.1.70.000143	Conv. Min da Ind. e Com. – Impl Casa do Empreendedor								
2471.99.18.00.00	0.1.70.000017	Conv. Min. da Agric. – Constr. Eptos. Apoio aos Pescadores				350				
2471.99.19.00.00	0.1.70.000122	Convênio Min das Cidades – Constr. Abrigos Passageiros		51	146	100				
2471.99.20.00.00	0.1.70.000024	Conv. Min. da Agric. – Apoio as Ativ. Aquicultura e Pesca				100			400	400
2471.99.21.00.00	0.1.70.000148	Convênio Ministério das Cidades – Construção de Pontes								
2471.99.22.00.00	0.1.70.000164	Conv. Min. Integr. Nacional – Construção de Pontes								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2471.99.23.00.00	0.1.70.000166	Convênio Ministério das Cidades – Elaboração de Planos								
2471.99.24.00.00	0.1.70.000167	Convênio Ministério das Cidades – Revit. de Praças								
2471.99.25.00.00	0.1.70.000181	Convênio Ministério do Turismo – Constr. Parque Munic.								
2471.99.26.00.00	0.1.70.000196	Convênio Ministério das Cidades – Prevenção a Cheias				8.000				
2471.99.27.00.00	0.1.70.000195	Convênio Ministério Cidades – Reurbaniz. Loteamentos				2.000				
2471.99.28.00.00	0.1.70.000202	Convênio Ministério da Integração – Recup. de Danos				500	500	500	500	500
2471.99.29.00.00	0.1.70.000152	Convênio Ministério das Cidades – Ondulações Transv.								
2471.99.30.00.00	0.1.70.000150	Convênio Ministério do Desenvolvimento Social - Abrigo							250	250
2471.99.31.00.00	0.1.70.000073	Convênio Ministério da Agricultura – Patrulha Agrícola					500	500	500	500
2471.99.32.00.00	0.1.70.000074	Convênio IPHAN – Rest. Casarão Wollinger					400	800		
2471.99.33.00.00	0.1.70.000075	Convênio Ministério do Desenvolvimento Social					1.000	1.000	500	
2472.00.00.00.00		Transf. Convênios Estados e do Distr. Federal e de suas Entidades								
2472.02.00.00.00		Transferências de Conv. Destinado ao Progr. de Educação								
2472.02.01.00.00	0.1.71.000177	Convênio SDR – Aquisição de Ônibus		330						
2472.05.00.00.00		Transf. Conv. Estados dest a Progr. Infra-Estrutura em Transporte								
2472.05.01.00.00	0.1.71.000026	Convênio SDR – Pavimentação Estrada Rural						600	600	800
2472.99.00.00.00		Outras Transferências de Convênios dos Estados								
2472.99.01.00.00	0.1.71.000028	Convênio com a SDR – Centro Integrado de Cultura						800	500	500
2472.99.02.00.00	0.1.71.000030	Convênio com a SDR – Eventos Econômicos					300	300	300	300
2472.99.03.00.00	0.1.71.000031	Convênio com o DETER – Abrigos para Passageiros								
2472.99.04.00.00	0.1.71.000095	Convênio SDR – Pavimentação de Ruas		586	52		1.000	1.000	1.000	1.000
2472.99.05.00.00	0.1.71.000147	Convênio SDR – Construção de Eptos de Segurança				350	3.000	3.000	3.000	3.000
2472.99.06.00.00	0.1.71.000149	Convênio SDR – Construção de Pontes								
2472.99.07.00.00	0.1.71.000189	Convênio SDR – Revitalização da Orla Marítima								
2472.99.21.00.00	0.1.71.000078	Convênio SEAS – Construção do CRAS - FMAS						135		
2472.99.22.00.00	0.1.71.000079	Convênio SEAS – Construção do CREAS - FMAS				200				
2472.99.23.00.00	0.1.71.000151	Convênio SDR – Construção Abrigo Institucional - FIA				200				
9000.00.00.00.00		<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>11.417</b>	<b>13.221</b>	<b>14.645</b>	<b>17.472</b>	<b>17.011</b>	<b>18.525</b>	<b>20.621</b>	<b>22.700</b>
9100.00.00.00.00		<b>Dedução de Receita Tributária</b>	<b>1.943</b>	<b>1.608</b>	<b>2.697</b>	<b>3.555</b>				
9110.00.00.00.00		<b>Dedução de Receita de Impostos</b>	<b>1.461</b>	<b>496</b>	<b>740</b>					
9112.00.00.00.00		Dedução de Receita de Impostos sobre o Patr. e a Renda								
9112.02.00.00.00		Dedução de Receita de IPTU	1.171	460	621	555	386	483	597	731
9112.02.01.00.00		Renúncia de Receita de IPTU								
9112.02.01.01.00	0.1.00.000000	Renúncia de Receita de IPTU								
9112.02.01.02.00	0.1.01.000000	Renúncia de Receita de IPTU								
9112.02.01.03.00	0.1.02.000000	Renúncia de Receita de IPTU								
9112.02.02.00.00		Desconto de Receita de IPTU pelo Pagamento à Vista					435	461	489	518
9112.02.02.01.00	0.1.00.000000	Desconto de Receita de IPTU pelo Pagamento à Vista								
9112.02.02.02.00	0.1.01.000000	Desconto de Receita de IPTU pelo Pagamento à Vista								
9112.02.02.03.00	0.1.02.000000	Desconto de Receita de IPTU pelo Pagamento à Vista								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
9113.00.00.00.00		Renúncia de Imposto sobre a Produção e Circulação								
9113.05.00.00.00		Renúncia de Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	286	35	25		150	165	185	225
9113.05.01.00.00	0.1.00.000000	Renúncia de Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza								
9113.05.02.00.00	0.1.01.000000	Renúncia de Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza								
9113.05.03.00.00	0.1.02.000000	Renúncia de Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza								
<b>9120.00.00.00.00</b>		<b>Dedução de Receita de Taxas</b>								
9121.00.00.00.00		Dedução da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia								
9121.00.01.00.00	0.1.00.000000	Dedução Tx de Controle e Fiscalização de Aterro Sanitário		981	1.954	1.800				
9121.25.00.00.00	0.1.00.000000	Renunc Tx de Lic p/ Func. Estab. Com. Ind. e Prest de Serv	46				20	22	24	27
9122.00.00.00.00		Dedução de Receita de Taxa pela Prestação de Serviços								
9122.90.00.00.00	0.1.00.000000	Renúncia da Taxa de Limpeza Pública	245	131	2	1.000	1.931	2.124	2.336	2.570
<b>9700.00.00.00.00</b>		<b>Dedução de Receita de Transferências Correntes</b>	<b>9.470</b>	<b>11.245</b>	<b>11.927</b>	<b>14.116</b>				
9720.00.00.00.00		Dedução de Receita de Transferências Intergovernamentais								
9721.00.00.00.00		Dedução de Receita de Transferências da União								
9721.01.00.00.00		Dedução de Receita da Participação na Receita da União								
9721.01.02.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita do FPM – FUNDEB	2.880	3.505	3.607	4.780	4.386	4.805	5.425	5.848
9721.01.05.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita do ITR – FUNDEB	7	7	7	3	7	7	9	10
9721.36.00.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Rec. p/ Form. do FUNDEB - ICMS Deson.	42	74	52	31	58	62	66	70
9722.00.00.00.00		Dedução de Receita de Transferências dos Estados								
9722.01.00.00.00		Dedução de Receita da Participação na Receita dos Estados								
9722.01.01.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita do ICMS – FUNDEB	5.852	6.851	7.308	8.200	8.366	8.952	9.847	10.832
9722.01.02.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita do IPVA – FUNDEB	563	673	792	991	1.047	1.204	1.385	1.592
9722.01.04.00.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita do IPI – Exportação – FUNDEB	125	135	118	112	135	144	154	165
<b>9900.00.00.00.00</b>		<b>DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>18</b>					
9910.00.00.00.00		Dedução de Multas e Juros								
9913.00.00.00.00		Dedução MJM da Dívida Ativa dos Tributos								
9913.11.00.00.00		Renúncia de Multas Juros Mora D.A. IPTU					50	53	57	61
9913.11.01.00.00	0.1.00.000000	Renúncia de Multas Juros Mora D.A. IPTU								
9913.11.02.00.00	0.1.01.000000	Renúncia de Multas Juros Mora D.A. IPTU								
9913.11.03.00.00	0.1.02.000000	Renúncia de Multas Juros Mora D.A. IPTU								
9919.00.00.00.00		Dedução de Multas de Outras Origens								
9913.13.00.00.00		Renúncia de MJM da Dívida Ativa sobre o ISS					40	43	47	51
9913.13.01.00.00	0.1.00.000000	Renúncia de MJM da Dívida Ativa sobre o ISS								
9913.13.02.00.00	0.1.01.000000	Renúncia de MJM da Dívida Ativa sobre o ISS								
9913.13.03.00.00	0.1.02.000000	Renúncia de MJM da Dívida Ativa sobre o ISS								
		<b>SOMA (I)</b>					<b>146.897</b>	<b>164.721</b>	<b>180.052</b>	<b>190.050</b>

## UNIDADE GESTORA BIGUAÇUPREV

R\$ 1.000,00

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA				
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	3.488	4.797	8.510	10.363	15.107	20.277	27.429	37.346
1200.00.00.00.00		Receitas de Contribuições	1.495	1.524	2.147	2.220	2.596	2.856	3.141	3.455
1210.00.00.00.00		Contribuições Sociais								
1210.29.00.00.00		Contribuições para o RPP do Servidor Público								
1210.29.07.00.00	0.2.32.000000	Contribuição Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.489	1.517	2.128	2.200	2.574	2.832	3.115	3.427
1210.29.09.00.00	0.2.32.000000	Contribuição Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	6	7	19	20	22	24	26	28
1210.29.11.00.00	0.2.32.000000	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio								
1300.00.00.00.00		Receita Patrimonial	1.992	3.272	6.363	8.143	12.411	17.315	24.175	33.771
1320.00.00.00.00		Receitas de Valores Mobiliários								
1325.00.00.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB								
1325.01.00.00.00		RDB de Recursos Vinculados								
1325.01.21.00.00	0.2.81.000165	RDB de Recursos da Taxa de Administração do RPPS					20	22	24	26
1328.00.00.00.00		Remuneração dos Investimentos do RPPS - RI								
1328.10.00.00.00	0.2.81.000040	RI do RPPS em Renda Fixa	1.943	3.241	6.230	7.926	12.210	17.094	23.931	33.504
1328.20.00.00.00	0.2.81.000165	RI da Taxa de Administração em Renda Variável	49	31	75	281	126	139	153	168
1328.20.00.00.00	0.2.81.000040	RI do RPPS em Renda Variável			49		55	60	67	73
1328.30.00.00.00	0.2.81.000040	RI do RPPS em Fundos Imobiliários								
1900.00.00.00.00		Outras Receitas Correntes					100	106	113	120
1920.00.00.00.00		Indenizações e Restituições								
1922.00.00.00.00		Restituições								
1922.10.00.00.00		Compensações financeiras entre o Regime Geral e o RPPS								
1922.10.01.00.00	0.2.32.000000	Compensações Financ. entre o Regime Geral e o RPPS - Principal					100	106	113	120
7000.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.162	3.437	4.259	4.335	5.453	6.068	6.775	7.526
7200.00.00.00.00		Receitas de Contribuições	3.162	3.437	4.259	4.335	5.153	5.668	6.235	6.858
7210.00.00.00.00		Contribuições Sociais								
7210.29.00.00.00		Contribuição para o RPP do Servidor Público								
7210.29.01.00.00	0.2.32.000000	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RP	3.043	3.073	3.901	4.335	4.720	5.192	5.711	6.282
7210.29.03.00.00	0.2.32.000000	Contribuição Patronal – Inativo Civil								
7210.29.03.00.00	0.2.35.000000	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil – Taxa de Administração	238	364	358	400	433	476	524	576
7210.29.05.00.00	0.2.32.000000	Contribuição Patronal – Pensionista Civil								
7900.00.00.00.00		Outras Receitas Correntes			283		300	400	540	668
7940.00.00.00.00	0.2.32.000000	Rec.decorrentes Aportes Períod. p/ Amort. Déficit Atuarial do RPPS			283		300	400	540	668
	0.1.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas								
		SOMA (II)					20.560	26.345	34.204	44.872

## UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

R\$1.000,00

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA				
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1000.00.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	5.725	7.999	10.092	11.485	13.218	13.851	14.546	15.310
1100.00.00.00.00.00		Receita Tributária	130	128	149	170	180	198	218	240
1120.00.00.00.00.00		Taxas								
1121.00.00.00.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia								
1121.17.00.00.00.00	0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	130	128	149	170	180	198	218	240
1300.00.00.00.00.00		Receita Patrimonial	97	111	92	130	111	122	135	148
1325.00.00.00.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB								
1325.01.00.00.00.00		RDB de Recursos Vinculados								
1325.01.31.00.00.00	0.2.81.000041	RDB Recursos do FMS	96	111	92	130	111	122	135	148
1325.01.32.00.00.00	0.2.81.000124	RDB - Convênio SDR	1							
1700.00.00.00.00.00		Transferências Correntes	5.498	7.760	9.798	11.185	12.927	13.531	14.193	14.922
1720.00.00.00.00.00		Transferências Intergovernamentais								
1721.00.00.00.00.00		Transferências da União								
1721.33.00.00.00.00		Transferência de Recursos do SUS – Repasse Fdo a Fdo								
1721.33.11.00.00.00		Bloco Atenção Básica								
1721.33.11.10.00.00	0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	1.004	1.170	1.323	1.357	1.600	1.760	1.937	2.130
1721.33.11.30.00.00		Piso de Atenção Básica Variável – PAB Variável								
1721.33.11.30.01.00	0.2.28.000047	Saúde da Família	1.075	1.415	1.351	1.390	1.634	1.798	1.978	2.176
1721.33.11.30.02.00	0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	1.016	1.363	1.460	1.380	1.766	1.943	2.137	2.351
1721.33.11.30.03.00	0.2.28.000184	Saúde Bucal			184	215	222	245	269	296
1721.33.11.30.04.00	0.2.28.000203	Compensação de Especificidades Regionais			3		11	11	11	11
1721.33.11.30.08.00	0.2.28.000050	Núcleo de Apoio Saúde Familiar-NASF	220	260	240	480	480	480	480	480
1721.33.11.30.99.00		Outros Progr. Financiados por Transf. Fundo a Fundo								
1721.33.11.30.99.01	0.2.28.000179	Programa Melhoria Acesso a Qualidade - PAB		22	886	348	1.300	1.300	1.300	1.300
1721.33.11.30.99.02	0.2.28.000182	Programa Melhoria Acesso a Qualidade - CEO					63	63	63	63
1721.33.12.00.00.00		Bloco de MAC Ambulatorial e Hospitalar								
1721.33.12.10.00.00		Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar								
1721.33.12.10.01.00	0.2.28.000119	Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar					1.840	1.840	1.840	1.840
1721.33.12.10.02.00	0.2.28.000048	SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	150	150	163	150	197	217	238	262
1721.33.12.10.03.00	0.2.28.000049	CEO – Centro de Especialidade Odontológica	79	89	86	108	104	114	126	138
1721.33.12.10.04.00	0.2.28.000187	Rede Psico Social		64	139	78	168	185	203	224
1721.33.12.10.05.00	0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	668	1.332	1.780	1.828	2.040	2.040	2.040	2.040
1721.33.12.10.99.00		Outros Progr. Financiados por Transf. Fundo a Fundo								
1721.33.12.10.99.01	0.2.28.000183	Rede Saúde Mental								



CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1721.33.12.10.99.02	0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria					60	60	60	60
1721.33.12.10.99.03	0.2.28.000105	Prevenção, Diagnóstico e Trat. Câncer de Colo e Mama								
1721.33.12.10.99.04	0.2.28.000106	Rede Cegonha					111	111	111	111
1721.33.13.00.00.00		Bloco Vigilância em Saúde								
1721.33.13.10.01.00		Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde								
1721.33.13.10.01.01	0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST	90	86	86	90	86	86	86	86
1721.33.13.10.01.02	0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	160	157	167	177	202	222	244	269
1721.33.13.10.01.03	0.2.28.000109	Fórmula Infantil às Crianças Vertic. Expostas ao HIV					12	12	12	12
1721.33.13.20.00.00		Vigilância Sanitária								
1721.33.13.20.02.01	0.2.28.000108	Incentivo de Qualificação das Ações de Dengue					31	31	31	31
1721.33.13.20.02.02	0.2.28.000043	Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVISA	51	47	23	35	25	28	31	34
1721.33.14.00.00.00		Bloco Assistência Farmacêutica								
1721.33.14.10.00.00	0.2.28.000044	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	258	312	288	322	295	300	305	310
1722.00.00.00.00.00		Transferências dos Estados								
1722.33.00.00.00.00		Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde								
1722.33.11.00.00.00		Bloco Atenção Básica								
1722.33.11.01.00.00		Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo								
1722.33.11.01.01.00	0.2.29.000054	Co-Financiamento - PAB					336	336	336	336
1722.33.12.00.00.00		Bloco de MAC Ambulatorial e Hospitalar								
1722.33.12.01.00.00		Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar								
1722.33.12.01.01.00	0.2.29.000053	Centro Especialidades Odontológicas	39	40	36	43	40	41	42	43
1722.33.12.01.02.00	0.2.29.000188	Rede Psico Social		66						
1722.33.12.01.03.00	0.2.29.000125	MAC-Produção Ambulatorial e Hospitalar	278	697	18	843				
1722.33.14.00.00.00		Bloco Assistência Farmacêutica								
1722.33.14.01.00.00	0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	255	262	262	233	262	262	262	262
1723.00.00.00.00.00		Transferências dos Municípios								
1723.01.00.00.00.00		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde								
1723.01.01.00.00.00	0.2.30.000000	Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos				24	25	27	30	33
1723.01.02.00.00.00	0.2.30.000000	Prefeitura Municipal de Antônio Carlos			9	15	17	19	21	24
1900.00.00.00.00.00		<b>OUTRAS RECEITAS COARENTES</b>			53					
1990.00.00.00.00.00		Receitas Diversas								
1990.99.00.00.00.00	0.2.20.000000	Outras Receitas			53					
2000.00.00.00.00.00		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	7.450	108	977	863	3.205	2.080	610	80
2200.00.00.00.00.00		<b>Alienação de Bens</b>			9		20		30	
2210.00.00.00.00.00		Alienação de Bens Móveis								
2215.00.00.00.00.00		Alienação de Veículos								
2215.00.00.03.00.00	0.2.85.000101	Veículos da Saúde			9		20	-	30	-
2400.00.00.00.00.00		<b>Transferências de Capital</b>	7.450	108	968	863	3.185	2.080	580	80
2420.00.00.00.00.00		Transferências Intergovernamentais								

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2421.00.00.00.00.00		Transferências da União								
2421.01.00.00.00.00		Transferências de Recursos do SUS								
2421.01.01.00.00.00	0.2.70.000102	Convênio MS – UPA - Ampliação	910		350		500		500	
2421.01.02.00.00.00	0.2.70.000126	Convênio MS – Construção da UBS Centro		20	130	100				
2421.01.03.00.00.00	0.2.70.000172	Convênio MS – Construção da UBS Fundos	40		260	50				
2421.01.04.00.00.00	0.2.70.000208	Polos de Academia de Saúde			16	36	80	80	80	80
2421.01.05.00.00.00	0.2.70.000180	Programa Requalificação de UBS – Reforma/Ampliação			246	937				
2421.01.06.00.00.00	0.2.70.000176	Convênio MS – Construção da UBS - Prado					605			
2470.00.00.00.00.00		Transferências de Convênios								
2472.00.00.00.00.00		Transf. Conv. Estado, Distrito Federal e suas Entidades								
2472.01.00.00.00.00		Transferência de Convênios dos Estados para o SUS								
2472.01.01.00.00.00	0.2.71.000055	Convênio SDR – Hospital Biguaçu	6.500				2.000	2.000		
2472.01.02.00.00.00	0.2.71.000178	Convênio SDR – Aquisição de Ambulância		88	88					
	0.1.02.000000	Transferências Financeiras Recebidas								
		<b>SOMA (III)</b>					<b>16.423</b>	<b>15.931</b>	<b>15.156</b>	<b>15.390</b>

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU**

R\$ 1.000,00

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA			PREVISTA				
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>1000.00.00.00.00</b>		<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>57</b>	<b>61</b>	<b>27</b>	<b>149</b>	<b>588</b>	<b>656</b>	<b>718</b>	<b>788</b>
<b>1100.00.00.00.00</b>		<b>Receita Tributária</b>	<b>9</b>	<b>48</b>	<b>6</b>	<b>64</b>	<b>75</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>99</b>
<b>1120.00.00.00.00</b>		<b>Taxas</b>								
1121.00.00.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia								
1121.21.00.00.00	0.2.36.000000	Taxa de Fiscalização e Controle Ambiental			6	64	70	78	85	94
1122.00.00.00.00		Taxas pela Prestação de Serviços								
1122.99.00.00.00	0.2.36.000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	9	48			5	5	5	5
<b>1300.00.00.00.00</b>		<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>20</b>
1325.00.00.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários - RDB								
1325.01.00.00.00		RDB de Recursos Vinculados								
1325.01.48.00.00	0.2.81.000082	RDB de Recursos da Famabi	1	2	1	3	12	15	17	20
<b>1700.00.00.00.00</b>		<b>Transferências Correntes</b>	<b>48</b>	<b>10</b>		<b>15</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
1730.00.00.00.00		Transferências de Instituições Privadas								
1730.03.00.00.00	0.2.70.000129	Transferências do Instituto VONPAR	18							
1730.04.00.00.00	0.2.70.000136	Transferências da Eletrosul	30	10		15	15	20	20	20
<b>1900.00.00.00.00</b>		<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>2</b>	<b>20</b>	<b>67</b>	<b>486</b>	<b>538</b>	<b>591</b>	<b>649</b>
1910.00.00.00.00		Multas e Juros de Mora								
1911.00.00.00.00		Multas/Juros de Mora dos Tributos								
1911.99.00.00.00	0.2.36.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos			20	1	73	80	88	97
1915.00.00.00.00		Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas								
1915.99.00.00.00		Outras M e Juros de Mora da Dív Ativa de Outras Receitas								
1915.99.01.00.00	0.2.36.000000	Outras MJM da Dívida Ativa Outras Receitas – Principal					5	5	5	5
1919.00.00.00.00		Multas de Outras Origens								
1919.03.00.00.00	0.2.36.000000	Multa de Poluição de Águas					5	5	5	5
1919.35.00.00.00		Multas por danos ao Meio Ambiente								
1919.35.10.00.00	0.2.36.000000	Multas Administrativas por danos Ambientais				66	50	55	60	65
1919.35.20.00.00	0.2.36.000000	Multas Judiciais por danos Ambientais					200	210	220	240
1920.00.00.00.00		Indenizações e Restituições								
1922.00.00.00.00		Restituições								
1922.99.00.00.00	0.2.36.000000	Outras Restituições		1			1	1	1	1
1930.00.00.00.00		Receita da Dívida Ativa								
1932.00.00.00.00		Receita da Dívida Ativa não Tributária								
1932.99.01.00.00	0.2.36.000000	Receita Dívida Ativa não Tributária Outras Receitas - Principal					150	180	210	234
1990.00.00.00.00		Receitas Diversas								
1990.99.00.00.00	0.2.36.000000	Outras Receitas		1			2	2	2	2
<b>2000.00.00.00.00</b>		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>60</b>							

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ARRECADADA				PREVISTA			
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2400.00.00.00.00		Transferências de Capital	60							
2470.00.00.00.00		Transferências de Convênios								
2472.00.00.00.00		Transferências de Conv. Estados, Distrito Federal e suas Entidades								
2472.99.00.00.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados								
2472.99.23.00.00	0.2.71.000153	Convênio SDR – Aquisição de Veículo	60							
	0.1.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas								
		<b>SOMA (VIII)</b>					588	656	718	788
							184.468	207.653	230.130	251.100

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS – RECEITAS PRIMÁRIAS. (De 00 a 79) Portaria Conjunta STN/SOF n° 1/2009

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
<b>IDUSO</b>	<b>0.</b>	<b>Recursos não Destinados a Contrapartida</b>
<b>GRUPO</b>	<b>0.1.</b>	<b>Recursos do Tesouro – Exercício Corrente</b>
<b>DETALHAMENTO</b>	0.1.00.000000	Recursos Ordinários
	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%
	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS – Mínimo de 15%
	0.1.04.000000	Iluminação Pública
	0.1.05.000000	Infra-Estrutura em Transporte
	0.1.06.000000	MDEF
	0.1.07.000000	Manutenção de Escolas
	0.1.08.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental
	0.1.09.000000	Manutenção do Transporte Escolar
	0.1.10.000000	Merenda Escolar – Ensino Infantil
	0.1.12.000000	Remuneração Profissionais do Magistério – Mínimo de 60%
	0.1.13.000000	Manutenção Desenvolvimento Ensino Básico – Máximo 40%
	0.1.16.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil
	0.1.17.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar
	0.1.18.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMB
	0.1.26.000000	Manutenção do FIA
	0.1.33.000000	Manutenção do Funrebom
	0.1.34.000000	Manutenção do FMDR
	0.1.37.000000	Recursos do FNAS destinado a:
	0.1.37.000061	Proteção Especial de Alta Complexidade
	0.1.37.000066	Manutenção do Bolsa Família
	0.1.37.000069	Proteção Social Básica
	0.1.37.000070	Gestão da Política de Assistência Social
	0.1.37.000072	Proteção Especial de Média Complexidade
	0.1.37.000132	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
	0.1.37.000141	Proteção Especial de Média Complexidade
	0.1.37.000159	Proteção Especial de Média Complexidade
	0.1.37.000160	Proteção Especial de Média Complexidade

	0.1.37.000198	Gestão da Política de Assistência Social
	0.1.38.000000	Recursos do FEAS destinado a:
	0.1.38.000156	Proteção Especial de Alta Complexidade
	0.1.38.000175	Proteção Especial de Alta Complexidade
	0.1.38.000200	Benefícios Eventuais
	0.1.40.000000	Implantação de Rede de Água e Esgoto
	0.1.69.000123	Pavimentação de Ruas
	0.1.70.000000	Recursos de Convênios da União Destinados a:
	0.1.70.000017	Construção de Equipamentos para os Pescadores
	0.1.70.000018	Realização de Eventos
	0.1.70.000019	Construção da Casa do Turista
	0.1.70.000020	Construção e Melhoria de Habitações Populares
	0.1.70.000021	Sinalização e Portal Turístico
	0.1.70.000022	Implantação de Ciclovias
	0.1.70.000023	Padronização de Calçadas
	0.1.70.000024	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca
	0.1.70.000025	Implantação do Parque Tecnológico
	0.1.70.000073	Formação da Patrulha Agrícola
	0.1.70.000074	Restauração do Casarão Wollinger
	0.1.70.000075	Construção do Centro Integrado de Assistência Social
	0.1.70.000090	Construção de Equipamentos Esportivos
	0.1.70.000091	Construção de Áreas de Lazer
	0.1.70.000093	Aquisição de Equipamentos Rodoviários
	0.1.70.000094	Pavimentação de Ruas
	0.1.70.000097	Drenagem Pluvial
	0.1.70.000098	Dragagem do Rio e Fixação da Barra
	0.1.70.000122	Construção de Abrigos de Passageiros
	0.1.70.000127	Aquisição de ônibus Escolar
	0.1.70.000130	Realização da Bigfest
	0.1.70.000137	Restauração Mercado Público e Concha Acústica
	0.1.70.000138	Implantação da Cidade Digital
	0.1.70.000139	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental
	0.1.70.000140	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil
	0.1.70.000142	Profissionalização de Jovens e Adultos
	0.1.70.000143	Casa do Empreendedor

	0.1.70.000148	Construção de Pontes
	0.1.70.000150	Construção de Abrigo Institucional
	0.1.70.000152	Ondulações Transversais
	0.1.70.000154	Plano Municipal de Habitação
	0.1.70.000164	Construção de Pontes
	0.1.70.000166	Elaboração de Planos
	0.1.70.000167	Revitalização de Praças
	0.1.70.000181	Construção do Parque Municipal
	0.1.70.000195	Reurbanização de Loteamentos
	0.1.70.000196	Prevenção a Cheias
	0.1.70.000201	Cobertura de Quadra em Escola
	0.1.70.000202	Recuperação de Danos Causados por Intempéries
	0.1.71.000000	Recursos de Convênios do Estado Destinados a:
	0.1.71.000012	Manutenção do Transporte Escolar
	0.1.71.000026	Pavimentação de Estrada Rural
	0.1.71.000028	Criação do Centro Cultural
	0.1.71.000030	Apoio a Realização de Eventos Econômicos
	0.1.71.000031	Abrigos para Passageiros
	0.1.71.000078	Construção do CRAS - FMAS
	0.1.71.000079	Construção do CREAS - FMAS
	0.1.71.000095	Pavimentação de Ruas
	0.1.71.000147	Construção Equipamentos Segurança
	0.1.71.000149	Construção de Pontes
	0.1.71.000151	Construção de Abrigo Institucional - FIA
	0.1.71.000155	A destinar
	0.1.71.000177	Aquisição de Ônibus Escolares
	0.1.71.000189	Revitalização da Orla Marítima
<b>GRUPO</b>	<b>0.3.</b>	<b>Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores</b>
	0.3.xx.xxxxxx	(Repetir os grupos e o detalhamento acima)
<b>GRUPO</b>	<b>0.2.</b>	<b>Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente</b>
	0.2.20.000000	ASPS – Manutenção do FMS
	0.2.27.000000	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária
	0.2.28.000015	ASPS – Manutenção da UPA
	0.2.28.000042	ASPS – Ações de Atenção Básica – PAB Fixo
	0.2.28.000043	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária



	0.2.28.000044	ASPS – Ações de Assistência Farmacêutica Básica
	0.2.28.000046	ASPS – Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS
	0.2.28.000047	ASPS – Ações de Saúde da Família – PABV/ESF
	0.2.28.000048	ASPS – Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU
	0.2.28.000049	ASPS – Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO
	0.2.28.000050	ASPS – Núcleos de Apoio a Saúde Familiar – NASF
	0.2.28.000119	ASPS – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade
	0.2.28.000120	ASPS – Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS
	0.2.28.000179	ASPS – Ações de Atenção Básica – PMAQ
	0.2.28.000182	ASPS - Centro de Especialidade Odontológica – PMAQ/CEO
	0.2.28.000183	ASPS – Atendimento Psico-Social
	0.2.28.000184	ASPS – Ações Saúde da Família/Saúde Bucal
	0.2.28.000104	ASPS – Biguaçu sem Miséria
	0.2.28.000105	ASPS - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade
	0.2.28.000106	ASPS – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade
	0.2.28.000107	ASPS – Vigilância Epidemiológica
	0.2.28.000108	ASPS – Vigilância Ambiental
	0.2.28.000109	ASPS – Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS
	0.2.28.000187	ASPS – Atendimento Psico-Social
	0.2.28.000203	ASPS – Ações de Atenção Básica
	0.2.29.000052	ASPS – Ações de Assistência Farmacêutica Básica
	0.2.29.000053	ASPS – Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO
	0.2.29.000054	ASPS – Ações de Atenção Básica
	0.2.29.000125	ASPS – Manutenção do FMS
	0.2.29.000188	ASPS – Atendimento Psico-Social
	0.2.30.000000	ASPS - Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU
	0.2.32.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas
	0.2.35.000000	Despesas Administrativas do RPPS
	0.2.36.000000	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
	0.2.70.000083	Educação Ambiental
	0.2.70.000084	Recuperação de Áreas Degradadas
	0.2.70.000085	Saneamento Ambiental
	0.2.70.000086	Preservação Ambiental
	0.2.70.000102	Unidade de Pronto Atendimento – UPA - Ampliação
	0.2.70.000126	Construção Unidade Básica de Saúde – Centro

	0.2.70.000129	Projeto Lixo é Vida
	0.2.70.000136	Reciclagem de Lixo
	0.2.70.000172	Construção de Unidade Básica de Saúde - Fundos
	0.2.70.000176	Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado
	0.2.70.000180	Reforma e Ampliação de UBS
	0.2.70.000208	Implantação de Polos de Academia
	0.2.71.000000	Recursos de Convênios do Estado Destinados a:
	0.2.71.000055	Construção do Hospital Municipal de Biguaçu
	0.2.71.000153	Aquisição de Veículo para FAMABI
	0.2.71.000178	Aquisição de Ambulância
<b>GRUPO</b>	<b>0.6.</b>	<b>Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores</b>
	0.6.xx.xxxxxx	(Repetir os grupos e o detalhamento acima)

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS – RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS. (De 80 a 99) Portaria Conjunta STN/SOF n° 1/2009

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO	0.	<b>Recursos não Destinados a Contrapartida</b>
GRUPO	0.1.	<b>Recursos do Tesouro – Exercício Corrente</b>
DETALHAMENTO	0.1.80.000000	Recursos Ordinários
	0.1.81.000000	Recursos de Rendimento de Aplicações Destinados a:
	0.1.81.000001	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico
	0.1.81.000002	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
	0.1.81.000003	Infra-Estrutura em Transporte
	0.1.81.000004	Merenda Escolar – Ensino Fundamental
	0.1.81.000005	Merenda Escolar – Ensino Infantil
	0.1.81.000006	Transporte Escolar
	0.1.81.000008	Trânsito – Polícia Civil
	0.1.81.000009	Trânsito – Polícia Militar
	0.1.81.000010	Trânsito – Prefeitura
	0.1.81.000011	Transporte Escolar
	0.1.81.000117	Programa Moradia
	0.1.81.000118	A classificar
	0.1.81.000158	Pavimentação de Ruas
	0.1.81.000058	Manutenção do Funrebom
	0.1.81.000059	Manutenção do FIA
	0.1.81.000067	Manutenção do FMAS
	0.1.81.000080	Manutenção do FMDR
	0.1.82.000000	Recursos de Operações de Créditos Destinados a:
	0.1.82.000013	Programa de Modernização da Administração Pública
	0.1.82.000014	Construção e Melhorias Habitacionais Populares
	0.1.82.000089	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
	0.1.82.000096	Pavimentação de Ruas

	0.1.82.000128	Revitalização da Máquina Arrecadadora
	0.1.82.000161	Aquisição de Equipamentos Rodoviários
	0.1.82.000170	Pavimentação de Ruas
	0.1.82.000171	Construção do Centro Administrativo Municipal
	0.1.82.000194	Pavimentação de Ruas
	0.1.85.000000	Recursos de Alienação de Ativos Destinados a:
	0.1.85.000099	Despesas de Capital da Educação
	0.1.85.000100	Despesas de Capital em Geral
	0.1.85.000168	Construção ou Melhoria de Casas Populares
	0.1.85.000169	Construção ou Melhoria de Casas Populares
<b>GRUPO</b>	<b>0.3.</b>	<b>Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores</b>
	0.3.xx.xxxxxx	(Repetir os grupos e o detalhamento acima)
<b>GRUPO</b>	<b>0.2.</b>	<b>Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente</b>
	0.2.81.000000	Recursos de Rendimento de Aplicações Destinados a:
	0.2.81.000040	Pagamento de Inativos e Pensionistas
	0.2.81.000041	ASPS – Manutenção do FMS
	0.2.81.000082	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
	0.2.81.000124	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu
	0.2.81.000165	Despesas Administrativas do RPPS
	0.2.85.000000	Recursos de Alienação de Ativos Destinados à:
	0.2.85.000101	Despesas de Capital em Saúde
<b>GRUPO</b>	<b>0.6.</b>	<b>Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores</b>
	0.6.xx.xxxxxx	(Repetir os grupos e o detalhamento acima)

IDUSO – Indicador de Usos

GRUPO – Grupo de Destinação de Recursos

DETAMENTO: Detalhamento das Destinações de Recursos

PRIMÁRIA – Receitas Primárias (Não Financeiras)

NÃO-PRIMÁRIA – Receitas não-primárias (Financeiras)

**Lei N° 3402/2013**

LEI N° 3402/2013 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O PERÍODO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL AIRTON PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração Municipal de Biguaçu para o período: 2014/2017 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei, que prevê para o período uma arrecadação de R\$ 873.351.000,00 (oitocentos e setenta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais), sendo R\$ 681.720.000,00 (seiscentos e oitenta e um milhões, setecentos e vinte e um mil reais) da Unidade Gestora Prefeitura, R\$ 125.981.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e oitenta e um mil reais) da Unidade Gestora Biguaçuprev, R\$ 62.900.000,00 (sessenta e dois milhões e novecentos mil reais) da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde e R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais) da Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme Anexo I desta lei e demonstrativo abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

**UNIDADE GESTORA PREFEITURA**

1. RECEITAS CORRENTES	609.822.000,00
1.1. Receita Tributária	140.990.000,00
1.2. Receita de Contribuição	15.315.000,00
1.3. Receita Patrimonial	7.293.000,00
1.4. Receita de Serviços	2.056.000,00
1.5. Transferências Correntes	431.149.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	13.019.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	150.755.000,00
2.1. Operações de Crédito	22.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	200.000,00
2.3. Transferências de Capital	128.555.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-78.857.000,00
SOMA	681.720.000,00

**UNIDADE GESTORA PREVBIGUAÇU**

1. RECEITAS CORRENTES	100.159.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	12.048.000,00
1.2. Receita Patrimonial	87.672.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	439.000,00
2. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.822.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	23.914.000,00
2.2. Outras Receitas Correntes	1.908.000,00
SOMA	125.981.000,00

**UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1. RECEITAS CORRENTES	56.925.000,00
1.1. Receita Tributária	836.000,00
1.2. Receita Patrimonial	516.000,00
1.3. Transferências Correntes	55.573.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.975.000,00
2.1. Alienação de Bens	50.000,00
2.2. Transferências de Capital	5.925.000,00
SOMA	62.900.000,00

**UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

1. RECEITAS CORRENTES	2.750.000,00
1.1. Receita Tributária	347.000,00
1.2. Receita Patrimonial	64.000,00
1.3. Transferências Correntes	75.000,00
1.4. Outras Receitas Correntes	2.264.000,00
SOMA	2.750.000,00

TOTAL	873.351.000,00
(-) Receita Intraorçamentária	25.822.000,00

**META FISCAL DE ARRECADAÇÃO**

847.529.000,00

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Biguaçu para o período 2014/2017, contemplará todas as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme apresentação nas planilhas constantes do Anexo II e integrante desta Lei, com identificação dos programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, classificação funcional da despesa e denominação das ações com indicação do produto, unidade de medida, meta física, meta financeira e fonte de financiamento.

Art. 3º A despesa consolidada prevista para o período 2014/2017 e classificada por programas e ações, função e sub-função de governo, está demonstrada no Anexo IV e Anexo III desta lei, conforme abaixo:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	26.130.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	66.408.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	47.187.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.203.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.796.000,00
10. SAÚDE	153.905.000,00
11. TRABALHO	100.000,00
12. EDUCAÇÃO	160.344.000,00
13. CULTURA	3.750.000,00
15. URBANISMO	131.208.000,00
16. HABITAÇÃO	8.500.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	7.715.000,00
19. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.300.000,00
20. AGRICULTURA	22.262.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.626.000,00
26. TRANSPORTE	41.998.000,00
27. DESPORTO E LAZER	19.182.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	25.473.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	114.264.000,00
TOTAL	873.351.000,00

(-) Despesas Intra-Orçamentárias	25.822.000,00
META FISCAL DE DESPESA	847.529.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	38.192.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54.346.000,00
0003. O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO	160.494.000,00
0004. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	153.985.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	22.782.000,00
0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	46.040.000,00
0007. BIGUAÇU, O MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO	69.286.000,00
0008. CUINDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	7.715.000,00
0009. REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU	164.978.000,00
0010. ENCARGOS GERAIS	41.269.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	114.264.000,00
TOTAL	873.351.000,00

(-) Despesas Intra-Orçamentárias	25.822.000,00
META FISCAL DE DESPESA	847.529.000,00

Art. 4º As metas físicas e financeiras por ações de governo, estão demonstradas de forma consolidada no Anexo V desta LEI.

Art. 5º A origem e destinação dos recursos, na forma estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2009 está demonstrado no Anexo VI desta lei com o objetivo de evidenciar o equilíbrio entre

as receitas e as despesas em cada fonte.

Art. 6º A previsão do cumprimento do gasto mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, está demonstrado nos Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 7º Para fins desta Lei considera-se:

- I - Função de governo, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II - Sub-Função de governo, a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III - Programa de governo, o instrumento de organização da ação governamental visando á concretização dos objetivos pretendidos;
- IV - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração das potencialidades, necessidades e dificuldades no contexto de cada programa;
- V - Diretrizes, o conjunto de critérios a serem adotados na execução das ações que integram cada programa para alcançar os objetivos estabelecidos;
- VI - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais integrantes do programa;
- VII - Ações de Governo, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas á execução do programa;
- VIII - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- IX - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 8º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão quantificados a preços correntes.

Art. 9º A inclusão de novas ações de governo no Plano Plurianual ocorrerá de forma automática quando da abertura do respectivo crédito adicional especial e sua inclusão como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10 Na definição das prioridades e metas da administração extraídas desta lei para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, fica autorizada a elevação ou diminuição das metas físicas e financeiras constantes dos anexos II e V, de forma a preservar o equilíbrio de caixa quando da execução da Lei Orçamentária.

Art. 11 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2013.  
VEREADOR MANOEL AIRTON PEREIRA  
Presidente

Lei nº 3402/2013, de 24/09/2013  
Promulgada em 24/09/2013  
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS  
Escriturária

**Lei Nº 3402/2013 - Anexo II**  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC  
Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA:  
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

**DIAGNÓSTICO:**

O Programa "Gestão Administrativa Superior" envolve as Unidades Administrativas do Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-Prefeito, Secretaria de Governo, Assessoria de Gabinete, Diretoria de Controle Interno, Gerência de Comunicação, Procuradoria Geral e as Unidades Gestoras: Câmara Municipal e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais.

O Poder Legislativo funciona em prédio alugado, possui 15 Vereadores e 93 servidores municipais distribuídos em funções administrativas e de assessoria aos parlamentares. As sessões ordinárias da Câmara de Vereadores acontecem duas vezes por semana. No período compreendido entre os dias 17 de agosto de 2011 e 16 de agosto de 2012, a Câmara de Vereadores de Biguaçu aprovou 166 Projetos de Leis; editou 6 Resoluções, editou 3 Decretos Legislativos; instalou 2 Comissões Parlamentares de Inquéritos; julgou 02 contas de governo; aprovou 237 indicações dos vereadores; aprovou 14 pedidos de informações ao Poder Executivo; e formulou 12 requerimentos. Para melhor adequar as instalações do Poder Legislativo, está sendo previsto neste instrumento, recursos para conclusão das obras da sede própria da Câmara.

A Estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretaria de Governo, Assessoria de Gabinete, Diretoria de Controle Interno, Gerência de Comunicação e envolve hoje 34 servidores e funciona no prédio da Prefeitura, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Finanças.

O Instituto de Previdência dos Servidores da Prefeitura de Biguaçu, criado em 27 de dezembro de 2001 e fechou o balanço de 2012 com um patrimônio financeiro de R\$ 40.790.920,24 (Quarenta milhões setecentos e noventa mil novecentos e vinte reais e vinte e quatro centavos) e um Ativo Real Líquido de R\$ 11.639.735,48 (Onze milhões seiscentos e trinta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Atualmente estão inscritos no PrevBiguaçu 885 servidores ativos, 66 aposentados e 12 pensionistas e 45 inativos/pensionista a cargo do tesouro. A Autarquia conta com 2 servidores efetivos para conduzir as tarefas relacionadas à sua administração.

**DIRETRIZES:**

Realização de sessões ordinárias e extraordinárias quando convocadas regimentalmente; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação, discussão e votação de projetos de leis, de resoluções e de indicações; fiscalização dos atos da administração municipal; julgamento das contas de governo; realização de audiências públicas; e execução das demais atribuições do Poder Legislativo. Contratação das obras e serviços necessários à conclusão da sede da Câmara;

Coordenar, controlar e dirigir a execução das ações programadas e constantes da Lei Orçamentária Anual com apoio dos Secretários, Assessores e servidores municipais;

Atualização permanente das normas de controle interno e do check list, verificação quadrimestral do cumprimento das normas pelos operadores do controle interno mediante apresentação de relatório por estes; programação e realização de auditoria interna, propor a instauração de tomada de contas especiais em caso de indícios de dano ao erário, propor abertura de processo administrativo para apurar responsabilidade pelo descumprimento de normas de controle interno, elaboração de relatório bimestral de controle interno e emissão de parecer sobre as contas anuais de governo;

Administrar os recursos financeiros do Instituto conforme disposto na legislação vigente, buscando os melhores rendimentos, sem abandonar o princípio da prudência. Elaborar os processos de aposentadoria e pensão para encaminhamento ao Tribunal de Contas para análise e registro.

Divulgar os atos e atividades da administração municipal, prestar serviços de comunicação e relações públicas.

**OBJETIVOS:**

Dar condições para que o Poder Legislativo exerça suas funções básicas de legislar, fiscalizar os atos da administração e julgar as contas de Governo.

Coordenar através do Gabinete do Prefeito, a execução das políticas públicas contempladas nos instrumentos de planejamento.

Cuidar, para que os atos da administração sejam executados em obediência aos princípios que regem a administração pública.

Manter a sociedade informada acerca das atividades desenvolvidas pela administração municipal de Biguaçu.

Constituir reserva financeira capaz de garantir o pagamento de proventos e pensões aos aposentados municipais e aos seus dependentes.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
01.031.0001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	Sessão	Unidade	304	26.130.000,00	0.1.00.000000
04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito				4.481.000,00	0.1.00.000000
04.122.0001.2003	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito				840.000,00	0.1.00.000000
04.124.0001.2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno				603.000,00	0.1.00.000000
04.122.0001.2005	Administração do BiguaçuPrevi	Servidores	Unidade	1.200	1.400.000,00	0.2.35.000000
04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência de Comunicação				4.738.000,00	0.1.00.000000
	<b>TOTAL</b>				<b>38.192.000,00</b>	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA**  
**ANEXO II**

**DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.**

**PROGRAMA:**

0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



**DIAGNÓSTICO:**

A administração municipal de Biguaçu necessidade de investimentos permanentes voltados para a modernização da sua estrutura organizacional, adoção de instrumentos de trabalho mais eficazes de atuação, valorização do servidor público, melhoria da capacidade de planejamento de suas ações, controle da qualidade dos serviços prestados pelas diversas unidades administrativas e controle da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

A Secretaria de Planejamento e Gestão conta com 33 servidores e dispõe de 4 automóveis.

A Procuradoria Geral Município conta com 12 servidores e não dispõe de veículo.

A Secretaria Municipal de Administração, responsável pela execução dos atos administrativos relacionados com protocolo, licitações, contratos, compras, recursos humanos e patrimônio conta com 53 servidores e dispõe de 2 veículos.

A Secretaria Municipal da Fazenda conta com 34 servidores e dispõe de 3 automóveis.

A Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, estruturada com uma Diretoria Geral e uma Gerência de Relacionamento Comunitário, conta com 3 servidores e dispõe de 1 veículo.

A Secretaria Municipal de Integração Regional, estruturada com uma Diretoria Geral e duas Gerências: Operacional do Bom Viver e Operacional de Cachoeira, conta com 4 servidores e dispõe de 1 veículo.

Em atendimento a norma legal editada pelo Ministério da Previdência Social, o Município iniciou a amortização do déficit atuarial junto ao Regime Próprio de Previdência a partir do exercício de 2012 de forma a preservar o Certificado de Regularidade Previdenciária que é condição para assinatura de convênios com o Governo Federal e contratação de empréstimo.

O serviço de proteção ao consumidor – PROCON atua com uma estrutura de 3 servidores.

**DIRETRIZES:**

Estimular a participação dos servidores em cursos de capacitação;

Desenvolver uma estrutura para produção de projetos de engenharia;

Dotar a Procuradoria Geral de estrutura capaz de atender de forma satisfatória as demandas jurídicas e de execução e cobrança dos créditos tributários;

Revitalizar a máquina arrecadadora mediante a atualização permanente do cadastro imobiliário e econômico de forma a cobrar com justiça social os tributos de competência do Município; proceder ao lançamento e baixa dos tributos municipais; exercer o controle e cobrança da dívida ativa; exercer a fiscalização tributária, de obras e posturas; exercer o controle da execução orçamentária e financeira, tudo em conformidade com as normas de controle interno. Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, elaboração mensal da folha de pagamento e cálculo das obrigações patronais para recolhimento no prazo; cadastro e lotação dos bens patrimoniais; realização de inventário periódico; controle da movimentação dos processos; controle de frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios, contratos e emissão das autorizações de fornecimento, tudo em conformidade com as normas de controle interno.

Recolher em dia as contribuições previdenciárias e a amortização do déficit atuarial junto ao regime próprio de previdência.

Realização de audiências públicas para eleger prioridades da administração a serem contempladas nos instrumentos de planejamento.

Atender a população na defesa de seus direitos como consumidor.

**OBJETIVOS:**

Modernizar a atuação administrativa e financeira da Prefeitura de forma que o Município arrecade os tributos de sua competência e execute com qualidade os serviços públicos.

Envolver a sociedade na elaboração dos instrumentos de planejamento.

Proteger a sociedade de Biguaçu aplicando quando necessário o código de defesa do consumidor.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão				8.800.000,00	0.1.00.000000
04.121.0002.2008	Implantação e Manutenção da Indústria de Projetos				400.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município				3.200.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.1001	Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração	Área	M2	720	300.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.1002	Construção do Centro Administrativo Municipal	Área	M2	2.000	200.000,00	0.1.00.000000
					3.000.000,00	0.1.82.000171
04.122.0002.2010	Manutenção da Secretaria do Orçamento Participativo				1.100.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração				16.000.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional				1.231.000,00	0.1.00.000000
04.122.0002.2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS				1.908.000,00	0.1.00.000000

04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda				14.996.000,00	0.1.00.000000
04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática				800.000,00	0.1.00.000000
					1.200.000,00	0.1.82.000013
04.128.0002.2015	Capacitação de Servidores	Servidor	Unidade	1.000	150.000,00	0.1.00.000000
04.129.0002.1004	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecadação				800.000,00	0.1.00.000000
14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	Atendto/Ano	Unidade	2.500	261.000,00	0.1.00.000000
	TOTAL				54.346.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA****ANEXO II****DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.****PROGRAMA:**

0003. O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 12 Centros Infantis (CI) com 1.570 crianças matriculadas, 7 Escolas de Ensino Fundamental (EEF) com 2.404 crianças e adolescentes matriculados e 3 Escolas Indígenas (EI) com 70 descendentes indígenas matriculados. Possui também 1 Centro de Ensino Profissionalizante (CEP) com 250 alunos matriculados, 1 Programa voltado à Educação para Jovens e Adultos (EJA) com 232 alunos matriculados.

A Secretaria Municipal de Educação conta com 781 servidores, sendo 165 profissionais do magistério em efetivo exercício no ensino fundamental e 283 no ensino infantil.

Há à disposição da Secretaria 23 veículos, sendo estes 3 automóveis, 2 vans, 8 microônibus e 10 ônibus. O Município transporta diariamente cerca de 5.785 alunos da rede de ensino básico.

Há necessidade de ampliar a rede física de ensino fundamental e infantil para atender o crescimento da demanda, aquisição de novos veículos para renovação da frota ocupada com o transporte escolar, ampliação do acervo bibliográfico nas escolas e capacitação continuada dos professores para melhoria permanente da qualidade de ensino.

**DIRETRIZES:**

Licitar, contratar e adquirir gêneros alimentícios, orientado por nutricionistas, para fornecer merenda escolar de qualidade aos alunos da rede de ensino municipal;

Buscar apoio financeiro junto ao Governo Federal, licitar e contratar a ampliação da rede física de ensino básico;

Realizar concurso público e/ou processo seletivo para nomear ou contratar os profissionais do magistério necessários ao funcionamento das escolas, licitar, contratar e adquirir os materiais e serviços necessários ao bom funcionamento das escolas;

Adquirir novos livros para ampliar o acervo bibliográfico nas escolas;

Capacitação inovadora e Formação continuada para os Profissionais da Educação em convênio entre Prefeitura e Universidade local para novos cursos e formação especializada;

Buscar apoio financeiro junto ao Governo Federal e/ou realizar operações de crédito para renovação da frota de veículos para o transporte escolar de forma a garantir um transporte seguro aos alunos;

Implantar turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na zona rural, alimentação em horários adequados garantindo também o acesso das pessoas com deficiência;

Ampliar as Salas de Informática para todos os níveis de ensino;

Atualizar o Sistema Municipal de Educação;

Implantar Atendimento Educacional Especializado - (AEE);

Proporcionar autonomia Pedagógica e Administrativa para as Escolas e Centros de Educação Infantil;

Implantação Curricular de Artes, Línguas Estrangeiras como Inglês ou Espanhol a partir do 1º ano do Ensino Fundamental;

Implantar Equipe de Suporte profissional e pessoal para os profissionais da educação;

Implantar projetos para Vivências Culturais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA - Educação de Jovens e Adultos;

Adotar políticas públicas permanentes que assegurem o direito de uma educação escolar em todos os níveis na comunidade indígena;

Executar o Projeto Feira Municipal do Livro – realizar feira de literatura e artes para incentivar os alunos e comunidade a leitura;

Criação do Centro de Educação Municipal de Biguaçu, que contemplará Cursos Técnicos profissionalizantes, capacitando os jovens de Biguaçu para trabalharem nas empresas de Biguaçu, oferecendo a estas mão-de-obra qualificada;

Ampliação do acervo bibliográfico na biblioteca pública.

**OBJETIVOS:**

Trabalhar na Construção do Saber para a Cidadania, valorizando as práticas pedagógicas de ensinar e aprender, proporcionando o exercício digno da cidadania e da convivência social. Para isso o poder público municipal irá investir recursos em infra-estrutura, em capacitação inovadora e na valorização dos profissionais da educação, ações que garantem melhorias concretas na qualidade de nosso ensino público e integração dos projetos educacionais com os projetos de desenvolvimento econômico sustentado, integração social e cultural.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	Refeição/dia	Unidade	2.300	2.763.000,00	0.1.00.000000
					736.000,00	0.1.08.000000
					12.000,00	0.1.81.000004
12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	Área	M2	4.000	4.000.000,00	0.1.01.000000
					200.000,00	0.1.06.000000
12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	2.400	12.733.000,00	0.1.01.000000
					3.000.000,00	0.1.06.000000
					18.000,00	0.1.07.000000
					60.000,00	0.1.81.000002
					6.600.000,00	0.1.13.000000
12.361.0003.2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	Profissional	Unidade	217	23.923.000,00	0.1.12.000000
					253.000,00	0.1.81.000001
12.361.0003.2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	Livros	Unidade	3.000	100.000,00	0.1.01.000000
12.361.0003.2021	Capacitação e Formação Continuada de Professores	Professor	Unidade	720	500.000,00	0.1.01.000000
12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	2.500	7.228.000,00	0.1.01.000000
					137.000,00	0.1.09.000000
					2.679.000,00	0.1.13.000000
					3.237.000,00	0.1.71.000012
					4.000,00	0.1.81.000006
					59.000,00	0.1.81.000011
12.361.0003.1006	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	Veículo	Unidade	7	2.000.000,00	0.1.01.000000
					80.000,00	0.1.85.000099
					1.300.000,00	0.1.82.000089
12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	Aluno	Unidade	300	1.006.000,00	0.1.00.000000
12.364.0003.2024	Manutenção do Ensino Superior	Aluno	Unidade	100	100.000,00	0.1.00.000000
12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	Refeição/dia	Unidade	6.600	4.543.000,00	0.1.00.000000
					1.132.000,00	0.1.10.000000
					9.000,00	0.1.81.000005
12365.0003.1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Área	M2	6.000	3.000.000,00	0.1.01.000000
					2.500.000,00	0.1.70.000140
					300.000,00	0.1.06.000000
12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	Aluno	Unidade	1.700	19.950.000,00	0.1.01.000000
					3.816.000,00	0.1.06.000000
					7.600.000,00	0.1.13.000000
12.365.0003.2027	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	Profissional	Unidade	185	41.399.000,00	0.1.12.000000

12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Aluno	Unidade	530	1.976.000,00	0.1.01.000000
12.367.0003.2029	Apoio à APAE	Aluno	Unidade	230	1.391.000,00	0.1.00.000000
13.392.0003.2030	Feira Municipal do Livro e do Conhecimento	Stand/ano	Unidade	40	40.000,00	0.1.00.000000
13.392.0003.2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	Visita/dia	Unidade	1.600	110.000,00	0.1.00.000000
	TOTAL				160.494.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA  
ANEXO II****DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.****PROGRAMA:**

0004. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 16 unidades básicas de saúde (Postos de Saúde), uma unidade de pronto atendimento, uma policlínica, um centro de atenção psicossocial, um centro de especialidades odontológicas, três laboratórios clínicos contratados e um próprio e um hospital em construção com capacidade para 130 leitos, dezoito equipes do ESF, 27 médicos plantonistas, dezesseis médicos vinculados às equipes do ESF, doze médicos especialistas, vinte e oito dentistas, três farmacêuticos, vinte e quatro enfermeiros, um médico veterinário, quatro fisioterapeutas, dois fonoaudiólogos, quatro psicólogos, um nutricionista e três bioquímicos.

Toda essa estrutura produziu cerca de 710.000 atendimentos;

Segundo o censo do IBGE em 2010, a população do município é de 58.238 habitantes;

A Secretaria Municipal de Saúde conta com 597 servidores;

Há à disposição da Secretaria 34 veículos, um trailer odontológico e um reboque.

**DIRETRIZES:**

Fortalecer e garantir os pressupostos organizativos e doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o estabelecimento de condições técnicas, científicas e administrativas que propiciem a descentralização, a hierarquização e a regionalização dos serviços que o compõem e a integralidade, universalidade e equidade nas práticas em saúde;

Promover a distribuição e aproveitamento dos recursos, serviços e ações de saúde, considerando critérios de especificidades do contingente populacional, demanda e acessibilidade física geográfica e sazonal;

Adequar o município a novos níveis de gestão pública como subsídio para o atendimento da população em níveis de maior complexidade e a obtenção de recursos para a área de saúde e a criação de serviços;

Implantar de forma planejada e gradual o Hospital Regional de Biguaçu, com prioridade nas fases iniciais para os serviços de maior necessidade da população;

Manter e ampliar os serviços de Pronto Atendimento 24 horas à população com a organização de equipes de trabalho e a adequação e complementação de redes de apoio e diagnóstico (RX, exames laboratoriais, outros) para atender as situações de urgência e emergência;

Reforçar ações de investigação e vigilância sanitária e epidemiológica para atender de modo coerente a população nas suas necessidades e especificidades e para fundamentar o planejamento, controle e avaliação das práticas de saúde com vistas à redução dos índices de morbidade e mortalidade no município;

Criar o Comitê de Controle de Infecções e de Práticas de Biosegurança no âmbito das Unidades e Serviços de Saúde pública e ambulatorial;

Apoiar a Comissão de Ética e Bioética dos Serviços de Saúde Pública e Ambulatorial, integrada ao Conselho Municipal de Saúde e aos Conselhos Locais;

Promover, estimular e ampliar a intersetorialidade e interinstitucionalidade para dar maior amplitude e resolutividade nas ações de saúde e garantir verdadeiramente atendimento integral e equânime para a população;

Implantar a Clínica de Especialidades Integradas para reduzir as filas para consultas médicas e exames e combater a falta de medicamentos, além de dar resolutividade e agilidade no andamento de processos de maior complexidade;

Implantar o Programa Saúde Virtual que pretende informatizar toda a rede de atenção à saúde e prevê três importantes metas: a integração de diferentes serviços e setores, o acesso do cidadão para agendamento de consultas e exames também através da internet e da casa do povo no seu bairro (caso o munícipe não tenha acesso a internet) e o Prontuário Virtual da Família, onde todos terão suas informações registradas nos computadores das suas Unidades de Saúde através de uma senha-registro, acopladas por família como prevê a Estratégia de Saúde da Família e com o mesmo sigilo e responsabilidade garantido em qualquer prontuário de saúde;

Implantar o "Projeto Acolhendo o Cidadão" – conjunto de ações integradas de capacitação, formação e valorização dos profissionais e servidores da área da saúde, com foco na humanização e melhoria efetiva do atendimento diário à população. Para tanto serão viabilizados projetos e recursos através Pólo de Formação Permanente/MS, hoje denominado na nossa região de CIES, que potencialmente pode tornar possível às práticas de formação e educação para saúde no SUS;

Fortalecer, ampliar e reorganizar a Estratégia de Saúde da Família, através da criação da equipe de planejamento, controle e avaliação das práticas de saúde e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família para referência multiprofissional e de serviços especializados;

Implantar o "Projeto Viver Idoso" junto ao Núcleo de Apoio – para acompanhamento multiprofissional especializado e para práticas de atividade física, motivação, ocupação, lazer e orientações para a população em geral com vistas ao processo de envelhecimento saudável, a autonomia e independência;

Realizar o Projeto Adole-Ser, voltado à inclusão e comprometimento dos adolescentes nas atividades de saúde e no controle social, este projeto pretende ser uma ferramenta para o fortalecimento das relações entre a Escola seus professores e alunos e as Unidades de Saúde, com vistas ao combate as drogas, a violência e os comportamentos de risco e exclusão;

Implantar o Projeto Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) I e II para prestar atendimento especializado e multiprofissional aos portadores de transtornos mentais/psíquicos/emocionais/psicosociais e suas famílias e para a prática de ações preventivas e fortalecimento das redes de apoio juntos a esses grupos e a população em geral através da integração dos setores: Saúde/PSF – Educação - Assistência Social;

Implantar o projeto Mulher em Foco, que se baseia em diretrizes nacionais de saúde da mulher com o enfoque no fortalecimento das ações de prevenção de câncer de colo de útero e mama e no planejamento familiar;

Implantar o projeto Mãe-bebê, que pretende estabelecer metas para redução de riscos no pré-natal, parto e puerpério, favorecer o aleitamento materno e fortalecer as ações de imunização nas crianças menores de cinco anos;

Criar o projeto Cidadão Sorriso que fará investimentos para a saúde bucal na primeira infância, levará o dentista para escola e promoverá a inclusão de conteúdos de odontologia nos currículos escolares;

Realizar o projeto Dentista Papa-fila que pretende acabar com as filas para os dentistas através do controle de infecção bucal e de estratégias de otimização e de reorganização das práticas de atendimento;

Implantar o Centro de Especialidades Odontológicas II para atender a grande demanda da população com necessidades por tratamentos odontológicos especializados;

Fortalecer a vigilância epidemiológica e a busca ativa em odontologia, as práticas de educação em saúde e a integração das equipes de saúde bucal nas ações e equipes da Estratégia Saúde da Família e nos diferentes setores.

**OBJETIVOS:**

Implementar ações que se fundamentam em prevenção e na promoção da saúde e da qualidade de vida do cidadão, na compreensão do ser humano integralmente em todos os ciclos de vida. Para tanto, pretendemos favorecer e garantir um atendimento diferenciado e de qualidade nas unidades de saúde e em todos os serviços oferecidos no âmbito do SUS em níveis de atenção básica e de maior complexidade.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
10.301.0004.1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	Área	M2	6.468	1.000.000,00	0.1.02.000000
					4.000.000,00	0.2.71.000055
10.301.0004.1009	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	Polos	Unidade	03	50.000,00	0.1.02.000000
					320.000,00	0.2.70.000208
10.301.0004.1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	Área	M2	1.000	60.000,00	0.1.02.000000
					1.000.000,00	0.2.70.000102
					605.000,00	0.2.70.000176
10.301.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	Atendto./Ano	Unidade	36.000	14.221.000,00	0.1.02.000000
10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				6.000.000,00	0.1.02.000000
					516.000,00	0.2.81.000041
10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	Atendto./Ano	Unidade	25.000	6.000.000,00	0.1.02.000000
					7.427.000,00	0.2.28.000042
					1.344.000,00	0.2.29.000054
					44.000,00	0.2.28.000203
10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	Atendto./Ano	Unidade	190.000	13.026.000,00	0.1.02.000000
					7.586.000,00	0.2.28.000047
					5.200.000,00	0.2.28.000179
10.301.0004.2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	Atendto./Ano	Unidade	125.000	896.000,00	0.1.02.000000
					8.197.000,00	0.2.28.000046
10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	Atendto./Ano	Unidade	6.000	2.400.000,00	0.1.02.000000
					1.032.000,00	0.2.28.000184
10.301.0004.2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	Atendto./Ano	Unidade	150.000	4.478.000,00	0.1.02.000000
					1.210.000,00	0.2.28.000044

					1.048.000,00	0.2.29.000052
10.301.0004.2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	Atendto./Ano	Unidade	15.000	240.000,00	0.1.02.000000
					1.920.000,00	0.2.28.000050
10.302.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	Atendto./Ano	Unidade	6.000	3.840.000,00	0.1.02.000000
					252.000,00	0.2.28.000182
					482.000,00	0.2.28.000049
					166.000,00	0.2.29.000053
10.301.0004.1011	Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	04	150.000,00	0.1.02.000000
					50.000,00	0.2.85.000101
10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU	Atendto./Ano	Unidade	2.000	513.000,00	0.1.02.000000
					914.000,00	0.2.28.000048
					196.000,00	0.2.30.000000
10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	Atendto./Ano	Unidade	120.000	25.000.000,00	0.1.02.000000
					7.360.000,00	0.2.28.000119
					444.000,00	0.2.28.000106
10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	Atendto./Ano	Unidade	7.300	960.000,00	0.1.02.000000
					780.000,00	0.2.28.000187
10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	Atendto./Ano	Unidade	30.000	9.600.000,00	0.1.02.000000
					8.160.000,00	0.2.28.000015
10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	Atendto./Ano	Unidade	1.400	451.000,00	0.1.02.000000
					836.000,00	0.2.27.000000
					118.000,00	0.2.28.000043
					124.000,00	0.2.28.000108
10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	Atendto./Ano	Unidade	75.000	1.920.000,00	0.1.02.000000
					937.000,00	0.2.28.000107
					48.000,00	0.2.28.000109
					344.000,00	0.2.28.000120
10.306.0004.2047	Biguaçu sem Miséria	Família Atda./Ano	Unidade	100	200.000,00	0.1.02.000000
					240.000,00	0.2.28.000104
17.512.0004.2048	Manutenção do Sistema próprio Distribuição de Água	Ligação	Unidade	500	80.000,00	0.1.02.000000
	TOTAL				153.985.000,00	

## MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

## PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA

## ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA:

0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER



**DIAGNÓSTICO:**

Destacam-se no território municipal os seguintes espaços culturais: Aqueduto, Museu Etnográfico (Casa dos Açores), Igreja de São Miguel, Escola Municipal de Música de Biguaçu, Mercado Público e Casarão Born; e eventos culturais como a Praça Cidadã, Bigfest, Festival Pulo do Gato, Festival de Música Sertaneja de Biguaçu, Noite da Dança de Biguaçu, Festival de Dança de Biguaçu, Semana Afro-Biguaçuense, Desfile Cívico e Concertos de Natal;

Espaços poliesportivos: Ginásio de Esportes Nagib Salum, Centro de Artes Marciais (CAM) e Escola de Natação; e eventos poliesportivos como os Jogos de Verão, Jogos Escolares de Biguaçu (JEBIG), Jogos Escolares de Santa Catarina, Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Olimpíada Estudantil Catarinense, Olimpíadas Escolares de Santa Catarina (OLESC), Moleque Bom de Bola, Campeonato Internacional Mercosul de Natação e Campeonato Brasileiro de Judô Juvenil;

Espaços/atrativos turísticos: Cachoeira da Polpa, Cachoeiras do Amâncio, Cachoeira de São Miguel, Rio Inferninho, Rio Biguaçu, Praia de São Miguel, Praia das Pitangueiras, Praia Bento Francisco, Praça Nereu Ramos, Aldeia Indígena Guarani, Igreja Matriz São João Evangelista, Igreja de Santa Catarina, Igreja de Sorocaba, Igreja de Limeira, Gruta Nossa Senhora Aparecida, Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Gruta Nossa Senhora de Guadalupe; e eventos turísticos como o Campeonato Catarinense de Jet Ski, Exponáutica, Campeonato Brasileiro de MotoCross, Etapa Sul Brasileira de Corrida de Aventura e Etapa do Circuito Catarinense de Mountain Bike;

Espaços voltados para atividades de lazer/entretenimento: Áreas de Lazer do Balneário São Miguel, do Prado, Adelino Libório Goedert (do Vendaval), de Tijuquinhas, José Gualberto dos Santos (do Rio Caveiras), do Pedregal, do Janaína, do Jardim São Miguel, do Jardim Ipiranga, do Bom Viver, do Jd. Ademir Gonzaga e do Lot. Marcondes de Brito; e eventos de lazer/entretenimento como o Projeto Rua do Lazer, o Carnaval Cidade de Biguaçu e o Réveillon Show da Virada;

Nos espaços de atividades poliesportivas sob responsabilidade direta do Município, que são o Ginásio de Esportes Nagib Salum, o Centro de Artes Marciais (CAM) e a Escola de Natação, estima-se que aproximadamente 3.000 pessoas são matriculadas a cada ano e freqüentam esses espaços;

A Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer conta com 27 servidores e dispõe de 4 veículos.

**DIRETRIZES:**

Criação da Casa de Cultura de Biguaçu, onde possam ser realizadas oficinas, cursos, espetáculos, que abrigará também cinema, teatro, espaço para música e exposições culturais, a fim de valorizar os artistas locais;

Criação de um calendário de eventos oficial, que possa garantir a preservação e perpetuação da cultura da cidade;

Construção da Concha Acústica e Praça de Eventos Municipal;

Manutenção e ampliação do apoio à Escola de Musica Municipal;

Parcerias com profissionais da área para a implantação de oficinas de teatro, artesanato, de artes plásticas, pinturas, etc.;

Promover e incentivar a realização de festivais de músicas, concursos de contos, poesias, exposições de artes com obras de artistas locais e também intensificar a participação destes em eventos culturais realizados na região;

Criar um projeto de divulgação e valorização do Museu e Igreja de São Miguel;

Incentivo aos trabalhos sociais e culturais de todos os grupos religiosos existentes no município, sem nenhum tipo de preconceito;

Construção de uma praça esportiva municipal, contendo campo de futebol, pista de atletismo e quadras esportivas, com infra-estrutura capaz de sediar grandes eventos esportivos;

Reforma e revitalização do Ginásio Municipal de esportes Nagib Salum e novos ginásios de esporte nos bairros mais populosos;

Reformulação e ampliação dos jogos escolares municipais;

Construção de locais apropriados para a prática esportiva, com a construção de novas praças de esporte (por exemplo: pistas de skate, bicicross, trilhas, pistas para caminhadas);

Criação de escolinhas dos mais variados esportes, bem como o aperfeiçoamento das já existentes, inclusive desconcentrando essas atividades nos bairros, podendo utilizar as estruturas das próprias escolas;

Criar Escolinhas de Futebol em parceria com os clubes de futebol amador da cidade, em detrimento do apoio financeiro que a prefeitura destina aos mesmos, utilizando a estrutura já existente de cada clube;

Apoio aos esportes de Artes Marciais existentes (Capoeira, Judô, Karatê), inclusive incentivando a ampliando da participação da comunidade nesses esportes;

Apoio as Ligas de Futebol da Comarca de Biguaçu (LICOB e ASCLUBIG), valorizando os atletas do município;

Fomentar e apoiar todas as organizações do segmento esportivo através do fortalecimento e apoio às entidades esportivas do município;

Formar uma equipe capacitada com profissionais do esporte e com um trabalho reconhecidamente desenvolvido na cidade, oferecimento de cursos de capacitação para os professores e técnicos;

Criação de praças esportivas e parques de recreação nas comunidades;

Implantar Praças e Parques recreativos;

Construir novas pistas para esportes radicais nos bairros;

Construir e adaptar praças culturais nos bairros para a prática de xadrez, dama, baralho, dominó, etc.;

Reformular e ampliar do carnaval de Biguaçu, fomentando a criação de blocos carnavalescos;

Realizar o Projeto Praça da Cidadania, com eventos culturais, esportivos e de lazer, nos bairros durante o ano;

Potencializar a Gincana Cidade de Biguaçu, dando total apoio à Liga dos Gincaneiros de Biguaçu, para o firme propósito de fortalecer e engrandecer o maior evento da juventude biguaçuense;

Potencializar a festa da virada de ano com a tradicional queima de fogos;

Ampliar a Gincana para os demais bairros e comunidades, de forma a integrar todo o município no projeto;

Criar Programas de Lazer Diferenciado para a Terceira Idade, com incentivo à integração e dos idosos nos eventos comunitários do município;

Criar a Gincana da Terceira Idade, nas festividades do aniversário de Biguaçu;

Criação da Diretoria Municipal da Juventude, vinculada à Secretaria da Educação, um órgão direcionado a debater, projetar e executar políticas públicas para esse importante segmento da sociedade biguaçuense;

Criação da Casa da Infância e Juventude, instituto de formação, assessoria e pesquisa sobre juventude, vinculado a Diretoria Municipal da Juventude, oferecendo serviço especializado de acompanhamento a grupos comunitários e organizações juvenis;

Possibilitar ações de prevenção primária aos jovens, tendo em vista seu engajamento e compromisso na construção da cidadania e na ampliação dos direitos juvenis, ampliando e apoiando os programas de atendimento ao adolescente.



**OBJETIVOS:**

Estabelecer uma Política Integrada de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer que motive a vida comunitária na sede, nos bairros e demais localidades, que valorize a atuação de profissionais das áreas de lazer e esporte, bem como os artistas locais, os desportistas amadores as ligas de futebol e demais interessados. Valorizar as práticas culturais e esportivas deve ser um processo permanente do viver em Biguaçu com satisfação e qualidade de vida.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
13.391.0005.1012	Restauração do Mercado Público	Área	M2	500	400.000,00	0.1.00.000000
13.391.0005.1013	Restauração do Casa-rão Wollinger	Área	M2	400	1.200.000,00	0.1.70.000074
13.392.0005.1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	Área	M2	2.000	200.000,00	0.1.00.000000
					1.800.000,00	0.1.71.000028
27.122.0005.2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer				6.832.000,00	0.1.00.000000
27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	Equipamento	Unidade	4	800.000,00	0.1.00.000000
					5.000.000,00	0.1.70.000090
27.812.0005.1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	Equipamento	Unidade	1	500.000,00	0.1.00.000000
27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	Área	M2	300	400.000,00	0.1.00.000000
27.812.0005.1018	Instalação de Academia ao ar Livre	Academia	Unidade	5	150.000,00	0.1.00.000000
27.812.0005.2050	Apoio ao Esporte Amador	Atleta/Ano	Unidade	15.000	3.500.000,00	0.1.00.000000
27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário				1.000.000,00	0.1.00.000000
27.813.0005.1019	Construção de Áreas de Lazer	Área lazer	Unidade	6	400.000,00	0.1.00.000000
					600.000,00	0.1.70.000091
	TOTAL				22.782.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA  
ANEXO II****DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.****PROGRAMA:**

0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS.

**DIAGNÓSTICO:**

O Município de Biguaçu possui, segundo o censo do IBGE realizado em 2010, 58.206 habitantes, sendo considerado município de médio porte. Está em habilitação de Gestão Básica na Política de Assistência Social, tendo como comando único a Secretaria Municipal de Assistência social e Habitação, responsável pela execução da Política de Assistência Social no Município. Possui Gerência de Proteção Básica, Especial e Vigilância Social possuindo 01 CRAS, 01 CREAS, 01 Abrigo Institucional, 01 CCI, Programa Bolsa Família, BPC e BPC na Escola.

Há 3.696 famílias inscritas no CADÚNICO e 1800 famílias recebendo a transferência de renda do programa bolsa família. Os serviços, programas e projetos da SMASH realizam aproximadamente 43.000 atendimentos por ano.

A Secretaria de Assistência Social e Habitação conta com 115 servidores e dispõe de 8 veículos.

**DIRETRIZES:**

Modernização e ampliação da estrutura administrativa e técnica da Secretaria de Assistência Social, com a implantação de coordenações para desenvolver programas e projetos que visam à promoção social da família e de segmentos vulneráveis como criança e adolescente, idoso, mulheres pessoas com deficiência entre outros, conforme o Sistema Único de Assistência Social;

Capacitação e valorização dos profissionais da Secretaria de Assistência Social e Habitação, oportunizando o conhecimento de novas práticas de desenvolvimento social;

Implantação de ações nas comunidades e associações de bairro com vistas a facilitar os encaminhamentos sociais aos cidadãos;

Implantação e aperfeiçoamento dos equipamentos sociais;

Desenvolvimento do Projeto de Inclusão Social - Geração de renda para grupos, dando ênfase a práticas de associativismo e economia solidária possibilitando identificar habilidades que permitam a emancipação do indivíduo;

Centro de Inclusão Digital – projeto de inclusão digital na comunidade que proporciona acesso a informática e internet a população de carência sócio-econômica, em parceria com a SEPLAN – Secretaria de Planejamento;

Construção do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e implementação do PAIF e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares;

Concessão de benefícios eventuais previstos no art.22 da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;

Concessão de benefício de Prestação Continuada – BPC – oportunizar a integração dos beneficiários do BPC e o acesso a serviços ofertados na Rede Social do Município;

Manutenção de Projetos através do CCI focado em atividades de lazer, esportes, artesanato, literatura, entre outros;

Implantação do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) para atendimento com equipes multidisciplinares (Assistente Social, psicólogo, pedagogo, advogado) para acompanhamento de famílias em risco e vulnerabilidade social;

Implementação do Programa de Medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade com projetos voltados ao resgate do adolescente autor de ato infracional;

Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) através de projeto de conscientização; ampliação de ações sócio-educativas com crianças e adolescentes no PETI, buscando efetivar um trabalho com suas famílias a partir de projetos de capacitação e geração de renda;

Implantação do Projeto de Apoio à Pessoa com Deficiência, oferecendo serviços de habilitação e reabilitação de pessoas deficientes através de convênios com entidades sociais que atendam este segmento;

Subsidiar atendimento integral a idosos em entidades do terceiro setor, com vistas a fortalecer a rede de atendimento de instituições que atendam idoso em situação de abrigo através de convênios;

Implantação do programa de capacitação dos funcionários da SMASH e rede conveniada;

Levantamento das crianças e adolescentes de zero a 18 anos com deficiência com objetivo de proporcionar acessibilidade as políticas públicas: BPC na Escola;

Desenvolver ações de mobilização e acompanhamento do programa PRONATEC Social.

**OBJETIVOS:**

O poder público municipal trabalhará para efetivar o acesso aos direitos sociais por parte da população. O objetivo é a promoção social através de serviços e programas que garantam o atendimento às necessidades básicas das pessoas, proporcionando o desenvolvimento pessoal, familiar e social, conforme preconiza a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). A administração municipal também buscará o fortalecimento das parcerias entre os agentes sociais: Estado, sociedade civil, terceiro setor e empresários, além de proporcionar a integração das políticas sociais.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
06.182.0006.2052	Funcionamento e Manutenção do FUN-REBOM	Atendto./Ano	Unidade	900	1.014.000,00	0.1.33.000000
					23.000,00	0.1.81.000058
06.182.0006.1020	Apoio à Construção de Equipamentos de Segurança Pública	Área	M2	600	300.000,00	0.1.00.000000
					12.000.000,00	0.1.71.000147
08.241.0006.1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	Área	M2	1.500	150.000,00	0.1.00.000000
					2.500.000,00	0.1.70.000075
08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	Idoso/ano	Unidade	12.000	1.058.000,00	0.1.00.000000
08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA				1.042.000,00	0.1.00.000000
					19.000,00	0.1.26.000000
					16.000,00	0.1.81.000059
08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	Atendto/Ano	Unidade	2.500	300.000,00	0.1.00.000000
					84.000,00	0.1.37.000132
08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	Atendto/ano	Unidade	4.000	1.266.000,00	0.1.00.000000
					505.000,00	0.1.37.000141
					62.000,00	0.1.37.000072
					132.000,00	0.1.37.000160

08.243.0006.1022	Construção de Abrigo Institucional	Área	M2	500	300.000,00	0.1.00.000000
					500.000,00	0.1.70.000150
08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendto/Ano	Unidade	250	550.000,00	0.1.00.000000
					170.000,00	0.1.37.000061
					292.000,00	0.1.38.000175
08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar				500.000,00	0.1.00.000000
08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS				4.877.000,00	0.1.00.000000
					105.000,00	0.1.81.000067
08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação				4.028.000,00	0.1.00.000000
08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	Atendto/Ano	Unidade	15.000	400.000,00	0.1.00.000000
					108.000,00	0.1.37.000198
					48.000,00	0.1.37.000070
08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	Atendto/Ano	Unidade	5.000	1.100.000,00	0.1.00.000000
					445.000,00	0.1.37.000069
08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	Atendto/Ano	Unidade	5.000	1.251.000,00	0.1.00.000000
					48.000,00	0.1.38.000200
08.244.0006.2064	Benefício de Prestação Continuada - BPC	Atendto/Ano	Unidade	500	600.000,00	0.1.00.000000
08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	Atendto/Ano	Unidade	3.000	487.000,00	0.1.00.000000
					270.000,00	0.1.37.000066
08.244.0006.2066	Controle Social da Política de Assistência Social	Ações/Ano	Unidade	240	600.000,00	0.1.00.000000
08.244.0006.1023	Construção do Centro de Referência da Assistência Social	Área	M2	165	45.000,00	0.1.00.000000
					135.000,00	0.1.71.000078
08.244.0006.1024	Construção do Centro de Referência Especializada da Assistência Social	Área	M2	180	210.000,00	0.1.00.000000
16.482.0006.1025	Biguaçu meu Lar	Família/Atda.	Unidade	1.500	1.000.000,00	0.1.00.000000
					7.500.000,00	0.1.70.000020
	TOTAL				46.040.000,00	

## MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

## PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA

## ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

## PROGRAMA:

0007. BIGUAÇU, O MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO.

**DIAGNÓSTICO:**

O Município oferece, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, atendimentos a empresários locais e às empresas que pretendem se instalar no território municipal com suporte na legislação vigente e atendimentos aos trabalhadores a partir do Pró-Emprego, divulgando oportunidades de emprego nas empresas locais;

Aproximadamente 1200 famílias são atendidas na Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, com diversos serviços de apoio ao produtor rural. O número de atendimentos gira em torno de 20.000 por ano;

A patrulha agrícola atende aproximadamente 1.000 pedidos por ano de serviços por parte dos produtores rurais, dentre os quais serviços de retroescavadeira, de trator e implementos e serviços de caçamba;

Há no território municipal entidades de apoio ao empreendedorismo, como a Associação Comercial e Industrial de Biguaçu (ACIBIG), a Câmara de Dirigentes e Lojistas de Biguaçu (CDL) e o Centro de Inovação e Tecnologia de Biguaçu (CITEB);

Há no território municipal uma Colônia de Pescadores com 460 sócios e uma Associação de Maricultores com 80 sócios. Por volta de 400 famílias dependem de pesca, sendo que destas 250 dependem exclusivamente da pesca. Há uma frota de 180 barcos pesqueiros, os quais permitem aos pescadores obterem uma renda média mensal de R\$ 900,00 com volume de comercialização/mês de pescados de aproximadamente 800 toneladas de peixe e 8 toneladas de camarão. A área de pesca e maricultura sofre de uma série de carências, como a falta de espaço próprio para comercialização (o comércio é realizado na casa do pescador/maricultor), a falta de uma unidade de beneficiamento de pescados, e também a falta de um estaleiro;

Destacam-se no território municipal os seguintes espaços que delineiam um potencial cultural e turístico: Aqueduto, Museu Etnográfico (Casa dos Açores), Igreja de São Miguel, Escola Municipal de Música de Biguaçu, Mercado Público e Casarão Born; Cachoeira da Polpa, Cachoeiras do Amâncio, Cachoeira de São Miguel, Rio Inferninho, Rio Biguaçu, Praia de São Miguel, Praia das Pitangueiras, Praia Bento Francisco, Praça Nereu Ramos, Aldeia Indígena Guarani, Igreja Matriz São João Evangelista, Igreja de Santa Catarina, Igreja de Sorocaba, Igreja de Limeira, Gruta Nossa Senhora Aparecida, Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Gruta Nossa Senhora de Guadalupe; eventos como a Praça Cidadã, Bigfest, Festival Pulo do Gato, Festival de Música Sertaneja de Biguaçu, Noite da Dança de Biguaçu, Festival de Dança de Biguaçu, Semana Afro-Biguaçuense, Desfile Cívico e Concertos de Natal; Campeonato Catarinense de Jet Ski, Exponáutica, Campeonato Brasileiro de MotoCross, Etapa Sul Brasileira de Corrida de Aventura e Etapa do Circuito Catarinense de Mountain Bike;

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica conta com 6 servidores e não dispõe de veículo;

A Secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura conta com 54 servidores e dispõe de 34 veículos entre automóveis, ensiladeiras, tratores agrícola, motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhões, semeadores, triciclos e motos;

A Secretaria de Pesca e Maricultura conta com 5 servidores e não dispõe de veículos atualmente;

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transportes conta com 22 servidores e dispõe de 5 veículos;

A Secretaria de Obras e Infraestrutura conta com 85 servidores e dispõe de 30 veículos, sendo 3 automóveis, 4 Kombi, uma caminhonete, 11 caminhões, um trator, 8 retro escavadeiras, 2 motoniveladores, um rolo compactador e uma carregadeira.

**DIRETRIZES:**

Implantar o Conselho Municipal de Geração de Emprego e Renda, com a participação da Prefeitura e entidades empresariais e sociais organizadas de Biguaçu e parcerias técnicas com Sebrae, Univali, Citeb e outras entidades, com o objetivo de implantar o Projeto Municipal de Desenvolvimento do Emprego e da Renda;

Através da ação "Inclusão Digital", possibilitar o acesso da sociedade ao mundo digital como forma de capacitação para ingressar no mercado de trabalho

Estabelecer parceria objetiva e planejada com a Acibig, Citeb, Univali e Sebrae para desenvolvimento de Projetos de Atração de Empresas;

Criar e disseminar estrategicamente a marca: BIGUAÇU – O MELHOR LUGAR PARA SEU NEGÓCIO!

Implantar o Macro-Distrito Empresarial de Biguaçu – área com infra-estrutura completa para implantação de empresas, geradoras de empregos e renda para os biguaçuenses;

Implantar os Distritos Empresariais dos Bairros e Comunidades, valorizando as vocações econômicas locais;

Implantar o Parque Tecnológico de Biguaçu, valorizando a implantação de Incubadoras Tecnológicas e Centros de Formação Técnica;

Implantar o Projeto Casa do Empreendedor, para dar apoio técnico e informacional aos pequenos e médios empresários locais;

Fomentar a implantação da Rede Metropolitana de Desenvolvimento – projeto de parceria entre as prefeituras da região metropolitana da Grande-Florianópolis para atuação na promoção de soluções integradas aos problemas regionais;

Valorizar e apoiar as ações do Banco do Empreendedor e intensificar parcerias com o Sebrae, Sesi e Senai no município;

Implantar programas de formação de mão-de-obra para atender as necessidades das empresas, através do Projeto “Centro de Educação Profissional de Biguaçu”;

Implantar o Projeto “Mulher e Jovem Empreendedor” – voltado ao incentivo, capacitação e valorização da inserção das mulheres e jovens no mercado de trabalho através da geração de micro e pequenos negócios familiares, com parceria com Sebrae e Banco do Empreendedor;

Inserir de forma efetiva Biguaçu no Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criando as rotas turísticas estabelecendo projetos de valorização: Do Turismo Gastronômico em São Miguel e das Praias com balneabilidade no município.

Do Turismo de Trilhas Ecológicas no Amâncio e região.

Do Turismo Cultural com o Casarão Born e o Museu Etnográfico de São Miguel, com respectiva valorização paisagística daquela região.

Realizar amplo e detalhado Diagnóstico do Potencial Produtivo do Setor Rural e Litorâneo de Biguaçu, em parceria da Prefeitura com Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Univali, Epagri, Cidasc, Sebrae e demais órgãos técnicos do setor, com objetivo de promover as ações de incentivo ao crescimento da economia rural e pesqueira de Biguaçu;

Implantar o Projeto Casa do Agricultor – Celeiro Rural – estrutura de apoio direto da Prefeitura ao homem do campo e suas famílias, com serviços essenciais da Prefeitura, principalmente na área da saúde e assistência social e ênfase para a Patrulha Agrícola junto das comunidades;

Implantar o Projeto Casa do Pescador – com estrutura de apoio direto aos pescadores e suas famílias, principalmente na área da saúde e assistência social, com serviços essenciais da Prefeitura junto às comunidades litorâneas;

Implantar a Incubadora Rural e Centro de Treinamento para assessorar e capacitar os produtores rurais, pescadores e maricultores gerando mais competitividade e crescimento econômico no setor;

Cadastramento com identificação de todos os produtores rurais e pescadores, criando um Registro Geral do Produtor Municipal (RGPM), para controle estatístico e de atendimento;

Incentivo a organização social pela formação de associações, cooperativas e representações de grupos, através de atendimento prioritário e participação nos planejamentos e programas governamentais;

Atenção permanente à conservação das estradas no interior;

Facilitar os meios de comunicação no interior do município com linhas telefônicas, torre de celular, informática e televisão;

Disponibilizar na Secretaria de Agricultura de profissionais com capacidade técnica e experiência profissional;

Realizar eventos junto às comunidades rurais, para a juventude, idosos e famílias em geral;

Incentivar o Eco-Turismo como fonte de renda para o setor rural e forma de divulgação de nossos potenciais;

Criar um departamento próprio dando maior autonomia e agilidade de atendimento;

Implantar o Projeto Celeiro Rural, que centralizará as ações da Patrulha Agrícola nas regiões rurais;

Usar critérios para atendimento, defendidos pelas entidades representativas priorizando o pequeno e micro produtor;

Aumentar o atendimento da macro-patrulha (cavadeira hidráulica e trator de esteira), pela aquisição de novas máquinas;

Incentivo através de financiamento para aquisição de tratores e implementos agrícolas pelos grupos organizados;

Autorizar os serviços solicitados mediante prévia visita do Engenheiro Agrônomo ou Técnico Agrícola;

Reativar o Programa de Inseminação Artificial, colocando um inseminador comunitário em cada comunidade agrícola com botijão de inseminação e sêmen;

Incentivar a pecuária leiteira (bovina, bubalina e caprina) com aquisição de novas matrizes, melhoria de pastagem, estímulo a produção de silagem e pasto de inverno;

Incentivar criação de novilhos precoce e confinamento de terminação, com compra de resíduos de indústria de alimento em conjuntos, ensilagem etc.;

Orientar através de técnicos específicos, todos os produtores que solicita algum tipo de serviços e de máquina agrícola;

Manter um quadro atualizado semanalmente dos preços agrícola praticado no CEASA e CEAGESP para orientação dos produtores, através do uso de informática e outros meios de informação ágil aos agricultores;

Valorizar e divulgar nosso potencial como pólo de cultivo de plantas ornamentais, de criação paisagística e comercialização de flores na região;

Valorizar e incentivar a produção de produtos orgânicos, com cursos e disseminação de tecnologias;

Implantar o Plano Municipal de Desenvolvimento da Maricultura, implantando a Incubadora da Maricultura, com apoio de técnicos especializados e de universidades com UNIVALI e UFSC;

Implantar projeto educacional “Escola do Mar”, para a disseminação da cultura pesqueira, principalmente a maricultura;

Incentivar o cultivo de ostra e de marisco apoiando os grupos organizados, promovendo assistência técnica;

Apoiar as atividades das colônias de pescadores através de assistência técnica e de empréstimos pelo fundo rotativo agrícola;

Incentivar as tecnologias alternativas de novos combustíveis que reduzam custos aos pescadores em suas atividades;

Apoiar as atividades dos laticínios instalados no município, com fortalecimento de suas marcas junto aos mercados consumidores;

Apoiar as iniciativas para criação de agroindústrias ecologicamente correta através de assessoramento e acompanhamento técnico;

Fomentar a produção de Produtos Orgânicos e práticas ecologicamente corretas de cultivo e criação;

Criar a Inspeção Municipal para produto de origem animal (SIM);

**OBJETIVOS:**

Tornar Biguaçu um pólo regional de desenvolvimento de empresas de pequeno, médio e grande porte, na indústria, comércio e serviços, através da oferta de uma infra-estrutura logística, de apoio técnico diferenciado e de qualidade e de legislação municipal transparente, incentivadora dos investimentos públicos e privados;

Dotar Biguaçu de um Plano de Desenvolvimento da Produção Agropecuária, Pesqueira e Agroindustrial para ampliar a geração de renda no município e atendimento à demanda por alimentos e demais produtos primários na Grande Florianópolis e estado.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
11.334.0007.1026	Inclusão Digital	Pessoa	Unidade	2.400	100.000,00	0.1.00.000000

19.572.0007.1027	Implantação do Parque Tecnológico e Desenvolvimento Econômico	Área	M2	5.000	300.000,00	0.1.00.000000
					2.000.000,00	0.1.70.000025
20.602.0007.2067	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca				800.000,00	0.1.00.000000
20.602.0007.2068	Manutenção do Abatedouro Municipal				120.000,00	0.1.00.000000
20.606.0007.2069	Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura				1.437.000,00	0.1.00.000000
20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura				11.487.000,00	0.1.00.000000
					641.000,00	0.1.34.000000
					4.000,00	0.1.81.000080
20.606.0007.1028	Formação da Patrulha Agrícola	Equipamento	Unidade	10	1.200.000,00	0.1.00.000000
					2.000.000,00	0.1.70.000073
20.606.0007.2071	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	Produtor	Unidade	1.100	400.000,00	0.1.00.000000
20.606.0007.1029	Implantação da Casa do Agricultor	Área	M2	130	200.000,00	0.1.00.000000
20.606.0007.1030	Construção de Equipamentos de Apoio aos Pescadores	Área	M2	800	50.000,00	0.1.00.000000
					800.000,00	0.1.70.000024
22.661.0007.2072	Manutenção Secretaria Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica				1.623.000,00	0.1.00.000000
22.661.0007.1031	Implantação de Distritos Industriais	Distrito	Unidade	3	500.000,00	0.1.00.000000
22.661.0007.1032	Pagamento de Precatório com Desapropriação de Imóvel	Precatório	Unidade	1	1.000.000,00	0.1.00.000000
23.691.0007.1033	Implantação da Casa do Empreendedor	Área	M2	250	300.000,00	0.1.00.000000
23.691.0007.2073	Funcionamento e Manutenção da Casa do Empreendedor				100.000,00	0.1.00.000000
23.691.0007.2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	Evento	Unidade	4	200.000,00	0.1.00.000000
					1.200.000,00	0.1.71.000030
23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	Evento	Unidade	8	826.000,00	0.1.00.000000
26.782.0007.2076	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transportes				7.137.000,00	0.1.00.000000
26.782.0007.2077	Conservação das Estradas Vicinais	Estrada	Km	400	12.178.000,00	0.1.00.000000
					120.000,00	0.1.05.000000
					4.000,00	0.1.81.000003
26.782.0007.1034	Pavimentação de Estradas Rurais	Área	M2	93.000	2.819.000,00	0.1.00.000000
					2.000.000,00	0.1.71.000026
					4.500.000,00	0.1.82.000096
					5.500.000,00	0.1.70.000094
26.782.0007.1035	Construção de Pontes	Ponte	M2	600	1.000.000,00	0.1.00.000000
26.782.0007.1036	Construção de Bueiros	Bueiro	M	1.200	120.000,00	0.1.00.000000



26.782.0007.1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamento	Unidade	6	1.500.000,00	0.1.00.000000
					3.000.000,00	0.1.70.000093
					120.000,00	0.1.85.000100
					2.000.000,00	0.1.82.000161
	TOTAL				69.286.000,00	

## MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA  
ANEXO II

## DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

## PROGRAMA:

0008. CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE

## DIAGNÓSTICO:

O Município tem a Fundação de Meio Ambiente para prestar apoio ao Município nas ações de preservação do meio ambiente. Atualmente há apenas uma área verde tombada no município (Serra São Miguel e Serra Queimada) e não há horto florestal. Não há aterro industrial no território municipal e cerca de 170 toneladas/mês de lixo sólido são coletados no espaço urbano por empresa contratada. Do total de domicílios, aproximadamente 80% das ligações de água é tratada e 20% possui tratamento inadequado. 100% da bacia do rio Biguaçu não possui tratamento de resíduos e/ou projetos de meio ambiente e cerca de 80% dos agricultores não possuem tratamento de esgoto;

A Secretaria de Meio Ambiente conta com 17 servidores e dispõe de 5 veículos, sendo um automóvel, uma camioneta, um reboque, uma lancha e uma balsa para maricultura.

## DIRETRIZES:

Manter a Fundação Municipal de Meio Ambiente, com quadro técnico capacitado e foco no Licenciamento, Fiscalização e Educação Ambiental;

Criação da Lei Municipal de Proteção Ambiental;

Ativar a fortalecer as ações do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

Implantar a Escola Comunitária de Educação Ambiental, com projetos em parceria com a Secretaria da Educação, Secretaria da Ação Social e Secretaria da Organização do Lazer, Univali, UFSC e entidades ambientais;

Criar unidades de Conservação Ambiental no Amâncio, Serra de São Miguel e no Mangue da Foz do Rio Biguaçu;

Implantar projetos de recuperação da mata ciliar dos rios e córregos do município;

Desenvolver a Política Municipal de Saneamento Básico;

Implantar o Parque Municipal da Cachoeira do Amâncio com atividades de Lazer e Projetos de Trilhas Ecológicas;

Implantar o Parque Municipal de São Miguel, junto com o Projeto de Arborização da Via Litorânea de Guaporanga a São Miguel;

Implantar o "Projeto de Humanização do Rio Biguaçu";

Universalizar o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos em gestão compartilhada com a concessionária;

Implantar projetos de gestão do Aterro Sanitário de forma a trazer benefícios para o município, inclusive prevendo a gradativa isenção da taxa de lixo aos munícipes;

Intensificar o apoio à Coleta Seletiva de Lixo em parceria com os Catadores e utilização efetiva do Galpão de Triagem de materiais recicláveis;

Melhoria na organização da coleta do lixo e colocação de coletores de lixo nas principais vias e passeios públicos;

Limpeza regular e conservação das praias durante todo o ano;

Realizar a "Semana Municipal do Meio Ambiente e Qualidade de Vida", com ações educativas, recreativas, culturais e solidárias, na sede, nos bairros e nas comunidades rurais e litorâneas.

## OBJETIVOS:

Dotar o município de uma Política Ambiental e de Qualidade de Vida moderna, eficaz, participativa, educativa e realista, que valorize os aspectos preservacionistas ao mesmo tempo em que defina marcos regulatórios transparentes para garantir o desenvolvimento econômico sustentado e investimentos públicos e privados.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente				4.885.000,00	0.1.00.000000
					909.000,00	0.2.36.000000
					64.000,00	0.2.81.000082
18.541.0008.1038	Revitalização de Rios e Lagoas	Extensão	M	400	88.000,00	0.2.36.000000
18.541.0008.1039	Construção de Parques	Área	M2	20.000	200.000,00	0.2.36.000000
					75.000,00	0.2.70.000136
18.541.0008.1040	Construção da Sede da FAMABI	Área	M2	500	544.000,00	0.2.36.000000
18.541.0008.2079	Estruturação e Manutenção dos Serviços de Reciclagem de Lixo	Lixo	Tonelada	7.000	80.000,00	0.1.00.000000



18.543.0008.2080	Manut. do FM p/ Preserv., Proteção e melhoria qualidade do MA				870.000,00	0.2.36.000000
	TOTAL				7.715.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA****ANEXO II****DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.****PROGRAMA:****0009. REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU****DIAGNÓSTICO:**

O Município controla o trânsito em todas as vias urbanas do território municipal, o que perfaz aproximadamente 1.000 km com 1.100 esquinas para manutenção da sinalização de trânsito e identificação de logradouros. Há atualmente 12 praças públicas. O transporte coletivo apresenta 33 linhas que perfazem em cerca de 13 mil km por mês e transporta aproximadamente 52 mil passageiros. Estão instalados e mantidos cerca de 250 abrigos de passageiros, além de um terminal urbano. A frota atual é de cerca de 34 mil veículos particulares. Há 30 taxis em 8 pontos e 22 vans de transporte particular. A frota da Prefeitura é de aproximadamente 150 veículos;

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transporte, conta com 22 servidores e dispõe de 5 veículos;

A Secretaria de Obras e Infraestrutura conta com 85 servidores e dispõe de 30 veículos, sendo 3 automóveis, 4 Kombi, uma caminhonete, 11 caminhões, um trator, 8 retro escavadeiras, 2 motoniveladores, um rolo compactador e uma carregadeira.

**DIRETRIZES:**

Investir na capacitação dos funcionários públicos municipais através da participação no Programa Nacional de Capacitação das Cidades – do Ministério das Cidades;

Integrar e fomentar a implantação de Rede Metropolitana de Desenvolvimento;

Fazer Diagnóstico do Desenvolvimento Urbano Municipal e estruturar um banco de dados para dar subsídio às ações do Desenvolvimento Urbano;

Criar uma estrutura administrativa moderna e com respectivos mecanismos de planejamento e gestão;

Promover a hierarquização das áreas de interesse social, visando a implementação de programas habitacionais e recuperação das áreas de ocupação irregular;

Estruturar ações com vistas ao controle e fiscalização do uso e ocupação do solo, modernizando e racionalizando os mecanismos de controle urbanístico;

Revisar o Plano Diretor e o Código de Obras;

Revisar a lei de parcelamento do solo, compatibilizando com o Plano Diretor e com a Política Municipal de Habitação;

Implantação de uma Política Municipal de Saneamento Básico, definindo prioridades de investimentos;

Implantação de uma Política Municipal de Habitação;

Implantação do Decreto-lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 (lei da acessibilidade) em novas obras do município, favorecendo aos cidadãos portadores de deficiência física;

Elaborar estudos para angariar recursos (financiamentos) para o Projeto Beira Mar Leste – Praia João Rosa, com vistas a sua execução em partes;

Trabalhar para a implantação da Rodovia da Integração – da atual BR 101 até a futura BR de Contorno da BR 101 Tráfego Pesado, para expansão e desenvolvimento do município;

Trabalhar para a viabilização da construção da terceira pista da SC 408;

Concluir em definitivo e ampliar o Projeto Habitar Brasil na Foz do Rio Biguaçu;

Implantar novos projetos de Habitação Popular nos bairros populosos;

Estender o serviço municipal de limpeza de ruas também aos bairros;

Desenvolver o Projeto de Prevenção de Enchentes, com prioridade para a implantação do molhe na foz do Rio Biguaçu e construção de galerias e projetos de drenagem nas regiões atingidas;

Oficializar nome e limite de cada bairro e instalação das placas com identificação do logradouro em todo o perímetro urbano;

Melhorar a sinalização na cidade para orientar e acolher melhor nossos visitantes;

Estruturação da malha viária urbana, implantando ligações entre os bairros e diminuindo a circulação obrigatória pela BR-101;

Melhorar e adequar as vias de acesso ao interior, buscando proporcionar melhores condições de desenvolvimento às comunidades rurais;

Mapeamento das ruas pavimentadas e seu estado de conservação, definindo com transparência as prioridades de investimentos;

Implantar ciclovias, disseminando o uso da bicicleta como meio de transporte barato, saudável e ambientalmente melhor e que ainda pode ser uma prática de lazer;

Regularizar trechos contínuos de calçada para dar segurança no deslocamento de pedestres;

Urbanizar áreas à beira mar, na Praia João Rosa e Prado, visando oferecer uma área para a prática de atividades físicas a comunidade;

Aprofundar a viabilidade para a continuidade da Avenida das Torres;

Identificar todas as ruas do município e se possível com CEP. Ordenar números nos imóveis;

A melhoria da qualidade de vida da população urbana e das comunidades rurais e litorâneas de Biguaçu deve ser o principal eixo da política definida no novo Plano Municipal de Transportes Coletivos;

Tratar a questão do Transporte Coletivo como uma prioridade social é compromisso de governo, através da implantação do Núcleo Municipal de Transportes, com quadro técnico especializado;



Revitalizar a Rodoviária Municipal, transformando-a em unidade principal de transbordo, contemplando inclusive o transporte interestadual;  
 Reavaliar a política de linhas através de um diagnóstico especializado, que objetive o re-ordenamento dos trajetos, com vistas a favorecer a melhoria do sistema de transportes coletivos entre a sede, os bairros e comunidades rurais e litorâneas, facilitando o acesso a escolas, postos de saúde, bancos e comércio;  
 Valorizar o fluxo interno de pessoas, através do Projeto Inter-Bairros, para a sede e entre os bairros e comunidades é fator fundamental de valorização da integração do Cidadão com a vida de Biguaçu e fortalecimento do comércio municipal e demais atividades econômicas;  
 Incentivar ações regionais de implantação de transporte integrado, marítimo e pluvial, ecologicamente adequado à preservação do meio ambiente;  
 Regularizar e melhorar o transporte coletivo municipal e complementar a instalação de abrigos de ônibus;  
 Fomentar com os demais municípios da região metropolitana medidas de melhoria no transporte coletivo intermunicipal.

**OBJETIVOS:**

Adotar práticas modernas de gestão urbana, com foco na estruturação legal e administrativa de Prefeitura para garantir um desenvolvimento urbano, da sede e dos bairros com garantia de qualidade de vida aos Cidadãos.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
06.182.0009.2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil				100.000,00	0.1.00.000000
06.182.0009.1041	Recuperação de Danos causados por Intempéries				150.000,00	0.1.00.000000
					2.000.000,00	0.1.70.000202
06.182.0009.1042	Prevenção de Cheias				100.000,00	0.1.00.000000
06.182.0009.1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	Extensão	Km	4	1.500.000,00	0.1.00.000000
					30.000.000,00	0.1.70.000098
15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	Praça	Unidade	15	1.200.000,00	0.1.00.000000
15.451.0009.1045	Pavimentação de Ruas	Área	M2	350.000	11.041.000,00	0.1.00.000000
					18.000.000,00	0.1.70.000094
					4.000.000,00	0.1.71.000095
					10.000.000,00	0.1.82.000170
					648.000,00	0.1.81.000118
15.451.0009.1046	Implantação de Drenagem Pluvial				1.000.000,00	0.1.00.000000
					20.000.000,00	0.1.70.000097
15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	Cemitério	Unidade	3	1.000.000,00	0.1.00.000000
15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura				25.992.000,00	0.1.00.000000
15.452.0009.2084	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	Resíduos	Tonelada	65.000	10.812.000,00	0.1.00.000000
15.452.0009.2085	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	Ponto de luz	Unidade	10.000	15.315.000,00	0.1.04.000000
15.452.0009.2086	Arborização de Espaços Públicos	Mudas	Unidade	12.000	50.000,00	0.1.00.000000
15.452.0009.2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito				582.000,00	0.1.16.000000
					582.000,00	0.1.17.000000
					774.000,00	0.1.18.000000
					4.000,00	0.1.81.000008
					4.000,00	0.1.81.000009
					4.000,00	0.1.81.000010
15.452.0009.1047	Sinalização Turística	Placas	Unidade	2.000	120.000,00	0.1.00.000000
					1.000.000,00	0.1.70.000020
15.452.0009.1048	Construção de Portal Turístico				80.000,00	0.1.00.000000
					820.000,00	0.1.70.000021

15.452.0009.1049	Implantação de Ciclovias	Extensão	Km	10.000	100.000,00	0.1.00.000000
					1.000.000,00	0.1.70.000022
15.452.0009.1050	Padronização das Calçadas	Área	M2	100.000	3.500.000,00	0.1.00.000000
					1.500.000,00	0.1.70.000023
15.453.0009.1051	Construção ou Aquisição de Abrigos de Passageiros	Abrigo	Unidade	200	2.000.000,00	0.1.00.000000
	TOTAL				164.978.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA  
ANEXO II****DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.****PROGRAMA:**

0000 – ENCARGOS GERAIS

**DIAGNÓSTICO:**

Neste programa estão globalizadas as despesas que por sua natureza não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente tais como: previsão para pagamento de dívidas, contribuição ao PASEP, contribuição às entidades municipalistas, pagamento de inativos e pensionistas e devolução de recursos de convênios.

A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas e efetivamente arrecadadas pelo Município. O percentual de contribuição é de 1% e o recolhimento é mensal.

Para dispor de assessoria técnica nas áreas de engenharia, arquitetura, desenho, topografia, informática, direito administrativo e tributário, e contar com ações em defesa dos interesses dos Municípios, a Prefeitura contribui para manutenção das estruturas da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, Federação Catarinense de Municípios e Confederação Nacional de Municípios, na forma dos seus Estatutos.

O Regime Próprio de Previdência possui hoje cerca de 890 servidores vinculados ao Instituto. Foi constituído em 27/12/2001 e possui hoje um patrimônio financeiro de mais de R\$ 43 milhões.

**DIRETRIZES:**

Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e confissão de dívida, pagamento da contribuição ao PASEP e as entidades municipalistas – CNM, FECAM e GRANFPOLIS e devolver recursos de convênios não utilizados.

Pagar em dia os proventos de aposentadoria e pensão dos inativos e pensionistas vinculados ao RPPS.

**OBJETIVOS:**

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida, contribuição ao PASEP, entidades municipalistas, inativos e pensionistas do RPPS.

Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de Biguaçu.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
09.272.0000.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	Beneficiário	Unidade	100	11.715.000,00	0.2.32.000000
09.272.0000.0002	Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	Beneficiário	Unidade	46	4.081.000,00	0.1.00.000000
28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	Contrato	Unidade	10	13.509.000,00	0.1.00.000000
					3.491.000,00	0.1.80.000000
28.845.0000.0004	Contribuição ao PASEP – Prefeitura				6.468.000,00	0.1.00.000000
28.845.0000.0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade	Unidade	3	1.002.000,00	0.1.00.000000
28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênios				1.000,00	0.1.00.000000
28.845.0000.0007	Contribuição ao PASEP – RPPS				609.000,00	0.2.35.000000
					393.000,00	0.2.81.000165
	TOTAL				41.269.000,00	

**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC**

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

**PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA  
ANEXO II**

## DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

## PROGRAMA:

9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA

## DIAGNÓSTICO:

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram. Dentro do princípio da flexibilidade orçamentária, é importante também que uma parte dos recursos orçamentários seja reservada para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais para atendimento das despesas não orçadas ou orçadas a menor.

## DIRETRIZES:

Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais por conta desses recursos caso os riscos ocorram ou caso haja necessidade de atender despesas não orçadas ou orçadas a menor.

Se os riscos fiscais não ocorrerem, o Chefe do Poder Executivo poderá utilizar esses recursos para abertura de créditos adicionais mediante autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e/ou na Lei Orçamentária anual, mas sem comprometer o equilíbrio de caixa.

## OBJETIVOS:

Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.

Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

Classificação Funcional Programática	Ações de Governo	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
	Reserva de Contingência					
99.999.9999.9901	- Unidade Gestora Prefeitura				2.400.000,00	0.1.00.000000
99.999.9999.9902	- Unidade Gestora BiguaçuPrevi				24.585.000,00	0.2.32.000000
					86.994.000,00	0.2.81.000040
					285.000,00	0.2.81.000165
	TOTAL				114.264.000,00	

## MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

## PLANO PRURIANUAL 2014/2017/ORÇAMENTO DA DESPESA

## ANEXO II

## DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

## PROGRAMA:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

## DIAGNÓSTICO:

As Transferências Financeiras se caracterizam pela remessa de recursos financeiros da Unidade Gestora Prefeitura (Tesouro Central), para outras Unidades Gestoras do Município. No presente caso, refere-se a previsão de transferências financeiras ao Poder Legislativo Municipal, ao Biguaçuprev, ao Fundo Municipal de Saúde, ao Funrebom, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ao Fundo da Infância e Adolescência, ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e a Fundação Municipal do Meio Ambiente, totalizando R\$ 115.708.000,00.

## DIRETRIZES:

As transferências financeiras serão realizadas mensalmente, de acordo com a programação financeira de desembolso de que trata o artigo 8º da LRF.

## OBJETIVOS:

Suprir com recursos financeiros as Unidades Gestoras dependentes do Tesouro Municipal, de forma a viabilizar a execução das ações de governo a seu cargo e contempladas na Lei Orçamentária Anual.

Classificação Funcional Programática	Ações de Transferência	Produto	Unidade Medida	Meta Física	Meta Financeira	Fonte de Recursos
	Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal				26.630.000,00	0.1.00.000000
	Transferências Financeiras a Conceder ao Biguaçuprev				4.081.000,00	0.1.00.000000
	Transferências Financeiras a Conceder ao FMS				91.085.000,00	0.1.02.000000
	Transferências Financeiras a Conceder à FAMABI				4.965.000,00	0.1.00.000000
	TOTAL				126.761.000,00	



**Lei N° 3402/2013 - Anexo III**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Secretaria de Finanças/Secretaria de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017

ANEXO III

## DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

CÓDIGO	FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO	Valores a Preços Correntes	
		Despesa Realizada em 2012	Despesa Prevista p/ 2014/2017
01	LEGISLATIVA	3.966.297	26.130.000
01.031	Ação Legislativa	3.966.297	26.130.000
04	ADMINISTRAÇÃO	11.724.464	66.408.000
04.121	Planejamento e Orçamento	1.496.364	9.200.000
04.122	Administração Geral	5.546.602	33.660.000
04.124	Controle Interno	116.815	603.000
04.123	Administração Financeira	2.705.285	14.996.000
04.126	Tecnologia da Informatização	273.324	2.000.000
04.128	Formação de Recursos Humanos	26.380	150.000
04.129	Administração de Receitas	640.142	800.000
04.131	Comunicação Social	919.552	4.738.000
04.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		261.000
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.338	47.187.000
06.182	Defesa Civil	227.338	47.187.000
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.178.427	24.203.000
08.241	Assistência ao Idoso	214.850	3.708.000
08.242	Assistência aos Portadores de Deficiência	12.403	
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.550.344	5.738.000
08.244	Assistência Comunitária	2.400.830	14.757.000
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.429.157	15.796.000
09.272	Previdência do Regime Estatutário	2.429.157	15.796.000
10	SAÚDE	29.745.648	153.905.000
10.301	Atenção Básica	28.843.573	90.020.000
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	344.090	58.667.000
10.304	Vigilância Sanitária	311.010	1.529.000
10.305	Vigilância Epidemiológica	246.975	3.249.000
10.306	Alimentação e Nutrição		440.000
11	TRABALHO		100.000
11.334	Fomento ao Trabalho		100.000
12	EDUCAÇÃO	25.604.006	160.344.000
12.306	Alimentação e Nutrição	658.768	9.195.000
12.361	Ensino Fundamental	10.436.082	68.111.000
12.363	Ensino Profissional	195.404	1.006.000
12.364	Ensino Superior		100.000
12.365	Educação Infantil	13.741.622	78.565.000
12.366	Educação de Jovens e Adultos	189.503	1.976.000
12.367	Educação Especial	262.900	1.391.000
12.843	Serviço da Dívida Interna	119.727	
13	CULTURA	29.934	3.750.000

13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	5.462	1.600.000
13.392	Difusão Cultural	24.472	2.150.000
14	DIREITOS DE CIDADANIA	333.872	
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	52.775	
14.453	Transporte Coletivos e Urbanos	281.097	
15	URBANISMO	40.524.584	131.208.000
15.451	Infra-Estrutura Urbana	30.314.756	65.889.000
15.452	Serviços Urbanos	10.209.828	63.239.000
15.453	Transportes Coletivos Urbanos		2.000.000
15.512	Saneamento Básico Urbano		80.000
16	HABITAÇÃO	376.301	8.500.000
16.482	Habitação Urbana	376.301	8.500.000
17	SANEAMENTO	670.780	
17.512	Saneamento Básico Urbano	670.780	
18	GESTÃO AMBIENTAL	752.148	7.715.000
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	751.893	6.845.000
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	255	870.000
19	CIENCIA E TECNOLOGIA		2.300.000
19.572	Recuperação de Áreas Degradadas		2.300.000
20	AGRICULTURA	2.222.549	22.262.000
20.602	Promoção da Produção Animal	182.994	920.000
20.606	Extensão Rural	2.039.555	18.219.000
20.661	Promoção Industrial		3.123.000
22	INDUSTRIA	315.121	
22.661	Promoção Indústria	315.121	
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	167.445	2.626.000
23.691	Promoção Comercial	102	1.800.000
23.695	Turismo	167.343	826.000
26	TRANSPORTE	3.370.986	41.998.000
26.782	Transporte Rodoviário	3.370.986	41.998.000
27	DESPORTO E LAZER	1.971.427	19.182.000
27.122	Administração Geral	1.132.537	6.832.000
27.812	Desporto Comunitário	671.344	10.350.000
27.813	Lazer	167.546	2.000.000
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.041.383	25.473.000
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.609.626	17.000.000
28.845	Outras Transferência	1.431.757	8.473.000
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		114.264.000
99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		114.264.000
	SOMA	131.651.867	873.351.000
	(-) Despesas Intra-Orçamentárias	4.625.246	25.822.000
	META FISCAL DE DESPESA	127.026.621	847.529.000

**Lei N° 3402/2013 - Anexo IV**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Secretaria de Finanças/Secretaria de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017

ANEXO IV

## DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

Código do Programa e da Ação	PROGRAMA/AÇÃO	Despesa
		Prevista
	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	36.792.000,00
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	26.130.000,00
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	4.481.000,00
2003	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	840.000,00
2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	603.000,00
2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	4.738.000,00
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54.346.000,00
2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão	8.800.000,00
2008	Implantação e Manutenção da Indústria de Projetos	400.000,00
2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	3.200.000,00
1001	Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração	300.000,00
1002	Construção do Centro Administrativo Municipal	3.200.000,00
2010	Manutenção da Secretaria do Orçamento Participativo	1.100.000,00
2011	Manutenção da Secretaria de Administração	16.000.000,00
2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional	1.231.000,00
2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	1.908.000,00
2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	14.996.000,00
1003	Revitalização da Estrutura de Informática	2.000.000,00
2015	Capacitação de Servidores	150.000,00
1004	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecadação	800.000,00
2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	261.000,00
0003	O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO	160.494.000,00
2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	3.511.000,00
1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	4.200.000,00
2018	Manutenção do Ensino Fundamental	22.411.000,00
2019	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	24.176.000,00
2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	100.000,00
2021	Capacitação e Formação Continuada de Professores	500.000,00
2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	13.344.000,00
1006	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	3.380.000,00
2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	1.006.000,00
2024	Manutenção do Ensino Superior	100.000,00
2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	5.684.000,00
1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	5.800.000,00
2026	Manutenção do Ensino Infantil	31.366.000,00
2027	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	41.399.000,00
2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.976.000,00
2029	Apoio à APAE	1.391.000,00
2030	Feira Municipal do Livro e do Conhecimento	40.000,00
2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	110.000,00
0005	DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	22.782.000,00
1012	Restauração do Mercado Público	400.000,00
1013	Restauração do Casarão Wollinger	1.200.000,00
1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	2.000.000,00
2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	6.832.000,00
1015	Construção de Equipamentos Esportivos	5.800.000,00
1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	500.000,00
1017	Construção do Centro de Artes Marciais	400.000,00
1018	Instalação de Academia ao ar Livre	150.000,00

2050	Apoio ao Esporte Amador	3.500.000,00
2051	Apoio ao Lazer Comunitário	1.000.000,00
1019	Construção de Áreas de Lazer	1.000.000,00
0006	SERVIÇOS SÓCIO-ASSITENCIAIS	46.040.000,00
2052	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	1.037.000,00
1020	Apoio à Construção de Equipamentos de Segurança Pública	12.300.000,00
1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	2.650.000,00
2053	Atendimento à Pessoa Idosa	1.058.000,00
2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.077.000,00
2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	384.000,00
2056	Proteção Especial de Média Complexidade	1.965.000,00
1022	Construção de Abrigo Institucional	800.000,00
2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	1.012.000,00
2058	Manutenção do Conselho Tutelar	500.000,00
2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	4.982.000,00
2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	4.028.000,00
2061	Gestão da Política de Assistência Social	556.000,00
2062	Proteção Social Básica	1.545.000,00
2063	Benefícios Eventuais	1.299.000,00
2064	Benefício de Prestação Continuada - BPC	600.000,00
2065	Manutenção do Bolsa Família	757.000,00
2066	Controle Social da Política de Assistência Social	600.000,00
1023	Construção do Centro de Referência da Assistência Social	180.000,00
1024	Construção do Centro de Referência Espec. da Assistência Social	210.000,00
1025	Biguaçu meu Lar	8.500.000,00
0007	BIGUAÇU, MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO	69.286.000,00
1026	Inclusão Digital	100.000,00
1027	Implantação do Parque Tecnológico e Desenvolvimento Econômico	2.300.000,00
2067	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca	800.000,00
2068	Manutenção do Abatedouro Municipal	120.000,00
2069	Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	1.437.000,00
2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	12.132.000,00
1028	Formação da Patrulha Agrícola	3.200.000,00
2071	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	400.000,00
1029	Implantação da Casa do Agricultor	200.000,00
1030	Construção de Equipamentos de Apoio aos Pescadores	850.000,00
2072	Manutenção Secretaria Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica	1.623.000,00
1031	Implantação de Distritos Industriais	500.000,00
1032	Pagamento de Precatório com Desapropriação de Imóvel	1.000.000,00
1033	Implantação da Casa do Empreendedor	300.000,00
2073	Funcionamento e Manutenção da Casa do Empreendedor	100.000,00
2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	1.400.000,00
2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	826.000,00
2076	Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transportes	7.137.000,00
2077	Conservação das Estradas Vicinais	12.302.000,00
1034	Pavimentação de Estradas Rurais	14.819.000,00
1035	Construção de Pontes	1.000.000,00
1036	Construção de Bueiros	120.000,00
1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	6.620.000,00
0009	REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU	164.978.000,00
2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	100.000,00
1041	Recuperação de Danos causados por Intempéries	2.150.000,00
1042	Prevenção de Cheias	100.000,00
1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	31.500.000,00
1044	Revitalização de Praças	1.200.000,00
1045	Pavimentação de Ruas	43.689.000,00
1046	Implantação de Drenagem Pluvial	21.000.000,00
2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	1.000.000,00
2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura	25.992.000,00
2084	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	10.812.000,00
2085	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	15.315.000,00



2086	Arborização de Espaços Públicos	50.000,00
2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	1.950.000,00
1047	Sinalização Turística	1.120.000,00
1048	Construção de Portal Turístico	900.000,00
1049	Implantação de Ciclovias	1.100.000,00
1050	Padronização das Calçadas	5.000.000,00
1051	Construção ou Aquisição de Abrigos de Passageiros	2.000.000,00
0000	ENCARGOS GERAIS	24.471.000,00
0003	Amortização de Dívidas	17.000.000,00
0004	Contribuição ao PASEP – Prefeitura	6.468.000,00
0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	1.002.000,00
0006	Devolução de Recursos de Convênios	1.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00
9901	Reserva de Contingência	2.400.000,00
	SOMA	581.589.000,00
	Transferência Financeiras a Conceder ao Biguaçuprevi	4.081.000,00
	Transferência Financeiras a Conceder ao FMS	91.085.000,00
	Transferência Financeiras a Conceder a FAMABI	4.965.000,00
	Transferência Financeiras a Conceder a Câmara de Biguaçu	26.630.000,00
	SOMA	126.761.000,00
	TOTAL	708.350.000,00
	UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREVI	
0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.400.000,00
2005	Administração do Biguaçuprevi	1.400.000,00
0000	ENCARGOS GERAIS	16.798.000,00
0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	11.715.000,00
0002	Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	4.081.000,00
0007	Contribuição ao PASEP – RPPS	1.002.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.864.000,00
9902	Reserva de Contingência	111.864.000,00
	TOTAL	130.062.000,00
	UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0004	SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	153.985.000,00
1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	5.000.000,00
1009	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	370.000,00
1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	1.665.000,00
2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	14.221.000,00
2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	6.516.000,00
2034	Ações de Atenção Básica – PABF	14.815.000,00
2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	25.812.000,00
2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	9.093.000,00
2037	Ações de Saúde Bucal	3.432.000,00
2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	6.736.000,00
2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	2.160.000,00
2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	4.740.000,00
1011	Aquisição de Veículos	200.000,00
2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU	1.623.000,00
2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	32.804.000,00
2043	Atendimento Psico Social	1.740.000,00
2044	Manutenção da UPA	17.760.000,00
2045	Ações de Vigilância Sanitária	1.529.000,00
2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	3.249.000,00
2047	Biguaçu sem Miséria	440.000,00
2048	Manutenção do Sistema próprio Distribuição de Água	80.000,00



	TOTAL	153.985.000,00
	UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
0008	CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	7.715.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	5.858.000,00
1038	Revitalização de Rios e Lagos	88.000,00
1039	Construção de Parques	275.000.00,00
1040	Construção da Sede da FAMABI	544.000,00
2079	Estruturação e Manutenção dos Serviços de Reciclagem de Lixo	80.000,00
2080	Manut. do FM p/ Preserv., Proteção e melhoria qualidade do MA	870.000,00
	TOTAL	7.715.000,00
	TOTAL GERAL	1.000.112.000,00
	(-) Transferências Financeiras	126.761.000,00
	(-) Despesas Intra-Orçamentárias	25.822.000,00
	META FISCAL DE DESPESA	847.529.000,00

**Lei N° 3402/2013 - Anexo IX**

Município de Biguaçu

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
UNIDADE GESTORA PREFEITURA			
1. RECEITAS CORRENTES	609.822.000,00	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	36.792.000,00
1.1. Receita Tributária	140.990.000,00	Funcionamento e Manutenção da Câmara	26.130.000,00
1.2. Receita de Contribuição	15.315.000,00	Manutenção do Gabinete do Prefeito	4.481.000,00
1.3. Receita Patrimonial	7.293.000,00	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	840.000,00
1.4. Receita de Serviços	2.056.000,00	Manut. da Diretoria de Controle Interno	603.000,00
1.5. Transferências Correntes	431.149.000,00	Manutenção da Gerência de Comunicação	4.738.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	13.019.000,00		
2. RECEITAS DE CAPITAL	150.755.000,00	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	54.346.000,00
2.1. Operações de Crédito	22.000.000,00	Manut Secretaria Planejamento e Gestão	8.800.000,00
2.2. Alienação de Bens	200.000,00	Impl. e Manutenção Indústria de Projetos	400.000,00
2.3. Transferências de Capital	128.555.000,00	Manut. da Procuradoria Geral do Município	3.200.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	-78.857.000,00	Reestr. Física e Funcional Prédio da Adm.	300.000,00
		Constr do Centro Administrativo Municipal	3.200.000,00
		Manut. Secr. do Orçamento Participativo	1.100.000,00
		Manutenção Secretaria de Administração	16.000.000,00
		Manut. Secretaria de Integração Regional	1.231.000,00
		Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	1.908.000,00
		Manutenção da Secretaria da Fazenda	14.996.000,00
		Revitalização da Estrutura de Informática	2.000.000,00
		Capacitação de Servidores	150.000,00
		Aperf. dos Mecanismos de Arrecadação	800.000,00
		Funcionamento e Manutenção do PROCON	261.000,00
		O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO	160.494.000,00
		Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fund.	3.511.000,00
		Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.	4.200.000,00
		Manutenção do Ensino Fundamental	22.411.000,00
		Rem. dos Prof Mag. em Efetivo Exercício	24.176.000,00
		Ampl. do Acervo Bibliográfico nas Escolas	100.000,00
		Capac. Formação Cont. de Professores	500.000,00
		Manut. Transp. Escolar – Ens. Fundamental	13.344.000,00
		Aquisição de Veículos para Transp. Escolar	3.380.000,00
		Manut. do Centro de Educação Profissional	1.006.000,00
		Manutenção do Ensino Superior	100.000,00
		Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	5.684.000,00
		Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	5.800.000,00

	Manutenção do Ensino Infantil	31.366.000,00
	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	41.399.000,00
	Manut. da Educação de Jovens e Adultos	1.976.000,00
	Apoio à APAE	1.391.000,00
	Feira Munic. do Livro e do Conhecimento	40.000,00
	Ampliação e Manut. da Biblioteca Pública	110.000,00
	DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	22.782.000,00
	Restauração do Mercado Público	400.000,00
	Restauração do Casarão Wollinger	1.200.000,00
	Construção do Centro Integrado de Cultura	2.000.000,00
	Manut. da Secr. Cult, Esporte, Tur.e Lazer	6.832.000,00
	Construção de Equipamentos Esportivos	5.800.000,00
	Reforma de Equipamentos Esportivos	500.000,00
	Construção do Centro de Artes Marciais	400.000,00
	Instalação de Academia ao ar Livre	150.000,00
	Apoio ao Esporte Amador	3.500.000,00
	Apoio ao Lazer Comunitário	1.000.000,00
	Construção de Áreas de Lazer	1.000.000,00
	SERVIÇOS SÓCIO-ASSITENCIAIS	46.040.000,00
	Func. e Manutenção do FUNREBOM	1.037.000,00
	Apoio à Constr. de Equip. de Seg Pública	12.300.000,00
	Constr. Centro Integrado de Assist. Social	2.650.000,00
	Atendimento à Pessoa Idosa	1.058.000,00
	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.077.000,00
	Serviços de Conv. e Fortal. de Vínculo	384.000,00
	Proteção Especial de Média Complexidade	1.965.000,00
	Construção de Abrigo Institucional	800.000,00
	Proteção Especial de Alta Complexidade	1.012.000,00
	Manutenção do Conselho Tutelar	500.000,00
	Funcionamento e Manutenção do FMAS	4.982.000,00
	Manut. da Secr. Assist. Social e Habitação	4.028.000,00
	Gestão da Política de Assistência Social	556.000,00
	Proteção Social Básica	1.545.000,00
	Benefícios Eventuais	1.299.000,00
	Benefício de Prestação Continuada - BPC	600.000,00
	Manutenção do Bolsa Família	757.000,00
	Controle Social da Política de Assist Social	600.000,00
	Constr. Centro Refer. da Assistência Social	180.000,00
	Constr. Centro Ref. Espec. da Assist. Social	210.000,00
	Bíguacu meu Lar	8.500.000,00
	BIGUAÇU, MELHOR LUGAR P/ SEU NEGÓCIO	69.286.000,00
	Inclusão Digital	100.000,00
	Impl. do Parque Tecn. e Desenv Econômico	2.300.000,00
	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca	800.000,00
	Manutenção do Abatedouro Municipal	120.000,00
	Manut. Secretaria da Pesca e Maricultura	1.437.000,00
	Manut do Fundo Municipal de Agricultura	12.132.000,00
	Formação da Patrulha Agrícola	3.200.000,00
	Assistência aos Pequenos Prod. Rurais	400.000,00
	Implantação da Casa do Agricultor	200.000,00
	Constr de Equip de Apoio aos Pescadores	850.000,00
	Manut. Secret. Desenv. Econ. Inov. Tecnol.	1.623.000,00
	Implantação de Distritos Industriais	500.000,00
	Pagto. Prec. com Desapropriação de Imóvel	1.000.000,00
	Implantação da Casa do Empreendedor	300.000,00
	Funcion Manut da Casa do Empreendedor	100.000,00
	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	1.400.000,00
	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	826.000,00
	Manut. Secr Desenv Urbano e Transportes	7.137.000,00
	Conservação das Estradas Vicinais	12.302.000,00

		Pavimentação de Estradas Rurais	14.819.000,00
		Construção de Pontes	1.000.000,00
		Construção de Bueiros	120.000,00
		Aquisição de Equipamentos Rodoviários	6.620.000,00
		REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU	164.978.000,00
		Manut. do Fundo Municipal de Defesa Civil	100.000,00
		Recup. de Danos causados por Intempéries	2.150.000,00
		Prevenção de Cheias	100.000,00
		Dragagem do Rio e Fixação da Barra	31.500.000,00
		Revitalização de Praças	1.200.000,00
		Pavimentação de Ruas	43.689.000,00
		Implantação de Drenagem Pluvial	21.000.000,00
		Melhoria e Manut. do Cemitério Público	1.000.000,00
		Manut. da Secr de Obras e Infra-Estrutura	25.992.000,00
		Melhoria e Manut Serv de Coleta de Lixo	10.812.000,00
		Manut. e Melhoria da Iluminação Pública	15.315.000,00
		Arborização de Espaços Públicos	50.000,00
		Manut. Serviços de Educação de Trânsito	1.950.000,00
		Sinalização Turística	1.120.000,00
		Construção de Portal Turístico	900.000,00
		Implantação de Ciclovias	1.100.000,00
		Padronização das Calçadas	5.000.000,00
		Constr. ou Aquis de Abrigos de Passageiros	2.000.000,00
		ENCARGOS GERAIS	24.471.000,00
		Amortização de Dívidas	17.000.000,00
		Contribuição ao PASEP – Prefeitura	6.468.000,00
		Contribuições a Entidades Municipalistas	1.002.000,00
		Devolução de Recursos de Convênios	1.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.400.000,00
		Reserva de Contingência	2.400.000,00
		SOMA	581.589.000,00
		Transf. Finan. a Conceder ao Biguaçuprevi	4.081.000,00
		Transf. Financeiras a Conceder ao FMS	91.085.000,00
		Transf. Finan Conceder a FAMABI	4.965.000,00
		SOMA	100.131.000,00
TOTAL	681.720.000,00	TOTAL	681.720.000,00

## UNIDADE GESTORA PREVBIGUAÇU

1. RECEITAS CORRENTES	100.159.000,00	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.400.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	12.048.000,00	Administração do Biguaçuprevi	1.400.000,00
1.2. Receita Patrimonial	87.672.000,00		
1.3. Outras Receitas Correntes	439.000,00	ENCARGOS GERAIS	16.798.000,00
2. REC. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.822.000,00	Pagamento de Inativos e Pensionistas	11.715.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	23.914.000,00	Pagam. Inat. e Pens. a Cargo do Tesouro	4.081.000,00
2.2. Outras Receitas Correntes	1.908.000,00	Contribuição ao PASEP – RPPS	1.002.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.081.000,00		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.864.000,00
		Reserva de Contingência	111.864.000,00
TOTAL	130.062.000,00	TOTAL	130.062.000,00

## UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1. RECEITAS CORRENTES	56.925.000,00	SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	153.985.000,00
1.1. Receita Tributária	836.000,00	Constr. do Hospital da Comarca de Biguaçu	5.000.000,00
1.2. Receita Patrimonial	516.000,00	Impl. e Manut de Polos de Acad. de Saúde	370.000,00
1.3. Transferências Correntes	55.573.000,00	ConstR ou Ampliação de Unidade de Saúde	1.665.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.975.000,00	Manut. do Hospital da Comarca de Biguaçu	14.221.000,00
2.1. Alienação de Bens	50.000,00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	6.516.000,00
2.2. Transferências de Capital	5.925.000,00	Ações de Atenção Básica – PABF	14.815.000,00



TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	91.085.000,00	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	25.812.000,00
		Ações Agen. Comum. Saúde – PABV/ACS	9.093.000,00
		Ações de Saúde Bucal	3.432.000,00
		Ações de Assistência Farmacêutica Básica	6.736.000,00
		Núcleos Apoio à Saúde da Família	2.160.000,00
		Centro de Especialidades Odontológica	4.740.000,00
		Aquisição de Veículos	200.000,00
		Serviços de Atend Móvel Urg – MAC/SAMU	1.623.000,00
		Manut das Ações de Média e Alta Compl.	32.804.000,00
		Atendimento Psico Social	1.740.000,00
		Manutenção da UPA	17.760.000,00
		Ações de Vigilância Sanitária	1.529.000,00
		Ações Vigilância Epidem. E Amb de Saúde	3.249.000,00
		Biguaçu sem Miséria	440.000,00
		Manut. Do Sistema próprio Distr. de Água	80.000,00
TOTAL	153.985.000,00	TOTAL	153.985.000,00
UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			
1. RECEITAS CORRENTES	2.750.000,00	UNIDADE GESTORA: FAMABI	
1.1. Receita Tributária	347.000,00	CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE	7.715.000,00
1.2. Receita Patrimonial	64.000,00	Manutenção da FAMABI	5.858.000,00
1.3. Transferências Correntes	75.000,00	Revitalização de Rios e Lagos	88.000,00
1.4. Outras Receitas Correntes	2.264.000,00	Construção de Parques	275.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.965.000,00	Construção da Sede da FAMABI	544.000,00
		Estrut. e Manut. Serviços Reciclagem Lixo	80.000,00
		Manut. FM Preserv., Prot. Melh. Qual. MA	870.000,00
TOTAL	7.715.000,00	TOTAL	7.715.000,00
TOTAL	973.482.000,00	TOTAL	973.482.000,00
(-) Transferências Financeiras	100.131.000,00	(-) Transferências Financeiras	100.131.000,00
(-) Transf. Intra-Orçamentárias	25.822.000,00	(-) Despesas Intra-Orçamentárias	25.822.000,00
META FISCAL DE RECEITA	847.529.000,00	META FISCAL DE DESPESA	847.529.000,00

**Lei N° 3402/2013 - Anexo V**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Secretaria Municipal de Finanças/Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017

ANEXO V

R\$ 1,00

## DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS POR PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA								
0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						36.792.000		
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	Sessão	unidade	304			26.130.000		
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito						4.481.000		

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

2003	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito					840.000		
2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno					603.000		
2006	Manutenção da Gerência de Comunicação					4.738.000		
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					54.346.000		
2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão					8.800.000		
2008	Implantação e Manutenção da Indústria de Projetos					400.000		
2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município					3.200.000		
1001	Reestr. Física e Funcional do Prédio da Administração	Área	M2	720		300.000		
1002	Construção do Centro Administrativo Municipal	Área	M2	2.000		3.200.000		
2010	Manutenção da Secretaria do Orçamento Participativo					1.100.000		
2011	Manutenção da Secretaria de Administração					16.000.000		
2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional					1.231.000		
2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS					1.908.000		
2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda					14.996.000		
1004	Revitalização da Estrutura de Informática					2.000.000		
2015	Capacitação de Servidores	Servidor	Unidade	1.000		150.000		
1005	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecadação					800.000		
2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	Atendto/Ano	Unidade	2.500		261.000		

Código Programa Ação	PROGRAMAS/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
0003	O FUTURO SE FAZ COM EDUCAÇÃO						160.494.000		
2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	Refeição/dia	Unidade	2.300			3.511.000		
1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	Área	M2	4.000			4.200.000		
2018	Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	2.400			22.411.000		
2019	Rem. dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	Profissional	Unidade	217			24.176.000		
2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	Livros	Unidade	3.000			100.000		
2021	Capacitação e Formação Continuada de Professores	Professor	Unidade	720			500.000		
2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	2.500			13.344.000		
1006	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	Veículo	Unidade	7			3.380.000		
2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	Aluno	Unidade	300			1.006.000		
2024	Manutenção do Ensino Superior	Aluno	Unidade	100			100.000		
2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	Refeição/dia	Unidade	6.600			5.684.000		
1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Área	M2	6.000			5.800.000		
2026	Manutenção do Ensino Infantil	Aluno	Unidade	1.700			31.366.000		
2027	Rem. dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	Profissional	Unidade	185			41.399.000		
2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Aluno	Unidade	530			1.976.000		
2029	Apoio à APAE	Aluno	Unidade	230			1.391.000		
2030	Feira Municipal do Livro e do Conhecimento	Stand/ano	Unidade	40			40.000		

2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	Visita/dia	Unidade	1.600			110.000		
0005	DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER						22.782.000		
1012	Restauração do Mercado Público	Área	M2	500			400.000		
1013	Restauração do Casarão Wollinger	Área	M2	400			1.200.000		
1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	Área	M2	2.000			2.000.000		
2049	Manut da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer						6.832.000		
1015	Construção de Equipamentos Esportivos	Equipamento	Unidade	4			5.800.000		
1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	Equipamento	Unidade	1			500.000		
1017	Construção do Centro de Artes Marciais	Área	M2	300			400.000		
1018	Instalação de Academia ao ar Livre	Academia	Unidade	5			150.000		
2050	Apoio ao Esporte Amador	Atleta/Ano	Unidade	15.000			3.500.000		
2051	Apoio ao Lazer Comunitário						1.000.000		
Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
1019	Construção de Áreas de Lazer	Área lazer	Unidade	6			1.000.000		
0006	SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS						46.040.000		
2052	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	Atendto./Ano	Unidade	900			1.037.000		
1020	Apoio à Construção de Equip. de Segurança Pública	Área	M2	600			12.300.000		
1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	Área	M2	1.500			2.650.000		
2053	Atendimento à Pessoa Idosa	Idoso/ano	Unidade	12.000			1.058.000		
2054	Funcionamento e Manutenção do FIA						1.077.000		

2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	Atendto/Ano	Unidade	2.500			384.000		
2056	Proteção Especial de Média Complexidade	Atendto/ano	Unidade	4.000			1.965.000		
1022	Construção de Abrigo Institucional	Área	M2	500			800.000		
2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendto/Ano	Unidade	250			1.012.000		
2058	Manutenção do Conselho Tutelar						500.000		
2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS						4.982.000		
2060	Manut. da Secretaria de Assistência Social e Habitação						4.028.000		
2061	Gestão da Política de Assistência Social	Atendto/Ano	Unidade	15.000			556.000		
2062	Proteção Social Básica	Atendto/Ano	Unidade	5.000			1.545.000		
2063	Benefícios Eventuais	Atendto/Ano	Unidade	5.000			1.299.000		
2064	Benefício de Prestação Continuada - BPC	Atendto/Ano	Unidade	500			600.000		
2065	Manutenção do Bolsa Família	Atendto/Ano	Unidade	3.000			757.000		
2066	Controle Social da Política de Assistência Social	Ações/Ano	Unidade	240			600.000		
1023	Construção do Centro de Referência da Assistência Social	Área	M2	165			180.000		
1024	Constr. Centro de Referência Espec. da Assistência Social	Área	M2	180			210.000		
1025	Biguaçu meu Lar	Família/Atda.	Unidade	1.500			8.500.000		
0007	BIGUAÇU, MELHOR LUGAR PARA O SEU NEGÓCIO						69.286.000		
1026	Inclusão Digital	Pessoa	Unidade	2.400			100.000		
1027	Impl. Parque Tecnológico e Desenvolvimento Econômico	Área	M2	5.000			2.300.000		



2067	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca						800.000		
2068	Manutenção do Abatedouro Municipal						120.000		
2069	Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura						1.437.000		
Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura						12.132.000		
1028	Formação da Patrulha Agrícola	Equipamento	Unidade	10			3.200.000		
2071	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	Produtor	Unidade	1.100			400.000		
1029	Implantação da Casa do Agricultor	Área	M2	130			200.000		
1030	Construção de Equipamentos de Apoio aos Pescadores	Área	M2	800			850.000		
2072	Manut. Secr. Desenv. Econômico e Inovação Tecnológica						1.623.000		
1031	Implantação de Distritos Industriais	Distrito	Unidade	3			500.000		
1032	Pagamento de Precatório com Desapropriação de Imóvel	Precatório	Unidade	1			1.000.000		
1033	Implantação da Casa do Empreendedor	Área	M2	250			300.000		
2073	Func. e Manutenção da Casa do Empreendedor						100.000		
2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	Evento	Unidade	4			1.400.000		
2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	Evento	Unidade	8			826.000		
2076	Manut. Secretaria de Desenv. Urbano e Transportes						7.137.000		
2077	Conservação das Estradas Vicinais	Estrada	Km	400			12.302.000		

1034	Pavimentação de Estradas Rurais	Área	M2	93.000			14.819.000		
1035	Construção de Pontes	Ponte	M2	600			1.000.000		
1036	Construção de Bueiros	Bueiro	M	1.200			120.000		
1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamento	Unidade	6			6.620.000		
0009	REVITALIZANDO A CIDADE DE BIGUAÇU						164.978.000		
2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil						100.000		
1041	Recuperação de Danos causados por Intempéries						2.150.000		
1042	Prevenção de Cheias						100.000		
1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	Extensão	Km	4			31.500.000		
1044	Revitalização de Praças	Praça	Unidade	15			1.200.000		
1045	Pavimentação de Ruas	Área	M2	350.000			43.689.000		
1046	Implantação de Drenagem Pluvial						21.000.000		
2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	Cemitério	Unidade	3			1.000.000		
2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura						25.992.000		
2084	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	Resíduos	Tonelada	65.000			10.812.000		
2085	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	Ponto de luz	Unidade	10.000			15.315.000		
Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
2086	Arborização de Espaços Públicos	Mudas	Unidade	12.000			50.000		
2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito						1.950.000		
1047	Sinalização Turística	Placas	Unidade	2.000			1.120.000		
1048	Construção de Portal Turístico						900.000		

1049	Implantação de Ciclovias	Extensão	Km	10.000			1.100.000		
1050	Padronização das Calçadas	Área	M2	100.000			5.000.000		
1051	Construção ou Aquisição de Abrigos de Passageiros	Abrigo	Unidade	200			2.000.000		
0000	ENCARGOS GERAIS						24.471.000		
0003	Amortização de Dívidas	Contrato	Unidade	10			17.000.000		
0004	Contribuição ao PASEP – Prefeitura						6.468.000		
0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade	Unidade	3			1.002.000		
0006	Devolução de Recursos de Convênios						1.000		
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						2.400.000		
9901	Reserva de Contingência						2.400.000		
	SOMA						581.589.000		
	Transferência Financeiras a Conceder ao Biguaçuprevi						4.081.000		
	Transferência Financeiras a Conceder ao FMS						91.085.000		
	Transferência Financeiras a Conceder a FAMABI						4.965.000		
	Transferência Financeiras a Conceder a Câmara						26.630.000		
	SOMA						126.761.000		
	TOTAL						708.350.000		
	UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREVI								
0001	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						1.400.000		
2005	Administração do Biguaçu-previ	servidores	unidade	1.200			1.400.000		
0000	ENCARGOS GERAIS						16.798.000		
0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	Beneficiário	Unidade	100			11.715.000		

Código Programa Ação	PROGRAMAS/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
0002	Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	Beneficiário	Unidade	46			4.081.000		
0007	Contribuição ao PASEP – RPPS						1.002.000		
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						111.864.000		
9902	Reserva de Contingência						111.864.000		
	TOTAL						130.062.000		
	UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
0004	SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS						153.985.000		
1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	Área	M2	6.468			5.000.000		
1009	Impl. e Manutenção de Polos de Academia de Saúde			03			370.000		
1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	Área	M2	1.000			1.665.000		
2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	Atendto./Ano	Unidade	36.000			14.221.000		
2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde						6.516.000		
2034	Ações de Atenção Básica – PABF	Atendto./Ano	Unidade	25.000			14.815.000		
2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	Atendto./Ano	Unidade	190.000			25.812.000		
2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	Atendto./Ano	Unidade	125.000			9.093.000		
2037	Ações de Saúde Bucal	Atendto./Ano	Unidade	Informar			3.432.000		
2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	Atendto./Ano	Unidade	150.000			6.736.000		

2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	Atendto./Ano	Unidade	15.000			2.160.000		
2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	Atendto./Ano	Unidade	6.000			4.740.000		
1011	Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	04			200.000		
2041	Serviços de Atend. Móvel às Urgências – MAC/SAMU	Atendto./Ano	Unidade	2.000			1.623.000		
2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	Atendto./Ano	Unidade	120.000			32.804.000		
2043	Atendimento Psico Social	Atendto./Ano	Unidade	7.300			1.740.000		
2044	Manutenção da UPA	Atendto./Ano	Unidade				17.760.000		
2045	Ações de Vigilância Sanitária	Atendto./Ano	Unidade	1.400			1.529.000		
2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	Atendto./Ano	Unidade	75.000			3.249.000		
2047	Bíguia sem Miséria	Família Atda./Ano	Unidade	100			440.000,00		
2048	Manutenção do Sistema próprio Distribuição de Água	Ligação	Unidade	500			80.000,00		
	TOTAL						153.985.000		
Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
	UNIDADE GESTORA: FAMABI								
0008	CUIDANDO DO NOSSO MEIO AMBIENTE						7.715.000		
2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente						5.858.000		
1038	Revitalização de Rios e Lagos	Extensão	M	400			88.000,00		
1039	Construção de Parques	Área	M2	20.000			275.000.00		
1040	Construção da Sede da FAMABI	Área	M2	500			544.000,00		
2079	Estruturação e Manut. dos Serviços Reciclagem de Lixo	Lixo	Tonelada	7.000			80.000,00		
2080	Manut. do FM p/ Preserv., Prot. Melh. qualidade do MA						870.000,00		

	TOTAL						7.715.000		
	TOTAL GERAL						1.000.112.000		
	(-) Transferências Financeiras						126.761.000		
	(-) Despesas Intra-Orçamentárias						25.822.000		
	META FISCAL DE DESPESA						847.529.000		

**Lei N° 3402/2013 - Anexo VI**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Secretaria Municipal de Finanças/Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017

ANEXO VI

Portaria Conjunta STN/SOF n. 3/2008

DEMONSTRATIVO DAS FONTES E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS						
FONTES DE RECURSOS			DESTINAÇÃO DOS RECURSOS			
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR

R\$ 1,00

IPTU	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	8.704.000,00	2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	26.130.000,00
IRRF	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.270.000,00	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	4.481.000,00
ITBI	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	6.279.000,00	2003	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	840.000,00
ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	38.701.000,00	2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	603.000,00
Taxa p/ Exercício Poder Policia	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	16.113.000,00	2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	4.738.000,00
Taxa p/ Prestação de Serviços	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	12.605.000,00	2007	Manut. Secret. de Planejamento e Gestão	8.800.000,00
Receita de Serviços	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	493.000,00	2008	Implantação e Manut. Indústria de Projetos	400.000,00
Cota-Parte do FPM	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.313.000,00	2009	Manut. da Procuradoria Geral do Município	3.200.000,00
Cota-Parte do FPM	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	4.328.000,00	1001	Reestr.Física e Func. Prédio da Administração	300.000,00
Cota-Parte do ITR	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	91.000,00	2010	Manut. Secret. do Orçamento Participativo	1.100.000,00



Transf. Finan. ICMS – Desoneração	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	674.000,00	2011	Manutenção da Secretaria de Administração	16.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	99.853.000,00	2012	Manut. da Secretaria de Integração Regional	1.231.000,00
Cota-Parte do IPVA	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	13.727.000,00	2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	1.908.000,00
Cota-Parte do IPI Exportação	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00	2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	14.996.000,00
Transferências da Realizadora da Bigfest	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00	1003	Revitalização da Estrutura de Informática	800.000,00
Multas Juros Mora s/IPTU e ITBI	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	59.000,00	2015	Capacitação de Servidores	150.000,00
Multas Juros Mora s/ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	146.000,00	1004	Aperf. dos Mecanismos de Arrecadação	800.000,00
Multas Juros Mora s/Outros Trib.	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	387.000,00	2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	261.000,00
MJM Dív. Ativas/IPTU e ITBI	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	180.000,00	2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	2.763.000,00
MJM Dív. Ativas/ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	134.000,00	2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	1.006.000,00
MJM Dív. Ativas/Outros Trib.	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	55.000,00	2024	Manutenção do Ensino Superior	100.000,00
Multas por Auto de Infração	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	198.000,00	2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	4.543.000,00
Outras Restituições	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	92.000,00	2029	Apoio à APAE	1.391.000,00
Receita de Dívida Ativa IPTU e ITBI	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.989.000,00	2030	Feira Municipal do Livro e do Conhecimento	40.000,00
Receita de Dívida Ativa ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	755.000,00	2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	110.000,00
Receita Dívida Ativa não Trib.	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	625.000,00	1012	Restauração do Mercado Público	400.000,00
Outras Receitas	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.519.000,00	1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	200.000,00
Receita Patrimonial	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.593.000,00	2049	Manut. Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	6.832.000,00
Compensação Financeira Rec. Nat.	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.641.000,00	1015	Construção de Equipamentos Esportivos	800.000,00
Transf.da Conc. de Água e Esgoto	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	8.441.000,00	1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	500.000,00
Renúncia Receita IPTU	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-1.275.000,00	1017	Construção do Centro de Artes Marciais	400.000,00
Desconto Receita IPTU	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-991.000,00	1018	Instalação de Academia ao ar Livre	150.000,00



Renúncia Receita Taxas	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-9.054.000,00	2050	Apoio ao Esporte Amador	3.500.000,00
Renúncia receita ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-381.000,00	2051	Apoio ao Lazer Comunitário	1.000.000,00
Renúncia receita Multas D.A. IPTU	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-116.000,00	1019	Construção de Áreas de Lazer	400.000,00
FONTES DE RECURSOS		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS				
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
Renúncia Receita Multas D.A. ISS	0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-95.000,00	1020	Apoio à Construção de Equip. de Segurança Pública	300.000,00
				1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	150.000,00
				2053	Atendimento à Pessoa Idosa	1.058.000,00
				2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.042.000,00
				2044	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	300.000,00
				2056	Proteção Especial de Média Complexidade	1.266.000,00
				1022	Construção de Abrigo Institucional	300.000,00
				2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	550.000,00
				2058	Manutenção do Conselho Tutelar	500.000,00
				2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	4.877.000,00
				2060	Manut. da Secretaria de Assistência Social e Habitação	4.028.000,00
				2061	Gestão da Política de Assistência Social	400.000,00
				2062	Proteção Social Básica	1.100.000,00
				2063	Benefícios Eventuais	1.251.000,00
				2064	Benefício de Prestação Continuada - BPC	600.000,00
				2065	Manutenção do Bolsa Família	487.000,00
				2066	Controle Social da Política de Assistência Social	600.000,00
				1023	Constr. do Centro de Referência da Assistência Social	45.000,00
				1024	Constr. Centro de Ref. Espec. da Assistência Social	210.000,00
				1025	Biguaçu meu Lar	1.000.000,00
				1026	Inclusão Digital	100.000,00
				1027	Impl. Parque Tecnológico e Desenvolvimento Econômico	300.000,00
				2067	Apoio as Atividades de Aquicultura e Pesca	800.000,00
				2068	Manutenção do Abatedouro Municipal	120.000,00
				2069	Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	1.437.000,00
				2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	11.487.000,00
				1028	Formação da Patrulha Agrícola	1.200.000,00
				2071	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	400.000,00
				1029	Implantação da Casa do Agricultor	200.000,00

				1030	Construção de Equipamentos de Apoio aos Pescadores	50.000,00
				2072	Manut. Secret Desenv. Econ e Inovação Tecnológica	1.623.000,00
				1031	Implantação de Distritos Industriais	500.000,00
				1032	Pagamento de Precatório com Desapr de Imóvel	1.000.000,00
				1033	Implantação da Casa do Empreendedor	300.000,00
				2073	Func Manutenção da Casa do Empreendedor	100.000,00
				2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	200.000,00
				2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	826.000,00
				2076	Manut. da Secretaria de Desenv. Urbano e Transportes	7.137.000,00
				2077	Conservação das Estradas Vicinais	12.178.000,00
				1034	Pavimentação de Estradas Rurais	2.819.000,00
				1035	Construção de Pontes	1.000.000,00
				1036	Construção de Bueiros	120.000,00
				1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	1.500.000,00
				2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	4.885.000,00
				2079	Estrut. e Manutenção Serviços de Reciclagem de Lixo	80.000,00

## FONTES DE RECURSOS

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
				2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	100.000,00
				1041	Recuperação de Danos causados por Intempéries	150.000,00
				1042	Prevenção de Cheias	100.000,00
				1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	1.500.000,00
				1041	Revitalização de Praças	1.200.000,00
				1045	Pavimentação de Ruas	11.041.000,00
				1046	Implantação de Drenagem Pluvial	1.000.000,00
				2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	1.000.000,00
				2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura	25.992.000,00

				2084	Melhoria e Manutenção Serviços de Coleta de Lixo	10.812.000,00
				2086	Arborização de Espaços Públicos	50.000,00
				1047	Sinalização Turística	120.000,00
				1048	Construção de Portal Turístico	80.000,00
				1049	Implantação de Ciclovias	100.000,00
				1050	Padronização das Calçadas	3.500.000,00
				1051	Construção ou Aquisição de Abrigos de Passageiros	2.000.000,00
				1002	Construção do Centro Administrativo Municipal	200.000,00
				0002	Pag. de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	4.081.000,00
				0003	Amortização de Dividas	13.509.000,00
				0004	Contribuição ao PASEP	6.468.000,00
				0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	1.002.000,00
				0006	Devolução de Recursos de Convênios	1.000,00
				9901	Reserva de Contingência	2.400.000,00
		SOMA	267.705.000,00			267.705.000,00
IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	4.390.000,00	1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	4.000.000,00
IRRF	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	2.659.000,00	2018	Manutenção do Ensino Fundamental	12.733.000,00
ITBI	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	3.168.000,00	2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	100.000,00
ISS	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	19.524.000,00	2021	Capac. e Formação Continuada de Professores	500.000,00
Cota-Parte do FPM	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	27.107.000,00	2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fund.	7.228.000,00
Cota-Parte do ITR	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	46.000,00	1007	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	2.000.000,00

Transf. Finan. ICMS – Deso- neração	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	340.000,00	1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	3.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	50.356.000,00	2026	Manutenção do Ensino Infantil	19.950.000,00
Cota-Parte do IPVA	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	6.925.000,00	2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.976.000,00
Cota-Parte do IPI exportação	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	793.000,00			
MJM sobre IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	28.000,00			
MJM sobre ITBI	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	1.000,00			
MJM sobre ISS	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	74.000,00			
MJM Dívida Ativa IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	90.000,00			
MJM Dívida Ativa ITBI	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	1.000,00			
MJM Dív. Ativa ISS	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	67.000,00			
Receita da Div. Ativa IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	1.506.000,00			
Receita da Div. Ativa ITBI	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	1.000,00			
Receita da Div. Ativa ISS	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	380.000,00			
Renúncia Re- ceita de IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Im- postos p/ MDEB	-582.000,00			
FONTES DE RECURSOS		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS				
ESPECIFICA- ÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
Desconto Re- ceita de IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	-512.000,00			
Renúncia de Receita de ISS	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	-192.000,00			

Dedução da Receita FUN-DEB	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	-64.576.000,00			
Renúncia receita Multas D.A. IPTU	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	-59.000,00			
Renúncia Receita Multas D.A. ISS	0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	-48.000,00			
		SOMA	51.487.000,00			51.487.000,00
IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	3.480.000,00	1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	1.000.000,00
IRRF	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	2.108.000,00	1009	Implant. e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	50.000,00
ITBI	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	2.511.000,00	1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	60.000,00
ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	15.478.000,00	2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	14.221.000,00
Cota-Parte do FPM	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	20.580.000,00	2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	6.000.000,00
Cota-Parte do ITR	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	36.000,00	2034	Ações de Atenção Básica – PABF	6.000.000,00
Transf. Finan. ICMS – Desoneração	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	269.000,00	2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	13.026.000,00
Cota-Parte do ICMS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	39.779.000,00	2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	896.000,00
Cota-Parte do IPVA	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	5.490.000,00	2037	Ações de Saúde Bucal	2.400.000,00
Cota-Parte do IPI exportação	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	628.000,00	2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	4.478.000,00
MJM sobre IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	22.000,00	2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	240.000,00
MJM sobre ITBI	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.000,00	2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	3.840.000,00
MJM sobre ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	58.000,00	1011	Aquisição de Veículos	150.000,00
MJM Div. Ativa IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	71.000,00	2041	Serviços de Atend. Móvel às Urgências – MAC/SAMU	513.000,00
MJM Div. Ativa ITBI	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.000,00	2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	25.000.000,00
MJM Div. Ativa ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	53.000,00	2043	Atendimento Psico Social	960.000,00
Receita da Div. Ativa IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.194.000,00	2044	Manutenção da UPA	9.600.000,00
Receita da Div. Ativa ITBI	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.000,00	2045	Ações de Vigilância Sanitária	451.000,00
Receita da Div. Ativa ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	301.000,00	2046	Ações de Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde	1.920.000,00
Renúncia Receita de IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	-340.000,00	2047	Biguaçu sem Miséria	200.000,00
Desconto Receita de IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	-400.000,00	2048	Manutenção do Sistema próprio Distribuição de Água	80.000,00
Renúncia Receita de ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	-152.000,00			
Renúncia receita Multas D.A. IPTU	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	-46.000,00			
Renúncia Receita Multas D.A. ISS	0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	-38.000,00			
		SOMA	91.085.000,00			91.085.000,00
COSIP	0.1.04.000000	Iluminação Pública	15.315.000,00	2085	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	15.315.000,00

CIDE	0.1.05.000000	Infra-Estrutura em Transporte	120.000,00	2077	Conservação das Estradas Vicinais	120.000,00
Transferência do Salário Educação	0.1.06.000000	MDEF	7.316.000,00	1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	200.000,00
				2018	Manutenção do Ensino Fundamental	3.000.000,00
				1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	300.000,00
				2026	Manutenção do Ensino Infantil	3.816.000,00
PDDE	0.1.07.000000	Manutenção de Escolas	18.000,00	2018	Manutenção do Ensino Fundamental	18.000,00
PNAE Ensino Fundamental	0.1.08.000000	Merenda Escolar – Ens. Fundam.	736.000,00	2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	736.000,00
PNATE	0.1.09.000000	Manutenção Transporte Escolar	137.000,00	2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fund.	137.000,00
PNAE Infantil	0.1.10.000000	Merenda escolar Ensino Infantil	1.132.000,00	2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	1.132.000,00
FUNDEB 89,93%	0.1.12.000000	Remun. Prof. Magist. Min. 60%	65.322.000,00	2019	Rem. Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	23.923.000,00
				2027	Rem. Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	41.399.000,00
FONTES DE RECURSOS		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS				
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
FUNDEB 10,07%	0.1.13.000000	MDEB – Maximo 40%	16.879.000,00	2018	Manutenção do Ensino Fundamental	6.600.000,00
				2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fund.	2.679.000,00
				2026	Manutenção do Ensino Infantil	7.600.000,00
Multas – Parte Policia Civil	0.1.16.000000	Melhoria do Transito-PC	582.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	582.000,00
Multas – Parte Policia Militar	0.1.17.000000	Melhoria do Trânsito-PM	582.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	582.000,00
Multas – Parte PMB	0.1.18.000000	Melhoria do Trânsito-PMB	774.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	774.000,00
Transferência de Pessoas	0.1.26.000000	Manutenção do FIA	19.000,00	2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	19.000,00
Serviços de Projetos	0.1.33.000000	Manutenção do Funrebom	879.000,00	2052	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	1.014.000,00
Serviços de Vistoria	0.1.33.000000	Manutenção do Funrebom	95.000,00			
Serviços de Alteração de Projetos	0.1.33.000000	Manutenção do Funrebom	24.000,00			
Receita D.A. FUNREBOM	0.1.33.000000	Manutenção do Funrebom	16.000,00			
Serviços com Epto em Propr. Particular	0.1.34.000000	Manutenção FMDR	565.000,00	2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	641.000,00
Outras Multas FMDR	0.1.34.000000	Manutenção FMDR	11.000,00			
Receita de D.A. FMDR	0.1.34.000000	Manutenção FMDR	4.000,00			
Outras Receitas FMDR	0.1.34.000000	Manutenção FMDR	61.000,00			
PAC I	0.1.37.000061	Proteção Especial de Alta Compl.	170.000,00	2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	170.000,00
IGD – Bolsa Família	0.1.37.000066	Manutenção do Bolsa Família	270.000,00	2065	Manutenção do Bolsa Família	270.000,00
PBF/PAIF	0.1.37.000069	Proteção Social Básica	445.000,00	2062	Proteção Social Básica	445.000,00
IGD – SUAS	0.1.37.000070	Gestão da Política de Assis Social	48.000,00	2061	Gestão da Política de Assistência Social	48.000,00

PTMC	0.1.37.000072	Proteção Especial de Média Comp	62.000,00	2056	Proteção Especial de Média Complexidade	62.000,00
PBV II	0.1.37.000132	Serviços de Conv Fortalec Vínculo	84.000,00	2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	84.000,00
PFMC	0.1.37.000141	Proteção Especial de Média Compl	505.000,00	2056	Proteção Especial de Média Complexidade	505.000,00
PFMC	0.1.37.000160	Proteção Especial de Média Comp	132.000,00	2056	Proteção Especial de Média Complexidade	132.000,00
ACESUAS	0.1.37.000198	Gestão da Política de Assist Social	108.000,00	2061	Gestão da Política de Assistên- cia Social	108.000,00
Co-Financia- mento Alta Complexidade	0.1.38.000175	Proteção Especial de Alta Compl	292.000,00	2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	292.000,00
Benefícios Eventuais	0.1.38.000200	Benefícios Eventuais	48.000,00	2063	Benefícios Eventuais	48.000,00
Conv. MC – Habitações Populares	0.1.70.000020	Constr. E Melhoria de Hab. Pop.	7.500.000,00	1025	Biguaçu meu Lar	7.500.000,00
Conv. MT – Sinalização Turística	0.1.70.000021	Sinalização Turística	1.820.000,00	1047	Sinalização Turística	1.000.000,00
				1048	Construção de Portal Turístico	820.000,00
Conv. MC – Implantação Ciclovias	0.1.70.000022	Implantação de Ciclovias	1.000.000,00	1049	Implantação de Ciclovias	1.000.000,00
Conv. MC – Padronização de Calçadas	0.1.70.000023	Padronização de Calçadas	1.500.000,00	1050	Padronização das Calçadas	1.500.000,00
Conv. MA – Apoio Ativ. Aquic.Pesca	0.1.70.000024	Apoio Ativ. Aquic. Pesca	800.000,00	1030	Construção de Equipamentos de Apoio aos Pescadores	800.000,00
Conv. MCT – Implant. Parque Tec.	0.1.70.000025	Implantação Parque Tecno- lógico	2.000.000,00	1027	Impl. Parque Tecnológico e Desenvolvimento Econômico	2.000.000,00
Conv. MA – Pa- trulha Agrícola	0.1.70.000073	Formação da Patrulha Agrí- cola	2.000.000,00	1028	Formação da Patrulha Agrícola	2.000.000,00
Conv. IPHAN – Rest. Casarão Wollinger	0.1.70.000074	Restauração do casarão Wollinger	1.200.000,00	1013	Restauração do Casarão Wollinger	1.200.000,00
Conv. Minist. Desenvolvi- mento Social	0.1.70.000075	Centro Integrado de Assist. Social	2.500.000,00	1021	Construção do Centro Integra- do de Assistência Social	2.500.000,00
Conv. ME – Equip. Espor- tivos	0.1.70.000090	Constr. Equip. Esportivos	5.000.000,00	1015	Construção de Equipamentos Esportivos	5.000.000,00
Conv. MC – Áreas de Lazer	0.1.70.000091	Construção de Áreas de Lazer	600.000,00	1019	Construção de Áreas de Lazer	600.000,00
Conv. MC – Aquisição de Equip. Rod.	0.1.70.000093	Aquisição de Equip. Rodovi- ários	3.000.000,00	1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	3.000.000,00
Conv. MC – Pavimentação de Ruas	0.1.70.000094	Pavimentação de Ruas	23.500.000,00	1034	Pavimentação de Estradas Rurais	5.500.000,00
				1045	Pavimentação de Ruas	18.000.000,00
Conv. MC – Drenagem Pluvial	0.1.70.000097	Drenagem Pluvial	20.000.000,00	1046	Implantação de Drenagem Pluvial	20.000.000,00
Conv. MC – Dragagem do Rio	0.1.70.000098	Dragagem do Rio e Fixação Barra	30.000.000,00	1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	30.000.000,00
Conv. MEC – Amp.Rede Fis. Ens.Inf.	0.1.70.000140	Ampl.Rede Física Ensino Infantil	2.500.000,00	1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	2.500.000,00
Conv. ME – Const. De Ep- tos Esportivos	0.1.70.000150	Construção de Eptos espor- tivos	500.000,00	1022	Construção de Abrigo Institu- cional	500.000,00



FONTES DE RECURSOS		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS				
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
Conv. MC – Recuperação de Danos	0.1.70.000202	Recuperação de Danos	2.000.000,00	1041	Recuperação de Danos causados por Intempéries	2.000.000,00
Conv. SDR – Transporte Escolar	0.1.71.000012	Manutenção Transporte Escolar	3.237.000,00	2022	Manut. do Transporte Escolar - Ensino Fund.	3.237.000,00
Conv. SDR – Paviment. Estrada Rural	0.1.71.000026	Pavimentação de Estrada Rural	2.000.000,00	1034	Pavimentação de Estradas Rurais	2.000.000,00
Conv. SDR – Centro Integrado de Cult.	0.1.71.000028	Criação do Centro Cultural	1.800.000,00	1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	1.800.000,00
Conv. SDR – Eventos Econômicos	0.1.71.000030	Apoio a Realiz. Eventos Econ.	1.200.000,00	2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	1.200.000,00
Conv. SEAS – Cronstr. CRAS	0.1.71.000078	Construção do CRAS	135.000,00	1023	Constr do Centro de Referência da Assistência Social	135.000,00
Conv. SDR – Pavimentação de Ruas	0.1.71.000095	Pavimentação de Ruas	4.000.000,00	1045	Pavimentação de Ruas	4.000.000,00
Conv. SDR – Const. Eptos Segurança	0.1.71.000147	Construção Eptos de segurança	12.000.000,00	1020	Apoio à Construção de Equip. de Segurança Pública	12.000.000,00
Rem Dep;. Banc. Recursos não Vinculado	0.1.80.000000	Recursos Ordinários	3.491.000,00	0003	Amortização de Dívidas	3.491.000,00
Remuneração Dep. Banc. FUNDEB	0.1.81.000001	MDEB	253.000,00	2019	Rem. Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	253.000,00
Remuneração Dep. Banc. MDE	0.1.81.000002	MDEF	60.000,00	2018	Manutenção do Ensino Fundamental	60.000,00
Remuneração Dep. Banc. CIDE	0.1.81.000003	Infra-Estrutura em Transporte	4.000,00	2077	Conservação das Estradas Vicinais	4.000,00
Remuneração Dep. Banc. PNAE E.F.	0.1.81.000004	Merenda escolar Ensino Fund.	12.000,00	2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	12.000,00
Remuneração Dep. Banc. PNAE E.I.	0.1.81.000005	Merenda escolar Ensino Infantil	9.000,00	2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	9.000,00
Remuneração Dep. Banc. PNATE	0.1.81.000006	Transporte Escolar	4.000,00	2022	Manut. do Transporte Escolar - Ensino Fund.	4.000,00
Remuneração Dep. Banc. PM	0.1.81.000008	Educação No transito - PM	4.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	4.000,00

Remuneração Dep. Banc. PM	0.1.81.000009	Educação No transito - PM	4.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	4.000,00
Remuneração Dep. Banc. PMB	0.1.81.000010	Educação No transito - PM	4.000,00	2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	4.000,00
Remuneração Dep. Banc. Transp. Escolar	0.1.81.000011	Transporte Escolar	59.000,00	2022	Manut. do Transporte Escolar - Ensino Fund.	59.000,00
Remuneração Dep. Banc. FUNREBOM	0.1.81.000058	Manutenção do Funrebom	23.000,00	2052	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	23.000,00
Remuneração Dep. Banc. FMAS	0.1.81.000067	Manutenção do FMAS	105.000,00	2059	Funcionamento e Manutenção do Fdo. da Assist. Social	105.000,00
Remuneração Dep. Banc. FIA	0.1.81.000059	Manutenção do FIA	16.000,00	2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	16.000,00
Remuneração Dep. Banc. FMDR	0.1.81.000080	Manutenção do FMDR	4.000,00	2070	Manutenção do Fundo Municipi- pal de Agricultura	4.000,00
Remuneração Dep. Banc..Out. Rec.Vinc	0.1.81.000118	Pavimentação de Ruas	648.000,00	1045	Pavimentação de Ruas	648.000,00
O.C. Moderni- zação Adm.	0.1.82.000013	Progr. Modern. Adm. Pública	1.200.000,00	1003	Revitalização da Estrutura de Informática	1.200.000,00
O.C. Aquisição de Veículo	0.1.82.000089	Aquis. Veic. Transp. Escolar	1.300.000,00	1006	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	1.300.000,00
O.C. Pavimen- taçõ de Ruas	0.1.82.000096	Pavimentação de Ruas	4.500.000,00	1034	Pavimentação de Estradas Rurais	4.500.00,00
O.C. BADESC Aquisição de Equipamentos	0.1.82.000161	Aquisição de Equip. Rodov.	2.000.000,00	1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	2.000.000,00
O.C. DEF – Pro Transporte	0.1.82.000170	Pavimentação de Ruas	10.000.000,00	1045	Pavimentação de Ruas	10.000.000,00
O.C. BADESC –Constr. Centro Admin	0.1.82.000171	Constr. Centro Administrativo	3.000.000,00	1002	Construção do Centro Adminis- trativo Municipal	3.000.000,00
Alienação Veí- culos Educação	0.1.85.000099	Despesas de Capital da Educação	80.000,00	1006	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	80.000,00
Alienação Ou- tros Veiculos	0.1.85.000100	Despesas de Capital em Geral	120.000,00	1034	Pavimentação de Ruas	120.000,00
Tx. Vigilância Sanitária	0.2.27.000000	ASPS – Ações Vig. Sanit	836.000,00	2045	Ações de Vigilância Sanitária	836.000,00
Teto Municipal UPA	0.2.28.000015	ASPS – Manutenção da UPA	8.160.000,00	2044	Manutenção da UPA	8.160.000,00
PAB Fixo	0.2.28.000042	ASPS Ações Atenção Básica PAB	7.427.000,00	2034	Ações de Atenção Básica – PABF	7.427.000,00
Vigilância Sanitária	0.2.28.000043	ASPS – Ações Vig. Sanit.	118.000,00	2045	Ações de Vigilância Sanitária	118.000,00
Assistência Farmacêutica	0.2.28.000044	ASPS – Ações Assist. Farm.	1.210.000,00	2038	Ações de Assistência Farma- cêutica Básica	1.210.000,00
PABV – ACS	0.2.28.000046	ASPS – Ações c/ Ag. Com. Saude	8.197.000,00	2036	Ações com Agentes Comunitá- rios de Saúde – PABV/ACS	8.197.000,00

PABV – PSF	0.2.28.000047	ASPS – Ações de Saúde da Fam.	7.586.000,00	2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	7.586.000,00
SAMU	0.2.28.000048	ASPS – SAMU	914.000,00	2041	Serviços de Atend. Móvel às Urgências – MAC/SAMU	914.000,00
CEO	0.2.28.000049	ASPS – CEO	482.000,00	2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	482.000,00
PABV – NASF	0.2.28.000050	ASPS – NASF	1.920.000,00	2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	1.920.000,00
Rede Brasil sem Miséria	0.2.28.000104	ASPS	240.000,00	2047	Biguaçu sem Miséria	240.000,00
Rede Cegonha	0.2.28.000106	Manut. Ações de MAC	444.000,00	2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	444.000,00
Piso Fixo de Vigilância e Promoção Saúde	0.2.28.000107	Vigilância Epidemiológica	937.000,00	2046	Ações de Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde	937.000,00
Incentivo de Qualificação Ações Dengue	0.2.28.000108	ASPS – Vigilância Ambiental	124.000,00	2045	Ações de Vigilância Sanitária	124.000,00
Fórm. Inf. às Crianças Vertic. Exp. ao HIV	0.2.28.000109	Prev. e Tratam. de DST/HIV/AIDS	48.000,00	2046	Ações de Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde	48.000,00
MAC – Prod. Ambulatorial e Hospitalar	0.2.28.000119	MAC – Prod. Amb.e Hospitalar	7.360.000,00	2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	7.360.000,00
DST/HIV/AIDS	0.2.28.000120	Vig. Epid. DST/HIV/AIDS	344.000,00	2046	Ações de Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde	344.000,00
PMAQ	0.2.28.000179	PMAQ	5.200.000,00	2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	5.200.000,00

## FONTES DE RECURSOS

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO PROJETO, ATIVIDADE	AÇÃO	VALOR
PMAQ - CEO	0.2.28.000182	ASPS – CEO PMAQ	252.000,00	2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	252.000,00
Saúde Bucal	0.2.28.000184	Saude Bucal	1.032.000,00	2037	Ações de Saúde Bucal	1.032.000,00
Rede Psico Social	0.2.28.000187	Atendimento Psio Social	780.000,00	2043	Atendimento Psico Social	780.000,00
Compensação Especif. Regionais	0.2.28.000203	Atenção Básica	44.000,00	2034	Ações de Atenção Básica – PABF	44.000,00
Assistencia Farmacêutica Básica	0.2.29.000052	ASPS – Ações Assist. Farm. Bas.	1.048.000,00	2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	1.048.000,00
CEO	0.2.29.000053	ASPS – CEO	166.000,00	2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	166.000,00
Co-Financiamento PAB	0.2.29.000054	Atenção Básica	1.344.000,00	2034	Ações de Atenção Básica – PABF	1.344.000,00
SAMU	0.2.30.000000	SAMU	196.000,00	2041	Serviços de Atend. Móvel às Urgências – MAC/SAMU	196.000,00
Contribuição Serv. Ativo e Inativo	0.2.32.000000	Pagamento Inativo e Pensionistas	12.048.000,00	0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	11.715.000,00
Contribuição Patronal	0.2.32.000000	Pagamento Inativo e Pensionistas	21.905.000,00	9902	Reserva de Contingência	24.585.000,00

Contribuição Amortização Deficit	0.2.32.000000	Pagamento Inativo e Pensionistas	1.908.000,00			
Compensação Financeira	0.2.32.000000	Pagamento Inativo e Pensionistas	439.000,00			
Contribuição Patronal	0.2.35.000000	Despesas Administrativas RPPS	2.009.000,00	2005	Administração do Biguaçu-Previ	1.400.000,00
				0007	Contribuição ao PASEP	609.000,00
Tx. de Controle e Fisc. Ambiental	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	327.000,00	2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	909.000,00
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	20.000,00	1038	Revitalização de Rios e Lagos	88.000,00
Multas e Juros de Mora de Out.Trib.	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	338.000,00	1039	Construção de Parques	200.000,00
Outras MJM D.A. Outras Rec.– Principal	0.2.36.000000		20.000,00	1040	Construção da Sede da FAMABI	544.000,00
Multa de Poluição de Águas	0.2.36.000000		20.000,00			
Multas Admin. por danos Ambientais	0.2.36.000000		230.000,00			
Outras Restituições	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	4.000,00			
Receita de Dívida Ativa	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	774.000,00			
Outras Receitas	0.2.36.000000	Manutenção da FMMA	8.000,00			
Multas Judiciais por danos ambientais	0.2.36.000000	Manutenção do FM	870.000,00	2080	Manut. FM p/ Preserv., Prot. melh qualidade do MA	870.000,00
Conv. MS – UPA Ampliação	0.2.70.000102	UPA - Ampliação	1.000.000,00	1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	1.000.000,00
Reciclagem de Lixo	0.2.70.000136	Reciclagem de Lixo	75.000,00	1039	Construção de Parques	75.000,00
Conv. MS – Construção de UBS Prado	0.2.70.000176	Constr. UBS Prado	605.000,00	1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	605.000,00
Polos de Academia de Saúde	0.2.70.000208	Impl. de Polos de Academia	320.000,00	1009	Implant. e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	320.000,00
Conv. SDR - Hospital	0.2.71.000055	Construção do Hospital Municipal	4.000.000,00	1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	4.000.000,00
Remun. Dep. Banc. – Biguaçu-Previ	0.2.81.000040	Pagamento Inativos e Pensionistas	86.994.000,00	9902	Reserva de Contingência	86.994.000,00
Remun. Dep. Banc. – FMS	0.2.81.000041	ASPS – Manutenção do FMS	516.000,00	2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	516.000,00
Remun. Dep. Banc. - - FMMA	0.2.81.000082	Manutenção do FMMA	64.000,00	2078	Manutenção Fundação Municipal do Meio Ambiente	64.000,00

Remun. Dep. Banc. – Biguaçu-previ	0.2.81.000165	Despesas Administrativas	678.000,00	9902	Reserva de Contingência	285.000,00
					Contribuição ao PASEP - RPPS	393.000,00
Alienação veículos Saúde	0.2.85.000101	Despesa de Capital em saúde	50.000,00	1011	Aquisição de Veículos	50.000,00
		TOTAL GERAL	873.351.000,00		TOTAL GERAL	873.351.000,00
		(-) Operações Intra-Orçamentárias	25.822.000,00		(-) Operações Intra-Orçamentária	25.822.000,00
		META FISCAL DE RECEITA	847.529.000,00		META FISCAL DE DESPESA	847.529.000,00

**Lei N° 3402/2013 - Anexo VIII**

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Secretaria da Fazenda/Secretaria de Planejamento e Gestão

PLANO PRURIANUAL 2014/2017

ANEXO VIII

## DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

## 1. BASE DE CALCULO DO GASTO MÍNIMO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS PRODUTO DE IMPOSTOS	PREVISÃO
IPTU	16.574.000,00
ITBI	11.958.000,00
ISS	73.703.000,00
IRRF	10.037.000,00
Multas e Juros de Impostos	389.000,00
Multas e Juros da D.A. de Impostos	597.000,00
Dívida Ativa de Impostos	7.127.000,00
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-5.227.000,00
COTA PARTE FPM	98.000.000,00
COTA PARTE DO ITR	173.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	1.283.000,00
COTA PARTE DO ICMS	189.988.000,00
COTA PARTE DO IPVA	26.142.000,00
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	2.993.000,00
SOMA	433.737.000,00

## 2. ORIGEM DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR PREVISTO
0.1.02.000000	Receita Impostos p/ Ações e Serviços Públicos Saúde – Mín. de 21,00%	65.060.550,00
0.2.27.000000	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	836.000,00
0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência UPA	8.160.000,00
0.2.28.000042	ASPS – Ações de Atenção Básica – PAB Fixo	7.427.000,00
0.2.28.000043	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	118.000,00
0.2.28.000044	ASPS – Ações de Assistência Farmacêutica Básica	1.210.000,00
0.2.28.000046	ASPS – Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	8.197.000,00
0.2.28.000047	ASPS – Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	7.586.000,00
0.2.28.000048	ASPS – Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC/SAMU	914.000,00



0.2.28.000049	ASPS – Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	482.000,00
0.2.28.000050	ASPS – Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	1.920.000,00
0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria	240.000,00
0.2.28.000106	Rede Cegonha	444.000,00
0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância e Promoção em Saúde	937.000,00
0.2.28.000108	Incentivo a Qualificação de Ações da Dengue	124.000,00
0.2.28.000109	Fórmula Infantil às Crianças Vert. Expostas ao HIV	48.000,00
0.2.28.000119	ASP – Mac Produção Ambulatorial e Hospitalar	7.360.000,00
0.2.28.000120	ASP – Vigilância Epidemiológica – DST/HIV/AIDS	344.000,00
0.2.28.000179	Programa Melhoria Acesso da Qualidade – PMAQ	5.200.000,00
0.2.28.000182	ASPS – Programa Melhoria de Acesso a Qualidade – CEO	252.000,00
0.2.28.000184	ASPS – Ações Saúde da Família/Saúde Bucal	1.032.000,00
0.2.28.000187	Rede Psico Social	780.000,00
0.2.28.000203	ASPS – Compensação Especificidades Regionais	44.000,00
0.2.29.000052	ASPS – Ações de Assistência Farmacêutica Básica	1.048.000,00
0.2.29.000053	ASPS – Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	166.000,00
0.2.29.000054	Co-Financiamento PAB	1.344.000,00
0.2.30.000000	Serviço de Atendimento Médico de Urgência	196.000,00
0.2.70.000102	Ampliação UPA	1.000.000,00
0.2.70.000176	Construção UBS Prado	605.000,00
0.2.70.000208	Polos de Academia de Saúde	320.000,00
0.2.71.000055	Construção Hospital Biguaçu	4.000.000,00
0.2.81.000041	ASPS – Manutenção do FMS	516.000,00
0.2.85.000101	Alienação Veículos da Saúde	50.000,00
	TOTAL	127.960.550,00

## 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

CÓDIGO DA FONTE DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	VALOR ESTIMADO	DIFERENÇA
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	48.521.000,00	48.521.000,00	
0.1.02.000000	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	39.913.000,00	39.913.000,00	
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	451.000,00	451.000,00	
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	1.920.000,00	1.920.000,00	
0.1.02.000000	306	Alimentação e Nutrição	200.000,00	200.000,00	
0.1.02.000000	512	Saneamento Básico Urbano	80.000,00	80.000,00	
		SOMA	91.085.000,00	91.085.000,00	
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	836.000,00	836.000,00	
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	8.160.000,00	8.160.000,00	
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	7.427.000,00	7.427.000,00	
0.2.28.000043	304	Vigilância Sanitária	118.000,00	118.000,00	
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	1.210.000,00	1.210.000,00	
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	8.197.000,00	8.197.000,00	
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	7.586.000,00	7.586.000,00	
0.2.28.000048	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	914.000,00	914.000,00	
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	482.000,00	482.000,00	
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	1.920.000,00	1.920.000,00	
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	240.000,00	240.000,00	

0.2.28.000106	301	Atenção Básica	444.000,00	444.000,00	
0.2.28.000107	301	Atenção Básica	937.000,00	937.000,00	
0.2.28.000108	301	Atenção Básica	124.000,00	124.000,00	
0.2.28.000109	301	Atenção Básica	48.000,00	48.000,00	
0.2.28.000119	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.360.000,00	7.360.000,00	
0.2.28.000120	305	Vigilância Epidemiológica	344.000,00	344.000,00	
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	5.200.000,00	5.200.000,00	
0.2.28.000182	301	Atenção Básica	252.000,00	252.000,00	
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	1.032.000,00	1.032.000,00	
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	780.000,00	780.000,00	
0.2.28.000203	301	Atenção Básica	44.000,00	44.000,00	
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	1.048.000,00	1.048.000,00	
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	166.000,00	166.000,00	
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	1.344.000,00	1.344.000,00	
0.2.30.000000	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	196.000,00	196.000,00	
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	1.000.000,00	1.000.000,00	
0.2.70.000176	301	Atenção Básica	605.000,00	605.000,00	
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	320.000,00	320.000,00	
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	4.000.000,00	4.000.000,00	
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	516.000,00	516.000,00	
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	50.000,00	50.000,00	
		SOMA	62.900.000,00	62.900.000,00	
		TOTAL GERAL	153.985.000,00	153.985.000,00	
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPs			15% de 1.1	21,0%	6,0%

## 5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

5.1 =  $91.085.000 \times 100 / 433.737.000 = 21,0\%$ 

## Lei N° 3402/2013 -Anexo VII

### ANEXO VII

## DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

## 1. BASE DE CALCULO DO GASTO MÍNIMO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO

1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	PREVISÃO
IPTU	16.574.000,00
ITBI	11.958.000,00
ISS	73.703.000,00
IRRF	10.037.000,00
Multas e Juros de Impostos	389.000,00
Multas e Juros da D.A. de Impostos	597.000,00
Dívida Ativa de Impostos	7.127.000,00
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-5.227.000,00
SOMA	115.158.000,00
1.2. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, BASE DE CÁLCULO PARA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB	
COTA PARTE FPM	98.000.000,00
COTA PARTE FPM CF.Art.159	4.328.000,00
COTA PARTE DO ITR	173.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	1.283.000,00
COTA PARTE DO ICMS	189.988.000,00





COTA PARTE DO IPVA		26.142.000,00
COTA PARTE DO IPI - EXPPORTAÇÃO		2.993.000,00
SOMA		322.907.000,00
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		438.065.000,00
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO		
		VALOR ESTIMADO
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (26,49% de 1.3)	109.516.250,00
0.1.06.000000	Transferência do Salário Educação	7.316.000,00
0.1.07.000000	Transferências Diretas do FNDE - PDDE	18.000,00
0.1.09.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	137.000,00
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB –79,47% do total do FUNDEB	65.322.000,00
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 20,53% do total do FUNDEB	16.879.000,00
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	3.237.000,00
0.1.81.000001	Remuneração depósitos Bancários - FUNDEB	253.000,00
0.1.81.000002	Remuneração de Depósitos Bancários – Salário Educação	60.000,00
0.1.81.000006	Remuneração de Depósitos Bancários PNATE	4.000,00
0.1.81.000011	Remuneração de depósitos Bancários – Transporte Escolar	59.000,00
0.1.70.000140	Ampliação da Rede Física Educação Infantil	2.500.000,00
0.1.82.000089	Aquisição de Veículo	1.300.000,00
0.1.85.000099	Alienação Veículos da Educação	80.000,00
	TOTAL	206.681.250,00

## 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	VALOR ESTIMADO	DIFERENÇA
0.1.01.000000	61	Ensino Fundamental	26.561.000,00	26.561.000,00	
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	22.950.000,00	22.950.000,00	
0.1.01.000000	366	Educação de Jovens e Adultos	1976.000,00	1.976.000,00	
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	64.576.000,00	64.576.000,00	
		SOMA	116.063.000,00	116.063.000,00	
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	3.500.000,00	3.500.000,00	
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	3.816.000,00	3.816.000,00	
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	18.000,00	18.000,00	
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	137.000,00	137.000,00	
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	23.923.000,00	23.923.000,00	
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	41.399.000,00	41.399.000,00	
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	9.279.000,00	9.279.000,00	
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	7.600.000,00	7.600.000,00	
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	3.237.000,00	3.237.000,00	
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	253.000,00	253.000,00	
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	60.000,00	60.000,00	
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	4.000,00	4.000,00	
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	59.000,00	59.000,00	
0.1.70.000140	365	Educação Infantil	2.500.000,00	2.500.000,00	
0.1.82.000089	361	Ensino Fundamental	1.300.000,00	1.300.000,00	
0.1.85.000099	361	Ensino Fundamental	80.000,00	80.000,00	
SOMA			97.165.000,00	97.165.000,00	



TOTAL	213.228.000,00	213.228.000,00	
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,00%	26,49%	1,49%
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60,00%	79,22%	19,22%

## 5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS PREVISTOS

5.1 =  $116.063.000 \times 100 / 438.065.000 = 26,49\%$ 5.2 =  $23.923.000 + 41.399.000 \times 100 / 65.322.000 + 16.879.000 + 253.000 = 79,22\%$ **Lei N° 3409/2013**

LEI N° 3409/2013 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

DENOMINA "PRAÇA ERCI MARINHO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominado a Praça situada na Avenida Prefeito Jorge Fernandes de Alcântara, esquina com a Rua Acácio Heitz, "PRAÇA ERCI MARINHO".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3409/2013, de 02/10/2013

Sancionada em 02/10/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

**Decreto N° 156/2013**

DECRETO N° 156/2013 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária para 2013

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

## DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.184,81 (vinte mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos) por conta do Superávit Financeiro de 2012, apurado na fonte de recurso 0.3.00.000000 a dotação abaixo indicada:

## 26. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2601.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio 20.184,81
3.3.20.00/0.3.00.000000	Transferências à União 20.184,81

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

**Decreto N° 157/2013**

DECRETO N° 157/2013 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

**02. Gabinete do Prefeito**

0204.04.122.0002.2009 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
8.100,00

**ANULA:**

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 8.100,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 8.100,00

**04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0701.12.306.0003.2017 Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental  
7.200,00

**ANULA:**

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 7.200,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 7.200,00

0701.12.361.0003.2020 Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício  
20.900,00

**ANULA:**

3.1.90.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 20.900,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.91.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 20.900,00

**12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

1201.08.244.0006.2054 Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação  
20.000,00

**ANULA:**

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 20.000,00

**SUPLEMENTA:**

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 20.000,00

**14. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

1401.22.661.0007.2073 Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica

8.000,00

**ANULA:**

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 8.000,00

**SUPLEMENTA:**

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 8.000,00

15. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
1501.27.122.0005.2044 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Laser

2.200,00

**ANULA:**

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.200,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.200,00

**21. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 98,69

**ANULA:**

3.3.90.00/0.2.81.000041 Outras Despesas Correntes 98,69

**SUPLEMENTA:**

4.4.90.00/0.2.81.000041 Investimentos 98,69

2101.10.301.0004.2038 Núcleos de Apoio à Saúde da Família - PAB/NASF

15.600,00

**ANULA:**

3.3.90.00/0.6.28.000050 Outras Despesas Correntes 15.600,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.90.00/0.6.28.000050 Pessoal e Encargos Sociais 15.600,00

2101.10.305.0004.2042 Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde

26.589,30

**ANULA:**

3.3.90.00/0.6.28.000045 Outras Despesas Correntes 11.409,49

4.4.90.00/0.2.28.000045 Investimentos 15.179,81

**SUPLEMENTA:**

3.1.90.00/0.6.28.000045 Pessoal e Encargos Sociais 11.409,49

3.1.90.00/0.2.28.000045 Pessoal e Encargos Sociais 15.179,81

2101.10.302.0004.2093 Manutenção da UPA 285.000,00

**ANULA:**

3.3.90.00/0.2.28.000186 Outras Despesas Correntes 285.000,00

**SUPLEMENTA:**

3.1.90.00/0.2.28.000186 Pessoal e Encargos Sociais 285.000,00

**22. FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS**

2201.06.182.0006.2047 Funcionamento e Manutenção do FUN-REBOM  
38.000,00

**ANULA:**

3.3.90.00/0.2.33.000000 Outras Despesas Correntes 38.000,00

**SUPLEMENTA:**

4.4.90.00/0.2.33.000000 Investimentos 38.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

**Decreto N° 158/2013**

DECRETO N° 158/2013 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2013.



JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3384/2013,

# DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no montante de R\$ 620.990,00 (seiscentos e vinte mil, novecentos e noventa reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

## SUPLEMENTAÇÃO

0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	72.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	72.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	72.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	72.500,00
0701.12.361.0003.2019	Manutenção do Ensino Fundamental	314.540,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	314.540,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	314.540,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	314.540,00
0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	178.950,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	178.950,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	178.950,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MADB	178.950,00
0701.12.366.0003.2029	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	55.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	55.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	55.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	55.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>620.990,00</b>

## ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0901.26.782.0007.2079	Conservação de Estradas Vicinais	90.300,00
3.3.00.00	Outras Receitas Correntes	90.300,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	90.300,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.300,00
0901.04.122.0002.1003	Construção Novo Centro Administrativo Municipal	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0901.06.182.0006.1022	Apoio à Construção de Equip. de Segurança Pública	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
0901.13.391.0009.1041	Restauração do Mercado Público e Concha Acústica	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1501.27.812.0005.1019	Construção de Equipamentos Esportivos	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
1501.27.813.0005.1021	Construção de Áreas de Lazer	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1501.15.452.0009.1048	Sinalização Turística	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
1501.27.813.0005.2046	Apoio ao Lazer Comunitário	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
1501.23.691.0007.2075	Realização da Expo Náutica	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
3.3.50.00	Transferências Instituições Privadas sem fins Lucrativos	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
1401.19.572.0007.1027	Implantação do Parque Tecnológico e Desenv. Econ.	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
0901.15.452.0009.2087	Arborização de Espaços Públicos	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1501.23.691.0007.2076	Realização da Bigfesta	50.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
1501.23.695.0007.2077	Realização de Eventos Promocionais	60.690,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	60.690,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	60.690,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	60.690,00
	TOTAL	620.990,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### Decreto N° 167/2013

DECRETO N° 167/2013 DE: 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual para 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso III, da Lei Municipal nº 3.275/2012 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do produto de operação de crédito junto ao BADESC, a dotação abaixo indicada:

#### SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0901.26.782.0007.1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	2.000.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000.000,00
0.1.82.000161	Badesc – Aquisição de Equipamentos Rodoviários	2.000.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Biguaçu

Reg. publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### Resolução N° 11/2013

RESOLUÇÃO N° 11 de 27 de setembro de 2013

Aprova o Relatório Final e publica as deliberações da IX Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em Assembléia Geral Ordinária de 19 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório Final da IX Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no dia 10 de julho de 2013.

Art. 2º - Publicar as deliberações anexas da IX Conferência Municipal de Assistência Social realizada no dia 10 de julho de 2013, no auditório da Univali - Biguaçu/SC, com o Tema: "Gestão e o Financiamento na Efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS".

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### ANEXO

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Biguaçu, 10 de julho de 2013.

#### EIXO 1: COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Deliberações Novas para o Município:

- 1 - Implementação de percentual mínimo para Assistência Social = 5 % do orçamento próprio total;
- 2 - Participações ativa na elaboração das peças orçamentárias (PPA - LDO - LOA)
- 3 - Fiscalização e controle da aplicação efetiva dos recursos, inclusive pelo CMAS;
- 4 - Apoio, incentivos e convênios firmados junto a instituições não governamentais, sociedade civil e outras que atuam nas atividades junto às necessidades da Assistência.

#### EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

Recomendações por ordem de prioridade:

Mapeamento dos serviços socioassistenciais  
Melhoramento do sistema de informação  
Necessidade de um sistema de informação e uso dos relatórios

Deliberações Novas para o Município:

- 1 - Viabilizar Mapeamento dos territórios de maior vulnerabilidade;
- 2 - Realizar encontros para debates e socialização dos serviços;
- 3 - Informatização dos cadastros dos usuários.

#### EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO

Recomendações por ordem de prioridade:

- 1 - Criação de Plano de Cargos e Salários específico para a Assistência a exemplo da Educação;
- 2 - Necessidade de contratação de profissionais através de concurso público;
- 3 - Capacitação dos trabalhadores vinculados ao SUAS;
- 4 - Regulamentação dos programas, estatutos, normas e legislações do município para Assistência.

**Deliberações Novas para o Município:**

- 1 - Realização de concurso público e contratação de efetivos a fim de atuarem na política de Assistência Social;
- 2 - Garantia da equipe adequada para a necessidade (demanda) do município, bem como devidas condições de trabalho a estes;
- 3 - Elaboração de plano de cargos e salários específico para a Assistência Social, a exemplo da Educação. Observar o piso mínimo para os funcionários;
- 4 - Estabelecer um elo junto a outras secretarias e outras políticas. Interligar esforços.

**EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.****Recomendações por ordem de prioridade:**

- 1 - Diagnostico da situação da criança e do adolescente, mulheres e idosos;
- 2 - Ampliação do programa socioeducativo;
- 3 - Mapeamento socioassistenciais.

**Deliberações Novas para o Município:**

- 1 - Ampliação dos programas socioeducativos;
- 2 - Realização de diagnóstico da situação das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos no município de Biguaçu;
- 3 - Mapeamento dos serviços assistenciais governamentais e não governamentais;

**EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS****Deliberações Novas para o Município:**

- 1 - Aumento do recurso destinado aos Benefícios Eventuais, principalmente recursos vindos do Estado e da União;
- 2 - Aumento no número de Bolsa Família para o município, pois o mesmo já atingiu 106% mais ainda existem famílias dentro do perfil;
- 3 - Profissionais para atuarem na fiscalização das famílias cadastradas no Programa Bolsa Família;
- 4 - Benefícios da Cesta Básica - integrando com as entidades que também fornecem o benefício.

**EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO****Deliberações Novas para o Município:**

- 1 - Oferta de Serviço Regionalizado e Acolhimento Familiar, Abrigo para mulheres vítimas de Violência, dependente químico e morador de rua.

**Portaria Nº 2855 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2855 de 30 de setembro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Rosana de Lourdes Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Rosana de Lourdes Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2857 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2857 de 30 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SUZAN MARQUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SUZAN MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 24/09/2013 a 24/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2858 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2858 de 30 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINE FURTADO DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ALINE FURTADO DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/09/2013 a 11/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



**Portaria N° 2859 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2859 de 30 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS PORTO JUNIOR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSE CARLOS PORTO JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2013 a 30/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2860 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2860 de 30 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MIRIAM MARLENE RICARDO GASPAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MIRIAM MARLENE RICARDO GASPAR, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2013 a 30/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2861 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2861 de 30 de setembro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE DALVA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GISELE DALVA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2013 a 30/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2862 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2862 de 30 de setembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) OSVALDO GERALDINO DE AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) OSVALDO GERALDINO AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 24/09/2013 a 24/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2863 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2863 de 30 de setembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) INDIAMARA SIQUEIRA JASCHKE ROVEDA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) INDIAMARA SIQUEIRA JASCHKE ROVEDA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 24/09/2013 a 24/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 2864 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2864 de 30 de setembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GISELE DALVA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE DALVA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 2865 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2865 de 30 de setembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ROSANA DE LOURDES MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANA DE LOURDES MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 2866 de 30 de Setembro de 2013**

PORTARIA nº 2866 de 30 de setembro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANE NEIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE NEIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 2867/2013**

PORTARIA nº 2867/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, ALINE GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 23/09/2013 a 21/03/2014.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 2868/2013**

PORTARIA Nº 2868/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 9401/2013 no período de 20/09/2013 a 18/03/2014.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 2869/2013**

PORTARIA Nº 2869/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9507/2013 em anexo no período de 17/08/2013 a 14/11/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2870/2013**

PORTARIA N° 2870/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ZENAIDE WEBER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9452/2013 em anexo no período de 24/09/2013 a 23/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2871/2013**

PORTARIA N° 2871/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9487/2013 em anexo no período de 20/09/2013 a 19/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2872/2013**

PORTARIA N° 2872/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA TEREZINHA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9372/2013 em anexo nos dias 12 e 13/09/2013 e no período de 18/09/2013 a 27/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2873/2013**

PORTARIA N° 2873/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSÉ AUGUSTO SCHMITZ, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9417/2013 em anexo no período de 23/09/2013 a 27/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2874/2013**

PORTARIA N° 2874/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MICHELE CRISTINA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9257/2013 em anexo no período de 16/09/2013 a 30/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2875/2013**

PORTARIA N° 2875/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELA LIRA REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9262/2013 em anexo no período de 17/09/2013 a 16/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2876/2013**

PORTARIA N° 2876/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de



julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILIA ROSE DA SILVA VIANA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9291/2013 em anexo no período de 16/09/2013 a 20/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2877/2013**

PORTARIA N° 2877/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAYME RODRIGUES DE ABREU, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9288/2013 em anexo no período de 16/09/2013 a 20/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2878/2013**

PORTARIA N° 2878/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AIME AUREA DE FATIMA BORGES ALMEIDA ZEQUINÃO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9259/2013 em anexo no período de 16/09/2013 a 20/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2879/2013**

PORTARIA N° 2879/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AIME AUREA DE FATIMA BORGES ALMEIDA ZEQUINÃO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9508/2013 em anexo no período de 23/09/2013 a 25/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2880/2013**

PORTARIA N° 2880/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIAN DENISE PRUNER PERES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9415/2013 em anexo no período de 20/09/2013 a 19/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2881/2013**

PORTARIA N° 2881/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIO ROBERTO SOARES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9435/2013 em anexo no período de 19/09/2013 a 17/12/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2882/2013**

PORTARIA N° 2882/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ZILDA REGINA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 9477/2013 em anexo no período de 24/09/2013 a 05/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2883/2013**

PORTARIA N° 2883/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARMEN LUCIA SCHIMITZ FRAGA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9279/2013 em anexo no período de 19/09/2013 a 17/12/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2884/2013**

PORTARIA N° 2884/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS BORGES, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9287/2013 em anexo no período de 10/09/2013 a 25/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2885/2013**

PORTARIA N° 2885/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), WANESSA CORAL COLONETTI, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9348/2013 em anexo no período de 02/09/2013 a 16/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2886/2013**

PORTARIA N° 2886/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9497/2013 em anexo no período de 25/09/2013 a 24/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2887/2013**

PORTARIA N° 2887/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JORGE EDUARDO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9357/2013 em anexo no período de 16/09/2013 a 15/10/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2888/2013**

PORTARIA N° 2888/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9390/2013 em anexo no período de 23/09/2013 a 21/12/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2889/2013**

PORTARIA N° 2889/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILEIDE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 16/09/2013 a 30/09/2013.

Biguaçu, 30 de setembro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### Processo Licitatorio 2028/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2028/2013  
EDITAL DE CONVITE Nº. 034/2013

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 15:30 horas do dia 11 de Outubro de 2013, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Convite, tendo como objeto a aquisição de material gráfico para uso diário em diversos setores da municipalidade.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 04 de Outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### Contato Administrativo Nº 71/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 71/13  
DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº. 09.294.970/0001-11, estabelecida à Rodovia Br 282, s/n, Bairro Pezzini, Município de Nova Erechim - SC, Cep: 89.865-000, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor, VALDECIR ZANDONAI, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado a rua Ipiranga, s/n, Município de Águas Frias/SC, portador do CIC, sob nº. 589.997.799-04 e RG nº 1.832.795 - SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93, 8.883/94 e Processo Licitatorio nº 1820/2013, Edital de Convite nº 32/2013, que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

1 - O presente contrato tem por objetivo, execução de obra com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma do Centro Municipal de Saúde, com área de 635,17m2, localizado na Av. Brasília, centro, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, de

conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

1. A CONTRATANTE pagará a contratada o valor de R\$ 75.950,00 (Setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais), pelo fornecimento de materiais e mão de obra para execução da obra descrita na cláusula primeira do presente contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, ou por cheque nominal ao fornecedor ou por ordem bancária conforme execução e medições da obra, apresentação de laudo, nota fiscal e atestado por engenheiro responsável pelo projeto e fiscalização.

2. O pagamento da fatura final fica condicionado a apresentação por parte da contratada das guias de quitação junto ao INSS com a respectiva GFIP, dos encargos previdências e do FGTS relativo aos empregados da empresa na obra.

#### CLÁUSULA QUARTA DA ATUALIZAÇÃO

1. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento, até a data do efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IPCR (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice que venha a substituir.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

1. Do desconto por antecipação de pagamento, o município poderá negociar descontos para antecipação no pagamento de parcelas. O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionado a comprovação de ganhos financeiros reais para a administração.

2. Do desconto por atraso na entrega do objeto, o município descontará o percentual de 0,2 % (zero virgula dois por cento) do valor contratado a cada dia de atraso na entrega do objeto ou proporcional se a entrega for parcelada.

#### CLÁUSULA SEXTA DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

1. O prazo de entrega do objeto contratado será até 10 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigará-se-á:

1. Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento final ficará condicionado a entrega total do objeto licitado.

2. Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos serviços e ou matérias a ser utilizados na obra.

3. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigará-se-á:

1. Entregar o objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente.
2. Utilizar-se de adequada estrutura de operação e formar o quadro de pessoal necessário para a execução da obra objeto deste contratado.
3. Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora a obra.
4. Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e ou esclarecimentos sobre os materiais e serviços utilizados.
5. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributários e comerciais, previstos em leis, para a fiel execução do objeto deste contrato.
6. É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.
7. Assumir as despesas decorrentes de ferramentas e equipamentos, energia elétrica, necessários a entrega da obra.
8. Fornecer ART de Execução.

#### CLÁUSULA NONA DA INADIMPLÊNCIA

1. Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecido a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

1. O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos materiais e serviços já executados, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1. Serão utilizados para o objeto do presente contrato a dotação orçamentaria do projeto/atividade n°. 1030100232.0234 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal, elemento n°. 44905107 - Reformas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para constituição de vínculo trabalhista com empregados e funcionários.
2. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o

consentimento prévio do município, mediante acordo por escrito, obedecido os limites legais permitidos.

3. Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

4. O ISS- Imposto Sobre Serviços, devido sobre o objeto deste Contrato, será deduzido do valor a ser pago aos proponente, na verificação da execução da obra, mediante a emissão da Nota Fiscal, e devidamente registrado o ingresso da Receita para o Município de Bom Jesus do Oeste, conforme Código Tributário Municipal e Calendário Fiscal.

5. Apresentar junto com a primeira fatura, copia da matrícula da obra junto ao INSS.

6. Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94 e processo licitatorio n° 1820/13, modalidade de Convite sob n° 32/13.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de empreitada, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 30 de setembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR      VALDECIR ZANDONAI  
Prefeito Municipal                      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:  
WALTER NAUJORKS                      MARILIA CECCON MAGGI  
CIC N° 446.591.219-68                      CIC N° 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA  
ASSESSOR JURIDICO

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 2190.13 - Lei Critérios Benefício Eventual

Lei N.2190/2013 de 02.10.13

FIXA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 1.349/96 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Estabelecer os benefícios eventuais concedidos pela Política Municipal de Assistência Social, sendo:

- a) Auxílio cesta-básica;
- b) Auxílio por natalidade;
- c) Auxílio por morte;
- d) Auxílio fotos;
- e) Auxílio com passagem;
- f) Auxílio com isenção de carnera;
- g) Auxílio isenção de taxa da certidão de nascimento, certidão de



óbito, certidão de casamento, carteira de identidade;

h) Aluguel social, pelo período de 03 (três) meses;

i) Isenção e remissão de IPTU.

§1º - Os benefícios eventuais são previstos no artigo 22 da LOAS e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender as necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária.

§2º - O benefício eventual deverá ser entregue mediante parecer técnico de 1 (um) assistente social e nos casos que ultrapassarem 6 (seis) meses de acompanhamento deverá ser entregue somente com parecer de equipe multidisciplinar.

§3º - O benefício eventual tem até 1 (uma) semana para ser concedido, sujeito a visita domiciliar a fim de comprovar a situação de vulnerabilidade relatada.

Art. 2º Os critérios para concessão dos benefícios eventuais são:

a) A família deve residir no Município de Bom Retiro no mínimo 6 meses, salvo em situações de extrema pobreza a ser confirmada através de visita da equipe de referência do CRAS.

b) O núcleo familiar deve apresentar renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

c) Deverá ser prioridade de atendimento às famílias com crianças, adolescentes, idosos (as), pessoas com deficiência, gestantes ou nutrízes.

§1º - O pagamento dos benefícios eventuais de auxílio por natalidade dar-se-á através de enxoval mediante participação da gestante no Grupo de Gestantes no CRAS.

§2º - O pagamento dos benefícios eventuais de auxílio por morte dar-se-á através do pagamento de 65% do salário mínimo vigente na época da concessão do auxílio.

§3º - Para concessão de cesta básica, o núcleo familiar deverá apresentar renda per capita inferior a 15% do salário mínimo ou apresentar situação de pobreza extrema, confirmada mediante visita domiciliar.

§4º - o valor destinado a cesta básica será determinado mediante licitação.

§5º - Para concessão de passagens, as mesmas serão entregues somente para fins de acompanhamento familiar em situação de abrigo, migrante, população de/na rua, atividades sócio-educativas, encaminhamento para o mercado de trabalho, agendamento ou realização de perícia no INSS, regularização de pendências oriundas dos Programas do Governo Federal na Caixa Econômica Federal, retorno de presídio ou morte de familiar.

§6º - Para cálculo da renda per capita será considerado o rendimento da família: folha de pagamento (salário bruto), declaração de trabalho autônomo/informal, comprovante de aposentadoria e/ou pensão por morte ou invalidez, pensão alimentícia, valores recebidos pelos Programas Federais, tais como Previdência Social, BPC - benefício de prestação continuada para idoso ou deficiente, seguro-desemprego, auxílio-reclusão, licença-saúde e transferência monetária federal.

§7º - O Prefeito Municipal, de acordo com a Lei Orçamentária Municipal, anualmente fixará através de Decreto os valores a serem pagos a título de benefício, estabelecidos no art. 1º, a exceção daqueles já fixados na presente LEI.

§8º - As famílias que possuírem em seu núcleo familiar atividade no mercado de trabalho informal deverão comprovar sua renda mediante declaração assinada pelo usuário e caso a informação prestada não seja verdadeira, o usuário está sujeito às sanções legais.

Art. 3º Em caso de dúvidas no atendimento pelo técnico assistente social, para as famílias que não fazem parte dos critérios estabelecidos, poderá solicitar parecer de outros setores.

Art. 4º Os casos de calamidade pública serão atendidos independente dos critérios estabelecidos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 02 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **2191.13 - L. Anistia Multa IPTU Valido**

Lei N.2191/2013 de 02.10.13

Altera o artigo 1º, parágrafo único da lei 2186/13 de 27 de agosto de 2013, que dispõe sobre a concessão de anistia de multa, e mora de créditos tributários e não tributários, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 2186/2013 de 27 de agosto de 2013, que dispõe sobre a concessão de anistia de multa, e mora de créditos tributários e não tributários, e dá outras providências passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo Único. Aos contribuintes que efetuarem o pagamento integral dos créditos constantes deste artigo, para pagamento, a vista, até o dia 30 de novembro de 2013, será concedida a anistia de multa e mora de 100% (cem por cento) dos juros; até o dia 31 de dezembro de 2013, será concedida a anistia de multa e mora de 70% (setenta por cento) dos juros."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 02 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **2192.13 - L Conselho dos Direitos da Criança**

Lei N.2192/2013 de 02.10.13

ALTERA O ARTIGO 11 DA LEI 1221/93 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL, O FUNDO E O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de

Veredores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Art. 11 da Lei nº 1221/93 de 15 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, sobre o conselho municipal, o fundo e o conselho tutelar dos direitos da criança e do adolescente passará a ter a seguinte redação:

“Art. 11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vinculado, para efeito de apoio político administrativo ao Gabinete do Prefeito é composto paritariamente por 12 (doze) membros:

I - 06 (seis) deles representantes de entidades governamentais abaixo indicados:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- c) Secretaria Municipal do Bem Estar Social;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Núcleo Municipal São José;
- f) Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão.

II - 06 (seis) deles representantes de entidades não governamentais abaixo indicados:

- a) Paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro;
- b) Instituição Adventista de Educação e Assistência Social;
- c) Lions Clube de Bom Retiro;
- d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Retiro;
- e) Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro - APAE;
- f) Associação de Assistência Social de Bom Retiro.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei 2074/11 de 29 de abril de 2011.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 02 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **105.13 - Dec. Regulamenta Uso Espaço Público**

Decreto Nº 105/13 de 02.10.13

REGULAMENTA O USO DO ESPAÇO PÚBLICO “ENCOSTO DOS BANCOS DO JARDIM HERCÍLIO LUZ” PARA DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS, CULTURAIS E NATURAIS DE BOM RETIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 7, XIX, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentado, através do presente decreto, o uso do espaço público “ENCOSTO DOS BANCOS DO JARDIM HERCÍLIO LUZ” para divulgação das potencialidades turísticas, culturais e naturais de Bom Retiro.

Art. 2º Os encostos dos bancos do Jardim Hercílio Luz passarão a ser utilizados como painéis fotográficos de divulgação dos pontos turísticos, elementos da cultura, bem como da natureza do Município.

Parágrafo único. As fotos utilizadas deverão ter autorização expressa dos autores e sua utilização deverá estar em conformidade com a Lei do Direito Autoral nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 3º A Divulgação se dará na forma de patrocínio, através de adesão da empresa, instituição, entidade ou pessoa física que

colaborará com a divulgação das potencialidades do Município.

§ 1º- O colaborador recolherá a título de “patrocínio”, junto ao tesouro municipal, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º- Os valores arrecadados serão utilizados para custear os serviços de confecção e afixação de painel fotográfico, no qual deverá constar o Brasão do Município, legenda da imagem, divulgação do patrocinador e créditos ao autor da fotografia.

Art. 4º Havendo a necessidade de troca de painel fotográfico em decorrência de deterioração em face do tempo ou causada por terceiros o Município não será responsabilizado pela reposição, sendo necessário o patrocinador efetuar novo recolhimento.

Parágrafo Único. Caso o patrocinador desistir de renovar o painel, o espaço será cedido a outro interessado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 02 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **914.10.13 - P. Lic. Trat. Saude Marilu Almeida**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 914/13 de 03.10.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 02 de outubro de 2013, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **915.10.13 - P. Lic. Premio Pec. Terezinha Ap. P. Goedert**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 915/13 de 03.10.13

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 072/13 de 13.05.13, e despacho em 03.10.13, 90

(noventa) dias de Licença Prêmio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**916.10.13 - P. Lic. Premio Pec. Andreia C. o. Deucher**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 916/13 de 03.10.13  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 102/13 de 03.10.13, e despacho em 03.10.13, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Andréia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 44/2013

EXTRATO DE CONTRATO 44/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: MARCIO FAUSTO 02791793917  
CNPJ 17.665.736/0001-81, sito a Rua Aurora, 133,  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: A contratação de empresa especializada em efetuar levantamentos na Praça (território municipal) da disponibilidade de mão de obra em oferta de emprego

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Vigência até 31.12.2013.

Data da assinatura: 01.10.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preços 03/2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/23

**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agulha de costura (mão) nº 8. (421)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	coast	0	0,2200	1
2	Agulha de costura (mão) nº 9. (422)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	coast	0	0,3000	1
3	Agulha de tapeçaria nº 14. (423)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	coast	0	0,6200	1
5	Argola para chaveiro 30mm, cor níquel, pacote com 10und (425)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	cis	0	1,1200	1
6	Bandeja em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 30x15x5A (426)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	7,8500	1
7	Bandeja em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 32x32x5A (427)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	11,1000	1
10	Bastão de cola quente (silicone) grosso - pct de 1 kg - com + ou - 35 peças. (430)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	rendcola	0	32,3700	1
11	Bola de isopor 75 mm de diâmetro, pacote com 25 bolas (431)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	styrocort	0	17,9700	1
14	Caixa quadrada com tampa solta em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 20x20x6,5A. (434)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	7,6500	1
15	Caixa quadrada com tampa solta em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 24x24x8A. (435)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	9,2500	1
16	Caixa retangular com tampa solta em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 22x14x6,5A. (436)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	7,7500	1
17	Caixa retangular com tampa solta em MDF cru, espessura de 6 mm na dimensão 26x18x8A (437)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	9,7500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Cesta para pão em MDF cru 6mm com pegador vazado medindo 28x15x9,5cm. (438)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	9,4000	1
19	Cola branca extra adesivo PVA, 500g. (439)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	cascores	0	9,3900	1
22	Cola para colar E.V.A. e isopor. Frasco de 90 g. (442)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	6,0100	1
28	Corda de varal nº 05, com 20 metros (composição: 90% polietileno, 10% polipropileno). (448)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	haracem	0	2,3700	1
29	Fio de Nylon de pescaria, espessura 0,37 mm, rolo com 100 mts (449)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	caça e pesca	0	3,0000	1
30	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor amarelo (450)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
31	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul claro. (451)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
32	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul com bolinha branca (452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	3,9900	1
33	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul escuro. (453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
34	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor branco (454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
35	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor cinza (455)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
36	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor laranja (456)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
37	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor lilás (457)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor pele (458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
39	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto (459)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
40	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto com bolinha branca. (460)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	3,9900	1
41	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa (461)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
42	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa com bolinhas marrons (462)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	3,9900	1
43	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde claro. (463)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
44	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde escuro. (464)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
45	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm na cor vermelho (465)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	2,2000	1
46	Folha de EVA, medindo 40x60cm espessura 2mm na cor vermelho com bolinha branca. (466)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	dubflex	0	3,9900	1
49	Lixa d' água gramatura 400. (469)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	fiat lux	0	0,8500	1
51	Manta acrílica fina não resinada para confecção de edredom e manta, gramatura 60gr, 100% poliester, largura 1,40m. (471)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	7,9300	1
55	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor rosa escuro. (475)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
56	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor rosa claro. (476)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Novelo de lã 100% acrílico com 100gr (aprox. 200m) na cor azul escuro. (477)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
58	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor azul claro. (478)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
59	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor bege (479)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
60	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor marrom. (480)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
61	Novelo de lã 100% acrílico com 100gr (aprox. 200m) na cor preto. (481)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
62	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox 200m) na cor branco. (482)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
63	Novelo de lã , 100% acrílico com 100gr (aprox. 200m) na cor verde escuro. (483)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
64	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor verde claro. (484)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
65	Novelo de lã 100% acrílico, , com 100gr (aprox. 200m) na cor lilás (485)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
66	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox. 200m) na cor roxo. (486)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
67	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr, (aprox. 200m) na cor amarelo. (487)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
68	Novelo de lã 100% acrílico com 100gr, (aprox. 200m) na cor vermelho. (488)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
69	Novelo de lã 100% acrílico, com 100gr (aprox.200m) na cor laranja. (489)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Novelo de lã, 100% acrílico com 100gr, (aprox. 200m) na cor turquesa. (490)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	5,9500	1
71	Novelo de linha com 1.000 metros, para crochê (100% algodão) cor branco. (491)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	7,9300	1
72	Novelo de linha com 1.000 metros, para crochê (100%algodão), cor vermelho (492)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	7,9300	1
73	Novelo de linha com 1.000 metros, para crochê (100% algodão), cor preto. (493)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	7,9300	1
74	Palito de picolé com pontas arredondadas pct c/ 100 unidade (uso artesanal) (494)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	gina	0	3,5300	1
75	Palito para churrasco pct c/ 100 unidade (uso artesanal) (495)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	gina	0	3,4300	1
80	Perfurador de furo único em inox (500)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	jocar	0	6,7600	1
81	Pincel de pêlo (orelha de boi) chato nº 18 (501)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	14,1500	1
82	Pincel de pêlo (orelha de boi) chato nº 20. (502)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	16,2500	1
83	Pincel para contorno nº 0. (503)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	6,6300	1
84	Pincel para pintura em tecido nº 0. (504)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	1,7000	1
85	Pincel para pintura em tecido nº 2. (505)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	2,0800	1
86	Pincel para pintura em tecido nº 4. (506)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	orion	0	2,1800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Pistola de cola quente- grande. (507)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	abb	0	16,4700	1
88	Porta chaves em MDF cru, espessura 06 mm medindo 15L X 16 A, com 4 ganchos para chaves, modelo tábua de carne. (508)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	4,7500	1
89	Porta panetone quadrado em MDF cru, espessura 6mm medindo 17x17x15cm (509)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	12,2000	1
90	Porta rolo papel toalha em MDF cru, espessura 6 mm medindo 12X14X24A. (510)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	malu	0	6,2000	1
98	Tecido 100% algodão estampado, 2,20m largura (roupa de cama) (518)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	13,8300	1
100	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em estampa branca com bolinhas pretas. (520)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	17,0400	1
108	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em estampas de cupcake. (528)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	19,7000	1
109	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em estampas de fruta (529)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	19,2000	1
110	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura em estampas de galinha. (530)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	20,3200	1
111	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em padrão de listras azuis. (531)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	19,2000	1
112	Tecido 100% algodão, com 1,40m largur, em padrão de listras rosas. (532)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	19,2000	1
113	Tecido 100% algodão com 1,40m largura, em padrão de listras verdes. (533)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	19,2000	1
114	Tecido para pano de prato (em metro) branco, 100% algodão, 0,70cm de largura. (534)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	4,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Tesoura grande em aço inox, uso geral, cabo em polipropileno 20 cm. Produto de primeira qualidade. (536)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	jocar	0	9,9700	1
117	Tesoura grande para picotar, corte em zigzag, em inox. Produto de primeira qualidade. (537)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	jocar	0	54,2700	1
118	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor branca. (538)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
119	Tinta para tecido 37 ml à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor preta (539)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
120	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica não solúvel em água. Pronta para uso. Cor Amarelo limão. (540)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
121	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Clareador. (541)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
122	Tinta para tecido 37 ml à base de resina acrílica, não solúvel em água. Pronta para uso. Cor Amarelo Pele (542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
123	Tinta para tecido 37 ml à base, de resina acrílica, não solúvel em água. Pronta para uso. Cor Salmão Bebê. (543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
124	Tinta para tecido 37 ml à base de resina acrílica não solúvel em água. Pronta para uso. Cor Pêssego. (544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
125	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Amarelo Canário (545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
126	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Amarelo Ouro. (546)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Amarelo Cadmio. (547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
128	Tinta para tecido 37 ml, à base de, resina acrílica não solúvel em água. Pronta para uso. Cor Laranja (548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
129	Tinta para tecido 37ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Cenoura (549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
130	Tinta para tecido 37 ml, à base de, resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Tangerina (550)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
131	Tinta para tecido 37ml à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Coral (551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
132	Tinta para, tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho Fogo. (552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
133	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho Natal (553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
134	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho escarlata (554)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
135	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho Tomate (555)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
136	Tinta para tecido 37 ml à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Goiaba Queimada (556)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
137	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Púrpura (557)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho Carmim (558)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
139	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vinho (559)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
140	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Rosa Bebê (560)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
141	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Rosa (561)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
142	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Rosa Chá (562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
143	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Rosa Escuro (563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
144	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Magenta (564)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
145	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Fúcsia (565)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
146	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Lavanda (566)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
147	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Lilás Bebê (567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
148	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Lilás (568)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Violeta Cobalto (569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
150	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Violeta (570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
151	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Cerúleo (571)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
152	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Mar (572)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
153	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Marinho (573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
154	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Caribe (574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
155	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Celeste (575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
156	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Turquesa (576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
157	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Ultramar (577)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
158	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Cobalto (578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
159	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Azul Petróleo (579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
160	Tinta para, tecido 37 ml à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Glacial (580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
161	Tinta para tecido, 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Bebê (581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
162	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Maçã (582)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
163	Tinta para tecido, 37 ml à base de resina acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Folha. (583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
164	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina, acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Pistache. (584)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
165	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Musgo. (585)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
166	Tinta para tecido 37 ml, à base de, resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Grama (586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
167	Tinta para tecido, 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Oliva (587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
168	Tinta para, tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Bandeira (588)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
169	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde Pinheiro (589)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
170	Tinta para, tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Ocre Ouro (590)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Siena Natural (591)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
172	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Caramelo (592)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
173	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina, acrílica não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Marrom (593)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
174	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Terra Queimada (594)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
175	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Sépia (595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
176	Tinta para tecido 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Cinza Lunar (596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,0600	1
177	Tinta para tecido com glitter 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Prata (597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	4,9100	1
178	Tinta para tecido com glitter 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Ouro (598)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	4,9100	1
179	Tinta para tecido com glitter 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Verde (599)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	4,9100	1
180	Tinta para tecido com glitter 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Cristal (600)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	4,9100	1
181	Tinta para tecido com glitter 37 ml, à base de resina acrílica, não tóxica e solúvel em água. Pronta para uso. Cor Vermelho (601)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	4,9100	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
182	Tinta para tecido expansível a calor, 35 ml. Pronta para uso. Na Cor Branca (602)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,9300	1
183	Tinta para tecido expansível a calor, 35 ml. Pronta para uso. Na Cor Base Incolor (603)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,9300	1
186	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor amarelo. (606)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
187	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor azul. (607)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
188	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor branca (608)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
189	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor laranja. (609)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
190	TNT, Largura 1,40 m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor marrom. (610)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
191	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor verde. (611)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
192	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 40, 100% polipropileno, na cor vermelho. (612)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sul brasil	0	1,5400	1
193	Toalha plástica flanelada lisa, impermeável e resistente, largura, na cor branca ou bege. (613)	mts	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	retalhos	0	12,9600	1
212	Balão liso nº 07, com 50 unidades. (655)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	parana	0	7,4700	1
213	Bobina de papel semi Kraft 0,80cm de largura, gramatura 80g, 220m comprimento. resistente, liso e brilhante. (656)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	embalatrento	0	97,8600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
214	Caneta esferográfica azul, ponta grossa, que proporcione uma escrita macia e uniforme, sem falhas e borrões, corpo sextavado com orifício na lateral, tampa antiasfixiante na cor da tinta, carga removível, composição: resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de cobre e esfera tungstênio. Cx c/ 50 unidades. (657)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	bic	0	33,1000	1
215	Caneta marca texto (cx com 12 unidades) na cor amarela. (658)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	jocar	0	12,6000	1
216	Cartolina 48x66 colorida. (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,4600	1
217	Cartolina 48x66 branca. (660)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,4400	1
218	Clips niquelado 2/0 (caixa com 500 gramas). (661)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	new	0	12,4400	1
219	Clips niquelado 6/0 (caixa com 500 gramas). (662)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	new	0	12,7600	1
220	Cola branca (tubo de 90 gramas). (663)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	frama	0	1,9900	1
221	Cola colorida com 6 unidades de 25 g cada, alto revelo, não tóxica. (664)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	6,0000	1
222	Cola para colar E.V.A. e isopor. Frasco de 90 g (665)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	3,9000	1
223	Fita adesiva de papel marrom 48 mm x 50m. (666)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	delfix	0	12,2600	1
224	Fita adesiva dupla face 12mm x 10m. (667)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	delfix	0	3,0600	1
225	Fita adesiva dupla face em espuma com aproximadamente 18mmx2,2m. (668)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	delfix	0	3,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 15/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 04/07/2013

Válido até: 04/07/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
226	Fita adesiva transparente 12 mm x 40 m. (669)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	delfix	0	1,1000	1
227	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor vermelho. (670)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
228	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor verde. (671)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
229	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor amarelo. (672)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
230	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor branco (673)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
231	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor azul (674)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
232	Fita bebê rolo c/ 100 metros - cor lilás (675)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	comandoli	0	22,5000	1
233	Giz de cera 12 cores. Anatômico, não tóxico, fabricado com ceras de alta qualidade, que proporcione traço macio e cobertura de grandes áreas sem esforço. Produto de primeira qualidade ( 90 g). (676)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	2,3600	1
234	Lápis preto nº 2, corpo cilíndrico sextavado ou liso, fabricado com madeira 100% reflorestada, com mínimo de 175 mm de comprimento. Mina colada que proporciona maior resistência a quebra. Produto de primeira qualidade e de fabricação nacional. (677)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	leo e leo	0	0,5100	1
235	Massa de modelar, 120g (cx com 12 unidades). (678)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	acrillex	0	2,2500	1
236	Papel A4 (resma com 500 fls). (679)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	report	0	13,2400	1
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	report	0	13,2500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 16/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
237	Papel A4 colorido (100 folhas). (680)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	report	0	4,4000	1
238	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor amarelo. (681)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
239	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde. (682)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
240	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul. (683)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
241	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho. (684)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
242	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja. (685)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
243	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa. (686)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
244	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom. (687)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
245	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor preto. (688)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
246	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor lilás (689)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	0,7600	1
248	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde. (691)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
249	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul. (692)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
250	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho. (693)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 17/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
251	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja. (694)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
252	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa. (695)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
253	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom. (696)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
254	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor cinza. (697)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	reipel	0	1,0000	1
255	Pasta suspensa (cx com 50 unidades) marmorizada. (698)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	frama	0	68,2500	1
256	Pincel atômico na cor preto (cx com 12 unidades). (699)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	34,7000	1
257	Pincel atômico na cor azul (cx com 12 unidades). (700)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	34,7000	1
258	Pincel atômico na cor vermelho (cx com 12 unidades) (701)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	34,7000	1
259	Pincel atômico na cor verde (cx com 12 unidades). (702)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	maripel	0	34,7000	1
260	Tesoura escolar em aço inox, com ponta arredondada. (703)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	jocar	0	2,0500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 18/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
261	CPU CORE I3. COMPUTADOR COM PROCESSADOR socket LGA 1155, 3.30 Ghz, NÚCLEO DUPLO, 4MB cache L3, 512kb cache L2, 2,5GT/s, 65W potência, 32nm. 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1333MHz . PLACA MÃE SOCKET 1155 COM 4 SLOT DE MEMÓRIA SUPORTANDO O Máximo de 32 GB, DDR3 1333/1066, Dual Channel. SLOTS DE EXPANÇÃO 2 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI, PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VÍDEO VGA: HDMI/RGB. REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 8 CANAIS DE ÁUDIO, 14 PORTAS USB 2.0/1.1 ( 8 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 6 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO). 2 x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 4 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA ULTRA DMA 133/100, 1 x Porta PS/2 Combo para Teclado/Mouse, 1 x PORTA COM. HD SATA II 500GB 7200RPM. GRAVADORA DE DVD SATA. GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAIAS ENTRADA DE USB FRONTAL FONTE DE 450WATTS. MOUSE PS/2 OPTICO PRETO. TECLADO USB PRETO. CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (704)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6149)	brpc	0	1.305,0000	1
			DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	PAUTA CONNI	0	1.307,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	pauta	0	1.310,0000	3
262	MONITOR. MONITOR COM TELA LED 18.5 polegadas, Voltagem: 100/240 volts, Entrada de sinal de vídeo RGB analógico, Sinc. de Sinal H / V separado, composto, SOG, Conector D-sub 15 pinos, Resolução máxima: 1360x768 pixels, Frequência Horizontal: 30 ~ 61 kHz, Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz, Tempo de resposta: 5 ms, Ângulo de Visão (H): 170 ° (graus), Ângulo de Visão (V): 160 ° (graus), Contraste: DFC 5.000.000:1. (705)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	AOC	0	382,0000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	aoc	0	383,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	lg	0	388,3300	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 19/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 04/07/2013

Válido até: 04/07/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
263	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL : IMPRESSORA/ COPIADORA/ SCANNER. Funções: Imprimir, copiar, digitalizar. Velocidade de impressão preto (normal, A4): Até 18 ppm, Velocidade de impressão pretc (normal, carta): Até 19 ppm, Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 8000 páginas, Volume mensal de páginas recomendado: 250 até 2000, Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 x 600 dpi (1200 dpi efetivos), Bandeja de entrada para 150 folhas, Bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, Capacidade máxima de entrada (envelopes): Até 10 envelopes, Tamanhos de mídia suportados: A4; A5; ISO B5; ISO C5; ISO C5/6; ISO C6; ISO DL; 16K; Cartão-postal europeu; Cartão-postal J (Hagaki); Cartão-postal J duplo (Oufuku Hagaki) o Tamanho personalizados das mídias: 76 x 127 a 216 x 356 mm, Tipos de suportes suportados: Papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, Velocidade do processador: 400 MHz, Memória padrão: 8 MB, Memória máxima: 8 MB, Tipo de digitalização: Base plana, Resolução ótica de digitalização: Até 1200 dpi, Profundidade de bits: 24 bits, Tamanho da digitalização no scanner de mesa (máximo): 216 x 297 mm, Qualidade de digitalização preto (normal): Até 6 ppm, Resolução de cópia (texto em preto): Até 600 x 400 dpi, Resolução de cópia (gráficos e texto em cores): Até 600 x 400 dpi, Dimensionamento da copiadora: 30 a 400%, Máximo de cópias: Até 99 cópias, Monitor: LED numérico de dois dígitos, Conectividade padrão: Porta USB 2.0 de alta velocidade, Tensão de entrada de 110 a 127 VCA (+/- 10%), 60 Hz (+/- 2 Hz), Consumo de energia (ativo): 375 watts, Consumo de energia (em espera): 3,2 watts, Consumo de energia (suspensão): 1 watt (desligado automático), Conteúdo da caixa: cabo(s) de alimentação; bandeja de saída; cartucho de impressão preto, Garantia limitada de um ano. (706)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6149)	hp	0	772,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	hp	0	772,9000	2
			DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	HP	0	773,0000	3
264	Estabilizador 300 VA - ESTABILIZADOR 300 VA - * AUTO DIAGNÓSTICO DE PARTIDA (AUTO TESTE), * PARTIDA COM ZERO CROSSING , * FILTRO DE LINHA (MODO COMUM E DIFERENCIAL), * PROTEÇÃO CONTRA SUB E SOBRE TENSÃO COM DESLIGAMENTO E REARME AUTOMÁTICO DE SAÍDA, * TENSÃO DE ENTRADA 115V OU 220V E TENSÃO DE SAÍDA SOMENTE 115V (BIVOLT NA ENTRADA E MONOVOLT NA SAÍDA), * PROTEÇÃO DE SURTOS DE TENSÃO E SOBRECORRENTE. (707)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	RAGTECH	0	80,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	ts shara	0	80,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 20/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 04/07/2013

Válido até: 04/07/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
265	Nobreak microprocessado, com memória flash interna, Tecnologia com forma de onda Semisenoidal, Auto teste para verificação das condições iniciais do Equipamento, Tecnologia SMD que garante alta confiabilidade e qualidade ao Nobreaks, DC Start - pode ser ligado mesmo na ausência da rede elétrica com bateria carregada, Recarga automática da bateria mesmo com o Nobreak desligado, Gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser substituída, Chave liga/desliga temporizada e embutida no painel frontal que evita desligamento acidental, Porta-fusível com unidade reserva, Função TRUE RMS com melhor qualidade na regulação de saída, Função Mute: pressionar o botão frontal 6 vezes para inibir ou habilitar a campainha, Circuito desmagnetizador, Gabinete metálico com pintura epóxi, Estabilizador interno, Bateria selada tipo VRLA interna à prova de vazamento, Proteção contra surtos de tensão entre fase e neutro, Sinalização visual através de três leds no painel frontal com todas as condições do Nobreak (rede elétrica, bateria e carga), Alarme sonoro crescente para indicação do nível de bateria no modo inversor, Tensão de entrada e saída nominal disponível bivolt (120V/ 220V), Seis tomadas de saída, Se o nobreak sofrer um auto desligamento religará automaticamente com o retorno da rede elétrica. (708)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	RAGTECH	0	325,0000	1
266	Cadeira longarina de 3 lugares em polipropileno sólido, na cor preta, com furos para ventilação corporal do usuário, estrutura cromada, com assento e encosto de polipropileno sólido de alta resistência, com altura aproximada de 81,5cm, para uso em sala de espera, dentro dos padrões do INMETRO. (713)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	FRISOKAR	0	306,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	giros	0	306,9000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	pethiflex	0	307,0000	3
267	Cadeira em polipropileno sólido, empilhável, na cor preta, encosto e assento em polipropileno sólido de alta resistência com furos para ventilação corporal do usuário, base fixa palito em aço e pintura epóxi. Altura em média de 81,5 cm. Deve estar dentro dos padrões INMETRO. (714)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	FRISOKAR	0	97,8500	1
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	pethiflex	0	97,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	giros	0	99,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 21/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
268	Cadeira tipo secretária cor preta, giratória a gás, em tecido polipropileno, espuma injetada anatomicamente com densidade de 45 a 50 Kg m/3 e espessura média 45/50 mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem Sistema Back System, rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total 104 cm e profundidade total de 59 cm. Padrão INMETRO. (715)	UND	DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA. (6147)	CAVALETTI	0	218,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	giros	0	221,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	pethiflex	0	221,0000	3
269	Armário para escritório Secretária baixo fechado, 02 portas (Puxadores Frontais e Fechadura com Chaves) Fabricado em MDF, 01 prateleira interna Regulável, sapatas niveladora de altura. Dimensões: 0.75 Altura 0.80 Largura 0.40 Profundidade. Cor Branco. (716)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6149)	lunasa	0	245,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 22/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	pank	0	245,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 23/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 04/07/2013****Válido até: 04/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material de artesanato, expediente, equipamentos de informática, mobiliários em geral e material gráfico, para realização de oficinas e ações do PAIF - Serviço de proteção e atendimento integral a família, no CRAS do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2013****PROCESSO N° 3/2013**

(6147) - DIMAPEL DISTR. MAQUIN. PAP. LTDA.

(6148) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(6149) - Sandro Vilmar Pires ME

Braço do Trombudo, 4 de Julho de 2013.

**Ata de Registro de Preços 04/2013 FMAS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 05/07/2013****Válido até: 05/07/2014**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e frutas para Coffee Break semanal, das Oficinas de Artesanato no CRAS, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo mármore (632)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	9,6700	1
2	Bolo laranja (633)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	9,6700	1
3	Bolo formigueiro (634)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	9,6700	1
4	Cuca de farofa, fermento biológico, pesando em média 800 gr (635)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	6,7300	1
5	Cuca de frutas (banana), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (636)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,8300	1
6	Cuca de frutas (abacaxi), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (637)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,8300	1
7	Cuca de frutas (pêssego), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (638)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,8300	1
8	Mini pão de queijo (639)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,6000	1
9	Orelha de gato (640)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	11,3500	1
10	Rosca de polvilho azedo, comprida (641)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	3,6200	1
11	Sanduíche natural (pão de forma integral, queijo prato, alface, tomate, maionese industrializada) (642)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,7700	1
12	Sanduíche de pão francês (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada) (643)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,6400	1
13	Bolo nega maluca (bolo de chocolate com cobertura de chocolate e granulado de chocolate preto) (644)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	10,9400	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 05/07/2013****Válido até: 05/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e frutas para Coffee Break semanal, das Oficinas de Artesanato no CRAS, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de frango) (645)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	1,0000	1
15	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de carne) (646)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	1,0000	1
18	Maçã fugi (649)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FUGI	0	3,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 05/07/2013****Válido até: 05/07/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e frutas para Coffee Break semanal, das Oficinas de Artesanato no CRAS, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Banana branca (650)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PRATA	0	1,9900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**

**Número do Registro de Preços: 4/2013****Data do Registro: 05/07/2013****Válido até: 05/07/2014**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e frutas para Coffee Break semanal, das Oficinas de Artesanato no CRAS, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2013**

**PROCESSO N° 4/2013**

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

(6150) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 5 de Julho de 2013.

**Ata de Registro de Preços 06/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2013**

**Número do Registro de Preços: 6/2013      Data do Registro: 03/04/2013      Válido até: 03/04/2014**

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de terraplenagem com escavadeira hidráulica capacidade de 17 toneladas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de terraplenagem de escavadeira hidráulica com capacidade de 17 toneladas. (10022)	HR	ACR TERRAPLENAGEM LTDA ME (9071)		0	104,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2013****Número do Registro de Preços: 6/2013****Data do Registro: 03/04/2013****Válido até: 03/04/2014****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de terraplenagem com escavadeira hidráulica capacidade de 17 toneladas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			V. FERNANDES & CIA LTDA (8200)		0	105,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2013****Número do Registro de Preços: 6/2013**      **Data do Registro: 03/04/2013**      **Válido até: 03/04/2014****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de terraplenagem com escavadeira hidráulica capacidade de 17 toneladas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 6/2013****PROCESSO N° 10/2013**

(8200) - V. FERNANDES &amp; CIA LTDA

(9071) - ACR TERRAPLENAGEM LTDA ME

Braço do Trombudo, 3 de Abril de 2013.

**Ata de Registro de Preços 20/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 03/07/2013****Válido até: 03/07/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fornecimento de placas 50 x 50 cm A-18 "lombada" com seta de indicação. Película Refletiva conf NBR 14644. Chapa 18 e poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei n° 9.503/97 e NBRs 8855,10062,5871. (10834)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	90,0000	3
2	Fornecimento de placas 50 x 50 cm A-18 lombada (10835)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	59,0000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	59,5000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	60,0000	3
3	Fornecimento de placas 50 x 50 cm A-22 Ponte estreita. Película Refletiva conf NBR 14644. Chapa 18 e poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei n° 9.503/97 e NBRs 8855,10062, 5871. (10836)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	90,0000	3
4	Fornecimento de placas indicativas de sentido, (direção) 200 x 100 cm. Película Refletiva conf NBR 14644. Chapa 18, dois postes de madeira tratada 10 x 10 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei n° 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10837)	UND	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	305,0000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	320,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	490,0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2013**

Número do Registro de Preços: 20/2013

Data do Registro: 03/07/2013

Válido até: 03/07/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA (9133)		0	490,0000	4
5	Fornecimento de placas indicativas de Divisa Município 200 x 100 cm. Película Refletiva conf NBR 14644. Chapa 18, dois postes de madeira tratada 10 x 10 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar lei n° 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10838)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	305,0000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	320,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	450,0000	3
6	Placa para cabeceira de ponte (Marcador de Alinhamento) 50 x 40 cm. Película refletiva conf NBR 14644. Chapa 18, poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 1,5 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar lei n° 9.503/97 e NBR 8855. (10839)	UND	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	61,0000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	63,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	75,0000	3
7	Fornecimento de placas Ø 50 cm R-19 40 km/h. Película Refletiva conf NBR 14644. Chapa 18, poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar lei n° 9.503/97 e NBRs 8855. (10840)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	90,0000	3
8	Fornecimento de placas Ø 50 cm R-19 50 km/h. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei n° 9.503/97 e NBRs 8855,10062,5871. (10841)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 03/07/2013****Válido até: 03/07/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	90,0000	3
9	Fornecimento de placas octogonais lado 35 cm R-1 PARE. Película refletiva conf NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10842)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	103,0000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	105,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	120,0000	3
10	Fornecimento de placas 50 x 50 A-32b Passagem sinalizada de pedestres. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observação Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10843)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	110,0000	3
11	Fornecimento de placas estacionamento de bicicleta com informação auxiliar 50 x 100 cm. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e poste de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observação Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10844)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	95,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	98,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	155,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013**

Número do Registro de Preços: 20/2013

Data do Registro: 03/07/2013

Válido até: 03/07/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Fornecimento de placas - estacionamento de motos com informação auxiliar 50 x 100 cm. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observação Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10845)	UND	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	95,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	98,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	140,0000	3
13	Fornecimento de placas - de vaga estacionamento para deficiente físico, com informação auxiliar 50 x 100 cm. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observação Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10846)	UND	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	95,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	98,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	140,0000	3
14	Fornecimento de placas - Parada de ônibus, com informação auxiliar 50 x 100 cm. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, duas hastes de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observação Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10847)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	95,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	98,0000	2
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	140,0000	3
15	Fornecimento de placas Ø 50 cm R-6a Proibido estacionar. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855, 10062, 5871. (10848)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 03/07/2013****Válido até: 03/07/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	112,0000	3
16	Fornecimento de placas Ø 50 cm R-14 Peso total permitido. Película refletiva conf. NBR 14644. Chapa 18 e postes de madeira tratada 8 x 8 cm, comprimento 3 metros, haste de contraventamento de madeira tratada 7 x 2 cm, parafusos, porcas e arruelas galvanizadas a fogo. Observar Lei nº 9.503/97 e NBRs 8855,10062,5871. (10849)	PC	AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME (7615)	AGROARTES	0	66,5000	1
			SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA (9132)	Sinacom	0	68,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2013****Número do Registro de Preços: 20/2013****Data do Registro: 03/07/2013****Válido até: 03/07/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP (8709)	DDS	0	112,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2013**

**Número do Registro de Preços:** 20/2013      **Data do Registro:** 03/07/2013      **Válido até:** 03/07/2014  
**Objeto da Compra:** Aquisição de placas de regulamentação, advertência, indicativas de sentido (direção) e divisa de município (sinalização vertical) para o Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2013****PROCESSO N° 32/2013**

- (7615) - AGROARTES DE VICENTE CELESTINO POLONI - ME  
(8709) - D.D.S COMÉRCIO DE LIXIRAS E PLACAS LTDA EPP  
(9132) - SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA  
(9133) - GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA

Braço do Trombudo, 3 de Julho de 2013.

**Ata de Registro de Preços 23/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2012****Número do Registro de Preços: 23/2012****Data do Registro: 04/10/2012****Válido até: 04/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas e verduras para merenda escolar do ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	PRIMALTA	0	0,9152	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	0,9281	2
2	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	WINTHER	0	0,7924	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	0,7840	2
3	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	WINTHER	0	1,3514	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	1,2481	2
4	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	PRIMALTA	0	1,4128	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	1,3227	2
5	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FRUTIVAL	0	2,0209	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	GALLA	0	2,0268	2
6	Melância. unidadesa integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	TOBOGAN	0	0,7924	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	0,8267	2
7	PIMENTÃO VERDE, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (8162)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	ADRI	0	2,3956	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2012****Número do Registro de Preços: 23/2012****Data do Registro: 04/10/2012****Válido até: 04/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas e verduras para merenda escolar do ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	2,5868	2
8	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	PRIMALTA	0	3,6241	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	AZEDO	0	3,4188	2
9	Mamão formosa. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (9241)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	GAZZONI	0	2,1192	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2012****Número do Registro de Preços: 23/2012****Data do Registro: 04/10/2012****Válido até: 04/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas e verduras para merenda escolar do ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,0694	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2012****Número do Registro de Preços: 23/2012      Data do Registro: 04/10/2012      Válido até: 04/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas e verduras para merenda escolar do ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2012****PROCESSO N° 44/2012**

(6852) - NELSON KNAUL ME

(9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Braço do Trombudo, 4 de Outubro de 2012.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### Decreto 88

DECRETO MUNICIPAL Nº 088, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei 435/2007:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal do Meio de Ambiente - COMDEMA no Município de Brunópolis, com a seguinte formação:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Titular: Willi Waldemar Kern

Suplente: Amilton Coelho de Ávila

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto:

Titular: Andreia Ap. Fontana Demeneck

Suplente: Judite Conte da Rosa

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Daniel Dondé

Suplente: Cleomar de Oliveira

IV - Representantes da Secretaria de Administração Planejamento e Fazenda

Titular: José Thieres Alves Ribeiro

Suplente: Ana Maria dos Passos Girardi

V- Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

Titular: Paulo Sérgio Ribeiro

Suplente: Aline Menoncin

VI - Representantes da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Maria Bernadete Rosseutcher

Suplente: Valdir de Deus

VII- Representantes da EPAGRI

Titular: Marli da Luz Pereira

Suplente: Robson Mondardo

VIII - Representante do Microbacias

Titular: Sebastião Goss

Suplente: João Marcelo de Moraes

IX - Representantes do Comércio:

Titular: Ademir de Moraes

Suplente: Márcio da Silva

X - Representantes Associação de Moradores

Titular: Cleodir Matielo

Suplente: Ademir May

XI - Representantes das Religiões Locais

Titular: Ana Gentilha Tormen

Suplente: Elário Rosseutcher

XII - Representante do Poder Legislativo

Titular: Alexandre Unzanaro

Suplente: Ademir May

Art. 2º. O mandato dos membros do COMDEMA será de dois anos, permitida a recondução de apenas um período de igual mandato.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Brunópolis, em 01 de outubro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

JOSÉ THIERS ALVES RIBEIRO  
Secretário Administração  
Planejamento e Fazenda

### Decreto 87

DECRETO MUNICIPAL Nº 87 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL PELO FORNECEDOR SUPERMERCADO COLORIDO LTDA-ME, EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO nº 28/2013 (processo licitatório n.º 34/2013), BEM COMO NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis-SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nas disposições Constitucionais do art.5º LV, e nas disposições do Contrato n.103/2013, RESOLVE:

Art.1º. Instaurar processo administrativo para apurar descumprimento do instrumento contratual no fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas da rede municipal de ensino.

Art.2º. O presente processo administrativo encontra fundamento fático na comunicação formal feita pela Secretária de Educação em data de 25 de setembro de 2013, em que relata o seguinte:

"Tem sido adquirido com esta empresa produtos alimentícios e produtos de limpeza, aonde em algumas ocasiões não há entrega no dia, causando por inúmeras vezes o não cumprimento do cardápio e a falta de produtos nas escolas municipais, e em outras situações os produtos vem em nota porém eles não entregam, isso quando vem em nota uma quantia solicitada porém eles trazem quantia menor do que foi pedida.

Podemos por inúmeras vezes citar alguns exemplos da falta de controle e até mesmo do descomprometimento do fornecedor em nosso município, em algumas entregas chegou a faltar aproximadamente 15 kg de carne de porco sem osso, 10 kg de carne moída, coxa e sobrecoxa de frango, além de preparos para pudim e gelatina, 20 pacotes de aveia em flocos e cereal matinal, pequenos exemplos estes que estavam em notas, porém não entregues e quando entregues com muitos dias de atraso, sem contar a falta do controle higiênico dos alimentos que em situações os gêneros deveriam chegar congelados e chegam em nosso estoque descongelados, podendo haver uma contaminação cruzada pois em casos nem é o mercado a vir entregar. precisamos também rever os casos.

Para que não fossemos julgados antes de qualquer ação tomada tentamos o contato com o fornecedor por telefone para que houvesse um acordo para não gerar problemas futuros, mas sem sucesso.

Desta forma, não tendo sido cumprido as condições e regras em tela, pedimos para que de alguma forma o Fornecedor SUPERMERCADO COLORIDO cumpra integralmente as regras e condições constantes do referido edital de licitação, bem como promovam a regularização das entregas, ou promovam a justificativa plausível, haja vista que não podemos ficar a mercê da vontade desta empresa enquanto os trabalhos e atividades deste município estão prejudicados por vossa culpa".

Art.3º. Por conta destes fatos a empresa contratada, teria em tese descumpridos pelo menos as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. Os itens requisitados deverão ser entregues nesta cidade de Brunópolis, SC, em local determinado pelo Município, sem qualquer custo adicional relativo a frete ou outros emolumentos, em até 2 (dois) dias após a requisição.

2.2. A entrega dos produtos requisitados ocorrerá nos seguintes locais:

a) Os gêneros alimentícios destinados à merenda escolar deverão ser entregues parte na Sede do Município e parte na Comunidade de Marombas.

b) Os gêneros alimentícios destinados ao PETI deverão ser entregues na Sede do Município.

c) Os gêneros alimentícios destinados à Secretaria de Obras deverão ser entregues na Sede do Município.

2.3. Considerando a indisponibilidade de espaço físico adequado para armazenamento de grandes quantidades de produtos, as requisições poderão ocorrer diariamente ou semanalmente, conforme características de perecibilidade dos produtos.

2.4. Os itens entregues devem ser de 1ª qualidade, e, quando cabível, possuir prazo de validade de no mínimo 2/3 da data de fabricação, contado a partir da data de recebimento;

2.5. Os produtos não embalados de fábrica e fornecidos em Kg deverão ser acondicionados em embalagens ventiladas de maneira adequada garantindo segurança no manuseio e transporte de modo que não venha a interferir na qualidade, sabor, cor, forma, tamanho, textura e consistência.

2.6. As frutas, legumes e verduras não deverão ser muito maduros (pois aumenta o risco de desperdício), não devem estar amassadas, machucadas ou manchadas, e devem apresentar odor característico e agradável.

2.7. Os alimentos deverão obedecer as condições estabelecidas pela vigilância sanitária e órgãos reguladores competentes.

2.8. Não poderão ser fixados outros prazos ou locais de entrega do objeto do presente edital.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, normas da ABNT e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os aqueles considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

6.2. Entende-se por produto inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas, deteriorações, com embalagens defeituosas e perfuradas, e especificações e marcas diferentes do exigido e ofertado; e

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A CONTRATADA deverá:

a) Dispor dos produtos, objeto do presente contrato, na sede do Município, sempre que a contratante necessitar;

b) Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de segurança.

c) Dispor, de imediato, as quantidades integrais de produtos especificadas nas requisições, ou mediante autorização de servidor responsável;

Art.4º. Por conta das infrações relatadas e capituladas nos artigos anteriores a empresa deverá no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua notificação pessoal, apresentar, defesa se assim o desejar, bem como especificar as provas que pretende produzir.

Art.5º. Ressalto que caso confirmada as irregularidades notificadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato n.103/2013, bem como aquelas previstas na Lei Geral de Licitações, e ainda encaminhamento do resultado final ao Ministério Público de Santa Catarina, caso detectado algum crime contra a administração pública que caracterize ilícito penal.

Art.6º. Nomeio para compor a comissão processante do presentes

processo administrativo, os servidores públicos efetivos, JOÃO ROGÉRIO DE ANDRADE (advogado) (Presidente); Ana Maria dos Passos Girardi (Secretária da Comissão), (Técnica em Apoio Administrativo); João Weber Filho (Membro da Comissão), (Técnico em Apoio Administrativo).

Parágrafo único. Levando em consideração a falta de merenda escolar notificada pela Secretaria de Educação nas escolas do Município, bem como, por questão de segurança alimentar e a saúde dos alunos ante aos fatos notificados determino a imediata suspensão do contrato administrativo 103/2013, até a elucidação dos fatos. Estabeleço prazo de 30 dias para execução do processo.

Art.7º. Determino ainda que a comissão processante observe na íntegra todos os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório da empresa processada, no decorrer deste processo sob pena de nulidade de seus atos.

Art.8º. Revogada as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de publicação.

Brunópolis-SC, em 01 de outubro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 5.725 - Nomeia Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

DECRETO nº 5.725, de 25 de setembro de 2013.

Nomeia Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 1.756, de 04/06/2002,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 17 da Lei nº 1.756, de 04/06/2002, que instituiu o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, na forma que segue:

I- Diretora Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON:  
DEOCLIDES SABEDOT

II- um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: LUCIANA MARIA DA COSTA

Suplente: MARINÊS DE ALMEIDA MUSSKOPF

III- um representante da Vigilância Sanitária:

Titular: ANDREA RUI PISTORE

Suplente: GIOVANI TELES DE OLIVEIRA

IV- um representante da Secretaria da Administração e Fazenda:

Titular: SIMONE FOSCARINI

Suplente: LEONARDO ANTUNES

V- um representante da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, da Pecuária e do Interior:

Titular: JULIO CESAR MOSCHETTA DA SILVA

Suplente: LUIZ RONALDO TORTATTO

VI- dois representantes de organismos de representação das Entidades Comerciais, Industriais e Sindicais:

a) ACIC- Associação Empresarial de Caçador:  
Titular: CRISTIANE BRUSCO SCHUARTZ  
Suplente: CLEIDE MARIA CARNEIRO CASAGRANDE

b) CDL - Câmara de Dirigentes Logistas  
Titular: ROSEMARI MENEGAZZO FERLIN  
Suplente: TARSILA ORSI DOS SANTOS

VII - um representante da União das Associações de Moradores de Caçador:  
Titular: SILVIO ZIPPERER  
Suplente: IVANIR JOSÉ PAGOTTO

VIII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seccional de Caçador:  
Titular: Dr. GUSTAVO ZENATTI  
Suplente: Dr. LUIZ HENRIQUE ROTTAI

Art. 2º As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.936, de 01 de agosto de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de setembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.734 - Abre Crédito Especial No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2013**

DECRETO Nº 5.734, de 26 de setembro de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.042/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 1.165.998,61 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), conforme segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.080 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 865.998,61

Total R\$ 1.165.998,61

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no art. 1º, os recursos advirão do Termo de Compromisso nº 0352.357-44/2011, celebrado entre o Ministério das Cidades e este Município, objetivando, no âmbito do Programa FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários,

Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 26 de setembro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### **Resumo Ata Habilitação TP 02-2013 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TP 02-2013 - FMS

Empresas que protocolaram proposta:

FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, sem representante presente,  
E.S.E CONSTRUÇÕES LTDA, sem representante presente,  
CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA, sem representante presente,  
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, sem representante presente,

LAJETEC LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA, neste ato representada pelo Sr. Davi Pulkow

CONSTRUTORA E INC. GG BRUSCHI LTDA, sem representante presente,

GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, sem representante presente,

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, neste ato representada pelo Sr. Aristeu Tibes da Rocha.

Após análise das propostas de preços pela, foi considerada vencedora do Lote 01 a empresa FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA com o valor de R\$ 413.546,47 e foi considerada vencedora dos Lotes 02, 03 e 04 a empresa CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA com o valor de R\$ 151.212,85 para o Lote 02, R\$ 137.342,17 para o Lote 03 e R\$ 198.255,48 para o Lote 04.

Como os representantes não encontram-se todos presentes abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

**Camboriú**

**PREFEITURA**

### **Ata de Registro de Preços PR 56/2013 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 056/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 019/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ E AÇÚCAR) E ÁGUA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.



ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/10/2014

1ª Publicação.

#### DI 02/13 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 002/2013 - FME

Data: 03/10/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO DUCATO PLACA MGC 0729, PREGÃO 24/2013 E 30/2013 DECLARADOS DESERTA.

Valor total: R\$ 4.653,62 (Quatro Mil Seiscentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos)

Secretaria: Educação

Empresa: BARIGUI VEICULOS LTDA

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "XVII", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 03 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

#### PR 16/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2013- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS PARA USO NAS FORMATURAS DOS CURSOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DO PRONATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Outubro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 02 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### PR 17/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2013- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE ESTAMPA E IMPRESSORA SUBLIMÁTICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS COMPLEMENTARES, CONSIDERADOS COMO AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, COMO OBJETIVO GERAL A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, QUE ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO DE

VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Outubro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 03 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1050/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1050/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIE5678	54622653E	6920/0	11/07/2013	233
CJC3481	54622723E	6920/0	11/07/2013	233
JPN6573	54622296E	5010/0	04/07/2013	162 * I
JPN6573	54622297E	6912/0	04/07/2013	232
LYE4163	54622658E	6920/0	11/07/2013	233
MBZ4466	54622716E	6920/0	11/07/2013	233
MCC5983	54622231E	6599/2	09/07/2013	230 * V
MCC5983	54622232E	6912/0	09/07/2013	232
MCC5983	54622233E	6610/2	09/07/2013	230 * VII
MCC5983	54622234E	6637/1	09/07/2013	230 * IX
MCC5983	54622235E	6637/2	09/07/2013	230 * IX
MCC5983	54622237E	5274/1	09/07/2013	175
MCC5983	54622240E	6556/1	09/07/2013	230 * I
MDJ9491	54622724E	6920/0	11/07/2013	233
MDS9316	54622666E	6920/0	11/07/2013	233
MEH5967	54622712E	6920/0	11/07/2013	233
MEY9252	54622686E	6920/0	11/07/2013	233
MHD4855	55002442D	5290/0	02/07/2013	176 * II
MHX9718	54622410E	6637/2	27/06/2013	230 * IX
MHX9718	54622411E	5045/0	27/06/2013	162 * V
MHX9718	54622412E	6912/0	27/06/2013	232
MHX9718	54622413E	6610/2	27/06/2013	230 * VII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1054/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1054/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALH4160	54622737E	6920/0	31/07/2013	233
DQZ4358	54622528E	6599/2	27/07/2013	230 * V
DQZ4358	54622529E	5010/0	27/07/2013	162 * I
MAU1919	54622729E	6599/2	23/07/2013	230 * V
MAX1353	54622689E	6920/0	31/07/2013	233
MCF9097	55653847D	6599/2	27/07/2013	230 * V
MCG5700	54456125E	6599/2	26/07/2013	230 * V
MCG5700	54456126E	5010/0	26/07/2013	162 * I
MDL7006	54457371E	5010/0	02/08/2013	162 * I
MDL7006	54457372E	6912/0	02/08/2013	232
MDL7006	54457373E	6599/2	02/08/2013	230 * V
MDL7006	54457374E	6653/1	02/08/2013	230 * XI
MDO8847	54456129E	5010/0	01/08/2013	162 * I
MDY1104	54622533E	6599/2	31/07/2013	230 * V
MEA8626	54622531E	5010/0	28/07/2013	162 * I
MEP0339	55654824D	6653/1	01/08/2013	230 * XI
MEP0339	55654825D	6637/1	01/08/2013	230 * IX
MEZ2721	54622690E	6920/0	31/07/2013	233
MGE1656	54622730E	5045/0	27/07/2013	162 * V
MHD4817	54457369E	5010/0	28/07/2013	162 * I
MHY2647	54622534E	6637/2	01/08/2013	230 * IX
MIH8887	54622851E	6602/0	26/07/2013	230 * VI
MIK1364	54456132E	6599/2	01/08/2013	230 * V
MIN7457	54622342E	5010/0	02/08/2013	162 * I
MIN7457	54622343E	5274/1	02/08/2013	175
MIN7457	54622344E	6637/2	02/08/2013	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIN7457	54622904E	5061/0	02/08/2013	163 c/c 162 * I
MIN7457	54622906E	6637/1	02/08/2013	230 * IX
MIO2931	54622695E	6920/0	31/07/2013	233
MIW8724	54622696E	6599/2	31/07/2013	230 * V
MIY3674	54622127E	6700/0	20/07/2013	230 * XVI
MIY3674	54622128E	6769/2	20/07/2013	230 * XXII
MJJ1023	54622801E	6599/2	31/07/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria N° 10.331 de 02 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.331 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor de Educação Física, RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Matrícula Funcional nº 000467, Registro no Sistema sob nº 955473, por motivo de doença, pelo período 30 de setembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 10.332 de 02 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.332 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ocupante do cargo público e na função de Instrutor de Música, ELVIS ALEXSANDRO VIER, Matrícula Funcional nº 000416, Registro no Sistema sob nº 954269, por motivo de doença, pelo período 20 de setembro de 2013 a 10 de outubro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 20 de setembro de 2013 à 03 de outubro de 2013, já o período de 04 de outubro de 2013 à 10 de outubro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de

Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 20 de setembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 10.333 de 02 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.333 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo I, VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 0203, Registro no Sistema sob nº 308050, por motivo de doença, pelo período 19 de setembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 19 de setembro de 2013 à 03 de outubro de 2013, já o período de 04 de outubro de 2013 à 19 de dezembro de 2013, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 19 de setembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Tomada de Preços 95/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 95/2013 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação Reforma e Reestruturação do prédio do Clube do idoso "Sagrada Família", Rua João Pius Schindler, Bateias de Baixo, neste Município. Julgamento: Menor Preço Global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: 78.688,75. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 21/10/2013, 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Os recursos são provenientes do Convênio 4.505/2012-5 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra contrapartida com recursos próprios (Municipal). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre, 03 de outubro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**Campos Novos****PREFEITURA****Republicado Lei Nº 3.918/13 Denomina de "Joanim Compagnoni" a Rua Que Menciona**  
REPUBLICADO

LEI Nº 3.918/2013 DE 27/08/2013

DENOMINA DE "JOANIM COMPAGNONI" A RUA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Joanim Compagnoni" a Rua localizada às margens da BR 282 que tem início na Rua Perimetral, no Bairro Ernesto Zortéa, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6.817/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 6.817/13 DE 26/09/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei

Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal

Elementos de despesa: 11 - 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Transf. A Consórcios Públicos.. R\$ 620,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais) provenientes de Excesso de Arrecadação - Recursos Ordinários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6.818/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 6818/13 DE 26/09/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento Geral do Município, no valor de 2.212,00 (dois mil, duzentos e doze reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Elementos de despesa: 11 - 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.0 0 - Transferências a consórcios públicos R\$ 2.212,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Elementos de despesa: 10 - 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.0 0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.580,00

Elementos de despesa: 12 - 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.0

00000 - Aplicações Diretas R\$ 632,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 26 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6820/13 Estabelece Horário Especial de Funcionamento das Repartições Públicas Municipais**

DECRETO Nº 6820/2013 DE 01/10/2013

ESTABELECE HORARIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido a partir de 15 de outubro de 2013, o seguinte horário de funcionamento na sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte e Lazer:

Expediente interno:

Das 13:00 às 19:00 horas

Expediente externo:

Das 13:30 às 18:30 horas

Art. 2º. Fica estabelecido a partir de 15 de outubro de 2013, o seguinte horário de funcionamento na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo:

- Das 07:00 as 13:00 horas

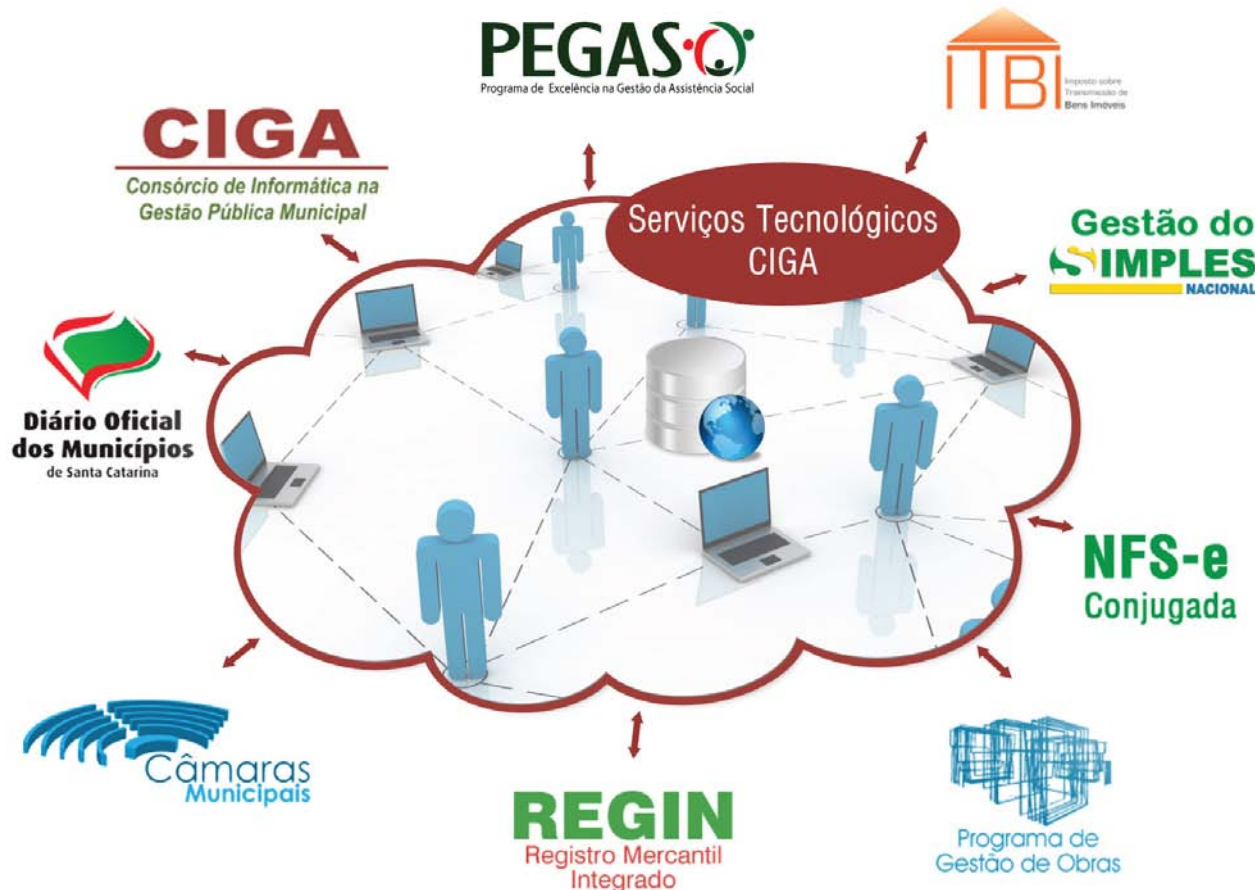
Art. 3º. O horário de funcionamento das demais Secretarias e repartições públicas (Fundação e Autarquias) permanece inalterado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 01 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL

## Balancete Mês 09-2013

**SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
 Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 1/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	5.969.423,03D	842.319,67	521.192,19	6.290.550,51D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1		DISPONIVEL	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	647.435,21D	246.152,00	173.972,52	719.614,69D
1.4		ATIVO PERMANENTE	458.651,38D	2.800,00	0,00	461.451,38D
1.4.2		IMOBILIZADO	458.651,38D	2.800,00	0,00	461.451,38D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	458.651,38D	2.800,00	0,00	461.451,38D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	249.478,78D	2.800,00	0,00	252.278,78D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	45.412,16D	2.800,00	0,00	48.212,16D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	45.796,91D	0,00	0,00	45.796,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	84.064,49D	0,00	0,00	84.064,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.863.336,44D	593.367,67	347.219,67	5.109.484,44D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.910.000,00D	0,00	0,00	2.910.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.910.000,00D	0,00	0,00	2.910.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.910.000,00D	0,00	0,00	2.910.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.910.000,00D	0,00	0,00	2.910.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.910.000,00D	0,00	0,00	2.910.000,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.949.532,44D	593.027,67	346.879,67	2.195.680,44D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.949.532,44D	593.027,67	346.879,67	2.195.680,44D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.949.532,44D	593.027,67	346.879,67	2.195.680,44D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.949.532,44D	593.027,67	346.879,67	2.195.680,44D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	638.110,68D	246.152,00	172.899,15	711.363,53D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	9.365,99D	172.903,15	173.976,52	8.292,62D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.302.055,77D	173.972,52	4,00	1.476.024,29D
1.9.9		COMPENSAOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	340,00	340,00	3.804,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	340,00	340,00	3.804,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	340,00	340,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	340,00	340,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	340,00	340,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 2/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0005 (15061)	C	MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI	0,00	140,00	140,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0020 (36598)	C	DIRCEU JOSE KAIPER	0,00	100,00	100,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0023 (36635)	C	SERGIO SPADER	0,00	100,00	100,00	0,00



**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
 Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 3/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	5.309.729,45C	709.690,16	955.774,79	5.555.814,08C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	234,53C	199.564,71	199.501,34	171,16C
2.1.1		DEPOSITOS	234,53C	29.299,56	29.236,19	171,16C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	234,53C	25.651,56	25.588,19	171,16C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	6.582,37	6.582,37	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	6.582,37	6.582,37	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	457,97C	12.425,11	12.467,50	500,36C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	457,97C	0,00	42,39	500,36C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	12.425,11	12.425,11	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	223,44D	6.644,08	6.538,32	329,20D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	223,44D	6.644,08	6.538,32	329,20D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	6.314,88	6.314,88	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	223,44D	329,20	223,44	329,20D
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.648,00	3.648,00	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	3.648,00	3.648,00	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	3.648,00	3.648,00	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	170.265,15	170.265,15	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	170.265,15	170.265,15	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	30.787,20	30.787,20	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	30.787,20	30.787,20	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	30.787,20	30.787,20	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	95.850,81	95.850,81	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	95.850,81	95.850,81	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	20.018,44	20.018,44	0,00
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	20.018,44	20.018,44	0,00
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	0,00	20.018,44	20.018,44	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	23.608,70	23.608,70	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	0,00	23.608,70	23.608,70	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCÍCIO	0,00	23.608,70	23.608,70	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.863.336,44C	510.125,45	756.273,45	5.109.484,44C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.910.000,00C	509.785,45	509.785,45	2.910.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.617.200,68C	509.781,45	339.524,30	1.446.943,53C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.608.110,68C	169.251,15	4,00	1.438.863,53C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	9.090,00C	340.530,30	339.520,30	8.080,00C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	9.090,00C	170.265,15	169.255,15	8.080,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	0,00	170.265,15	170.265,15	0,00
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	170.265,15	170.265,15	0,00
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	1.292.799,32C	4,00	170.261,15	1.463.056,47C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	1.292.799,32C	4,00	170.261,15	1.463.056,47C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.292.799,32C	4,00	170.261,15	1.463.056,47C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	1.292.799,32C	4,00	170.261,15	1.463.056,47C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 4/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.949.532,44C	0,00	246.148,00	2.195.680,44C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.949.532,44C	0,00	246.148,00	2.195.680,44C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.949.532,44C	0,00	246.148,00	2.195.680,44C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	340,00	340,00	3.804,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	340,00	340,00	3.804,00C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 5/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.292.799,32D	170.261,15	4,00	1.463.056,47D
3.3		DESPEAS CORRENTES	1.280.306,42D	167.461,15	4,00	1.447.763,57D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.084.773,84D	139.477,95	0,00	1.224.251,79D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	1.084.773,84D	139.477,95	0,00	1.224.251,79D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	183.623,26D	23.608,70	0,00	207.231,96D
3.3.1.9.0.01.01 (31832)	F	Proventos - Pessoal Civil	183.623,26D	23.608,70	0,00	207.231,96D
3.3.1.9.0.11 (31865)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	739.480,59D	94.658,73	0,00	834.139,32D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	154.176,70D	20.018,44	0,00	174.195,14D
3.3.1.9.0.13.02 (31891)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	154.176,70D	20.018,44	0,00	174.195,14D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	7.493,29D	1.192,08	0,00	8.685,37D
3.3.1.9.0.16.44 (31902)	F	Serviços Extraordinários	7.493,29D	1.192,08	0,00	8.685,37D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.532,58D	27.983,20	4,00	223.511,78D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	195.532,58D	27.983,20	4,00	223.511,78D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	46.100,00D	3.360,00	0,00	49.460,00D
3.3.3.9.0.14.14 (33110)	F	Diárias no País - Civil	46.100,00D	3.360,00	0,00	49.460,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	30.575,01D	6.946,12	0,00	37.521,13D
3.3.3.9.0.30.01 (33135)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.882,83D	960,24	0,00	3.843,07D
3.3.3.9.0.30.15 (33149)	F	Material para Festividades e Homenagens	0,00	924,00	0,00	924,00D
3.3.3.9.0.30.16 (33150)	F	Material de Expediente	5.844,00D	372,10	0,00	6.216,10D
3.3.3.9.0.30.17 (33151)	F	Material de Processamento de Dados	1.225,00D	2.666,00	0,00	3.891,00D
3.3.3.9.0.30.21 (33155)	F	Material de Copa e Cozinha	4.055,14D	1.306,35	0,00	5.361,49D
3.3.3.9.0.30.22 (33156)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.679,45D	0,00	0,00	1.679,45D
3.3.3.9.0.30.23 (33157)	F	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.961,00D	0,00	0,00	1.961,00D
3.3.3.9.0.30.24 (33158)	F	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.126,95D	0,00	0,00	4.126,95D
3.3.3.9.0.30.26 (33160)	F	Material Elétrico e Eletrônico	1.961,02D	717,43	0,00	2.678,45D
3.3.3.9.0.30.39 (33173)	F	Material para Manutenção de Veículos	2.020,68D	0,00	0,00	2.020,68D
3.3.3.9.0.30.44 (33178)	F	Material de Sinalização Visual e Afins	1.580,00D	0,00	0,00	1.580,00D
3.3.3.9.0.30.49 (33183)	F	Bilhetes de Passagens	346,94D	0,00	0,00	346,94D
3.3.3.9.0.30.99 (33187)	F	Outros Materiais de Consumo	2.892,00D	0,00	0,00	2.892,00D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.373,68D	340,00	4,00	7.709,68D
3.3.3.9.0.36.22 (33231)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.500,00D	0,00	0,00	3.500,00D
3.3.3.9.0.36.30 (33238)	F	Serviços Médicos e Odontológicos	25,00D	0,00	0,00	25,00D
3.3.3.9.0.36.96 (33256)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	3.698,68D	340,00	4,00	4.034,68D
3.3.3.9.0.36.99 (33257)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	150,00D	0,00	0,00	150,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90.433,89D	14.617,08	0,00	105.050,97D
3.3.3.9.0.39.01 (33274)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.3.9.0.39.08 (33281)	F	Manutenção de Software	4.834,20D	614,20	0,00	5.448,40D
3.3.3.9.0.39.11 (33284)	F	Locação de Softwares	4.447,82D	1.010,00	0,00	5.457,82D
3.3.3.9.0.39.19 (33289)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	986,15D	0,00	0,00	986,15D
3.3.3.9.0.39.43 (33306)	F	Serviços de Energia Elétrica	5.594,73D	799,41	0,00	6.394,14D
3.3.3.9.0.39.44 (33307)	F	Serviços de Água e Esgoto	633,20D	79,15	0,00	712,35D
3.3.3.9.0.39.46 (33309)	F	Serviços Domésticos	1.259,50D	0,00	0,00	1.259,50D
3.3.3.9.0.39.47 (33310)	F	Serviços de Comunicação em Geral	2.250,00D	950,00	0,00	3.200,00D
3.3.3.9.0.39.48 (33311)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	12.737,00D	1.850,00	0,00	14.587,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 6/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.50 (33313)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	830,00D	0,00	0,00	830,00D
3.3.3.9.0.39.58 (33320)	F	Serviços de Telecomunicações	18.401,41D	2.883,34	0,00	21.284,75D
3.3.3.9.0.39.63 (33325)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	3.240,00D	0,00	0,00	3.240,00D
3.3.3.9.0.39.69 (33330)	F	seguros em Geral	152,39D	2.366,37	0,00	2.518,76D
3.3.3.9.0.39.77 (33337)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	890,60D	114,61	0,00	1.005,21D
3.3.3.9.0.39.81 (33341)	F	Serviços Bancários	13,78D	0,00	0,00	13,78D
3.3.3.9.0.39.90 (33347)	F	Serviços de Publicidade Legal	5.153,17D	100,00	0,00	5.253,17D
3.3.3.9.0.39.99 (33354)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	28.009,94D	3.850,00	0,00	31.859,94D
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentacao	21.050,00D	2.720,00	0,00	23.770,00D
3.3.3.9.0.46.01 (33360)	F	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	21.050,00D	2.720,00	0,00	23.770,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	12.492,90D	2.800,00	0,00	15.292,90D
3.4.4		INVESTIMENTOS	12.492,90D	2.800,00	0,00	15.292,90D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	12.492,90D	2.800,00	0,00	15.292,90D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	12.492,90D	2.800,00	0,00	15.292,90D
3.4.4.9.0.52.33 (34338)	F	Equipamentos Para Áudio, Video e Foto	2.648,00D	0,00	0,00	2.648,00D
3.4.4.9.0.52.34 (34339)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	507,90D	2.800,00	0,00	3.307,90D
3.4.4.9.0.52.35 (34340)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	6.647,00D	0,00	0,00	6.647,00D
3.4.4.9.0.52.36 (34341)	F	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
3.4.4.9.0.52.42 (34345)	F	Mobiliário em Geral	740,00D	0,00	0,00	740,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 7/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	446.158,48D	0,00	0,00	446.158,48D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Setembro

Página: 8/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	2.398.651,38C	0,00	245.300,00	2.643.951,38C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.952.492,90C	0,00	245.300,00	2.197.792,90C
6.1.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.940.000,00C	0,00	242.500,00	2.182.500,00C
6.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.940.000,00C	0,00	242.500,00	2.182.500,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.940.000,00C	0,00	242.500,00	2.182.500,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.940.000,00C	0,00	242.500,00	2.182.500,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.940.000,00C	0,00	242.500,00	2.182.500,00C
6.1.3		MUTACÕES ATIVAS	12.492,90C	0,00	2.800,00	15.292,90C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	12.492,90C	0,00	2.800,00	15.292,90C
6.1.3.1.1		AQUISIÇÕES DE BENS	12.492,90C	0,00	2.800,00	15.292,90C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	12.492,90C	0,00	2.800,00	15.292,90C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	12.492,90C	0,00	2.800,00	15.292,90C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIROS	446.158,48C	0,00	0,00	446.158,48C
TOTAL:			0,00	1.722.270,98	1.722.270,98	-0,00

CAMPOS NOVOS, 02/10/2013

\_\_\_\_\_  
DIRCEU JOSE KAIPER  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
JOELMA F. FAÉ  
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **Publicação da Alteração do Edital de Pregão Presencial N° FMS 20/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 20/2013.

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ 11.206.680/0001-10, comunica que efetuou alterações no edital do Processo licitatório n.º FMS 33/2013, Pregão Presencial n.º FMS 20/2013. Ficam alteradas também as datas de disputa dos lotes: 17/10/2013 às 14h05min e entrega das propostas: até às 14h00min do dia 17/10/2013. Informações (47) 3621-7705. O edital devidamente alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Presidente do Fundo

### **Publicação de Termo de Autorização Precária do Estacionamento da 19ª Fesmate.**

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo de AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA DO ESTACIONAMENTO. Data de assinatura: 09/08/2013. Contratada: SOCIEDADE BENEFICIENTE OPERÁRIA, CNPJ: 83.786.186/0001-83. Objeto Contratado: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA DO ESTACIONAMENTO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo: 09/08/2013 à 15/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

### **Publicação de Termo de Autorização Precária do Parque Infantil Na 19ª Fesmate.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA N° 004/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo de autorização precária n.º PMC 04/2013. Data de assinatura: 16/08/2013. Contratada: IVASSIR MATHEUSSI, CNPJ: 16.443.130/0001-39. Objeto Contratado: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA PARQUE INFANTIL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo: 16/08/2013 à 15/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

### **Publicação de Termo de Credenciamento do Baile da Escolha da Rainha da 19ª Fesmate**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º PMC 03/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo de credenciamento n.º PMC 03/2013. Data de assinatura: 09/08/2013. Contratada: SOCIEDADE BENEFICIENTE OPERÁRIA, CNPJ: 83.786.186/0001-83. Objeto Contratado: TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO BAILE DE ESCOLHA DA RAINHA DE 19ª FESMATE N° 03/2013. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo: 09/08/2013 à 15/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

### **Publicação de Termo de Credenciamento Para Realização de Serviços No Baile da Escolha da Rainha da 19ª Fesmate**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo de credenciamento PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO NO BAILE DE ESCOLHA DA RAINHA DE 19ª FESMATE. Data de assinatura: 13/08/2013. Contratada: OURO VERDE SOM E PROPAGANDA LTDA, CNPJ: 78.616.125/0001-38. Objeto Contratado: TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO NO BAILE DE ESCOLHA DA RAINHA DE 19ª FESMATE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo: 09/08/2013 à 23/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

### **Publicação do Edital de Tomada de Preços N° PMC 26/2013.**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

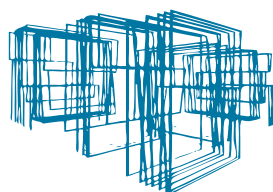
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 134/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/10/2013, às 14h15min, concorrência pública para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPARO NO BARRACÃO DE RECICLAGEM, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 23/10/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito



Programa de  
Gestão de Obras



# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 119/2013

DECRETO Nº 119, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.  
Designa Comissão Permanente de Licitações.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2013, Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

#### I - Membros efetivos:

- a) Elisângela Bagnolin;
- b) Maria Dagmar Wolff Surdi; e
- c) Carla Dambrós Viccari.

#### II - Membros Suplentes:

- a) Celestina Alves Ramos Azevedo;
- b) Josi Mary Coas;
- c) Divair Dias de Vargas.

Art. 2º A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 064, de 3 de junho de 2013.

Capinzal, em 30 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 120/2013

DECRETO Nº 120, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e nº 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal nº 004 de 06 de janeiro de 2006;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais Elisângela Bagnolin e Maria Dagmar Wolff Surdi, para exercerem a função de pregoeiros até o dia trinta e um (31) de dezembro de 2013, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Capinzal, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Capinzal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor Equipe de Apoio ao Pregoeiro, os Servidores Públicos:

#### I - Membros efetivos:

- a) Ademir José Toigo e
- b) Celestina Alves Ramos Azevedo

#### II - Membros Suplentes:

- a) Josi Mary Coas; e
- b) Divair Dias de Vargas

Art. 3º Os pregoeiros solicitarão aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se os seguintes Decretos Municipais:

- I - Decreto nº 065 de 3 de junho de 2013;
- II - Decreto nº 083 de 31 de julho de 2013.

Capinzal, em 30 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

### Portarias

PORTARIA Nº 797, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Altera o disposto em portaria na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da portaria nº 750, de 12 de agosto de 2013, que contratou o servidor Guilherme Antonio Menegotto Filho, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Fica contratado pelo período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2013, Guilherme Antonio Menegotto Filho, matrícula nº 30368.2, para exercer as funções do cargo de Odontólogo - ESF, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar no Estratégia Saúde da Família - ESF do Loteamento Parizotto, da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 01 de agosto de 2013."

Capinzal - SC, 12 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 798, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo nº 73 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença para tratamento de saúde, a contar



de 10 de setembro de 2013, conforme atestado médico, à servidora Christine Marly Kappes, matrícula nº 32723.9.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor nível 2, classe 8, referência A, conforme o anexo e IV da Lei nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 16 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria.

MARCO ANTONIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 798, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 16 a 30 de setembro de 2013, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 32336,5, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Christine Marly Krabbe, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 16 a 30 de setembro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 16 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 800, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.  
Exonera servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 3736/2013, a servidora Jessica Walter Bueno, matrícula nº 32982.7, contratada para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 30, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF São Luiz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 17 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 801, DE 18 de setembro de 2013  
Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Educação (COMED), na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 29 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Educação (COMED), na forma que especifica:

I - um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:  
Membro titular: VALQUIRIA MARIA DA SILVA MORESCO  
Membro suplente: IZOLETE DOS SANTOS RIQUETI

II - um representante das Associações de Pais e Professores (APP) das escolas da Rede Municipal de Ensino:  
Membro titular: JOSI MARY CÔAS  
Membro suplente: LUIZ CARLOS DE PAULA

III - três representantes docentes ou especialistas, sendo um representante indicado de cada rede de ensino legalmente instituída (particular, estadual e municipal), em efetivo funcionamento:

REDE DE ENSINO PARTICULAR:  
Membro titular: NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMILGIO  
Membro suplente: EDITE DREY

REDE DE ENSINO ESTADUAL:  
Membro titular: CARLOS ANTONIO TOBALDINI  
Membro suplente: CINTHIA MARIA ZOCOLI CAMPIONI

REDE DE ENSINO MUNICIPAL:  
Membro titular: JULIANO KLOSS  
Membro suplente: ROSILENE DE SOUZA HAUS

IV - um representante da Associação dos Professores de Ouro e Capinzal (APROC):  
Membro titular: MARIA APARECIDA SENNA SOARES  
Membro suplente: LAURETE DOROTI HILGERT CÔAS

V - um representante dos gestores das escolas públicas municipais:  
Membro titular: WANEISSA MORAES TRZCINSKI  
Membro suplente: MÁRCIA REGINA MELLOTO

VI - um representante dos servidores das escolas públicas municipais:  
Membro titular: LUCIANA MILESQUI WILBERT  
Membro suplente: VANDER LUIZ GOTARDO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 18 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor da presente Portaria.

MARCO ANTONIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 802, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto nos artigos 32 e 33, da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão funcional ao servidor Paulo Cesar da Costa, matrícula nº 31736.5.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G, por ter preenchido as exigências constantes dos artigos 32 e 33, da já citada lei.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 803, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 31 de outubro a 30 de dezembro de 2013, à servidora Marcia Terezinha Hanel Toscan, matrícula nº 33139.2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 2, referência L, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 805, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 18 de setembro a 06 de outubro de 2013, em vinte (20) horas semanais, da servidora Aurenita Aparecida Gomes da Silva Ramos, matrícula nº 32697.6, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, em substituição a titular Dirlei da Silva, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 18 de setembro a 06 de outubro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 804, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
Concede licença para tratamento de saúde a servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo nº 73 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença para tratamento de saúde, pelo período de 18 de setembro a 06 de outubro de 2013, conforme atestado médico, à servidora Dirlei da Silva, matrícula nº 32237.7.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo e IV da Lei nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria.

MARCO ANTONIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 806, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.  
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio à servidora Maria de Fatima de Oliveira Ribeiro, matrícula nº 31486.2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 2, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2002 a 02 de fevereiro de 2007, pelo período de 20 de setembro a 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 20 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 807, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013  
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio ao servidor Márcio Antônio da Silva, matrícula nº 14184.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 2, classe 7, referência H, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2008 a 02 de fevereiro de 2013, pelo período de 20 de setembro a 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 20 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 809, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, a contar de 23 de setembro de 2013, em vinte (20) horas semanais, da servidora Helena Dupont Leder, matrícula nº 31045.0, ocupante do cargo de Professor Nível 2, classe 9, referência G, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, conforme requerimento protocolado sob o nº 3768/2013.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a contar de 23 de setembro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 23 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 810, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
Cessa efeito de portaria na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 547, de 11 de abril de 2013, que designou o servidor Jose Mario Laux, matrícula nº 31238.0, para responder pelo Setor de Serviços Viários da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 23 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 811, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar Nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC - 1) ao servidor José Mario Laux, matrícula nº 31.238.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, nível 216, referência H, conforme o Anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 23 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 812, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio à servidora Sandra Maria Demin, matrícula nº 31.862.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 2, classe 7, referência H, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 22 de fevereiro de 2002 a 21 de fevereiro de 2007, pelo período de 23 de setembro a 22 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 23 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 813, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
Remove servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no §3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por interesse do Serviço Público Municipal, pelo período de 25 de setembro a 13 de dezembro de 2013, a

servidora Rosane Teresinha Katafesta, matrícula nº 23139.8, contratada para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A servidora está sendo removida para a Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição à servidora Sandra Maria Demin, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 23 de setembro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 814, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, pelo período de 24 de setembro a 13 de dezembro de 2013, em dez (10) horas semanais, do servidor Edinei da Silva Rossete, matrícula nº 32789.1, ocupante do cargo de Professor Nível 232, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, conforme requerimento protocolado sob o nº 3784/2013.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais a contar de 24 de setembro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2013  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 815, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
Readapta servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 24 de setembro de 2013, a servidora Nilza Maria Marcon Muraro, matrícula nº 31.570.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 2, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer somente atividades extra-classe.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a contar de 24 de setembro de 2013.

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 817, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
Designa Comissão Especial de Avaliação na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis composta por:

I - Sérgio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72, registro no CREA nº 031.865-9;

II - Ruites Valmir Androni Jr., inscrito no CPF sob o nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1; e

III - Maria Helena Maestri, inscrita no CPF sob o nº 670.376.829-34, registro no CREA nº 23.200-0.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do seguintes imóvel, para fins de permuta:

Lote nº 01, da quadra 289, do Loteamento Bairro Lar Imóveis, com área de 564,58 m², (quinhentos e sessenta e quatro vírgula cinquenta e oito metros quadrados), situado na esquina formada entre as ruas projetadas 01 e 08, nesta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob matrícula nº 14.604, Livro nº 2-AAD, Fls. 061, de propriedade de Dirce Nardi dos Santos

Art. 3º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 01 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 818, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, na Secretaria de Infraestrutura, a contar de 01 de outubro de 2013, o servidor Dionei Antonio da Costa, matrícula nº 32777.8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 01 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 819, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
Altera o disposto em portaria na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da portaria nº 673, de 24 de junho de 2013, que concedeu Licença Prêmio ao servidor Marcio Antonio da Silva, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio ao servidor Marcio Antonio da Silva, matrícula nº 14184.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 2, classe 7, referência H, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2003 a 02 de fevereiro de 2008, pelo período de 20 de junho a 19 de setembro de 2013.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2013, produzindo seus efeitos a contar de 24 de junho de 2013.

Capinzal - SC, 01 de outubro de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

### Resultado Chamada Pública

#### RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA

#### EDITAL Nº 029/2013

MATEMÁTICA		
ESCOLA	CH	CLASSIFICADO
E.M. Viver e Conhecer	20	Aline Maria de Lima
E.M. Viver e Conhecer	20	Joice Aparecida Mendes

### Instrução Normativa 001/2013

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre o Sistema e-Sfinge Obras instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais, legais e regimentais, e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar das atividades e do fluxo de informações relacionadas ao envio de dados ao e-Sfinge Obras, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE), por meio das Instruções Normativas nº TC-01/2003, de 28 de junho de 2003, 04/2004, de 08 de dezembro de 2004, 01/2005, de 03 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO que os dados de obras e serviços de engenharia em execução ou executados devam ser remetidos ao TCE, bimestralmente, via internet e on line, sendo obtidos os respectivos recibos até o dia cinco (05) do mês subsequente à ocorrência dos fatos; e

CONSIDERANDO a necessidade de definir os fluxos e responsabilidades para a disponibilização das informações no devido prazo;

#### RESOLVE:

Art. 1º A Diretoria de Licitações, até o segundo dia após a homologação ou anulação dos processos licitatórios, enviará os dados necessários ao preenchimento das telas do Sistema e-Sfinge Obras à Secretaria de Planejamento, órgão responsável pelos cadastramentos, incluindo-se os dados do orçamento básico quando se trata de Tomada de Preços, Concorrência, Shopping, Dispensa e Inexigibilidade de valores equivalentes à Tomada de Preços e Concorrência.

Art. 2º A Diretoria de Licitações, órgão responsável pelos contratos administrativos e pela emissão de instrumentos equivalentes, até o segundo dia após a assinatura do contrato ou da emissão de instrumento equivalente e das demais ocorrências relativas à sustação, aditamentos contratuais e outros, enviará os dados necessários ao preenchimento das telas do sistema e-Sfinge Obras à Secretaria de Planejamento, responsável pelos cadastramentos relacionados ao instrumento, à obra e orçamento contratado quando se tratar de Tomada de Preços, Concorrência, Shopping, Dispensa e Inexigibilidade de valores equivalentes à Tomada de Preços e Concorrência.

Art. 3º A Secretaria de Planejamento ou fiscal responsável pelo acompanhamento das obras, até o segundo dia após a ocorrência dos fatos, preencherá as telas do Sistema e-Sfinge com os dados relacionados ao andamento da obra, medições, paralisações, emissão de termos de recebimento, aditamentos, registros fotográficos, dados do Registro de Ocorrências ou diário de Obra e outros de sua competência.

Art. 4º Os Departamentos de Contabilidade, Tesouraria, a Assessoria Jurídica e os demais que detiverem informações necessárias ao cumprimento das Instruções Normativas nº TC-01/2003, TC-04/2004 e TC-01/2005 do TCE, com as configurações constantes do sistema e-Sfinge Obras, enviarão as informações regulares em até dois (02) dias da ocorrência à Secretaria de Planejamento, responsável pelos cadastramentos.

Art. 5º A secretaria de Planejamento efetivará os registros, periodicamente, durante o mês em curso, assim que recebê-los dos demais setores.

§ 1º O período entre o último dia do mês até o dia cinco (05) do mês subsequente será destinado às informações das ocorrências de andamento de Obra e das eventuais medições, homologações e emissão de instrumentos ocorridos nos dois últimos dias do mês, bem como para emissão dos correspondentes recibos de entrega dos relatórios.

§ 2º O responsável pelos cadastramentos comunicará ao superior hierárquico e à Diretoria de Controle Interno a ausência, o atraso, a inconsistência e as irregularidades nos dados de competência de fornecimento pelos demais setores, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 3º As respectivas telas copiadas em branco do Sistema e-Sfinge Obras servirão de formulários para anotação dos dados do setor competente.

Art. 6º A diretoria de Controle Interno, responsável pela verificação da regularidade dos dados enviados ao e-Sfinge Obras, poderá completar os procedimentos aqui definidos, com orientações próprias e formulários, no sentido de dar celeridade aos procedimentos.

Art. 7º Revoga-se a Instrução Normativa nº 001, de 11 de outubro de 2007.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua

publicação.

Capinzal, em 3 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

## Catanduvás

### PREFEITURA

#### Lei N° 2.417/2013, de 02 de Outubro de 2013.

LEI N° 2.417/2013, de 02 de outubro de 2013.

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo, os objetivos e metas da Administração, que serão financiados com recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º O PLANO PLURIANUAL da Administração Pública Municipal de Catanduvás para o quadriênio 2014/2017, contempla as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos Anexos II desta LEI.

Art. 3º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, estão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, estão demonstradas na forma do Anexo III desta LEI.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 6,5% (seis virgula cinco por cento) ao ano.

Art. 5º As alterações na programação somente poderão ser

promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 8º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás(SC), 02 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

#### Lei N° 2.418/2013 de 02 de Outubro de 2013.

LEI N° 2.418/2013 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2017	Manutenção do Ensino Fundamental		
12	118	DESPESAS CORRENTES – Recursos Fundeb	R\$	300.000,00
12	101	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios	R\$	45.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	365	ENSINO INFANTIL		
	2018	Manutenção da Educação Infantil		

20	118	DESPESAS CORRENTES – Recursos Fundeb	R\$	300.000,00
UNID. ORÇ.	0402	DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO		
	366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
	2023	Manutenção das Atividades do Ensino Médio		
23	100	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios	R\$	25.000,00
UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
	2024	Apoio ao Ensino Superior		
24	100	OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios	R\$	20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 02 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria N° 299/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 299/2013

“ALTERA OS ARTS. 1º E 2º DA PORTARIA N° 380/2012 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Portaria nº 380/2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

TITULARES:

- Neusa Francisco Luckmann
- Orli Carlos Paul
- Rosicleide Sipriani Pereira

SUPLENTE:

- Daniely Aparecida Esser
- Maicon Rodrigo Paul

- Josir Jacó Kalbusch

Art. 2º O pregoeiro será o Senhor Orli Carlos Paul, tendo como substituto a Senhora Rosicleide Sipriani Pereira.

”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

03 de outubro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Lei N° 1.169

LEI N° 1.169, de 02 de outubro de 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à concessão de direito real de uso de área de terras a empresa abaixo relacionada:

I - ES COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.759.223/0001-49, a área de terra de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados) correspondente ao Lote 11 da Quadra “D”, matrícula nº. 23.622, na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

§ 1º A outorga da concessão de direito real de uso, está de acordo com as Leis nº. 590, de 15 de agosto de 2003; Lei nº. 1.053, de 25 de maio de 2011 e Lei nº. 1.056, de 08 de junho de 2011, precedida do Processo Licitatório nº. 64/2013, de 24 de julho de 2013, Concorrência Pública nº. 05/2013.

§ 2º A área acima descrita será utilizada para implantação de empresa no ramo de atividade descrito no projeto de habilitação apresentados pela donatária e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Art. 2º É fixado o prazo de 06 (seis) meses a partir da publicação desta lei para que a beneficiária inicie as obras físicas de seu empreendimento industrial e 24 (vinte e quatro) meses para concluí-las, podendo ser prorrogável a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Art. 3º A presente concessão é feita pelo prazo de 10(dez) anos, podendo, após este período, ser transmitida a propriedade do imóvel ao cessionário, na forma disposta na Lei nº. 1.053, de 25 de maio de 2011.

Art. 4º É vedada a sub-concessão, excepcionalmente admitida, se o caso, por prévio ato autorizatório do Poder Concedente. É também vedado qualquer ato de alienação dos direitos que a presente concessão confere.

Art. 5º A empresa beneficiária deverá cumprir os requisitos,

obrigações e demais normas contidas nas Leis 590, de 15 de agosto de 2003; Lei n°. 1.053, de 25 de maio de 2011 e Lei n°. 1.056, de 08 de junho de 2011, bem como seguir o projeto para o qual se habilitou junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico, sob pena de reversão do imóvel ao Patrimônio Público, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º Ocorrida à reversão do bem todas as benfeitorias sem exceção se incorporam ao patrimônio Municipal.

§ 2º É facultado ao Poder Público Municipal, a desistência do exercício do direito à reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica ou mesmo sendo a reversão considerada onerosa ao Patrimônio Público.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Lei N°. 1.170**

LEI N°. 1.170, de 02 de outubro de 2013.

**AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO E REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
2.028 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrat. R\$ 100.000,00;

TOTAL R\$ 100.000,00.

Art. 2º Para dar suporte a suplementação de que fala o Art. 1º, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
2.028 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00;  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00.

TOTAL R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Lei N°. 1.171**

LEI N°. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS ÀS ENTIDADES SEM FINS**

**LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, até o limite do previsto na lei orçamentária, para entidades culturais, comunitárias e associações, sem fins lucrativos, que prestem serviços de cunho social, médico, educacional ou cultural, e que se habilitarem junto ao Poder Executivo.

Art. 2º O presidente de cada entidade, ficará responsável pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei e no plano de trabalho a ser apresentado ao poder executivo, prestando contas no prazo de 90(noventa) dias, a contar da efetiva transferência dos valores.

Art. 3º Para viabilização da presente Lei, fica o Município autorizado a celebrar convênio fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Art. 4º Os convênios de que trata o artigo anterior serão enviados a Câmara Municipal para homologação.

Art. 5º No que couber, poderá a presente ser regulamentada por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Lei N°. 1.172**

LEI N°. 1.172, de 02 de outubro de 2013.

**DESAFETA ÁREA DE TERRA, E AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO IMÓVEL AO CESSIONÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º Fica desafetado da categoria de bem institucional (de uso especial) passando a integrar a categoria dos bens dominiais do Município, disponíveis para doação, o imóvel a seguir descrito e caracterizado:

I - uma área de terra de 7.713,60m<sup>2</sup>( sete mil, setecentos e treze metros e sessenta centímetros quadrados), correspondente ao lote 08 da quadra "C", do loteamento "Longarone" - Área Industrial I", matrícula n. 17.458 registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga-SC.

Art. 2º Atendidos os requisitos elencados na Lei n°. 590 de 15 de agosto de 2003 e alterações dispostas na Lei n°. 1.053, de 25 de maio de 2011, fica o poder Executivo Municipal autorizado a transferir a propriedade do imóvel descrito à empresa OLIVOS ALIMENTOS E BEBIDAS FUNCIONAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 09.607.945/0001-40, inscrição estadual n°. 255.915.195.

Art. 3º Reverterão ao patrimônio público municipal, as áreas cuja propriedade tenha sido transferida a particulares a título de incentivo econômico, bem como as benfeitorias, quando não utilizadas



em suas finalidades.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Decreto SAF/Nº. 486/13**

DECRETO SAF/Nº. 486/13, de 30 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - P.M.C.S, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 35, de 12 de setembro de 2011, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2011, de 25 de novembro de 2011, homologado através do Decreto nº 127/12, de 23 de fevereiro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2011, de 25 de novembro de 2011, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

Servente de Limpeza

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
207	ARCENIRIA DOS SANTOS	13º
190	JANETE DOS SANTOS	14º
265	ANA PAULA PERPETUA BORGES	15º

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de setembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **Decreto SAF/Nº. 488/13**

DECRETO SAF/Nº. 488/13, de 02 de outubro de 2013.

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.170, de 02 de outubro de 2013, resolve,

#### **DECRETAR**

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social.

2.028 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrat. R\$ 100.000,00;

TOTAL R\$ 100.000,00.

Art. 2º Para dar suporte a suplementação de que fala o Art. 1º. são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social.

2.028 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00;

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00.

TOTAL R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**Decreto SAF/N°. 489/13**

DECRETO SAF/N°. 489/13, de 02 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

**CONCEDERá**

RUTE DO PRADO SOUZA, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N°. 147/2003, de 06 de março de 2003, Licença sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, por 06(seis) meses, a partir de 01 de outubro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

**ADEMIR MAGAGNIN**

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

**CLEDIO FACHIN**

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**Publicação Legal - Autuação**

Publicação Legal

Prezados(a) Senhores(a):

Margareth Maria Kanarek

Sadir Salvador

Iraci Maria Cittadin de Marques

Primo Candiottto

Em circunstância da má conservação dos imóveis Localizados no Perímetro Urbano de Cocal do Sul, vistoriados pela Fiscalização da Prefeitura, foi Autuado pela Lei nº 991, de 05 de abril de 2010. - "Dispõe sobre a Limpeza e Conservação de Imóveis e dá outras Providências", sob o Art. 1º, vem por meio desta, dar um prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação do jornal da cidade, para regularizar sua situação.(Proceder a limpeza/roçada do terreno).

Art. 3º Não cumprida a obrigação, além da penalidade estabelecida no art. 2º desta lei, a administração municipal pode, por si ou por terceiros, executar os serviços necessários à limpeza e à urbanização do imóvel, e posteriormente será cobrados e inscritos na Dívida Ativa do Município.

Cocal do Sul, 02 de outubro de 2013.

**WILLIAM DAJORI DOS SANTOS**

Fiscal de Obras

**Concórdia****PREFEITURA****Decreto N° 827/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 827/2013, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia SANDRA VENDRUSCOLO no cargo de Responsável do Setor de Almoxarifado.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a senhora SANDRA VENDRUSCOLO, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Almoxarifado - Secretaria Municipal de Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 10 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

**JOÃO GIRARDI**

Prefeito Municipal

**BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA**

Secretária Municipal de Administração

**DIÓGENES MARCHESAN**

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de setembro de 2013.

**CARLOS FERNANDO COMASSETTO**

Diretor Administrativo

**Decreto N° 828/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 828/2013, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 133/2013, de 17 de janeiro de 2013 e alteração, que designam Pregoeiros e Equipe de Apoio do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.028, de 13 de setembro de 2005.

**DECRETA:**

Art. 1º A alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 133/2013, de 17 de janeiro de 2013 e alteração, que designam Pregoeiros e Equipe de Apoio do Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

a) JACIELE TOCHETTO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

**JOÃO GIRARDI**

Prefeito Municipal

**BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA**

Secretária Municipal de Administração

**ALESSANDRO VERNIZE**

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de setembro de 2013.

**CARLOS FERNANDO COMASSETTO**

Diretor Administrativo

**Decreto N° 829/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 829/2013, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 102/2013,

de 8 de janeiro de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 102/2013, de 8 de janeiro de 2013 e alteração, que nomeiam membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

II - vice-presidente: JACIELE TOCHETTO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 830/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 830/2013, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e no Decreto nº 4.514, de 8 de outubro de 2002 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designadas, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 6 de setembro de 2013, para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - membro nato: Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON: KENIA SIMONE LANG;

II - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) efetivo: OTAVIO MARQUES DE MELLO;

b) suplente: NEUSA APARECIDA DAHMER;

III - representantes da Associação Empresarial de Concórdia - ACIC:

a) efetivo: RODRIGO FAGGION BASSO;

b) suplente: JULIANO ZANDONAI;

IV - representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL:

a) efetivo: EDUARDO SILVEIRA BOITA;

b) suplente: OSCAR TOMAZZONI;

V - representantes da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC:

a) efetivo: MARCOS TACIANO KLEIN;

b) suplente: AUGUSTO LAZAROTO;

VI - representantes dos Serviços Municipais de Vigilância Sanitária e Epidemiológica:

a) efetivo: AIRTON COLDEBELLA;

b) suplente: ROSELI BUSSOLARO MAGRO;

VII - representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Concórdia:

a) efetivo: LUCAS DE FRANCESCHI ROSSETTO;

b) suplente: ADRIANA JANETE RODRIGUES DA SILVA GUSSO;

VIII - representantes da Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia - OMARC:

a) efetivo: PAULO CESAR PUNTEL;

b) suplente: CIRIO ANTONIO SCHIAVINI;

IX - representantes do Sindicato dos Empregados no Comércio e em Empresas de Serviços Contábeis de Concórdia - SECESCC:

a) efetivo: LUIZ CARLOS SEGALA;

b) suplente: JANETE PECCINI;

X - representantes da entidade Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau:

a) efetivo: AGENOR FRIGO;

b) suplente: PAULO RENATO CAMILLO;

XI - representantes da associação “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Queimados Vivo”:

a) efetivo: DIRLEI FATIMA KLEIN;

b) suplente: ADEMILSON BARREIROS DA SILVA;

XII - representantes do Poder Legislativo Municipal:

a) efetivo: ERCI LOHMANN EITELWEIN;

b) suplente: WILLIAM AMPESE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 557/2011, de 7 de julho de 2011 e 685/2012, de 31 de agosto de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 831/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 831/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JORGE ZIR DIAS CARUBIM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2013, ao servidor JORGE ZIR DIAS CARUBIM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 832/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 832/2013, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora  
EVANDRA CESARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica  
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-  
mentar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2013, à servido-  
ra EVANDRA CESARI, ocupante do cargo de Secretário Escolar,  
1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, con-  
vertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo,  
relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de  
2008 a 2 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 833/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 833/2013, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANDRA ERIG  
CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica  
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes  
da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora  
ELISANDRA ERIG CRUZ, ocupante do cargo de Técnico em Enfer-  
magem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por  
assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na relativa ao  
quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2002 a 1º de  
janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 834/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 834/2013, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora EDE-  
VILDA SALETE CASAGRANDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica  
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-  
mentar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2013, à servidora  
EDEVILDA SALETE CASAGRANDE, ocupante do cargo de Agente  
de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de  
prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à  
remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período  
aquisitivo de 10 de abril de 2008 a 9 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Decreto N° 835/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 835/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Constitui e designa comissão especial, com a incumbência de pro-  
ceder à avaliação da servidora ANA PAULA FORNER, para efeitos  
de estágio probatório.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica  
do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Com-  
plementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei  
Complementar n° 149, de 22 de outubro de 1998 e no Decreto n°  
4.068, de 26 de janeiro de 1999, e considerando a Decisão Final,  
referente ao processo protocolizado sob n° 19255/2012, de 14 de  
novembro de 2012.



**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação da servidora ANA PAULA FORNER, ocupante do cargo de Assistente Social, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: HAIDE GOSSENHEIMER;

II - membros:

a) MARGARETE MÜLLER;

b) SILVANA CASAGRANDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 836/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 836/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ANA CLAUDIA SARAI-VA MANFRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora ANA CLAUDIA SARAI-VA MANFRE, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 91340-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 837/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 837/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GRACIELE SPERANDIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora GRACIELE SPERANDIO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2006 a 1º de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto N° 838/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 838/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIANE MARIA PEDOTT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora ELIANE MARIA PEDOTT, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de janeiro de 1995 a 2 de janeiro de 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 839/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 839/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSELAINE SOARES DA SILVEIRA SPAGNOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora ROSELAINE SOARES DA SILVEIRA SPAGNOL, ocupante dos cargos de Odontólogo, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2003 a 11 de janeiro de 2008, matrícula 89966-00;  
II - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2003 a 2 de fevereiro de 2008, matrícula 89966-03.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 840/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 840/2013, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JORGE ZIR DIAS CARUBIM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2013, ao servidor JORGE ZIR DIAS CARUBIM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 841/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 841/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público n° 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto n° 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público n° 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer n° 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

## DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "5" (cinco) o número de vagas para o cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, disponibilizadas no Edital n° 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 842/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 842/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CIRLEI GIOMBELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2013, à servidora CIRLEI GIOMBELLI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 91219-02, 1 (um) mês de licença,

a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 843/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 843/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA SALETE ZUCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de setembro de 2013, à servidora SANDRA SALETE ZUCHI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2002 a 1º de maio de 2007;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2007 a 1º de maio de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 844/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 844/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal n° 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar n° 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.510 dias, ou seja: 9 (nove) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 44261-06, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 21 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 845/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 845/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SALETE INES GORSKI MORETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora SALETE INES GORSKI MORETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2004 a 31 de janeiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 846/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 846/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 2º do Decreto n° 388/2013, de 1º de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial.



O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

**DECRETA:**

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 388/2013, de 1º de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ( )

b) JACIELE TOCHETTO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 847/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 847/2013, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

Delega competência aos titulares das Unidades Administrativas, para assinarem documentos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 63, VI, 64 e 80, parágrafo único.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica delegada competência aos titulares das Unidades Administrativas, para assinarem documentos, na forma abaixo, a partir de 16 de setembro de 2013:

I - à Secretária Municipal de Administração:

a) portarias;

b) termos de compromisso para contratação de estagiários;

c) declarações de concessionários de serviços de transportes de passageiros por táxi;

d) termos de permissão e de cancelamento, para motorista de transporte de passageiros por táxi;

e) editais, exceto os de compras das demais Unidades Administrativas;

II - aos titulares de cada Unidade Administrativa: autorização para abertura, revogação, anulação e homologação de processos licitatórios e editais de compras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 16 de setembro de 2013, o Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 848/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 848/2013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

Designa Junta Médica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados para compor Junta Médica, com a finalidade de promover a avaliação das pessoas portadoras de deficiência, candidatas às vagas disponíveis no Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2013, para contratação de Agentes Comunitários de Saúde, do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, bem como verificar a compatibilidade ou não da deficiência de que são portadoras com o exercício do cargo, os servidores abaixo relacionados:

I - presidente: ARTHUR CESAR FARAH FERREIRA, ocupante do cargo de Médico do Trabalho;

II - membros:

a) ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante do cargo de Médico;

b) VANDERLEI JOSE DE LIMA, ocupante do cargo de Médico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

### **Decreto N° 849/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 849/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARTA CECHIN ALBERTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, nos meses de outubro e novembro de 2013, à servidora MARTA CECHIN ALBERTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91855-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto N° 850/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 850/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CRISTIANE TERESINHA MARCHIORO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora CRISTIANE TERESINHA MARCHIORO, ocupante do cargo de Orientador de Informática, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de novembro de 2005 a 9 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Resolução N° 04/2013**

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Rua Leonel Mosele, 285 - Fones 442 0118 e 442 0119

CEP 89 700-000 - CONCÓRDIA - SC

RESOLUÇÃO N° 04/2013 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Divulga os classificados do Concurso de Desenho, Poesia e Redação A Sabedoria do Idoso.

A Presidente do Conselho Municipal do Idoso no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e de acordo com o regulamento do Concurso de Desenho, Poesia e Redação A Sabedoria do Idoso e considerando: A avaliação realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção dos Desenhos do Concurso de Desenho, Poesia e Redação A Sabedoria do Idoso;

A avaliação realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção das Poesias e Redações do Concurso de Desenho, Poesia e Redação A Sabedoria do Idoso;

**Resolve:**

Art. 1º - Divulgar o resultado do Concurso de Desenho, Redação e Poesia "A sabedoria do Idoso" do Conselho Municipal do Idoso, ficando assim:

§ 1º Desenhos: 1º Lugar: Tainara Zanela Antunes Maciel - 5º ano do Ensino Fundamental EBB Professor Mansueto Boff;

2º Lugar: Julia Rossim Bonassi - 5º ano do Ensino Fundamental GEM Maria Melânia Siqueira;

§ 2º - Poesias: 1º Lugar: Pâmela Maria Masson - 8ª série do Ensino Fundamental EEB Mansueto Boff;

2º Lugar: Vitor Menegat - 7ª série do Ensino Fundamental EBM Parque de Exposições;

§ 3º - Redações: 1º Lugar: Andressa Dickel - 3º ano do Ensino Médio EBB Professor Mansueto Boff;

2º Lugar: Matheus Filipe Kutzke - 1º ano do Ensino Médio EBB Valter Fontana;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ODILA BERNARDI ARGENTON

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

**Resolução N° 76/2013**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Leonel Mosele, 285 - Fones 3442 0118 e 3442 0119

CEP 89 700-000 - CONCÓRDIA - SC

RESOLUÇÃO N° 76/2013 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a capacitação para os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo do artigo 4º da Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011.

**Resolve:**

Art. 1º - Promover curso de capacitação para os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, com duração de 20 horas aula.

Art. 2º - O curso de capacitação será realizado nos dias 03 de outubro de 2013, no horário das 19 às 22h30 e no dia 04 de outubro de 2013, no horário das 19 às 22h30, 05 de outubro de 2013, no horário das 9 às 12 horas e das 13h às 17 horas, no Núcleo Tecnológico Municipal ligado a Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua João Suzin Marini, 718, Bairro Salete, Concórdia - SC.

§ 1º - No dia 04 de outubro no horário das 13h às 17h haverá reposição de horas para aqueles candidatos que por ventura não conseguirem cumprir a carga horária mínima do curso.

§ 2º - Será fornecido certificado de participação.

Art. 3º - O curso de capacitação é requisito para ser candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ARMINDO DA SILVA

Presidente do CMDCA

**Edital de Convocação N° 11/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 11/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Convocação nº 9/2013, de 13 de setembro de 2013.

Fica transferida para o dia 22 de outubro de 2013, às 19h30m, no Auditório do Centro de Eventos Concórdia, situado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Concórdia, SC, a III Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico de Concórdia, SC, de que trata o Edital nº 9/2013, de 13 de setembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

**Edital de Notificação - Pavimentação Asfáltica da Rua Fioravante Massolini**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de

trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para pavimentação asfáltica da Rua Fioravante Massolini, proveniente do Contrato nº 372.879-72/2011, no valor de R\$ 48.521,02 (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e um reais e dois centavos).

Concórdia SC, 03 de outubro de 2013.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Errata Convite 30/2013

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
ERRATA REF CONVITE Nº 30/2013

Item 1 - DA LICITAÇÃO, onde se lê: entrega dos envelopes e abertura para o dia 04/10/2013 às 14:30 horas, LEIA-SE: entrega dos envelopes e abertura para o dia 15/10/2013 às 09:00 horas  
Item 2 - DO OBJETO, Leia-se: A presente licitação tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS..

Coronel Freitas (SC), 01 de outubro de 2013  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito municipal

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato - Processo 34/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 448/2013

Objeto: CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NO GRUPO ESCOLAR ARAUCÁRIA, CONFORME DECRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J.C. RODRIGUES - ME

CNPJ: 14.035.035/0001-70

Processo Licitatório nº 34/2013- Tomada de Preço

Valor: R\$ 66.623,60(sessenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

Correia Pinto/SC 24 de setembro de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Processo Seletivo de Títulos Nº. 005/ 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS  
Nº. 005/2013

O Prefeito Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, por meio do Edital nº 005/2013, torna pública a realização de Processo Seletivo de Títulos para suprir vaga temporária (suspensão e auxílio-doença) no programa de alta complexidade Casa de Passagem "Sonia de Moraes Alves", do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Correia Pinto, para o provimento do seguinte cargo:

Cargo: Monitor CREAS. Requisitos: Certificado de conclusão do Ensino Médio. Vagas: Cadastro de Reserva. Carga Horária: 40 horas.

As inscrições poderão ser feitas pessoalmente entre os dias 3.10.2013 a 4.10.2013 diretamente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizado na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto (SC), sem custo.

O Edital completo com a ficha de inscrição está disponível no site da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, no endereço eletrônico: [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), e está afixado nos murais da Sede da Prefeitura, bem como da Secretaria Municipal de Saúde.

Correia Pinto, 01 de outubro de 2013.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

EMY SHINOZAKI MESQUITA  
Secretária Municipal Interina de Assistência Social e Habitação

#### Processo Seletivo de Títulos Nº 005/ 2013

PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS PARA SUPRIR VAGA TEMPORÁRIA (SUSPENSÃO E AUXÍLIO-DOENÇA) NA CASA DE PASSAGEM "SONIA DE MORAES ALVES", DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

#### EDITAL Nº 005/ 2013

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, através do Edital nº 005/2013, torna pública a realização de Processo Seletivo de Títulos para suprir vaga temporária (suspensão e auxílio-doença) na Casa de Passagem "Sonia de Moraes Alves", do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Correia Pinto, do cargo constante do Anexo I deste Edital.

##### 1. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO:

1.1. Ter idade mínima de 18 anos completos até a data do encerramento da inscrição;  
1.2. Possuir a escolaridade exigida para o cargo para o qual se inscreveu, conforme Anexo I deste Edital.

##### 2. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

2.1. Período das Inscrições: 3 a 4 de outubro de 2013.

2.1.1. As inscrições poderão ser feitas pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizado na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, sem custo, no horário compreendido entre as 13h às 19h, portando os seguintes documentos:

2.1.1.1. Fotocópia do RG e CPF;

2.1.2.2. Cópia do comprovante de escolaridade exigido no Anexo I deste Edital;

2.1.3.3. Apresentação de títulos (graduação, especialização, atualização, capacitação, cursos, com carga horária mínima de 120 horas);

2.1.4.4. Se o candidato já foi servidor público do Município de

Correia Pinto/SC deverá informar no ato da inscrição para que se junte declaração de comprovação;

2.1.5.5. Preencher o requerimento de inscrição e receber o comprovante assinado pelo responsável do Protocolo, conforme Anexo II.

OBS.: NÃO HAVERÁ TAXA PARA ESTA INSCRIÇÃO.

### 3. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:

3.1. A Comissão de Avaliação, designada através do Decreto nº 0768 de 01 de outubro de 2013, deverá analisar a documentação, considerando:

3.1.1. Para cada ano trabalhado no serviço público, será computado 0,5 ponto, até o limite máximo de 2,5 pontos;

3.1.2. Para participação em curso de atualização e capacitação, de no mínimo 120 (cento e vinte) horas, 1 (um) ponto por curso, até o limite de 3 (três) pontos.

3.1.2.1 Os cursos referidos no item acima, deverão ter diploma expedido no máximo há cinco anos da data limite para as inscrições previstas neste edital.

3.1.3 Para curso de pós graduação lato sensu, 5 pontos por curso, até o limite máximo de 15 pontos.

3.1.4 Para curso de pós graduação stricto sensu, 10 pontos por curso, até o limite máximo de 20 pontos.

### 4 - DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A classificação final dos candidatos será feita com base na soma dos pontos obtidos na Avaliação dos Títulos, em ordem decrescente de pontuação;

4.2. No caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

4.2.1. Tempo de Serviço público;

4.2.2. Maiores pontuações obtidas nos Títulos;

4.2.3. Idade, em favor do candidato mais idoso;

4.3. Após a classificação, todos os candidatos classificados dentro do número de vagas disponibilizadas no Anexo I serão submetidos à avaliação médica, de caráter eliminatório.

4.3.1. Os candidatos classificados dentro do número de vagas disponibilizadas no Anexo I ficam desde já convocados a comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, situado à Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, em até 48 (quarenta e oito) horas após a Homologação do Resultado final deste processo, para serem encaminhados para a avaliação acima definida. O não comparecimento nessa fase já configura desistência do candidato à contratação;

4.3.2. A realização da avaliação médica não implica na obrigação imediata da contratação.

### 5. DOS RECURSOS:

5.1. O candidato poderá apresentar recurso contra o resultado, por escrito à Comissão de Avaliação, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, situado à Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, após a publicação da primeira classificação, conforme cronograma estabelecido no Anexo III;

5.2. Os recursos interpostos serão julgados pela Comissão de Avaliação, sendo que a divulgação do resultado final do Processo Seletivo de Títulos será realizada em 24 horas depois da análise conforme cronograma previsto no anexo III.

5.3. A Comissão de Avaliação, certificando a ausência de interposição de recursos, divulgará o resultado na data de 07/10/2013.

### 6. DO RESULTADO FINAL:

6.1. A Secretaria Municipal de Administração manterá registros e a guarda dos documentos produzidos no Processo Seletivo de Títulos;

6.2. O resultado final será divulgado no quadro de avisos no Hall da Sede da Prefeitura Municipal de Correia Pinto com endereço na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, e no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

### 7. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:

7.1. O Processo Seletivo será realizado pela Comissão de Avaliação, instituída através do Decreto nº 0768 de 01 de outubro de 2013 pelo Chefe do Executivo Municipal, e terá as seguintes competências:

7.1.1. Deferir ou indeferir as inscrições;

7.1.2. Examinar os títulos dos candidatos;

7.1.3. Julgar os recursos dos candidatos;

7.1.4. Elaborar relatório final, constando todas as etapas e resultados do processo seletivo.

7.2. Compete ao Prefeito Municipal a homologação do processo final de seleção.

### 8. DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A convocação para a contratação será feita em ordem crescente de classificação;

8.2. A convocação será realizada via telegrama, no decorrer do ano de 2013, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

8.3. A contratação na função será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:

8.3.1. Apresentar toda a documentação legal exigida neste Edital;

8.3.2. O não comparecimento em quaisquer das fases necessárias para a efetivação da contratação, caracterizará a desistência imediata do candidato, sendo convocado o candidato seguinte na classificação.

### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. A inscrição pressupõe o conhecimento, por parte do candidato, das normas reguladoras deste Processo Seletivo, bem como o compromisso de aceitar as condições estabelecidas neste Edital;

9.2. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, a contar da data de divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período;

9.3. Durante a vigência deste Processo Seletivo, os demais candidatos classificados poderão ser contratados, desde que a Secretaria Municipal solicitante justifique a necessidade da contratação.

9.4. A publicidade dos atos decorrentes do presente edital se dará por meio da internet, no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), e no mural da Prefeitura Municipal de Correia Pinto.

Correia Pinto/SC, 1 de outubro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

### ANEXO I

Nº.	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
01	Monitor CREAS	CR	40 horas	R\$ 797,68	Certificado de conclusão do Ensino Médio.

### ANEXO II

#### FICHA DE INSCRIÇÃO – PS 005-2013

Nome:	
Tempo de Trabalho (contrato):	

Nº Documento de Identidade:	CPF
-----------------------------	-----

Data de Nascimento:	Estado Civil:
---------------------	---------------

Endereço para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.)
---

Nº.	Apto.	Bairro
-----	-------	--------

CEP	Cidade:	Estado
-----	---------	--------

Telefone:	E-mail:
-----------	---------

Função Pretendida:
--------------------



Documento anexo apresentado:

Declaro que atendo todas as exigências contidas no Edital N° 003/2013 de abertura de inscrição e que estou de acordo com a regulamentação nele contida, bem como estou ciente de que constatada a inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que comprovadas posteriormente, serei eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de minha inscrição.

Correia Pinto/SC, \_\_\_\_ de outubro de 2013.

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 005/2013

Protocolo Municipal N°:

Nome do candidato:

Função Pretendida:

### ANEXO III CRONOGRAMA PARA O PROCESSO SELETIVO N°. 005/2013

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE
3.10 a 4.10.2013	13:00 às 19:00 hs	Inscrições para o Processo Seletivo de Títulos, no Setor de Recursos Humanos, Rua Duque de Caxias, 1569, Centro (sede da Prefeitura Municipal de Correia Pinto)
04.10.2013	Até as 20:00 hs	Divulgação do resultado. Mural e Site: <a href="http://www.correiapinto.sc.gov.br">www.correiapinto.sc.gov.br</a> .
07.10.2013	Das 13:00 às 19:00hs	Interposição de recursos, no Depto. de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto
08.10.2013	Até às 19:00hs	Divulgação do resultado dos recursos interpostos e divulgação do resultado final e chamada. Mural e Site: <a href="http://www.correiapinto.sc.gov.br">www.correiapinto.sc.gov.br</a> (data a partir da qual o candidato classificado dentro do número de vagas deve cumprir o estabelecido no item 4.3.1 desse edital)

## Corupá

### PREFEITURA

#### Chamamento Público 03/2013

CHAMAMENTO PÚBLICO N° - 003/2013

"PROCEDE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM SE INSTALAREM NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL LAURO CARNEIRO DE LOYOLA e ou AUMENTAREM ÁREA DE INSTALAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIMENTOS".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art.34, parágrafo 1º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações,

COMUNICA aos interessados que estão abertas as inscrições para habilitação de interessadas a se instalarem e ou aumentarem área de instalação junto ao CONDOMÍNIO INDUSTRIAL LAURO CARNEIRO DE LOYOLA, localizado no Município de Corupá-SC, matriculado no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, sob o número 35.543, situado no lado par da Rua 123-Progresso, com área total de 33.848,76-m², averbada com uma casa de 11x7 m² coberta com telhas de barro tipo francesa, onde o vencedor do certame deverá providenciar a averbação de sua demolição pois a mesma já encontra-se demolida, tendo como área útil de 3.200,00m², no período de 04 de outubro a 05 de novembro de 2013, junto ao Município de Corupá, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Os interessados em ocupar o lote abaixo descrito ou aumentar a área das empresas já instaladas deverão preencher o Pedido de Enquadramento descrito na LEI 775/91, e, regulamentado através do Decreto 016/95, que se encontra a disposição junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC e apresentar os documentos solicitados na mesma.

Os pedidos de habilitação deverão ter dados das empresas interessadas para posteriormente os membros integrantes da Comissão Especial designados através da Portaria 2645/2013, analisar e emitir parecer.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC, ou pelo fone (47) 3375-2154.

Corupá/SC, 04 de Outubro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

ASSESSOR JURÍDICO

OAB/SC 25.435

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 247/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 247/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS DA RETROESCAVADEIRA RK-406-B DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/10/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curiti05banos.sc.gov.br](http://www.curiti05banos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito Municipal

Pregoeiro

## Faxinal dos Guedes

### PREFEITURA

#### Concurso Público a Prover Vagas ao Cargo de Médico e Emprego Público Para Agente Comunitário de Saúde do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 37, inciso II da Constituição Federal, em conformidade com as Leis Municipais e demais Legislação vigente, TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições para o Concurso Público a prover vagas ao Cargo de Médico e emprego público para Agente Comunitário de saúde do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal. Os editais estão disponíveis no mural público da Prefeitura Municipal e no sítio do Instituto INCAPEL [www.incapel.com.br](http://www.incapel.com.br) INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas pela internet, no sítio da empresa organizadora, com início no dia 03 a 18 de outubro de 2013. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. As Provas Objetivas serão aplicadas no dia 26 de outubro de 2013. Os candidatos poderão obter a íntegra dos Editais e informações no Instituto INCAPEL, pelo telefone (49) 3664-0540 no horário das 8h as 11h, no sítio do Instituto INCAPEL [www.incapel.com.br](http://www.incapel.com.br) através do e-mail [contato@incapel.com.br](mailto:contato@incapel.com.br). Faxinal dos Guedes (SC), 02 de outubro de 2013. EDEGAR GIORDANI. Prefeito Municipal.

#### Edital de Convocação 026/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 026/2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE: Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2012. Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário: Das 8h as 12h e das 13h e 30min as 17h e 30min. Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse: Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso; Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet); Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino); Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida; Registro no órgão competente (depende do cargo); Cédula de Identidade; CPF; Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado. 01 foto 3x4 recente; Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP; Comprovante de conta corrente em Banco; Comprovante de residência -atualizado; Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir Carteira de motorista; (depende do cargo). Carteira de vacinação; Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II. Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas: - Contra Hepatite B - Contra Tétano - Contra Febre Amarela - VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). - Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas: - Contra tétano - VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). - Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação. Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. Faxinal dos Guedes, SC, 03 de outubro de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal. REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA. ANEXO I. CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS. CANDIDATO: MARILDE PUNHI ZARDINELLO. CLASSIFICAÇÃO: 64º. ANEXO II. DECLARAÇÃO. NOME: ESTADO CIVIL: ENDEREÇO RUA: BAIRRO: CIDADE: TELEFONE: CPF: CÉDULA DE IDENTIDADE: EMPREGO: HORAS SEMANAIS: LOCAL DE TRABALHO: DATA DESTA DECLARAÇÃO: DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal. Assinatura do Declarante.

## Forquilha

### PREFEITURA

**Decreto N° 102, de 03 de Outubro de 2013.**

DECRETO N° 102, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNADA PELO DECRETO N° 089, DE 15 DE AGOSTO DE 2013, APRESENTAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº. 089, de 15 de agosto de 2013, apresentar o Relatório Conclusivo da apuração Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

## Fraiburgo

### PREFEITURA

**Portaria N° 2188/2013**

PORTARIA N° 2.188, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 004.796.959-89, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2189/2013**

PORTARIA N° 2.189, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor RODRIGO REGERT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 923.732.089-20, nomeado no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 02 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2190/2013**

PORTARIA N° 2.190, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e considerando o Processo Administrativo n.º 5170, de 27 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduz carga horária de 20 (vinte) para 13 (treze) horas semanais a carga horária do servidor ANDRÉ CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 034.779.999-08, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação GEOGRAFIA, pelo período de 01 de outubro de 2013 até o final do ano letivo de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2191/2013**

PORTARIA N° 2.191, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 552.260.789-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Nível 1, por estar atuando junto ao posto de atendimento de Fraiburgo da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, localizado na Associação



Comercial, Industrial e Agrícola de Fraiburgo - ACIAF, desempenhando a função de fiscalizadora dos livros contábeis, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1.755/2013

LEI N.º 1.755 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.318 DE 28 DE JULHO DE 2009, AUTORIZA O MUNICÍPIO A ADERIR AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, A REALIZAR A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NOS TERMOS DO PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a aderir ao Programa Mais Médicos do Governo Federal, com o objetivo de incremento na oferta de profissionais para atuação no atendimento das demandas da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único. A adesão ao Programa se dará através de Termo de Compromisso, firmado com o Ministério da Saúde.

Art. 2º. Fica autorizada a contratação temporária de médicos para participação no Programa Mais Médicos, nos termos da Medida Provisória n.º 621 de 08 de Julho de 2013, que institui e regula o programa e nos termos desta LEI.

Art. 3º. O Anexo I, da Lei Municipal n.º 1.318, de 28 de julho de 2009 e alterações, passa a vigorar acrescido do cargo de Médico do PROGRAMA MAIS MÉDICOS, com 04 (quatro) vagas, carga horária 40 horas semanais, vencimento de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais) a cargo do município para custear despesas com moradia, alimentação e transporte. Os demais requisitos de remuneração e condições para contratação, seleção e permanência no Programa serão a cargo do Governo Federal e previstos na Medida Provisória n.º 621 de 08 de Julho de 2013.

Art. 4º. São atribuições do Médico do Programa Mais Médicos:

- I - Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- II - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;
- III - Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde;
- IV - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- V - Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental etc.;
- VI - Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;

VII - Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo à continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;

VIII - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

IX - Indicar internação hospitalar;

X - Solicitar exames complementares;

XI - Verificar e atestar óbito;

XII - Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Art. 5º. A contratação de pessoal do Programa Mais Médicos é regida pelo Regime Administrativo Especial e Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º. Ficam isentos de Processo Seletivo Público de provas ou de provas e títulos para contratação dos Profissionais Médicos do Programa Mais Médicos, cujos procedimentos já foram realizados pelo Ministério da Saúde, não cabendo ao Município a realização deste quesito.

§ 2º. O contrato administrativo terá vigência pelo prazo de 18 meses (dezoito) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º. São devidos, aos servidores do Programa Mais Médicos, os direitos de Décimo Terceiro Salário e Adicional de Férias.

Art. 6º. Constituem hipóteses de rescisão contratual de servidores do Programa Mais Médicos:

I - A demissão será aplicada conforme Art. 216, da Lei Municipal n.º 1.000/2005;

II - Acumulação ilegal de Cargos, Empregos e Funções públicas nos termos do art. 37 da CF;

III - Necessidade de redução do Quadro de pessoal por excesso de despesa, conforme Lei Federal 9.801/1999;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas conforme Lei Federal 11.350/2006;

V - Nos termos do inciso I do Art. 7º da CF, em face da:

- a) Extinção do Programa Federal;
- b) Desativação de equipe;
- c) Renúncia ou cancelamento de Convênio de adesão, por iniciativa da União ou do próprio Município;
- d) Cessação do repasse de recursos da União para o Município;

Art. 7º. Os servidores contratados nos termos da presente Lei, tem por objetivo atender às ações de atendimento as demandas da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 8º. A despesa decorrente desta lei será atendida pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no DOM/SC em 04/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

**Lei N.º 1.756/2013**

LEI N.º 1.756, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação do Centro Histórico de Garopaba, com sede no Município de Garopaba/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 17.955.549/0001-32.

Art. 2º. A entidade, mencionada no artigo primeiro, ficam assegurados todos os direitos e deveres decorrentes da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 04/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

**Decreto N.º 140/2013**

DECRETO Nº. 140, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 021/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando, que existem serviços especializados e provenientes de programas e convênios, que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS tem por objetivo: contribuir para a proteção imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à preservação de sua integridade física e psicológica; fortalecer vínculos familiares e a capacidade protetiva da família; fortalecer as redes sociais de apoio da família; propiciar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; favorecer o acesso a direitos socioassistenciais e a reparação de danos; prevenir agravamentos; reduzir a incidência de violação de direitos e prevenir a reincidência de violações de direitos.

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: ( ) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da

população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 021/2013, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

**Aviso de Dispensa de Licitação N°31/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 186/2013; DL nº. 31/2013; Contratada: NESTOR COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Aquisição de Combustível para abastecer a frota da Prefeitura Municipal de Garopaba e Fundo Municipal de Saúde.; Valor: R\$ 86.690,00 (Oitenta e seis mil seiscientos e noventa reais) Data da Assinatura: 01/10/2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Fracassada do Pe78/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 78/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico 78/2013 que teve por objetivo a Aquisição de Solução Química Desinfetante de Alto Nível Tira de Teste de Solução, para realizar desinfecção de alto nível, no endoscópio utilizado pelo serviço de endoscopia.

Garopaba, 02 de outubro de 2013.  
RAFAEL DE SOUZA  
Pregoeiro

**Aviso de Licitação Pe081/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 081/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de mobiliário, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 16/10/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 16/10/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 02 de outubro de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal

**Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 21//2013**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 21/2013

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando, que existem serviços especializados e provenientes de programas e convênios, que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS tem por objetivo: contribuir para a proteção imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à preservação de sua integridade física e psicológica; fortalecer vínculos familiares e a capacidade protetiva da família; fortalecer as redes sociais de apoio da família; propiciar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; favorecer o acesso a direitos socioassistenciais e a reparação de danos; prevenir agravamentos; reduzir a incidência de violação de direitos e prevenir a reincidência de violações de direitos.

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações e Lei Municipal 1.754/2013.

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

**DA INSCRIÇÃO**

As inscrições serão recebidas de 04/10/2013 à 18/10/2013, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Garopaba, situada na Rua GRP 10 n.º 46, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8161, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

Psicólogo CREAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
-----------------	--

**DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:**

Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
Psicólogo CREAS	<p>Habilitação profissional: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Curso Superior em Psicologia; Registro no órgão de Classe.</p> <p>Atribuições:</p> <p>Participar da elaboração do planejamento estratégico das atividades a serem desenvolvidas no CREAS; acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto às famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede sócio-assistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe interdisciplinar; solicitar reuniões com a rede de atendimento e participar quando solicitado; alimentação de registros e sistemas de informação sobre todas as ações desenvolvidas; participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; acompanhar crianças e adolescentes nas audiências junto ao Ministério Público; desenvolver e coordenar grupos de apoio a crianças, adolescentes, mulher, idoso, famílias e indivíduos em situação de violação de direitos; promover palestras informativas referente a situações de violação de direitos e formas de denúncia; participar de cursos, grupos de estudo, eventos e reuniões convocadas pela coordenação do CREAS; exercer as funções de sua competência com ética profissional; zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; supervisionar direta e sistematicamente os(as) estagiários (as) de Psicologia; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais de assistência social e afins;</p>	40HS	R\$ 1.593,20	01

**DO PROCESSO DE SELEÇÃO****O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:**

Análise dos documentos apresentados;

Entrevista.

Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

**DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho do cargo ao qual é candidato.

**DA ENTREVISTA**

A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais dos quadros da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

**DO DESEMPATE:**

Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

Mais idoso.

**DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:**

Os(as) candidatos(as) classificados(as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento – (ECT-AR).

Os candidatos serão contratados em regime administrativo especial, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2012, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;



Cédula de Identidade;  
Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;  
Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;  
Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);  
Carteira de Trabalho;  
Prova de inscrição no PIS/PASEP;  
Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;  
Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;  
Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;  
Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);  
Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);  
Comprovante de residência;  
Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;  
Uma foto 3X4, de frente e recente;  
Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;  
Declaração de bens;  
Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:  
pelo término do prazo contratual;  
por iniciativa do contratado;  
por conveniência e oportunidade do serviço público;  
pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.  
Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

Nº do Processo Seletivo;

Cargo a que concorre;

Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

Identificação do candidato.

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

A homologação do resultado final será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivas.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 02 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### Psicólogo CREAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	2 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 21/2013

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2013

PMG E FMS

Ata nº. 73/2013; Processo nº. 177/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: COPY CENTER COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA; FA INFORMATICA LTDA ME. Objeto: Aquisição de Impressoras diversas para Secretárias da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$35.948,85; Data da Assinatura: 04/10/2013.

# Garuva

## PREFEITURA

### Decreto N° 232/2013

DECRETO N°. 232 de 01 de outubro de 2013

“Dispõe sobre a exoneração do servidor Luiz Henrique da Silva, da função de confiança de Assistente de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

#### DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o servidor, LUIZ HENRIQUE DA SILVA, da função de confiança de Assistente de Escola - FC, subordinado a Secretaria Municipal de Educação, nomeado através do Decreto N° 153/2013 de 19 de Junho de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 01 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Portaria N° 552/2013

PORTARIA N°. 552 de 02 de Outubro de 2013

“Determina a abertura e cria Comissão Especial para elaboração do concurso de remoção, dos cargos do quadro do Magistério para o ano de 2013.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Concurso de Remoção, dos cargos do quadro do magistério para o ano de 2014.

ART. 20. - Criar a Comissão para realização do Concurso de Remoção, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado concurso.

ART. 30. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Stella Maris Barth Wanis, Mileidy Scheffen, Marli Grun Parisotto, Maria Edlamar Aguiar Costa, Fabiane Aguiar de Oliveira, Cleide Mafra e Alexandre Saad Benedet.

Parágrafo único - A comissão será presidida pela servidora Stella Maris Barth Wanis.

ART. 4o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Aviso de Inexigibilidade de Licitação PMG N°043/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PMG n° 043/2013

Objeto: Aquisição de kits de livros do Instituto Paulo Freire, para distribuição aos professores, diretores e bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino

Contratado: Instituto Paulo Freire

CNPJ: 69.270.486/0005-08

Valor: R\$ 23.508,00 (vinte e três mil quinhentos e oito reais).

Garuva, 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação PMG N°042/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: PMG n°042/2013

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de lâminas para motoniveladora, materiais diversos para manutenção de maquinários e materiais de construção, para atender as necessidades das Secretarias de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/10/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 02 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG N° 043/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 051/2013

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Processo PMG n° 043/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADA: Instituto Paulo Freire

CNPJ: 69.270.486/0005-08

OBJETO: Aquisição de kits de livros do Instituto Paulo Freire, para distribuição aos professores, diretores e bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino

VIGÊNCIA: 02/10/2013 a 01/11/2013

VALOR: R\$ 23.508,00 (vinte e três mil quinhentos e oito reais)

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2013

AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

**Lei N° 3.531, de 02 de Outubro de 2013.**

LEI N° 3.531, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular os valores abaixo, nos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 03 Diretoria de Comunicação

Função: 04 Administração

Sub-Função: 131 Comunicação Social

Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Destino: 1 - Projeto

Ação: 100011 Aquisição de Móveis e Equipamentos

Despesa: 5

Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Unidade: 27 Defesa Civil

Função: 06 Segurança Pública

Sub-Função: 182 Defesa Civil

Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200202 Manutenção da Defesa Civil

Despesa: 470

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

Despesa: 545

Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 24.000,00

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 Administração

Sub-Função: 123 Administração Financeira

Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

Destino: 1 - Projeto

Ação: 100017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Despesa: 23

Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 448.153,40

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 843 Serviço da dívida interna

Op. Especial: 9.100045 Encargos Especiais

Despesa: 20

Modalidade: 3.3.2.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 93.200,00

Despesa: 21

Modalidade: 3.4.6.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 110.000,00

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 05 Cultura

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Digital

Programa: 0008 Gestão Área da Cultura

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200024 Eventos Culturais

Despesa: 25

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Ação: 200026 Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca

Despesa: 27

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Despesa: 29

Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

Unidade: 07 Educação Fundamental

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200042 Manutenção da Educação Fundamental

Despesa: 482

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 130.000,00

Unidade: 06 Educação Infantil

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa: 0009 Programa de Educação Infantil

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200038 Manutenção da Educação Infantil

Despesa: 51

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1000021 Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais

Despesa: 41 R\$ 50.000,00

Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Unidade: 10 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200054 Manutenção das ações da Secretaria

Despesa: 65

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 13.672,52

Despesa: 64

Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 813 Lazer

Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Destino: 2 - Atividade

Ação: 200070 Semana de Aniversário do Município

Despesa: 82

Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

R\$ 35.764,00

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 695 Turismo

Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1.100037 Construção de Centro de Eventos/Pórticos

Despesa: 69



Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 48.000,00  
Ação: 100041 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
Despesa: 530  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 200062 Participação em Feiras e Eventos  
Despesa: 63  
Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Agricultura  
Unidade: 12 Secretaria Municipal de Agricultura  
Função: 20 Agricultura  
Sub-Função: 606 Extensão Rural  
Programa: 0021 Apoio ao desenvolvimento agrícola  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100135 Construção de Pontilhões  
Despesa: 200  
Modalidade: Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Di-  
retas R\$ 25.000,00  
Ação: 100137 Construção/Aquisição Sede da Secretaria de Agri-  
cultura e Feira Livre Municipal  
Despesa: 274  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 200106 Seminários de Capacitação de Agricultores  
Despesa: 202 R\$ 43.000,00  
Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Ação: 200104 Manutenção das Atividades Agrícolas  
Despesa: 187  
Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
Órgão: 08 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
Função: 15 Urbanismo  
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos  
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100055 Construção/Ampliação do Imóvel da Secretaria  
Despesa: 111  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00  
Ação: 100057 Drenagem e Desassoreamento de Cursos D'água  
Despesa: 112  
Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvi-  
mento  
Função: 04 Administração  
Sub-Função: 122 Administração Geral  
Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100091 Aquisição de Veículo  
Despesa: 544  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 7.100,00  
Ação: 100221 Urbanização do Assentamento Precário Jardim Pri-  
mavera  
Despesa: 432  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00  
Função: 15 Urbanismo  
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100107 Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de ca-  
minhadas e calçadas  
Despesa: 457  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 1.341,11  
Ação: 100113 Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorais  
em vias existentes  
Despesa: 459  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 R\$ 36.226,35  
Programa: 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí Açu  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100093 Obras de Infraestr. Do anel viário com constr. da  
nova ponte sobre o Rio Itajaí-Açu  
Despesa: 312  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 2.450.000,00  
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos  
Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100117 Aquisição de Terrenos e Desapropriações  
Despesa: 170  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 103.014,85  
Sub-Função: 453 Transportes Coletivos Urbanos  
Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100249 Construção de Pontos de Ônibus  
Despesa: 289  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00  
Destino: 2 - Atividade  
Ação: 200090 Conservação e Manutenção do Sistema de Trans-  
porte Coletivo  
Despesa: 165  
Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 14.232,85  
Despesa: 166  
Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00  
Função: 16 Habitação  
Sub-Função: 482 Habitação Urbana  
Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100111 Programa de Regularização de Assentamentos In-  
formais e Cadastro Imobiliário  
Despesa: 163  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00  
Função: 18 Gestão Ambiental  
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental  
Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Mu-  
nic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
Destino: 1 - Projeto  
Ação: 100269 Instalação do Sistema de Esgoto Sanitário  
Despesa: 441  
Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
R\$ 163.315,79

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município  
Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município  
Função: 03 Essencial à Justiça  
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial  
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município

Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100127 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente  
 Despesa: 195  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 5.971,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde  
 Função: 10 Saúde  
 Sub-Função: 301 Atenção Básica  
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde  
 Despesa: 65  
 Modalidade: 3.3.3.5.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 12.888,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de Esporte  
 Unidade: 25 Fundação Municipal de Esporte  
 Função: 27 Desporto e Lazer  
 Sub-Função: 812 Desporto Comunitário  
 Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esporte  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200160 Apoio a Entidades Esportivas  
 Despesa: 13  
 Modalidade: 3.3.3.5.0.00.00.00.00 Transf. A Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 125.000,00

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
 Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
 Função: 17 Saneamento  
 Sub-Função: 512 Saneamento básico urbano  
 Programa: 0025 Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100159 Esgoto Sanitário  
 Despesa: 14  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 250.000,00  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200116 Ampliação/Manut da Rede de água e esgoto  
 Despesa: 05  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 350.000,00  
 Função: 28 Encargos Especiais  
 Sub-Função: 843 Serviços da dívida interna  
 Programa: 0025 Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE  
 Op. Especial: 9.100243 Encargos Especiais  
 Despesa: 12  
 Modalidade: 3.3.2.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 26.675,00  
 Despesa: 13  
 Modalidade: 3.4.6.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 16.570,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 4.817.124,87 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil cento e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos) nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito  
 Unidade: 03 Diretoria de Comunicação  
 Função: 04 Administração  
 Sub-Função: 131 Comunicação Social  
 Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200020 - Manutenção da Comunicação  
 Despesa: 10  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 157.500,00  
 Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 Função: 04 Administração  
 Sub-Função: 123 Administração Financeira  
 Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
 Despesa: 17  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 374.991,87  
 Despesa: 15  
 Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 100.000,00

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
 Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
 Função: 15 Urbanismo  
 Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana  
 Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100253 Pavimentação de Ruas  
 Despesa: 284  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 650.000,00  
 Despesa: 285  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 200.000,00  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200074 Manutenção da Secretaria de Transp. E Obras  
 Despesa: 550  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 331.500,00  
 Despesa: 104  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 550.000,00  
 Despesa: 283  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 100.000,00  
 Despesa: 105  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 200.000,00  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200092 Manutenção Superintendência Belchior  
 Despesa: 467  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 65.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
 Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
 Função: 04 Administração  
 Sub-Função: 122 Administração Geral  
 Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200088 Manutenção das Ações da Secretaria  
 Despesa: 153  
 Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 90.000,00  
 Despesa: 154  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 20.000,00

Função: 15 Urbanismo  
 Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana  
 Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100095 Pavimentação de vias e corredores  
 Despesa: 551  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 30.000,00  
 Ação: 100101 Construção do Centro de Convivência  
 Despesa: 546  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 50.000,00  
 Sub-Função: 452 Serviços Urbanos  
 Programa: 0019 Const. Manutenção e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Munic. de Planej.  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100123 Reforma da Ponte Hercílio Deeke  
 Despesa: 433  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 50.000,00

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município  
 Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município  
 Função: 03 Essencial à Justiça  
 Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial  
 Programa: 0030, Gestão da Procuradoria do Município  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200100 Manutenção da Procuradoria Geral  
 Despesa: 192  
 Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 105.000,00  
 Despesa: 194  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 25.000,00

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade: 06 Educação Infantil  
 Função: 12 Educação  
 Sub-Função: 365 Educação Infantil  
 Programa: 0009 Programa de Educação Infantil  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200038 Manutenção da Educação Infantil  
 Despesa: 49  
 Modalidade: 3.3.3.5.0.00.00.00.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 12.000,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde  
 Função: 10 Saúde  
 Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar Ambulatorial  
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/Policlínica  
 Despesa: 127  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 820.000,00  
 Sub-Função: 301 Atenção Básica  
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde  
 Despesa: 167  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 105.000,00  
 Sub-Função: 301 Atenção Básica  
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de

Saúde  
 Despesa: 63  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 12.888,00  
 Órgão: 12 Fundação Municipal de Esporte  
 Unidade: 25 Fundação Municipal de Esporte  
 Função: 27 Desporto e Lazer  
 Sub-Função: 812 Desporto Comunitário  
 Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esporte  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100185 Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos  
 Despesa: 10  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 125.000,00  
 Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
 Função: 17 Saneamento  
 Sub-Função: 512 Saneamento básico urbano  
 Programa: 0025 Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia  
 Despesa: 01  
 Modalidade: 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 73.245,00  
 Despesa: 02  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 70.000,00  
 Ação: 200114 Coleta de Lixo  
 Despesa: 04  
 Modalidade: 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 500.000,00

Art. 3º Fica o Município autorizado a criar os créditos especiais abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), oriundo da anulação mencionada no artigo 1º desta LEI:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade: 07 Educação Fundamental  
 Função: 12 Educação  
 Sub-Função: 361 Ensino Fundamental  
 Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental  
 Destino: 1 - Projeto  
 Ação: 100255 Aquisição de Veículo  
 Modalidade: 3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 R\$ 40.000,00  
 Unidade: 06 Educação Infantil  
 Função: 12 Educação  
 Sub-Função: 367 Educação Especial  
 Programa: 0011 Gestão da Educação Especial  
 Destino: 2 - Atividade  
 Ação: 200048 Manutenção da Educação Especial  
 Modalidade: 3.4.4.5.0.00.00.00.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2013, constantes na Lei nº 3.484, de 24 de novembro de 2012, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta LEI.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de outubro de 2013.  
 PEDRO CELSO ZUCHI  
 Prefeito Municipal

**Decreto N° 5.628, de 30 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 5.628, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE DIGITADOR, O SERVIDOR DIEGO SIEMENTKOWSKI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 04 de outubro de 2013, o servidor DIEGO SIEMENTKOWSKI, do cargo efetivo de Digitador, o qual foi nomeado pelo Decreto n° 4.368/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto N° 5.629, de 02 de Outubro de 2013.**

DECRETO N° 5.629, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365/41, dois terrenos situados no Bairro Coloninha, neste Município, ambos de propriedade de Prudêncio Felix Beiler, portador do CPF n° 004.447.909-34, e outros, contendo as seguintes características: Primeiro Terreno: sito a Rua Frei Canísio, com área de 372,00 m² (trezentos e setenta e dois metros quadrados), imóvel sendo de 12,00 metros por 31 metros, área esta do desmembramento aprovado em 2003, com descrição de área Rua inominada, sem benfeitorias, imóvel este registrado sob matrícula n° R-2-15-409. Segundo Terreno: sito a Rua Frei Canísio, designado sob lote n° 05, do desmembramento sem denominação especial, contendo área de 452,40 m² limitando-se na frente, em 18,85 metros com o lado par da referida rua; fundos, em 18,85 metros com as terras de Lucia Beiler, lado direito em 24,00 metros com o lote n° 06; e do lado esquerdo, em 24,00 metros com o lote n° 04, sem benfeitorias, imóvel este registrado sob matrícula n° R-1-15.720.

Parágrafo único: As áreas descritas neste artigo são destinadas à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis, bem como a ampliação da malha viária, com a implantação de uma via de acesso aos fundos do Terminal Rodoviário Urbano do Município de Gaspar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3.197, de 30 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N° 3.197, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 01 de outubro de 2013, o servidor FELIPE RAMON DA SILVA FAVERO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual foi nomeado pela Portaria n° 1.963/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3.198, de 30 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N° 3.198, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, A SERVIDORA ALVACI GERENT SCHMIDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar a servidora ALVACI GERENT SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir de 02/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

---

**SAMAE**

---

**Aviso do Pregão Presencial N° 34/2013- SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão n° 34/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de asfalto (C.B.U.Q. Concreto Betuminoso Usinado a Quente).

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 17/10/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 17/10/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)



Gaspar (SC), em 1 de outubro de 2013.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

### Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial N° 32/2013 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 17/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 32/2013

Aos dois dias do mês de outubro do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n°. 32/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 02/10/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial n°. 32/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

VELOPEÇAS COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA (00.739.473/0001-05)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário regis- trado:	Valor total registrado:
1	Bb ARLA 32 Para veículos movidos a óleo diesel com motor do tipo SCR, fornecidos em tambor de 200 litros. Obs.: Arla 32 é um agente líquido transparente a base de solução de uréia de alto grau de pureza a 32,5% em água desmineralizada, que objetiva reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e é desenvolvido para os veículos movidos a óleo diesel produzidos com a nova tecnologia SCR ( Selective Catalyst Reduction).	10	R\$ 438,00	R\$ 4.380,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 4.380,00 (Quatro mil, trezentos e oitenta reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 4.380,00 (Quatro mil, trezentos e oitenta reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei n°. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 10(dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco n°. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Geral Técnico e/ou Chefe de Serviços Externos e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 02 de outubro de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER  
Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA  
Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA  
Equipe de Apoio



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

**Portaria N° 709/2013**

PORTARIA N° 709/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora VIVIAN PUTTON ROVEA (Matr. 2748), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo, Nível - 12/1, Referência "A", Anexo V da LC N° 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 01 de Outubro de 2013, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC N° 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 710/2013**

PORTARIA N° 710/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "G", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, designada para responder pelo Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Saúde, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2011 e 31 de outubro de 2012, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2013 a 30 de outubro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar N°. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria N° 711/2013**

PORTARIA N° 711/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a Servidora LÚCIA FÁTIMA KANGERSKI (Matr. 3684), a partir de 02 de outubro de 2013, a qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas Sociais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, e respondia como Coordenadora do Serviço de Acolhimento Institucional - ABRIGO Anjos da Luz, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

**Lei N° 4252/2013**

Lei nº 4.252, de 03 de outubro de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014 e dá outras providências.

**O PREFEITO DE IMBITUBA,**

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, da administração pública municipal, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais e os riscos fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2014 estão discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal.

§ 1º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal terão precedência na alocação dos recursos no projeto de lei

orçamentária para o exercício financeiro de 2014, atendidas as despesas com obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

Art. 3º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2014", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Integra esta Lei, também, o Anexo de Metas Fiscais elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 407, de 20.06.2011.

§ 2º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultado nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º Terão prioridades sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos no desenvolvimento de programas na Área de Saúde.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária, por programas, atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo e dos seus Fundos Municipais;

§ 1º No Orçamento da Prefeitura, como Unidade Gestora Central, serão incluídas as receitas de transferências destinadas aos Fundos Municipais e todas as despesas relativas aos programas decorrentes da aplicação constitucional de receitas de transferências e dos convênios firmados pelo Município.

§ 2º Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por

seus dirigentes, assim como as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 6º O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por classificação econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 7º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específica, as dotações destinadas:

I - às ações relativas à saúde e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;

IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;

V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 8º O projeto da Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

§ único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;

II - evolução da despesa do Município segundo as categorias econômicas;

III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4320/64, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 com alterações);

IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 com alterações);

V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);

VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação (Anexo III da Lei 4320/64, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);

VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo IV da Lei 4320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo VII da Lei 4320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - despesas orçamentárias por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

Art. 9º A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - análise da conjuntura econômica do Município, com indicação do cenário macroeconômico para 2014 e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2010 a 2013, estimado para 2014 e previsão para 2015 a 2016;

III - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária, destacando os efeitos da variação do índice de preços, das alterações da legislação e das



demais premissas consideradas nas estimativas;

IV - avaliação das necessidades de financiamento do Município, explicitando receitas necessárias e destinação, bem como indicando os efeitos no endividamento e evidenciando a metodologia de cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento e os parâmetros utilizados.

§ 1º O Poder Executivo disponibilizará, até quinze dias após o encaminhamento do projeto da Lei Orçamentária, podendo ser por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos;

II - a memória de cálculo da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2014;

III - a situação observada no exercício de 2013 em relação aos limites e condições de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição;

IV - os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos Grupos de Despesa "juros e encargos da dívida" e "amortização da dívida", da dívida fundada, realizados no ano de 2012, sua execução provável em 2013 e o programado para 2014;

V - memória de cálculo da reserva de contingência;

VI - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição.

§ 2º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 3º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

§ 4º No demonstrativo de que trata o inciso V, do § 1º deste artigo, serão discriminadas, separadamente, as estimativas relativas às contribuições do Município para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição.

Art. 10. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará ao Órgão Central de Planejamento do Município, até 15 de setembro de 2013, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 12. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14 da Lei Complementar nº 101/00.

§ único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2014, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos do inciso II, do art. 14 da referida Lei Complementar.

Art. 14. Na estimativa da despesa deverá ser levada em conta a obtenção dos resultados primário e nominal previstos no Anexo de Metas Fiscais, que integra a presente Lei.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 16. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, definida no Demonstrativo VIII do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o inciso II, do art. 5º da mesma Lei Complementar.

Art. 17. Somente poderão ser incluídas no projeto da Lei Orçamentária dotações relativas às operações de crédito desde que já contratadas e aprovadas por Lei Municipal.

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45 da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

§ único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2014, tiver ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 19. Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 20. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 21. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica, valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

§ único. A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 22. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de saúde, educação ou de assistência social (que estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS);

II - sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou de assistência social;

IV - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais e contribuições correntes, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no

exercício de 2014 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social ou contribuição corrente a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão e auxílios, prevenindo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 23. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 24. O Poder Executivo poderá emitir, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que, no exercício financeiro de 2014 poderão vir a ser beneficiadas por Subvenção Social, Contribuição Corrente e/ou Auxílios.

Art. 25. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo a 1% (um por cento) da receita corrente líquida, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificado no Anexo de Riscos Fiscais.

§ único. Na definição do percentual da Reserva de Contingência está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

Art. 26. A Lei Orçamentária para 2014 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder remanejamentos dentro dos projetos, atividades ou operação especial, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Art. 27. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições circunstanciadas de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

§ 3º Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 4º Quando a abertura de créditos adicionais implicar em alteração das metas físicas, o anexo correspondente deverá ser objeto de atualização.

#### CAPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 28. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

§ único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 29. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 30. O Poder Executivo poderá adotar as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilidade na cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art. 31. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, se atendidas às exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 32. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ único. Se estimada a receita na forma deste artigo, no projeto da Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as propostas de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art. 33. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a propor alterações na legislação tributária do Município.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal, ativo e inativo, do Poder Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 35. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2014 somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;

IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável, e do Art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação das Secretarias de Administração e da Fazenda, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 37. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

§ único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo estão dispensados os procedimentos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 38. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

§ único. A autorização para a realização de serviço extraordinário,

no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência de cada Secretária.

Art. 39. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal serem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento, no prazo máximo de dois quadrimestres:

- I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ único. O Chefe do Poder Executivo deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.

Art. 41. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder e dos programas que integram a execução orçamentária deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quinze dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem como as justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

§ 2º A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 42. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2014, excetuando:

- I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução;
- II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I.

§ 1º Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

- I - redução de investimentos programados com recursos próprios;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - redução de gastos com combustíveis;
- IV - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 43. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, na Seção IV da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 44. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretária e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação

necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 45. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 48. Para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2014, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro num exercício não ultrapassar, para bens e serviços, os limites fixados pelos incisos I e II do art. 24 da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 49. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 50. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço da dívida;
- III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2014

PROJETO LDO

ANEXO I



**RISCOS FISCAIS****LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
EXERCÍCIO DE 2014**

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes, os riscos fiscais e outros eventos capazes de afetar as contas públicas no exercício de 2014.

Considerando as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 407, de 20.06.11, o Município entende que podem ser supridas pela Reserva de Contingência, mediante a abertura de créditos adicionais, as dotações necessárias para fazer frente às seguintes situações, cujos montantes estimados para o exercício constam do demonstrativo próprio:

**I - RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS**

Referem-se à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem conforme o planejado, durante a execução do Orçamento, em decorrência de situações não passíveis de previsão.

**II - RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA**

Referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, que em se efetivando resultarão na necessidade de desembolso financeiro ou no aumento do estoque da dívida.

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS  
EXERCÍCIO DE 2014****DESCRIÇÃO Código TCE VALOR  
I - RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS**

Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública (enchentes, vendavais, granizo, estiagem, geada, surtos epidêmicos). 01 30.000,00

**II - RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA**

Ações judiciais que venham a ser ingressadas contra o Município, que possam motivar desembolso financeiro no exercício de 2014, inclusive de natureza tributária trabalhista. 03 10.000,00

Depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município. 08 10.000,00

TOTAL 50.000,00

&#8195;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

2014

**PROJETO LDO****ANEXO II****METAS FISCAIS**

&#8195;

**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DAS PRIORIDADES FISCAIS  
EXERCÍCIO DE 2014**

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração para o exercício de 2014 e as metas físicas em valores correntes, relativas às atividades e projetos a serem desenvolvidos no exercício, em consonância com o Plano Plurianual, as quais se traduzem no seguinte:

- 1) Implantação e manutenção do projeto "Imbituba Digital";
- 2) Capacitação dos servidores públicos municipais;
- 3) Realização de Concurso Público, Processo Seletivo Público e/ou Simplificado;
- 4) Revisão anual dos salários dos servidores públicos, atendendo a data base da categoria;
- 5) Modernização e informatização da administração pública municipal, aperfeiçoando o sistema de planejamento, administração financeira, pessoal, comunicação social, informática e automação;
- 6) Humanização do espaço físico e mobiliário da Administração Municipal;
- 7) Manutenção das atividades da Câmara Municipal de Vereadores;
- 8) Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito;
- 9) Aperfeiçoamento e continuidade do Projeto Nota Eletrônica;
- 10) Isenção e remissão de débitos tributários;
- 11) Resgate da dívida ativa através de parcelamento de débitos tributários (REFIS);
- 12) Melhorias no atendimento ao contribuinte através das novas instalações do Paço Municipal;
- 13) Atualização no cadastro imobiliário e revisão da planta genérica de valores dos imóveis, para aproximação a realidade do município;
- 14) Fiscalização ativa objetivando melhor arrecadação de ISS e retorno do ICMS (movimento econômico);
- 15) Distribuição de merenda escolar entre os alunos de educação infantil e ensino fundamental, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado;
- 16) Desenvolvimento de modalidades esportivas nas escolas municipais, do esporte amador e prestação de apoio necessário às entidades incentivadoras das atividades esportivas, criando o espírito de coletividade e competição, necessária à formação de atletas municipais;
- 17) Democratização do acesso à cultura, no que se refere aos meios de produção e espaços culturais, com incentivo às festas típicas populares e adequação do acervo, contemplando as diversas etnias;
- 18) Repasse de recursos e subvenção para as Associações de Pais e Professores, para entidades desportivas, culturais, beneficentes, assistenciais, agrícolas, turísticas, de pesquisa, de classe e demais entidades reconhecidas de Utilidade Pública, priorizando as entidades que prestam serviços de atendimento à saúde, de assistência social, em especial, àquelas que matem serviço contínuo;
- 19) Continuidade do programa de transporte escolar para alunos das zonas rural e urbana, inclusive ampliando a frota e o atendimento;
- 20) Ampliação, reforma e construção de Unidades Escolares e creches;
- 21) Auxílio financeiro a estudantes e representantes de Imbituba a competições esportivas, eventos artísticos, culturais, turísticos e de pesquisa;
- 22) Construção de parques infantis, unidades esportivas, espaços esportivos nas praças comunitárias e academias ao ar livre em

praças públicas;

23) Reequipar os centros de educação infantil e as escolas;

24) Manter o sistema objetivo municipal de educação;

25) Qualificação do atendimento à educação especial;

26) Manter o convênio com Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil;

27) Manter convênio com o Governo do Estado para a manutenção de Passe Escolar;

28) Manter apoio ao ensino superior;

29) Reequipar a biblioteca municipal;

30) Manter festivais e campeonatos esportivos;

31) Participação e realização de eventos esportivos e culturais;

32) Manter o "Programa Saúde na Escola" para os alunos da Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

33) Oportunizar o ensino técnico;

34) Oportunizar aos alunos do ensino fundamental da rede pública municipal Educação para Política e Cidadania;

35) Inclusão de cardápio de alimentos especiais aos alunos portadores de doenças específicas como o diabetes, anemia, hipertensão, obesidade;

36) Aperfeiçoar o cardápio de alimentos para oferecer uma alimentação saudável e balanceada;

37) Promoção de festivais de músicas, encontros, fóruns, seminários e gravações de mídias artísticas e culturais;

38) Expansão e melhoria do serviço de iluminação pública;

39) Manutenção e pavimentação das vias integrantes do Plano Rodoviário Municipal e demais vias públicas;

40) Regulação do trânsito, manutenção e implantação de equipamentos, serviços e sinalização viária;

41) Construção, ampliação e melhoramento de praças, parques e jardins;

42) Construção de ciclovias e ciclofaixas;

43) Regulação e implantação de serviços funerários e de cemitérios;

44) Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para execução de serviços municipais;

45) Implementar a política municipal de transportes públicos;

46) Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal;

47) Incentivo às atividades de fomento com ênfase em estratégias setoriais adequadas ao perfil sócio-econômico do Município;

48) Difusão e ampliação das práticas de irrigação e drenagem, drenagem comunitária para a incorporação de áreas no processo produtivo, evitar enchentes e objetivando aumentar a produção agrícola;

49) Condições para o aumento dos investimentos no setor agropecuário, para apoio à construção de: galpão de uso coletivo para reforma de embarcações pesqueiras; trapiches e sarilhos em portos pesqueiros; mercado público; feiras livres; abatedouro municipal e/ou inter-municipal; entrepostos de pescados; centro de comercialização de produtos da agricultura familiar, pesca artesanal e artesanato; e estímulo à adoção de novas tecnologias que visem o aumento da produção, produtividade, objetivando maior renda e melhor qualidade de vida;

50) Assistência técnica e desenvolvimento de trabalhos de extensão rural junto às unidades de produção agropecuária e às famílias rurais e pesqueiras;

51) Apoio no processo de diversificação da produção agrícola, desenvolvendo trabalhos para consolidar atividades que se mostrem promissoras, sob o ponto de vista sócio-econômico;

52) Apoio e estímulo à organização dos produtores rurais e pescadores, através do associativismo e cooperativismo, além de prestação de serviços, incentivos e estabelecimentos de parcerias;

53) Apoio e incentivo aos programas de feira-livre, patrulha mecanizada, hortas escolares, caseiras e comunitárias, recuperação do solo e reflorestamento;

54) Incentivo à comercialização da produção dos agricultores familiares e pescadores artesanais;

55) Atuação na organização territorial e disciplinamento do uso e

parcelamento do solo;

56) Execução da Lei Ambiental e criação de programas de conscientização ecológica;

57) Aprimoramento da fiscalização urbana;

58) Aprimoramento no processo de análise e concessão de alvarás.

59) Criação e ampliação de Distritos/Condomínios Industriais, para incentivar a instalação de indústrias;

60) Divulgação das belezas naturais do Município e do potencial turístico (dunas, praias, lagos, trilhas, mirantes, sambaquis, rios, ilhas, museus, potencial do surfe, baleia Franca, terra do Primeiro Milagre de Santa Paulina, Porto de Imbituba, Porto da Vila, gastronomia, entre outros), a fim de incentivar o turismo cultural interno e externo;

61) Elaboração e execução de projetos para o desenvolvimento turístico e cultural do município;

62) Incentivo, inclusive financeiro, às entidades e aos eventos do calendário turístico e cultural do município;

63) Construção de Pórticos e Mirantes;

64) Urbanização e Humanização da orla marítima;

65) Desenvolvimento de ações que visem à proteção dos recursos naturais, a orientação e o controle da poluição decorrente de atividades de mineração, agrícolas, industriais, prestadoras de serviços, conservação das matas nativas e reflorestamento;

66) Atuação na organização territorial e disciplinamento do uso e parcelamento do solo;

67) Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável;

68) Instituição de planos normativos visando o desenvolvimento urbano e ambiental sustentável;

69) Manutenção da procuradoria geral do município;

70) Manutenção dos encargos gerais;

71) Provisão da reserva de contingência;

72) Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento;

73) A função da Controladoria Geral Planejamento é auxiliar direta e indiretamente a estrutura do governo, pesquisando, levantando informações, visitando as secretarias bem como o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e o Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC) afim de propor soluções de gestão; busca orientar, monitorar, observar, recomendar e se necessário for fiscalizar as obrigações da Prefeitura Municipal de Imbituba;

74) Manutenção da malha rodoviária municipal das comunidades de Sambaqui, Nova Brasília, Campestre, Mirim, Morro do Mirim, Retiro e Vale das Pedras, facilitando as condições da trafegabilidade dos bairros e comunidades da SDR/OESTE;

75) Manutenção da malha rodoviária municipal das comunidades de Alto Arroio, Arroio do Rosa, Arroio, Barra da Ibiraguera, Araçatuba, Ibiraguera, Rosa e Penhinha, facilitando as condições da trafegabilidade dos bairros e comunidades da SDR/NORTE;

76) Drenagem e pavimentação das vias públicas, em parcerias com os municípios das comunidades do Oeste do município;

77) Drenagem e pavimentação das vias públicas, em parcerias com os municípios das comunidades do Norte do município;

78) Drenagem e pavimentação das vias públicas, em parcerias com os municípios das comunidades do Sul do município;

79) Manutenção da Malha Rodoviária Municipal das comunidades de São Tomaz, Guaiúba, Roça Grande, Boa Vista e Itapirubá, facilitando as condições da trafegabilidade dos bairros e comunidades da SDR/SUL;

80) Atendimento às famílias das comunidades em vulnerabilidade social, buscando a ampliação da cidadania e autonomia destas (Manutenção do CRAS);

81) Aquisição e/ou Locação de espaço físico para atender as famílias cadastradas no CRAS;

82) Atendimento as famílias vítimas de violência doméstica/superação do ciclo de violência (Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidades - CRAS);

83) Atendimento a famílias do Programa Auxílio Subsistência;

84) Atendimento a vítimas de violência doméstica (Crianças e Adolescentes);

85) Ampliar os serviços ao cidadão através do Projeto Ação e

Cidadania;

86) Oportunizar capacitação e geração de renda para as famílias do Programa Bolsa Família (Capacitação e Geração de Renda e Manutenção do PBF);

87) Orientação as gestantes, de acordo com o Programa Aprendendo a Acolher;

88) Promover a implantação das políticas de assistência social (Manutenção do Fundo de Assistência Social);

89) Promover a implantação das políticas de assistência social (Manutenção do Fundo de Assistência Social);

90) Melhoria do atendimento ao cidadão, através da adequação e ampliação do espaço físico (Manutenção do Espaço Cidadão);

91) Descentralização e Manutenção do programa PETI;

92) Construção de postos guarda vidas;

93) Manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros.

94) Manutenção da Estratégia Saúde da Família - ESF;

95) Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF;

96) Implantação e Manutenção do Programa Saúde na Escola - PSE;

97) Manutenção do Programa de Saúde Bucal - PSB.

98) Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL - CIS/AMUREL;

99) Aquisição e Manutenção de Serviços de Média e Alta Complexidade - MAC.

100) Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS;

101) Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

102) Manutenção do Convênio Hospital São Camilo (Pronto Atendimento);

103) Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas;

104) Manutenção da Policlínica Municipal;

105) Manutenção de Convênios com Entidades;

106) Aquisição e distribuição de medicamentos e insumos estratégicos;

107) Criação e Manutenção de Programas e ações em Vigilância Sanitária e Ambiental;

108) Criação e Manutenção de Programas e ações em Vigilância Epidemiológica (Dengue, Imunização, DST/AIDS/HIV, Hepatites, Tuberculose, Hanseníase, Doenças de Notificação Compulsória);

109) Criação e Manutenção de Programas e ações em Vigilância Nutricional;

Criação e Manutenção de Programas e ações em Saúde do Trabalhador;

110) Informatização da Rede Municipal de Saúde (Prontuário Único, Controle de Estoque-Almoxarifado e Farmácia, Exames Laboratoriais, etc);

111) Capacitação e Formação continuada dos profissionais de saúde;

112) Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde;

113) Aquisição de Veículos;

114) Manutenção do Fundo Municipal de Trânsito (material para sinalização de trânsito; campanhas educativas; treinamento de agentes de trânsito);

115) Manutenção do Convênio Polícia Militar (aquisição de equipamentos; manutenção de veículos);

116) Manutenção do Convênio Polícia Civil (aquisição de equipamentos; manutenção de veículos);

117) Manutenção do Convênio Rádio Patrulha (combustíveis; manutenção de veículo);

118) Manutenção da SDR/Oeste;

119) Manutenção e reequipamento de ações da Defesa Civil;

120) Ações voltadas ao Saneamento Básico;

121) Construção do Centro Municipal de Atletismo;

122) Construção do Centro Multiuso;

123) Construção do Centro Multimeios Usina do Saber;

124) Construção da Sede da Secretaria Municipal de Saúde;

125) Criação do Centro Municipal de Zoonoses;

126) Viabilização e Construção de Casas Populares;

127) Implementação do Programa Pró-Jovem.

&#8195;

## LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DAS METAS FISCAIS

#### EXERCÍCIO DE 2014

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2014 e para os 02 (dois) seguintes.

Para sua elaboração foram observadas as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 407, de 20.06.11, e é composto dos seguintes demonstrativos:

Demonstrativo - Metas Anuais

Demonstrativo - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior

Demonstrativo - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo - Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Demonstrativo - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Demonstrativo - Receita Corrente Líquida.

Demonstrativo - Riscos Fiscais e Providências.

Memória de cálculo das metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/6

**MUNICÍPIO DE Ibituba**

Data: 15/08/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>			
1.0.0.0.00.00.00.00.00	76.142.280,00	81.472.239,60	87.175.296,39
1.1.0.0.00.00.00.00.00	17.007.230,00	18.197.736,10	19.471.577,63
1.1.1.0.00.00.00.00.00	15.633.350,00	16.727.684,50	17.898.622,42
1.1.1.2.00.00.00.00.00	4.633.350,00	4.957.684,50	5.304.722,42
1.1.1.2.02.00.00.00.00	3.000.000,00	3.210.000,00	3.434.700,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	433.350,00	463.684,50	496.142,42
1.1.1.2.04.31.00.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.1.1.2.04.34.00.00.00	5.350,00	5.724,50	6.125,22
1.1.1.2.08.00.00.00.00	1.200.000,00	1.284.000,00	1.373.880,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	11.000.000,00	11.770.000,00	12.593.900,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	11.000.000,00	11.770.000,00	12.593.900,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	1.373.880,00	1.470.051,60	1.572.955,21
1.1.2.1.00.00.00.00.00	545.700,00	583.899,00	624.771,93
1.1.2.1.30.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.1.99.00.00.00.00	492.200,00	526.654,00	563.519,78
1.1.2.2.00.00.00.00.00	828.180,00	886.152,60	948.183,28
1.1.2.2.28.00.00.00.00	4.280,00	4.579,60	4.900,17
1.1.2.2.90.00.00.00.00	695.500,00	744.185,00	796.277,95
1.1.2.2.99.00.00.00.00	128.400,00	137.388,00	147.005,16
1.2.0.0.00.00.00.00.00	1.822.000,00	1.949.540,00	2.086.007,80
1.2.3.0.00.00.00.00.00	1.822.000,00	1.949.540,00	2.086.007,80
1.3.0.0.00.00.00.00.00	381.550,00	408.258,50	436.836,63
1.3.1.0.00.00.00.00.00	42.800,00	45.796,00	49.001,72
1.3.1.1.00.00.00.00.00	42.800,00	45.796,00	49.001,72
1.3.2.0.00.00.00.00.00	338.750,00	362.462,50	387.834,91
1.3.2.5.00.00.00.00.00	338.750,00	362.462,50	387.834,91
1.3.2.5.01.00.00.00.00	17.750,00	18.992,50	20.322,01
1.3.2.5.01.01.00.00.00	250,00	267,50	286,22
1.3.2.5.01.02.00.00.00	5.000,00	5.350,00	5.724,50
1.3.2.5.01.05.00.00.00	11.250,00	12.037,50	12.880,16
1.3.2.5.01.05.01.00.00	3.750,00	4.012,50	4.293,38
1.3.2.5.01.05.01.01.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.01.02.00	1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.05.01.03.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.02.00.00	3.750,00	4.012,50	4.293,39
1.3.2.5.01.05.02.01.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.02.02.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.02.03.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.03.00.00	2.500,00	2.675,00	2.862,26
1.3.2.5.01.05.05.00.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.09.00.00.00	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.02.00.00.00.00	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.3.2.5.02.99.00.00.00	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.6.0.0.00.00.00.00.00	48.150,00	51.520,50	55.126,94
1.6.0.0.13.00.00.00.00	48.150,00	51.520,50	55.126,94
1.6.0.0.13.01.00.00.00	48.150,00	51.520,50	55.126,94
1.7.0.0.00.00.00.00.00	54.735.860,00	58.567.370,20	62.667.086,09
1.7.2.0.00.00.00.00.00	53.647.860,00	57.403.210,20	61.421.434,89
1.7.2.1.00.00.00.00.00	20.663.210,00	22.109.634,70	23.657.309,11
1.7.2.1.01.00.00.00.00	18.756.420,00	20.069.369,40	21.474.225,26



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/6

Data: 15/08/2013

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>			
1.7.2.1.01.02.00.00.00	18.750.000,00	20.062.500,00	21.466.875,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	6.420,00	6.869,40	7.350,26
1.7.2.1.22.00.00.00.00	307.090,00	328.586,30	351.587,34
1.7.2.1.22.20.00.00.00	71.690,00	76.708,30	82.077,88
1.7.2.1.22.70.00.00.00	235.400,00	251.878,00	269.509,46
1.7.2.1.35.00.00.00.00	1.433.850,00	1.534.219,50	1.641.614,85
1.7.2.1.35.01.00.00.00	886.050,00	948.073,50	1.014.438,64
1.7.2.1.35.02.00.00.00	4.100,00	4.387,00	4.694,09
1.7.2.1.35.03.00.00.00	424.400,00	454.108,00	485.895,56
1.7.2.1.35.03.01.00.00	159.250,00	170.397,50	182.325,32
1.7.2.1.35.03.02.00.00	62.950,00	67.356,50	72.071,46
1.7.2.1.35.03.03.00.00	138.000,00	147.660,00	157.996,20
1.7.2.1.35.03.04.00.00	64.200,00	68.694,00	73.502,58
1.7.2.1.35.04.00.00.00	119.300,00	127.651,00	136.586,56
1.7.2.1.35.04.01.00.00	9.450,00	10.111,50	10.819,30
1.7.2.1.35.04.02.00.00	79.000,00	84.530,00	90.447,10
1.7.2.1.35.04.03.00.00	30.850,00	33.009,50	35.320,16
1.7.2.1.36.00.00.00.00	80.250,00	85.867,50	91.878,22
1.7.2.1.99.00.00.00.00	85.600,00	91.592,00	98.003,44
1.7.2.1.99.99.00.00.00	85.600,00	91.592,00	98.003,44
1.7.2.2.00.00.00.00.00	23.063.950,00	24.678.426,50	26.405.916,35
1.7.2.2.01.00.00.00.00	22.143.750,00	23.693.812,50	25.352.379,37
1.7.2.2.01.01.00.00.00	18.500.000,00	19.795.000,00	21.180.650,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	3.250.000,00	3.477.500,00	3.720.925,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.7.2.2.01.13.00.00.00	126.250,00	135.087,50	144.543,62
1.7.2.2.99.00.00.00.00	920.200,00	984.614,00	1.053.536,98
1.7.2.2.99.01.00.00.00	920.200,00	984.614,00	1.053.536,98
1.7.2.2.99.01.01.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.7.2.2.99.01.02.00.00	492.200,00	526.654,00	563.519,78
1.7.2.4.00.00.00.00.00	9.920.700,00	10.615.149,00	11.358.209,43
1.7.2.4.01.00.00.00.00	9.920.700,00	10.615.149,00	11.358.209,43
1.7.6.0.00.00.00.00.00	1.088.000,00	1.164.160,00	1.245.651,20
1.7.6.1.00.00.00.00.00	660.000,00	706.200,00	755.634,00
1.7.6.1.02.00.00.00.00	585.000,00	625.950,00	669.766,50
1.7.6.1.02.01.00.00.00	585.000,00	625.950,00	669.766,50
1.7.6.1.99.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
1.7.6.1.99.00.00.00.01	75.000,00	80.250,00	85.867,50
1.7.6.2.00.00.00.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.7.6.2.99.00.00.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.7.6.2.99.01.00.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.9.0.0.00.00.00.00.00	2.147.490,00	2.297.814,30	2.458.661,30
1.9.1.0.00.00.00.00.00	852.790,00	912.485,30	976.359,27
1.9.1.1.00.00.00.00.00	232.190,00	248.443,30	265.834,33
1.9.1.1.38.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.9.1.1.40.00.00.00.00	171.200,00	183.184,00	196.006,88
1.9.1.1.99.00.00.00.00	7.490,00	8.014,30	8.575,30
1.9.1.3.00.00.00.00.00	620.600,00	664.042,00	710.524,94
1.9.1.3.11.00.00.00.00	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.9.1.3.13.00.00.00.00	85.600,00	91.592,00	98.003,44

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/6

**MUNICÍPIO DE Ibituba**

Data: 15/08/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>			
1.9.1.3.99.00.00.00.00	107.000,00	114.490,00	122.504,30
1.9.2.0.00.00.00.00.00	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.2.2.00.00.00.00.00	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.2.2.99.00.00.00.00	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.3.0.00.00.00.00.00	1.230.500,00	1.316.635,00	1.408.799,45
1.9.3.1.00.00.00.00.00	1.230.500,00	1.316.635,00	1.408.799,45
1.9.3.1.11.00.00.00.00	749.000,00	801.430,00	857.530,10
1.9.3.1.13.00.00.00.00	160.500,00	171.735,00	183.756,45
1.9.3.1.99.00.00.00.00	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.9.9.0.00.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.9.9.0.99.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
2.0.0.0.00.00.00.00.00	11.775.650,00	5.548.645,50	5.937.050,69
2.1.0.0.00.00.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.9.01.00.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.2.1.0.00.00.00.00.00	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.2.1.9.00.00.00.00.00	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.4.0.0.00.00.00.00.00	10.690.000,00	4.387.000,00	4.694.090,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.2.1.02.00.00.00.00	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.2.1.02.01.00.00.00	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	9.190.000,00	4.387.000,00	4.694.090,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	5.570.000,00	2.247.000,00	2.404.290,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	5.570.000,00	2.247.000,00	2.404.290,00
2.4.7.1.99.02.00.00.00	600.000,00	642.000,00	686.940,00
2.4.7.1.99.03.00.00.00	500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.04.00.00.00	500.000,00	535.000,00	572.450,00
2.4.7.1.99.05.00.00.00	1.200.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.06.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.1.99.07.00.00.00	120.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.09.00.00.00	800.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.10.00.00.00	400.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.11.00.00.00	300.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.12.00.00.00	150.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	3.620.000,00	2.140.000,00	2.289.800,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	3.620.000,00	2.140.000,00	2.289.800,00
2.4.7.2.99.01.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.2.99.02.00.00.00	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.99.03.00.00.00	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.2.99.04.00.00.00	120.000,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.170.834,00)	(8.742.792,38)	(9.354.787,85)
9.1.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.170.834,00)	(8.742.792,38)	(9.354.787,85)
9.1.7.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(8.170.834,00)	(8.742.792,38)	(9.354.787,85)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(8.170.834,00)	(8.742.792,38)	(9.354.787,85)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.767.334,00)	(4.031.047,38)	(4.313.220,70)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.751.284,00)	(4.013.873,88)	(4.294.845,05)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(3.750.000,00)	(4.012.500,00)	(4.293.375,00)

Página: 4/6

MUNICÍPIO DE Imbituba

Data: 15/08/2013

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA				
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(1.284,00)	(1.373,88)	(1.470,05)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(16.050,00)	(17.173,50)	(18.375,65)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(4.403.500,00)	(4.711.745,00)	(5.041.567,15)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(4.403.500,00)	(4.711.745,00)	(5.041.567,15)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(3.700.000,00)	(3.959.000,00)	(4.236.130,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(650.000,00)	(695.500,00)	(744.185,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(53.500,00)	(57.245,00)	(61.252,15)
Total entidade:		79.747.096,00	78.278.092,72	83.757.559,23
7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO				
1.0.0.0.00.00.00.00.00		417.300,00	446.511,00	477.766,77
1.1.0.0.00.00.00.00.00		417.300,00	446.511,00	477.766,77
1.1.2.0.00.00.00.00.00		417.300,00	446.511,00	477.766,77
1.1.2.1.00.00.00.00.00		417.300,00	446.511,00	477.766,77
1.1.2.1.99.00.00.00.00		417.300,00	446.511,00	477.766,77
Total entidade:		417.300,00	446.511,00	477.766,77
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA				
1.0.0.0.00.00.00.00.00		372.700,00	398.789,00	426.704,24
1.3.0.0.00.00.00.00.00		5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.0.00.00.00.00.00		5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.5.00.00.00.00.00		5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.5.01.00.00.00.00		5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.5.01.10.00.00.00		5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.5.01.10.01.00.00		875,00	936,25	1.001,79
1.3.2.5.01.10.02.00.00		500,00	535,00	572,45
1.3.2.5.01.10.03.00.00		1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.10.04.00.00		850,00	909,50	973,17
1.3.2.5.01.10.05.00.00		1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.10.06.00.00		400,00	428,00	457,96
1.7.0.0.00.00.00.00.00		367.575,00	393.305,25	420.836,63
1.7.2.0.00.00.00.00.00		356.875,00	381.856,25	408.586,20
1.7.2.1.00.00.00.00.00		356.875,00	381.856,25	408.586,20
1.7.2.1.34.00.00.00.00		356.875,00	381.856,25	408.586,20
1.7.2.1.34.01.00.00.00		143.750,00	153.812,50	164.579,38
1.7.2.1.34.02.00.00.00		20.000,00	21.400,00	22.898,00
1.7.2.1.34.03.00.00.00		20.375,00	21.801,25	23.327,34
1.7.2.1.34.04.00.00.00		43.000,00	46.010,00	49.230,70
1.7.2.1.34.05.00.00.00		82.500,00	88.275,00	94.454,25
1.7.2.1.34.06.00.00.00		28.750,00	30.762,50	32.915,88
1.7.2.1.34.07.00.00.00		18.500,00	19.795,00	21.180,65
1.7.6.0.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.7.6.2.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.7.6.2.99.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.7.6.2.99.02.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
2.0.0.0.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
2.4.0.0.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
2.4.7.0.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
2.4.7.2.00.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43
2.4.7.2.99.00.00.00.00		10.700,00	11.449,00	12.250,43

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Ibituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/6

Data: 15/08/2013

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>			
2.4.7.2.99.06.00.00.00	10.700,00	11.449,00	12.250,43
Total entidade:	383.400,00	410.238,00	438.954,67
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>			
1.0.0.0.00.00.00.00.00	7.807.150,00	8.353.650,50	8.938.406,08
1.1.0.0.00.00.00.00.00	225.000,00	240.750,00	257.602,50
1.1.2.0.00.00.00.00.00	225.000,00	240.750,00	257.602,50
1.1.2.1.00.00.00.00.00	225.000,00	240.750,00	257.602,50
1.1.2.1.17.00.00.00.00	150.000,00	160.500,00	171.735,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
1.7.0.0.00.00.00.00.00	7.582.150,00	8.112.900,50	8.680.803,58
1.7.2.0.00.00.00.00.00	7.582.150,00	8.112.900,50	8.680.803,58
1.7.2.1.00.00.00.00.00	7.061.150,00	7.555.430,50	8.084.310,67
1.7.2.1.33.00.00.00.00	7.061.150,00	7.555.430,50	8.084.310,67
1.7.2.1.33.01.00.00.00	4.228.750,00	4.524.762,50	4.841.495,89
1.7.2.1.33.01.01.00.00	1.041.300,00	1.114.191,00	1.192.184,37
1.7.2.1.33.01.02.00.00	3.187.450,00	3.410.571,50	3.649.311,52
1.7.2.1.33.01.02.01.00	1.191.250,00	1.274.637,50	1.363.862,13
1.7.2.1.33.01.02.02.00	1.041.250,00	1.114.137,50	1.192.127,13
1.7.2.1.33.01.02.03.00	200.750,00	214.802,50	229.838,68
1.7.2.1.33.01.02.04.00	271.400,00	290.398,00	310.725,86
1.7.2.1.33.01.02.05.00	431.800,00	462.026,00	494.367,82
1.7.2.1.33.01.02.06.00	51.000,00	54.570,00	58.389,90
1.7.2.1.33.02.00.00.00	2.046.000,00	2.189.220,00	2.342.465,41
1.7.2.1.33.02.01.00.00	2.046.000,00	2.189.220,00	2.342.465,41
1.7.2.1.33.02.01.01.00	1.918.750,00	2.053.062,50	2.196.776,88
1.7.2.1.33.02.01.03.00	127.250,00	136.157,50	145.688,53
1.7.2.1.33.03.00.00.00	384.900,00	411.843,00	440.672,02
1.7.2.1.33.03.03.00.00	101.150,00	108.230,50	115.806,64
1.7.2.1.33.03.03.01.00	101.150,00	108.230,50	115.806,64
1.7.2.1.33.03.04.00.00	283.750,00	303.612,50	324.865,38
1.7.2.1.33.03.04.01.00	283.750,00	303.612,50	324.865,38
1.7.2.1.33.04.00.00.00	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.04.01.00.00	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.04.01.01.00	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.05.00.00.00	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.1.33.05.01.00.00	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.1.33.05.01.01.00	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.2.00.00.00.00.00	521.000,00	557.470,00	596.492,91
1.7.2.2.33.00.00.00.00	521.000,00	557.470,00	596.492,91
1.7.2.2.33.01.00.00.00	193.750,00	207.312,50	221.824,38
1.7.2.2.33.03.00.00.00	291.500,00	311.905,00	333.738,35
1.7.2.2.33.04.00.00.00	35.750,00	38.252,50	40.930,18
2.0.0.0.00.00.00.00.00	929.500,00	994.565,00	1.064.184,56
2.4.0.0.00.00.00.00.00	929.500,00	994.565,00	1.064.184,56
2.4.2.0.00.00.00.00.00	929.500,00	994.565,00	1.064.184,56
2.4.2.1.00.00.00.00.00	462.000,00	494.340,00	528.943,81
2.4.2.1.01.00.00.00.00	462.000,00	494.340,00	528.943,81
2.4.2.1.01.01.00.00.00	172.750,00	184.842,50	197.781,49
2.4.2.1.01.02.00.00.00	137.500,00	147.125,00	157.423,75

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Ibituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/6

Data: 15/08/2013

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>			
2.4.2.1.01.03.00.00.00	64.250,00	68.747,50	73.559,82
2.4.2.1.01.04.00.00.00	87.500,00	93.625,00	100.178,75
2.4.2.2.00.00.00.00.00	467.500,00	500.225,00	535.240,75
2.4.2.2.01.00.00.00.00	467.500,00	500.225,00	535.240,75
2.4.2.2.01.01.00.00.00	192.500,00	205.975,00	220.393,25
2.4.2.2.01.02.00.00.00	275.000,00	294.250,00	314.847,50
Total entidade:	8.736.650,00	9.348.215,50	10.002.590,64
<b>15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>			
1.0.0.0.00.00.00.00.00	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
1.6.0.0.00.00.00.00.00	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
1.6.0.0.41.00.00.00.00	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
1.6.0.0.41.00.00.00.99	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
2.0.0.0.00.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
2.4.0.0.00.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
2.4.7.0.00.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
2.4.7.2.00.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
2.4.7.2.03.00.00.00.00	75.000,00	80.250,00	85.867,50
Total entidade:	10.075.000,00	10.780.250,00	11.429.261,62
<b>16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>			
1.0.0.0.00.00.00.00.00	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.1.0.0.00.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.0.00.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.1.00.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.1.31.00.00.00.00	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.9.0.0.00.00.00.00.00	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.9.1.0.00.00.00.00.00	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.9.1.9.00.00.00.00.00	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.9.1.9.15.00.00.00.00	267.500,00	286.225,00	306.260,75
Total entidade:	321.000,00	343.470,00	367.512,90
<b>19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>			
2.0.0.0.00.00.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.1.99.00.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.1.99.01.00.00.00	350.000,00	374.500,00	400.715,00
Total entidade:	350.000,00	374.500,00	400.715,00
Total geral:	100.030.446,00	99.981.277,22	106.874.360,83

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 1/2  
 Data: 15/08/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>			
0 OPERAÇÕES ESPECIAS	3.642.000,00	4.096.940,00	4.236.455,80
2 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	1.300.000,00	1.391.000,00	1.488.370,00
3 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.729.850,00	2.920.939,50	3.125.405,27
4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.895.500,00	3.098.185,00	3.315.057,95
5 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	1.611.350,00	1.724.144,50	1.844.834,62
6 INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	2.356.025,00	755.446,75	808.328,03
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	20.531.350,00	21.192.644,49	22.720.393,61
8 VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	3.405.550,00	2.044.038,50	2.191.521,20
9 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	21.230.300,00	21.111.421,00	22.589.220,50
10 ESPORTE PARA TODOS	694.600,00	743.222,00	795.247,55
11 RESGATANDO A CULTURA	1.942.350,00	794.314,50	849.916,55
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	53.500,00	57.245,00
Total da entidade:	62.388.875,00	59.925.796,24	64.021.996,08
<b>2 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLESC.-IMBITUBA</b>			
15 PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	142.500,00	152.475,00	163.148,26
Total da entidade:	142.500,00	152.475,00	163.148,26
<b>7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>			
12 SEGURANÇA - FUNREBOM	417.300,00	446.511,00	477.766,77
Total da entidade:	417.300,00	446.511,00	477.766,77
<b>8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>			
8 VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	10.700,00	11.449,00	12.250,43
Total da entidade:	10.700,00	11.449,00	12.250,43
<b>12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>			
13 GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	2.562.600,00	2.741.982,00	2.933.920,75
Total da entidade:	2.562.600,00	2.741.982,00	2.933.920,75
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>			
14 SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	20.603.596,00	21.831.847,73	23.360.077,14
Total da entidade:	20.603.596,00	21.831.847,73	23.360.077,14
<b>14 - CAMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA</b>			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	2.817.800,00	3.008.046,00	3.211.609,22
Total da entidade:	2.817.800,00	3.008.046,00	3.211.609,22
<b>15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>			
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	10.085.700,00	10.791.699,00	11.547.117,93
Total da entidade:	10.085.700,00	10.791.699,00	11.547.117,93
<b>16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>			
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	187.250,00	200.357,50	214.382,53
17 QUALIDADE AO TRANSITO	395.900,00	423.613,00	453.265,91
Total da entidade:	583.150,00	623.970,50	667.648,44
<b>17 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>			
18 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	26.750,00	28.622,50	30.626,08
Total da entidade:	26.750,00	28.622,50	30.626,08
<b>18 - FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>			
19 PREVENÇÃO AS DROGAS	6.475,00	6.928,25	7.413,23
Total da entidade:	6.475,00	6.928,25	7.413,23





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**Página: 2/2  
Data: 15/08/2013**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>			
20 VIVER BEM	385.000,00	411.950,00	440.786,50
Total da entidade:	385.000,00	411.950,00	440.786,50
Total geral:	100.030.446,00	99.981.277,22	106.874.360,83

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

Especificação	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	335.539,59	7.937.343,03	5.391.447,97	2.100.000,00	1.791.447,97	1.191.447,97
Outras dívidas	335.539,59	7.937.343,03	5.391.447,97	2.100.000,00	1.791.447,97	1.191.447,97
DEDUÇÕES (II)	12.177.988,42	12.132.736,23	13.859.512,45	13.760.140,38	13.794.350,20	13.923.954,71
Ativo disponível	12.319.798,54	12.987.131,89	14.677.307,33	14.700.000,00	14.800.000,00	15.000.000,00
Haveres financeiros	166.786,25	251.589,32	305.030,45	326.382,58	349.229,36	373.675,41
(-) Restos a pagar processados	308.596,37	1.105.984,98	1.122.825,33	1.266.242,20	1.354.879,16	1.449.720,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	11.842.448,83	(4.195.393,20)	(8.468.064,48)	(11.660.140,38)	(12.002.902,23)	(12.732.506,74)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(11.842.448,83)	(4.195.393,20)	(8.468.064,48)	(11.660.140,38)	(12.002.902,23)	(12.732.506,74)

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(2.810.730,78)	7.647.055,63	(4.272.671,28)	(3.192.075,90)	(342.761,85)	(729.604,51)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2011 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (9.031.718,05).

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba**

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	335.539,59	7.937.343,03	5.391.447,97	2.100.000,00	1.791.447,97	1.191.447,97
Outras dívidas	335.539,59	7.937.343,03	5.391.447,97	2.100.000,00	1.791.447,97	1.191.447,97
DEDUÇÕES(II)	12.177.988,42	12.132.736,23	13.859.512,45	13.760.140,38	13.794.350,20	13.923.954,71
Ativo disponível	12.319.798,54	12.987.131,89	14.677.307,33	14.700.000,00	14.800.000,00	15.000.000,00
Haveres financeiros	166.786,25	251.589,32	305.030,45	326.382,58	349.229,36	373.675,41
(-) Restos a pagar processados	308.596,37	1.105.984,98	1.122.825,33	1.266.242,20	1.354.879,16	1.449.720,70
DCL (III) = (I - II)	(11.842.448,83)	(4.195.393,20)	(8.468.064,48)	(11.660.140,38)	(12.002.902,23)	(12.732.506,74)

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE IMBITUBA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações judiciais que venham a ser ingressadas contra o Município, que possam motivar desembolso financeiro no exercício de 2010, inclusive de natureza tributária trabalhista.	10.000,00	Suplementação por anulação de reserva de contingência.	10.000,00
Depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.	10.000,00	Suplementação por anulação de reserva de contingência.	10.000,00
Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública (enchentes, vendavais, granizo, estiagem, geada, surtos epidêmicos).	30.000,00	Suplementação por anulação de reserva de contingência.	30.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	94.861.680,00	101.501.997,60	108.501.531,62
Receita Tributária	17.703.030,00	18.942.242,10	20.268.199,05
Receita de Contribuição	1.822.000,00	1.949.540,00	2.086.007,80
Receita Patrimonial	381.675,00	408.392,25	436.979,74
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	10.048.150,00	10.751.520,50	11.398.521,06
Transferências Correntes	62.491.835,00	66.866.263,45	71.546.901,92
Outras Receitas Correntes	2.414.990,00	2.584.039,30	2.764.922,05
DEDUÇÕES (II)	8.170.834,00	8.742.792,38	9.354.787,85
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	8.170.834,00	8.742.792,38	9.354.787,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	86.690.846,00	92.759.205,22	99.146.743,77

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE Imbituba**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

LRf, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	100.030.446,00	93.486.398,13	0,047	99.981.277,22	87.327.519,63	0,043	106.874.360,83	87.241.527,48	0,042
Receitas Primárias (I)	98.600.921,00	92.150.393,46	0,046	98.451.685,47	85.991.514,95	0,042	105.237.697,62	85.905.519,51	0,042
Despesa Total	100.030.446,00	93.486.398,13	0,047	99.981.277,22	87.327.519,63	0,043	106.874.360,83	87.241.527,48	0,042
Despesas Primárias (II)	97.030.446,00	90.682.659,81	0,046	96.571.277,22	84.349.093,56	0,042	103.372.930,83	84.383.310,61	0,041
Resultado Primário III = (I-II)	1.570.475,00	1.467.733,64	0,001	1.880.408,25	1.642.421,39	0,001	1.864.766,79	1.522.208,90	0,001
Resultado Nominal	(3.192.075,90)	(2.983.248,50)	(0,002)	(342.761,85)	(299.381,47)	(0,000)	(729.604,51)	(595.576,07)	(0,000)
Dívida Pública Consolidada	2.100.000,00	1.962.616,82	0,001	1.791.447,97	1.564.720,04	0,001	1.191.447,97	972.578,83	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(11.660.140,38)	(10.897.327,46)	(0,005)	(12.002.902,23)	(10.483.799,66)	(0,005)	(12.732.506,74)	(10.393.543,67)	(0,005)

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	7,000	7,000	7,000
PIB estadual previsto	212.461.756.000,00	231.933.855.000,00	252.926.997.000,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	68.982.528,08	0,039	73.235.928,84	----	4.253.400,76	6,166
Receitas Primárias (I)	64.162.363,08	0,036	66.301.760,37	----	2.139.397,29	3,334
Despesa Total	68.982.528,08	0,039	70.255.551,45	----	1.273.023,37	1,845
Despesas Primárias (II)	66.682.528,08	0,037	69.443.502,32	----	2.760.974,24	4,140
Resultado Primário (III) = (I-II)	(2.520.165,00)	(0,001)	(3.141.741,95)	----	(621.576,95)	24,664
Resultado Nominal	1.190.155,42	0,001	0,00	0,000	(1.190.155,42)	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	2.100.000,00	0,001	7.937.343,03	0,000	5.837.343,03	277,969
Dívida Consolidada Líquida	(2.461.310,79)	(0,001)	0,00	0,000	2.461.310,79	(100,000)

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ 1,00
PIB estadual previsto para 2012	178.106.837.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Imbituba**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (d)	2010
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	846.054,48	1.318.960,00	1.436.333,77
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	79.135,00
Alienação de Bens Imóveis	846.054,48	1.318.960,00	1.357.198,77
<b>TOTAL</b>	<b>846.054,48</b>	<b>1.318.960,00</b>	<b>1.436.333,77</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2012 (b)	2011 (e)	2010
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	777.744,47	1.295.668,17	0,00
Investimentos	777.744,47	1.295.668,17	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>777.744,47</b>	<b>1.295.668,17</b>	<b>0,00</b>
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.527.935,61</b>	<b>1.459.625,60</b>	<b>1.436.333,77</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE IMBITUBA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 575/07

Página: 1/1

Data: 15/08/2013

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2014	2015	2016	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Imbituba	246.000,00	263.220,00	281.645,40	
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Imbituba	99.225,00	106.170,75	113.602,70	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Imbituba	2.359.000,00	2.524.130,00	2.700.819,10	
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Imbituba	39.500,00	42.265,00	45.223,55	
Rec. Div. Ativ. do IPTU	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Imbituba	694.000,00	742.580,00	794.560,60	
Total			3.437.725,00	3.678.365,75	3.935.851,35	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

DAR CUMPRIMENTO AS FUNÇÕES DE LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

Justificativa do programa:

O LEGISLATIVO MUNICIPAL COM TREZE MEMBROS ELEITOS, PROMOVE SESSÃO SEMANAL, NÃO POSSUINDO AUTONOMIA FINANCEIRA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1 A	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA	SESSÕES (MES)	12,000	2.717.800,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.354.000,00	0,00	2.354.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	310.300,00	0,00	310.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>2.717.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.717.800,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 2/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:

DAR CUMPRIMENTO AS FUNÇÕES DE LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

Justificativa do programa:

O LEGISLATIVO MUNICIPAL COM TREZE MEMBROS ELEITOS, PROMOVE SESSÃO SEMANAL, NÃO POSSUINDO AUTONOMIA FINANCEIRA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1 P	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA	ÁREAS (4)	1,000	482.200,00

**II - Descrição das Ações**

AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CÂMARA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	482.200,00	0,00	482.200,00
<b>Total:</b>			<b>482.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>482.200,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE GOVERNO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE GOVERNO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	0002

Objetivo do programa:

MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DAR QUALIDADE AS INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO. QUALIDADE E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS.

Justificativa do programa:

PROGRAMA A SER EXECUTADO PELA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE GOVERNO, ENVOLVENDO SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ASSESSORES NECESSÁRIO AS AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO	MANUTENÇÃO (MES)	12,000	1.250.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0003

Objetivo do programa:

PROMOVER OS ORGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DOS RECURSOS HUMANOS E MEIOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Justificativa do programa:

PRIORIZAR A ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS, A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, COM A CONTINUIDADE DA CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO, MELHORIAS NO CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO ÓRGÃO FISCALIZADORES, PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1	A	APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	2.309.500,00

**II - Descrição das Ações**

APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.309.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.309.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 5/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTR. E GESTÃO PÚBLICA	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0003

Objetivo do programa:

PROMOVER OS ORGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DOS RECURSOS HUMANOS E MEIOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Justificativa do programa:

PRIORIZAR A ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS, A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, COM A CONTINUIDADE DA CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO, MELHORIAS NO CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO ORGÃO FISCALIZADORES, PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1 P	AMPLIAÇÃO DO PROJETO IMBITUBA DIGITAL	PROJETOS (1)	1,000	135.000,00

**II - Descrição das Ações**

AMPLIAÇÃO DO PROJETO IMBITUBA DIGITAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	75.000,00	75.000,00
<b>Total:</b>			<b>60.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>135.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0004

Objetivo do programa:

AUMENTO DA RECEITA COM MAIOR ÊNFASE A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, MELHORIA DA QUALIDADE NOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Justificativa do programa:

A SEFAZ NECESSITA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS, FALTA DE VEÍCULOS PARA FISCALIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS DEFASADOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	2.895.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.80.00.00.00.00.00	Transferencias ao Exterior	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	37.500,00	0,00	37.500,00
<b>Total:</b>			<b>2.895.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.895.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.146	1 A	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - PRÉ-ESCOLA	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	309.200,00

**II - Descrição das Ações**

SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - PRÉ-ESCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	245.000,00	0,00	245.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0373 - Recursos FNDE - PNAE Pré-Es	0,00	64.200,00	64.200,00
<b>Total:</b>			<b>245.000,00</b>	<b>64.200,00</b>	<b>309.200,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.145	1 A	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - CRECHE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	360.500,00

**II - Descrição das Ações**

SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - CRECHE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0372 - Recursos FNDE - PNAE Creche	0,00	160.500,00	160.500,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>160.500,00</b>	<b>360.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 9/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1 A	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMENTAL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	418.450,00

**II - Descrição das Ações**

SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	215.000,00	0,00	215.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0051 - Recursos FNDE - PNAE Funda	0,00	139.250,00	139.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0210 - Programa mais Educação - PN/	0,00	64.200,00	64.200,00
<b>Total:</b>			<b>215.000,00</b>	<b>203.450,00</b>	<b>418.450,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 10/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	1 P	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES - FUNDAMENTAL	ESCOLAS (1)	1,000	535.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE UNID. ESCOLARES - FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	214.000,00	0,00	214.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0030 - Transferência do Salário Educa	0,00	321.000,00	321.000,00
<b>Total:</b>			<b>214.000,00</b>	<b>321.000,00</b>	<b>535.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 11/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	1 P	PROJETO EDUCA-AÇÃO	ALUNOS (MES)	48,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

PROJETO EDUCA-AÇÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 12/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1 A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL	ALUNOS (MES)	48,000	583.150,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	21.400,00	0,00	21.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052 - Recursos FNDE - PNATE Fund	0,00	80.250,00	80.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0384 - Convênio Passe Escolar - Fund	0,00	428.000,00	428.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>74.900,00</b>	<b>508.250,00</b>	<b>583.150,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 13/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDEB	ALUNOS (MES)	48,000	9.640.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDEB

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferência do FUNDEB - 60'	0,00	7.704.000,00	7.704.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40'	0,00	1.823.900,00	1.823.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40'	0,00	70.000,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40'	0,00	42.800,00	42.800,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>9.640.700,00</b>	<b>9.640.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 14/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	1 A	MANUTENÇÃO DO S.O.M.E.	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	417.300,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO S.O.M.E.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	53.500,00	0,00	53.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0030 - Transferência do Salário Educa	0,00	363.800,00	363.800,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>363.800,00</b>	<b>417.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 15/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS (MES)	48,000	2.111.250,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0030 - Transferência do Salário Educa	0,00	171.250,00	171.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	107.500,00	0,00	107.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0030 - Transferência do Salário Educa	0,00	32.500,00	32.500,00
<b>Total:</b>			<b>1.907.500,00</b>	<b>203.750,00</b>	<b>2.111.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 16/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.105	1 A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - MEDIO	ALUNOS (MES)	48,000	545.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - MEDIO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0169 - Convênio Passe Escolar - Médi	0,00	492.200,00	492.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0375 - Recursos FNDE - PNATE Médi	0,00	32.100,00	32.100,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>524.300,00</b>	<b>545.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 17/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Profissional	363
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.130	1 A	IMPLEMENTAÇÃO DO PRO-JOVEM	ALUNOS (MES)	48,000	638.500,00

**II - Descrição das Ações**

IMPLEMENTAÇÃO DO PRO-JOVEM

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0389 - Programa PRO-JOVEM	0,00	585.000,00	585.000,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>585.000,00</b>	<b>638.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 18/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	1 A	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	ALUNOS (MES)	48,000	107.000,00

**II - Descrição das Ações**

APOIO AO ENSINO SUPERIOR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	107.000,00	0,00	107.000,00
<b>Total:</b>			<b>107.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>107.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 19/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.048	1 P	REEQUIPAMENTO DE CEI'S - PRE - ESCOLA	ESCOLAS (1)	1,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

REEQUIPAMENTO DE CEI'S - PRE - ESCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 20/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	1 P	REEQUIPAMENTO DE CEI'S - CRECHES	ESCOLAS (1)	1,000	57.000,00

**II - Descrição das Ações**

REEQUIPAMENTO DE CEI'S - CRECHES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	57.000,00	0,00	57.000,00
<b>Total:</b>			<b>57.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 21/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.049	1 P	CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES - PRE-ESCOLA	ESCOLAS (1)	1,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES - PRE-ESCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 22/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.037	1 P	CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES-CRECHES	ESCOLAS (1)	1,000	1.557.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTR., REFORMA, AMPLIAÇÃO UNID. ESCOLARES-CRECHES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	57.000,00	0,00	57.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0388 - Proinfancia - PAC II - Construção	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
<b>Total:</b>			<b>57.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.557.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 23/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.104	1 A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR -PRÉ-ESCOLA	ALUNOS (MES)	48,000	16.050,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR -PRÉ-ESCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	5.350,00	0,00	5.350,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0374 - Recursos FNDE - PNATE Infanti	0,00	10.700,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>5.350,00</b>	<b>10.700,00</b>	<b>16.050,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 24/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.147	1 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA	ALUNOS (MES)	48,000	1.965.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferência do FUNDEB - 60º	0,00	125.000,00	125.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	200.000,00	0,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40º	0,00	12.500,00	12.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0387 - Dinheiro Direto na Escola - PDE	0,00	5.350,00	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	17.500,00	0,00	17.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40º	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.817.500,00</b>	<b>147.850,00</b>	<b>1.965.350,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 25/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1 A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	ALUNOS (MES)	48,000	1.812.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	700.000,00	0,00	700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferência do FUNDEB - 60º	0,00	125.000,00	125.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40º	0,00	12.500,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferência do FUNDEB - 40º	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.670.000,00</b>	<b>142.500,00</b>	<b>1.812.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 26/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1 A	CONVENIO ESCOLA BALÉ BOLSHOI	ALUNOS (MES)	48,000	19.250,00

**II - Descrição das Ações**

CONVENIO ESCOLA BALÉ BOLSHOI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	19.250,00	0,00	19.250,00
<b>Total:</b>			<b>19.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 27/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	0009

Objetivo do programa:

MELHORAR O ATENDIMENTO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BALANCEADA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI 10 ESCOLAS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL; 15 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL; 03 GINÁSIOS DE ESPORTES; 01 BIBLIOTECA PÚBLICA. O TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS É RELIZADO COM ÔNIBUS E VANS. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR OS ESPAÇOS FÍSICOS, ADEQUANDO-OS PARA A ACESSIBILIDADE.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1 A	QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROFESSORES (MES)	48,000	21.400,00

**II - Descrição das Ações**

QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receita de Impostos e Transfer	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 28/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.125	1 A	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	SERVIÇOS PÚBLICOS (MES)	48,000	42.800,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	32.100,00	0,00	32.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>42.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>42.800,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 29/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	1 P	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ESTRADAS (KM)	14,000	3.600.000,00

**II - Descrição das Ações**

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0090 - Operações de Crédito Interna	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	600.000,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.000.000,00</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>3.600.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 30/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	1 P	HUMANIZAÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS	PRAÇAS E RUAS (1)	5,000	53.500,00

**II - Descrição das Ações**

HUMANIZAÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 31/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1 A	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS	ESTRADAS (MES)	48,000	341.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	214.000,00	0,00	214.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do	127.500,00	0,00	127.500,00
<b>Total:</b>			<b>341.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>341.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 32/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1 A	MANUTENÇÃO DA SEINFRA	MANUTENÇÃO (MES)	12,000	4.053.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SEINFRA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>4.053.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.053.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 33/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1 A	LIMPEZA PÚBLICA	LIXO (MES)	48,000	1.900.000,00

**II - Descrição das Ações**

LIMPEZA PÚBLICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.900.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.900.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 34/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	1 P	SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO	PLACAS (MES)	48,000	524.500,00

**II - Descrição das Ações**

SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11.500,00	0,00	11.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>24.500,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>524.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 35/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.00
Unidade:	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	08.01
Função:	Energia	25
Subfunção:	Energia Elétrica	752
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1 A	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ILUMINAÇÃO PÚBLICA (MES)	48,000	1.822.000,00

**II - Descrição das Ações**

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	0,00	22.000,00	22.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.822.000,00</b>	<b>1.822.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 36/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	655.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>655.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>655.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 37/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

## Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

## Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.058	1 P	PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA	MÁQUINAS (UN)	4,000	400.000,00

**II - Descrição das Ações**

PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	400.000,00	400.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 38/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

## Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

## Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.057	1 P	CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO - MERCADO PÚBLICO	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	800.000,00

**II - Descrição das Ações**

CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO - MERCADO PÚBLICO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	800.000,00	800.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 39/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1 A	CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA	SOLO (MES)	48,000	3.250,00

**II - Descrição das Ações**

CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.250,00	0,00	3.250,00
<b>Total:</b>			<b>3.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 40/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1 A	HORTO FLORESTAL	CONSCIENTIZAÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

HORTO FLORESTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 41/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Animal	602
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

## Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

## Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	1 P	IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	EQUIPAMENTO (1)	1,000	4.625,00

**II - Descrição das Ações**

IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4.625,00	0,00	4.625,00
<b>Total:</b>			<b>4.625,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.625,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 42/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Animal	602
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

**Objetivo do programa:**

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

**Justificativa do programa:**

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.060	1 P	CONSTRUÇÃO, REEQUIP. P/ REFORMA DE EMBARCAÇÕES	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, REEQUIP. P/ REFORMA DE EMBARCAÇÕES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 43/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Animal	602
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

## Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

## Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.059	1 P	CONSTRUÇÃO DE TRAPICHES	CONSTRUÇÃO (U)	2,000	300.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE TRAPICHES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 44/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.00
Unidade:	SECR.MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	0006

Objetivo do programa:

CAPACITAR E PROFISSIONALIZAR AGRICULTORES E PESCADORES E SEUS FAMILIARES, VISANDO A QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E BENEFÍCIO NA COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGROPECUARIA E PESCADO, PODENDO OFERECER A POPULAÇÃO PRODUTOS DE MELHOR QUALIDADE.

Justificativa do programa:

DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E RENDA NECESSÁRIA, SURGEM PROBLEMAS DIFICULTANDO A VIDA DO AGRICULTOR E DO PESCADOR NO SEU MEIO, RESULTANDO ASSIM DO ÊXODO RURAL QUE AMPLIA OS PROBLEMAS URBANOS, A FALTA DE LOCAL ADEQUADO DE UM CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	1 A	PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES	PARCERIAS ENTIDADES (MES)	48,000	32.100,00

**II - Descrição das Ações**

PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	32.100,00	0,00	32.100,00
<b>Total:</b>			<b>32.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.100,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 45/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	OPERAÇÕES ESPECIAS	0000

Objetivo do programa:

CUMPRIR COMPROMISSOS COM OS CONTRATOS ASSUMIDOS E PESSOAS BENEFICIADAS

Justificativa do programa:

NESTE PROGRAMA ESTÃO GLOBALIZADAS AS DESPESAS QUE PELA NATUREZA NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM DE SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE, COMO DIVIDAS, PAGAMENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	1 O	ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA	CONTRATOS (MES)	48,000	3.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

ENCARGOS ESPECIAIS - DÍVIDA INTERNA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 46/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERAÇÕES ESPECIAS	0000

Objetivo do programa:

CUMPRIR COMPROMISSOS COM OS CONTRATOS ASSUMIDOS E PESSOAS BENEFICIADAS

Justificativa do programa:

NESTE PROGRAMA ESTÃO GLOBALIZADAS AS DESPESAS QUE PELA NATUREZA NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM DE SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE, COMO DIVIDAS, PAGAMENTOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	1 O	ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS	CONTRATOS (MES)	48,000	609.800,00

**II - Descrição das Ações**

ENCARGOS ESPECIAIS - OUTROS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	609.800,00	0,00	609.800,00
<b>Total:</b>			<b>609.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>609.800,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 47/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGENCIA	0099

Objetivo do programa:

COBRIR PASSIVO CONTINGENTE E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Justificativa do programa:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	1 R	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA (MES)	48,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 48/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.056	1 P	CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSSES	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	200.000,00

**II - Descrição das Ações**

CENTRO MUNICIPAL DE ZOONOSSES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 49/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	1 P	REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE	EQUIPAMENTO (MES)	48,000	64.250,00

**II - Descrição das Ações**

REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0195 - Transferências de Convênios p/	0,00	64.250,00	64.250,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>64.250,00</b>	<b>64.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 50/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.024	1 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	VEÍCULOS (1)	1,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	12.500,00	0,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0195 - Transferências de Convênios p/	0,00	137.500,00	137.500,00
<b>Total:</b>			<b>12.500,00</b>	<b>137.500,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 51/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.055	1 P	CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	375.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0127 - Transferências de Convênios p/	0,00	275.000,00	275.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>275.000,00</b>	<b>375.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 52/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.054	1 P	CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	125.000,00

**II - Descrição das Ações**

CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CENTRO DE REFERENCIA EM SAUDE DO HOMEM.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	37.500,00	0,00	37.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0195 - Transferências de Convênios p/	0,00	87.500,00	87.500,00
<b>Total:</b>			<b>37.500,00</b>	<b>87.500,00</b>	<b>125.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 53/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	1 P	CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE	CONSTRUÇÃO (MES)	48,000	547.750,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	182.500,00	0,00	182.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0127 - Transferências de Convênios p/	0,00	192.500,00	192.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0195 - Transferências de Convênios p/	0,00	172.750,00	172.750,00
<b>Total:</b>			<b>182.500,00</b>	<b>365.250,00</b>	<b>547.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 54/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.121	1 A	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	POPULAÇÃO (MES)	48,000	12.770.250,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0229 - Programa Melhoria Acesso Que	0,00	272.300,00	272.300,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0361 - Programa de Saúde da Família	0,00	1.191.250,00	1.191.250,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0362 - Saúde Bucal - Programa de Sai	0,00	200.750,00	200.750,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0363 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	961.250,00	961.250,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0378 - NASF	0,00	210.000,00	210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0229 - Programa Melhoria Acesso Que	0,00	116.700,00	116.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0230 - PROGRAMA SAUDE NA ESCC	0,00	51.000,00	51.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0360 - Piso de Atenção Básica - PAB	0,00	998.500,00	998.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0363 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0378 - NASF	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0379 - CO-FINANCIAMENTO DA ATEI	0,00	291.500,00	291.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 55/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	62.500,00	0,00	62.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0197 - Gestão do SUS	0,00	187.500,00	187.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0229 - Programa Melhoria Acesso Qua	0,00	42.800,00	42.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0360 - Piso de Atenção Básica - PAB	0,00	42.800,00	42.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0378 - NASF	0,00	21.400,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>8.062.500,00</b>	<b>4.707.750,00</b>	<b>12.770.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 56/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.061	1 A	ASSIST. AMBUL. E HOSPITALAR	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	5.027.446,00

**II - Descrição das Ações**

ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR E ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	153.428,50	0,00	153.428,50
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0369 - Transferências Centro de Esper	0,00	127.250,00	127.250,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0370 - Atenção de Média e Alta Compl	0,00	260.000,00	260.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	234.000,00	0,00	234.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	2.388.267,50	0,00	2.388.267,50
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0193 - Média e Alta Complexidade - Es	0,00	35.750,00	35.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0370 - Atenção de Média e Alta Compl	0,00	1.621.250,00	1.621.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0370 - Atenção de Média e Alta Compl	0,00	37.500,00	37.500,00
<b>Total:</b>			<b>2.945.696,00</b>	<b>2.081.750,00</b>	<b>5.027.446,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 57/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.120	1 A	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	POPULAÇÃO (MES)	48,000	621.750,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	214.000,00	0,00	214.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0364 - Farmácia Básica - Sus União	0,00	214.000,00	214.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0377 - Farmácia Básica - Estado	193.750,00	0,00	193.750,00
<b>Total:</b>			<b>407.750,00</b>	<b>214.000,00</b>	<b>621.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 58/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	0014

Objetivo do programa:

PROVER DE ATIVIDADES PREVENTIVAS E CURATIVAS TODA A COMUNIDADE, GARANTINDO A SUA SATISFAÇÃO.

Justificativa do programa:

O ATENDIMENTO REALIZADO ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS PELOS GOVERNOS FEDERALE ESTADUAL, CONTANDO COM A INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA EM CONJUNTO COM O MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	1 A	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	722.150,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	186.550,00	0,00	186.550,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0367 - Doenças Sexualmente Transmi:	0,00	39.750,00	39.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0365 - Vigilância Sanitária - Sus União	0,00	183.750,00	183.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0367 - Doenças Sexualmente Transmi:	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receita de Impostos e Transfer	10.700,00	0,00	10.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0365 - Vigilância Sanitária - Sus União	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0367 - Doenças Sexualmente Transmi:	0,00	21.400,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>337.250,00</b>	<b>384.900,00</b>	<b>722.150,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 59/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	17.00
Unidade:	FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	17.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0015

Objetivo do programa:

ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PESSOAL E SOCIAL PROMOVENDO AÇÕES EDUCATIVAS QUE RESGATEM A QUALIDADE DE VIDA, DIGNIDADE E CIDADANIA.

Justificativa do programa:

A SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA É PREOCUPANTE DEVIDO AO RESTRITO MERCADO DE TRABALHO PARA OS RESPONSÁVEIS POR ESTES ASSIM COMO A FALTA DE AÇÕES EM HORÁRIOS CONTRA TURNO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.126	1 A	CONSTRUINDO O FUTURO	CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MES)	48,000	64.200,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUINDO O FUTURO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	42.800,00	0,00	42.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>64.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>64.200,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 60/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	17.00
Unidade:	FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	17.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	0015

Objetivo do programa:

ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PESSOAL E SOCIAL PROMOVENDO AÇÕES EDUCATIVAS QUE RESGATEM A QUALIDADE DE VIDA, DIGNIDADE E CIDADANIA.

Justificativa do programa:

A SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA É PREOCUPANTE DEVIDO AO RESTRITO MERCADO DE TRABALHO PARA OS RESPONSÁVEIS POR ESTES ASSIM COMO A FALTA DE AÇÕES EM HORÁRIOS CONTRA TURNO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	1 A	MANUTENÇÃO DO FMDCA	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	78.300,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FMDCA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	69.550,00	0,00	69.550,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.750,00	0,00	8.750,00
<b>Total:</b>			<b>78.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>78.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 61/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

Objetivo do programa:

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A ATUONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

Justificativa do programa:

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.109	1 A	FAMÍLIA ACOLHEDORA	CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MES)	48,000	121.400,00

**II - Descrição das Ações**

FAMÍLIA ACOLHEDORA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	10.700,00	10.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	10.700,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>21.400,00</b>	<b>121.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 62/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

Objetivo do programa:

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A AUTONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

Justificativa do programa:

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.085	1 A	MANUTENÇÃO DO PETI	CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MES)	48,000	73.875,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO PETI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0303 - Programa de Erradicação do Tr.	0,00	20.375,00	20.375,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>20.375,00</b>	<b>73.875,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 63/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

**Objetivo do programa:**

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A ATUONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

**Justificativa do programa:**

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	1 A	MANUTENÇÃO DO C.R.E.A.S	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	195.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Programa Sentinela	0,00	87.000,00	87.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0300 - Programa Sentinela	0,00	58.000,00	58.000,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>145.000,00</b>	<b>195.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 64/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

## Objetivo do programa:

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A AUTONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

## Justificativa do programa:

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.075	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	POPULAÇÃO (MES)	48,000	43.875,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Programa Bolsa Familia	0,00	38.525,00	38.525,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0304 - Programa Bolsa Familia	0,00	5.350,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>43.875,00</b>	<b>43.875,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 65/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

**Objetivo do programa:**

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A ATUONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

**Justificativa do programa:**

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	1 A	ATEND. FAMILIAS SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

ATEND. FAMILIAS SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 66/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

**Objetivo do programa:**

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A ATUONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

**Justificativa do programa:**

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.067	1 A	MANUTENÇÃO DO C.R.A.S.	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	128.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	45.000,00	0,00	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0160 - Piso Básico Fixo - Social	0,00	78.000,00	78.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0160 - Piso Básico Fixo - Social	0,00	5.350,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>45.000,00</b>	<b>83.350,00</b>	<b>128.350,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 67/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	0013

**Objetivo do programa:**

ATENDER AS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIAL BUSCANDO A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA E A AUTONOMIA DESTAS. SUPERAÇÃO DO CICLO DA VIOÊNCIA. LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS. ATENÇÃO AO IDOSO. ATENÇÃO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

**Justificativa do programa:**

AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BUSCAM ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, BASEADO NAS ATIVIDADES FAMILIARES, OFERECENDO SERVIÇOS DE CIDADANIA E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	1.850.100,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0302 - Piso de Transição de Média Coi	0,00	20.500,00	20.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0385 - Piso Fixo de Média Complexida	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0386 - Índice de Gestão Descentraliza	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0386 - Índice de Gestão Descentraliza	0,00	13.900,00	13.900,00
<b>Total:</b>			<b>1.780.700,00</b>	<b>69.400,00</b>	<b>1.850.100,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 68/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	1 P	URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA	URBANISMO (1)	1,000	500.000,00

**II - Descrição das Ações**

URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 69/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

**Objetivo do programa:**

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

**Justificativa do programa:**

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1 A	MANUTENÇÃO DA SEDTUR	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	320.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SEDTUR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>320.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>320.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 70/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	1 P	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS/PORTAIS TURÍSTICOS	PORTAIS DA CIDADE (1)	1,000	70.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS/PORTAIS TURÍSTICOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
<b>Total:</b>			<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 71/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	1 P	CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA	MONUMENTOS (1)	1,000	1.600.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 72/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1 A	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMBITUBA	DIVULGAÇÃO (MES)	48,000	26.750,00

**II - Descrição das Ações**

PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMBITUBA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	26.750,00	0,00	26.750,00
<b>Total:</b>			<b>26.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 73/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	1 A	CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS	EVENTOS (MES)	48,000	856.000,00

**II - Descrição das Ações**

CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	268.000,00	0,00	268.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	428.000,00	428.000,00
<b>Total:</b>			<b>428.000,00</b>	<b>428.000,00</b>	<b>856.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 74/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR	24.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1 A	CAMPEONATOS ESPORTIVOS	CAMPEONATOS ESPORTIVOS (MES)	48,000	32.100,00

**II - Descrição das Ações**

CAMPEONATOS ESPORTIVOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	32.100,00	0,00	32.100,00
<b>Total:</b>			<b>32.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.100,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 75/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.00
Unidade:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1 A	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA	URBANISMO (MES)	48,000	21.400,00

**II - Descrição das Ações**

MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 76/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.00
Unidade:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1 A	FISCALIZAÇÃO URBANA	FISCALIZAÇÃO (MES)	48,000	32.100,00

**II - Descrição das Ações**

FISCALIZAÇÃO URBANA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	32.100,00	0,00	32.100,00
<b>Total:</b>			<b>32.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.100,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 77/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.00
Unidade:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1 A	MANUTENÇÃO DA SEDURB	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	1.010.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SEDURB

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	900.000,00	0,00	900.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.010.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.010.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 78/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.00
Unidade:	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTAVEL	25.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	1 A	CADASTRAMENTO IMOBILIARIO GEO-REFERENCIADO	CADASTRO IMOBILIARIO (MES)	48,000	53.500,00

**II - Descrição das Ações**

CADASTRAMENTO IMOBILIARIO GEO-REFERENCIADO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 79/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	27.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	27.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA - FUNREBOM	0012

Objetivo do programa:

DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA A COMUNIDADE DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO NECESSITA DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS PARA SUA SEGURANÇA E BEM-ESTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.035	1 P	CONSTRUÇÃO DE POSTOS GUARDA VIDAS	POSTOS GUARDA VIDAS (1)	1,000	42.800,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DE POSTOS GUARDA VIDAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	42.800,00	0,00	42.800,00
<b>Total:</b>			<b>42.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>42.800,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 80/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	27.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	27.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SEGURANÇA - FUNREBOM	0012

Objetivo do programa:

DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA A COMUNIDADE DO MUNICÍPIO.

Justificativa do programa:

A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO NECESSITA DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS PARA SUA SEGURANÇA E BEM-ESTAR.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.086	1 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	374.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	267.500,00	0,00	267.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	107.000,00	0,00	107.000,00
<b>Total:</b>			<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 81/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	28.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	28.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	0008

Objetivo do programa:

ATRAIR NOVAS INDUSTRIAS E DINAMIZAR O COMERCIO E AS DEMAIS ATIVIDADES ECONOMICAS DO MUNICÍPIO. INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO E ECOLÓGICO, CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO, DOTAR O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA CAPAZ E EFICIENTE.

Justificativa do programa:

A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDUSTRIAS NO MUNICÍPIO DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA NECESSÁRIA ASSIM COMO OFERECER MAIOR INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL COM DESTAQUE PARA O TURISMO RELIGIOSO, ECOLÓGICO E DE ESPORTES.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDETUR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 82/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	29.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	29.01
Função:	Judiciária	2
Subfunção:	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	62
Programa:	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	0005

Objetivo do programa:

EXERCER AS FUNÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA E ASSESSORAMENTO DO PODER EXECUTIVO A DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.

Justificativa do programa:

DEVIDO AS EXECUÇÕES DE SENTENÇAS JUDICIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	1 A	ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	SENTEÇA JUDICIAL (MES)	48,000	856.000,00

**II - Descrição das Ações**

ENCARGOS COM A EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	856.000,00	0,00	856.000,00
<b>Total:</b>			<b>856.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>856.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 83/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	29.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	29.01
Função:	Judiciária	2
Subfunção:	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	62
Programa:	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	0005

Objetivo do programa:

EXERCER AS FUNÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA E ASSESSORAMENTO DO PODER EXECUTIVO A DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.

Justificativa do programa:

DEVIDO AS EXECUÇÕES DE SENTENÇAS JUDICIAIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	1 A	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	755.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>755.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>755.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 84/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA	30.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA	30.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	1 P	AGUA LIMPA PARA TODOS	POPULAÇÃO (1)	1,000	10.075.000,00

**II - Descrição das Ações**

AGUA LIMPA PARA TODOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	75.000,00	75.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>10.075.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 85/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA	30.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA	30.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.050	1 A	MANUTENÇÃO FUNDO SANEAMENTO	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO FUNDO SANEAMENTO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 86/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	1 A	CONVENIO RÁDIO PATRULHA	CONVENIOS (MES)	48,000	80.250,00

**II - Descrição das Ações**

CONVENIO RÁDIO PATRULHA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.250,00	0,00	80.250,00
<b>Total:</b>			<b>80.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 87/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.124	1 A	CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA	POPULAÇÃO (MES)	48,000	107.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>107.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>107.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 88/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	QUALIDADE AO TRANSITO	0017

Objetivo do programa:

PROMOVER A SEGURANÇA DO CIDADÃO, GERIR E DISCIPLINAR O TRÂNSITO MUNICIPAL.

Justificativa do programa:

DUAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO, CINCO EMPRESAS DE TRANSITO INTERESTADUAL, 400 KM DE RUAS E AVENIDAS, OS ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SÃO INADEQUADOS OU ESTÃO DETERIORADOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	1 A	CONVENIO POLICIA CIVIL	CONVENIOS (MES)	48,000	74.900,00

**II - Descrição das Ações**

CONVENIO POLICIA CIVIL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>74.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74.900,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 89/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	QUALIDADE AO TRANSITO	0017

Objetivo do programa:

PROMOVER A SEGURANÇA DO CIDADÃO, GERIR E DISCIPLINAR O TRÂNSITO MUNICIPAL.

Justificativa do programa:

DUAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO, CINCO EMPRESAS DE TRANSITO INTERESTADUAL, 400 KM DE RUAS E AVENIDAS, OS ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SÃO INADEQUADOS OU ESTÃO DETERIORADOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	1 A	CONVENIO POLICIA MILITAR	CONVENIOS (MES)	48,000	96.300,00

**II - Descrição das Ações**

CONVENIO POLICIA MILITAR

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	85.600,00	0,00	85.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>96.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 90/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO IMBITUBA	31.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	QUALIDADE AO TRANSITO	0017

Objetivo do programa:

PROMOVER A SEGURANÇA DO CIDADÃO, GERIR E DISCIPLINAR O TRÂNSITO MUNICIPAL.

Justificativa do programa:

DUAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO, CINCO EMPRESAS DE TRANSITO INTERESTADUAL, 400 KM DE RUAS E AVENIDAS, OS ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS SÃO INADEQUADOS OU ESTÃO DETERIORADOS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	224.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	203.300,00	0,00	203.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
Total:			224.700,00	0,00	224.700,00





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 91/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	0018

Objetivo do programa:

ESTIMULAR E QUALIFICAR OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CRIAR UMA CONSCIENTIZAÇÃO E CONSTRUIR VALORES NA SOCIEDADE PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

Justificativa do programa:

HÁ NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO, CONCIÊNCIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	1 A	CALENDÁRIO ATIVIDADES EDUCAÇÃO AMBIENTAL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

CALENDÁRIO ATIVIDADES EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 92/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Controle Ambiental	542
Programa:	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	0018

Objetivo do programa:

ESTIMULAR E QUALIFICAR OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CRIAR UMA CONSCIENTIZAÇÃO E CONSTRUIR VALORES NA SOCIEDADE PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

Justificativa do programa:

HÁ NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO, CONCIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1 A	CONSCIÊNCIA VERDE	CONSCIENTIZAÇÃO (4)	1,000	5.350,00

**II - Descrição das Ações**

CONSCIÊNCIA VERDE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>5.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 93/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	32.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Controle Ambiental	542
Programa:	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	0018

Objetivo do programa:

ESTIMULAR E QUALIFICAR OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CRIAR UMA CONSCIENTIZAÇÃO E CONSTRUIR VALORES NA SOCIEDADE PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

Justificativa do programa:

HÁ NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO, CONCIÊNCIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MEIO AMBIENTE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNDO MEIO AMBIENTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 94/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA	33.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA	33.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	PREVENÇÃO AS DROGAS	0019

Objetivo do programa:

ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO PESSOAL E SOCIAL PROMOVEDO AÇÕES EDUCATIVAS QUE RESGATEM A QUALIDADE DE VIDA, DIGNIDADE E CIDADANIA DOS MESMOS.

Justificativa do programa:

A SITUAÇÃO DE DROGADIÇÃO NO MUNICIPIO DE IMBITUBA DAR-SE PELAS DIFICULDADES FAMILIAR, BAIXA ESCOLARIDADE, FALTA DE CAMPANHAS PREVENTIVAS ENTRE OUTROS

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNPRED	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	6.475,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DO FUNPRED

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.125,00	0,00	1.125,00
<b>Total:</b>			<b>6.475,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.475,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 95/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA	34.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA	34.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	VIVER BEM	0020

Objetivo do programa:

LEGALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO; CONSTRUÇÃO DE 300 CASAS POPULARES PARA FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ R\$ 1.600,00.

Justificativa do programa:

DESCONHECIMENTO DA REAL SITUAÇÃO LEGAL DOS IMÓVEIS EXISTENTES MUNICÍPIO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.043	1 A	VIVER BEM	HABITAÇÃO (1)	300,000	385.000,00

**II - Descrição das Ações**

VIVER BEM

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	350.000,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>35.000,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>385.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 96/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM	35.00
Unidade:	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM	35.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0003

Objetivo do programa:

PROMOVER OS ORGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DOS RECURSOS HUMANOS E MEIOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Justificativa do programa:

PRIORIZAR A ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS, A LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, COM A CONTINUIDADE DA CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO, MELHORIAS NO CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO ORGÃO FISCALIZADORES, PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1 A	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	185.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>185.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>185.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 97/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE	36.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE	36.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	1 A	MANUTENÇÃO DA SRD/NORTE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	1.110.700,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SRD/NORTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>1.110.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.110.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 98/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE	36.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL NORTE - SDR NORTE	36.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.107	1 A	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/NORTE	ESTRADAS (MES)	48,000	374.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/NORTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	321.000,00	0,00	321.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 99/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL	37.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL	37.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	1 A	MANUTENÇÃO DA SRD/SUL	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	716.900,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SRD/SUL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	106.200,00	0,00	106.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.700,00	0,00	10.700,00
<b>Total:</b>			<b>716.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>716.900,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 100/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL	37.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL SUL - SDR SUL	37.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.108	1 A	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/SUL	ESTRADAS (MES)	48,000	374.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS - SDR/SUL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	321.000,00	0,00	321.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 101/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE	38.00
Unidade:	SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE	38.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.131	1 A	MANUTENÇÃO DA SDR/OESTE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	702.000,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SDR/OESTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	270.000,00	0,00	270.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	325.000,00	0,00	325.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	107.000,00	0,00	107.000,00
<b>Total:</b>			<b>702.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>702.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 102/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE	38.00
Unidade:	SEC. DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE	38.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.148	1 A	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS	ESTRADAS (MES)	48,000	374.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	321.000,00	0,00	321.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>374.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 103/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.00
Unidade:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.046	1 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	VEÍCULOS (1)	1,000	48.150,00

**II - Descrição das Ações**

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0092 - Alienação de Bens	0,00	48.150,00	48.150,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>48.150,00</b>	<b>48.150,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 104/123

Data: 27/09/2013

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.00
Unidade:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.132	1 A	MANUTENÇÃO DA SEDES	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	252.500,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SEDES

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.500,00	0,00	2.500,00
<b>Total:</b>			<b>252.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>252.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 105/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.00
Unidade:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.133	1 A	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	FISCALIZAÇÃO (MES)	48,000	21.400,00

**II - Descrição das Ações**

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 106/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.00
Unidade:	SEC. DESENV. ECONOMICO SUSTENTAVEL - SEDES	39.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.045	1 P	CONDOMÍNIO INDUSTRIAL	OBRAS (1)	1,000	87.500,00

**II - Descrição das Ações**

CONDOMÍNIO INDUSTRIAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0092 - Alienação de Bens	0,00	37.500,00	37.500,00
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>37.500,00</b>	<b>87.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 107/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.052	1 P	CENTRO MUNICIPAL DE ATLETISMO	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	352.500,00

**II - Descrição das Ações**

CENTRO MUNICIPAL DE ATLETISMO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12.500,00	0,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	120.000,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	120.000,00	120.000,00
<b>Total:</b>			<b>112.500,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>352.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 108/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.138	1 A	FESTIVAIS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS	PESSOAS (MES)	48,000	26.750,00

**II - Descrição das Ações**

FESTIVAIS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	26.750,00	0,00	26.750,00
<b>Total:</b>			<b>26.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 109/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.137	1 A	PARTICIPA IMBITUBA	PESSOAS (MES)	48,000	53.500,00

**II - Descrição das Ações**

PARTICIPA IMBITUBA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	53.500,00	0,00	53.500,00
<b>Total:</b>			<b>53.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 110/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.136	1 A	ESPORTE CIDADÃO	PESSOAS (MES)	48,000	31.600,00

**II - Descrição das Ações**

ESPORTE CIDADÃO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	31.600,00	0,00	31.600,00
<b>Total:</b>			<b>31.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.600,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 111/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.135	1 A	DESTAQUES NO ESPORTE	PESSOAS (MES)	48,000	6.000,00

**II - Descrição das Ações**

DESTAQUES NO ESPORTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	6.000,00	0,00	6.000,00
<b>Total:</b>			<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 112/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.134	1 A	MANUTENÇÃO DA SESPORTE	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	555.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SESPORTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>555.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>555.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 113/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.050	1 P	IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS / CICLOFAIXAS	ÁREAS (UN)	1,000	140.000,00

**II - Descrição das Ações**

IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS / CICLOFAIXAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
<b>Total:</b>			<b>140.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>140.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 114/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

## Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	1 P	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIUSO	EDIFICAÇÕES (1)	1,000	2.300.000,00

**II - Descrição das Ações**

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIUSO

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0355 - Transferência de Convênios do	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>300.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.300.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 115/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	0007

Objetivo do programa:

INVESTIR EM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA QUE FACILITE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO E A QUALIDADE URBANÍSTICA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, LIMPEZA PÚBLICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO TEM 40.000 HABITANTES E UMA GRANDE ÁREA TERRITORIAL E VIAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO CONSTANTE, FALTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, FALTA DE SINALIZAÇÃO, INSUFICIÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1 A	LAZER, DIREITO DE TODOS	PARQUES/PRAÇAS (1)	1,000	21.400,00

**II - Descrição das Ações**

LAZER, DIREITO DE TODOS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 116/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.00
Unidade:	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE	40.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	ESPORTE PARA TODOS	0010

Objetivo do programa:

DESENVOLVER UM PROGRAMA ESTRATÉGICO, VISANDO OTIMIZAR O ESPORTE E O LAZER.

Justificativa do programa:

O ESPORTE DA CIDADE É DESENVOLVIDO COM INFRAESTRUTURA, ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA EM TODOS OS NÍVEIS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.047	1 P	ESPAÇO ESPORTIVO NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS	PRAÇAS (1)	1,000	21.400,00

**II - Descrição das Ações**

ESPAÇO ESPORTIVO NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	21.400,00	0,00	21.400,00
<b>Total:</b>			<b>21.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 117/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.051	1 P	CENTRO MULTIMEIOS USINA DO SABER	CONSTRUÇÃO (UN)	1,000	1.300.000,00

**II - Descrição das Ações**

CENTRO MULTIMEIOS USINA DO SABER

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0354 - Transferência de Convênios da	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.300.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 118/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.144	1 A	VIVENDO A MELHOR IDADE	POPULAÇÃO (MES)	48,000	80.250,00

**II - Descrição das Ações**

VIVENDO A MELHOR IDADE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.250,00	0,00	80.250,00
<b>Total:</b>			<b>80.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 119/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.143	1 A	EVENTOS CULTURAIS	POPULAÇÃO (MES)	48,000	5.350,00

**II - Descrição das Ações**

EVENTOS CULTURAIS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>5.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 120/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.142	1 A	CULTURA INTINERANTE	POPULAÇÃO (MES)	48,000	5.350,00

**II - Descrição das Ações**

CULTURA INTINERANTE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>5.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 121/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.141	1 A	REEQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	POPULAÇÃO (MES)	48,000	10.700,00

**II - Descrição das Ações**

REEQUIPAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>10.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 122/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.140	1 A	RESGATE DA CULTURA IMBITUBENSE	PESSOAS (MES)	48,000	5.350,00

**II - Descrição das Ações**

RESGATE DA CULTURA IMBITUBENSE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>5.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.350,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 123/123

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT	41.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	RESGATANDO A CULTURA	0011

Objetivo do programa:

DESENVOLVER, IMPLANTAR E MANTER AÇÕES DE FORMAÇÃO E APOIO CONTINUO NO ÂMBITO DAS ARTES E DA CULTURA, EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS.

Justificativa do programa:

O MUNICÍPIO POSSUI PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ESTADO DE DETERIORAÇÃO QUE NECESSITAM DE REPAROS, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO. EXISTEM NO MUNICÍPIO VÁRIOS ARTISTAS, ARTESÃOS, ESCRITORES E FESTAS POPULARES. O MUNICÍPIO POSSUI APENAS UMA BIBLIOTECA PÚBLICA QUE SE ENCONTRA EM PRÉDIO ALUGADO. O MUNICÍPIO NÃO TEM TEATRO. NECESSIDADE DE APOIO AOS ESCRITORES DO MUNICÍPIO, DA CRIAÇÃO DO FUNDO DE CULTURA, CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA, TOMBAMENTO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO IMATERIAL.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.139	1 A	MANUTENÇÃO DA SECULT	MANUTENÇÃO (MES)	48,000	535.350,00

**II - Descrição das Ações**

MANUTENÇÃO DA SECULT

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00	0,00	5.350,00
<b>Total:</b>			<b>535.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>535.350,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 1/2  
 Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>			
0 OPERAÇÕES ESPECIAS	3.609.800,00	4.096.940,00	4.236.455,80
2 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	1.250.000,00	1.391.000,00	1.488.370,00
3 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.629.850,00	2.920.939,50	3.125.405,27
4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.895.500,00	3.098.185,00	3.315.057,95
5 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	1.611.350,00	1.724.144,50	1.844.834,62
6 INCENTIVO DA AGRICULTURA E PESCA	2.356.025,00	755.446,75	808.328,03
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	20.331.350,00	21.192.644,49	22.720.393,61
8 VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	3.405.550,00	2.044.038,50	2.191.521,20
9 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	21.230.300,00	21.111.421,00	22.589.220,50
10 ESPORTE PARA TODOS	694.600,00	743.222,00	795.247,55
11 RESGATANDO A CULTURA	1.942.350,00	794.314,50	849.916,55
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	53.500,00	57.245,00
Total da entidade:	62.006.675,00	59.925.796,24	64.021.996,08
<b>2 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLESC.-IMBITUBA</b>			
15 PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	142.500,00	152.475,00	163.148,26
Total da entidade:	142.500,00	152.475,00	163.148,26
<b>7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>			
12 SEGURANÇA - FUNREBOM	417.300,00	446.511,00	477.766,77
Total da entidade:	417.300,00	446.511,00	477.766,77
<b>8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>			
8 VOCAÇÃO NATURAL PARA O TURISMO	10.700,00	11.449,00	12.250,43
Total da entidade:	10.700,00	11.449,00	12.250,43
<b>12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>			
13 GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	2.562.600,00	2.741.982,00	2.933.920,75
Total da entidade:	2.562.600,00	2.741.982,00	2.933.920,75
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>			
14 SAÚDE - PRIORIZAÇÃO PELA VIDA	20.603.596,00	21.831.847,73	23.360.077,14
Total da entidade:	20.603.596,00	21.831.847,73	23.360.077,14
<b>14 - CAMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA</b>			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	3.200.000,00	3.008.046,00	3.211.609,22
Total da entidade:	3.200.000,00	3.008.046,00	3.211.609,22
<b>15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>			
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	10.085.700,00	10.791.699,00	11.547.117,93
Total da entidade:	10.085.700,00	10.791.699,00	11.547.117,93
<b>16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>			
7 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA O CIDADÃO	187.250,00	200.357,50	214.382,53
17 QUALIDADE AO TRANSITO	395.900,00	423.613,00	453.265,91
Total da entidade:	583.150,00	623.970,50	667.648,44
<b>17 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>			
18 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	26.750,00	28.622,50	30.626,08
Total da entidade:	26.750,00	28.622,50	30.626,08
<b>18 - FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>			
19 PREVENÇÃO AS DROGAS	6.475,00	6.928,25	7.413,23
Total da entidade:	6.475,00	6.928,25	7.413,23

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**Página: 2/2  
Data: 27/09/2013**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>			
20 VIVER BEM	385.000,00	411.950,00	440.786,50
Total da entidade:	385.000,00	411.950,00	440.786,50
Total geral:	100.030.446,00	99.981.277,22	106.874.360,83

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 1/1

Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	95.060.430,00	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	700.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50		
RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.685.585,00	INVESTIMENTOS	21.801.150,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.300.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.170.834,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.170.834,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00		
Deficit	13.140.850,00				
Total	100.030.446,00	Total	100.030.446,00		
		Deficit do orçamento corrente	13.140.850,00		
RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00				
Total	13.140.850,00	Total	13.140.850,00		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00	86,86 %	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	75,86 %
RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13,14 %	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	24,09 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,05 %
Total	100.030.446,00	100,00 %	Total	100.030.446,00	100,00 %

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 1/4  
 Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		44.098.900,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		25.058.900,00	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	5.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.053.900,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		700.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	700.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		18.340.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	860.000,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	3.000,00		
3.3.80.00.00.00.00.00	Transferencias ao Exterior	8.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.469.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		17.857.775,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.557.775,00	
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	1.500,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.556.275,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.300.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.300.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		50.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>62.006.675,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>62.006.675,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN.DOS DIR.DA CRIANCA E ADOLESC.-IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		112.350,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		112.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	112.350,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		30.150,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.150,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.150,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>142.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>142.500,00</b>
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUN. REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		267.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		267.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	267.500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		149.800,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		149.800,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	149.800,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>417.300,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>417.300,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		10.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.700,00	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 2/4  
 Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - FUNDO MUN DE DESENV TURISMO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.700,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>10.700,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>10.700,00</b>
<b>Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.516.600,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.737.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.737.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		779.600,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	60.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	719.100,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		46.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		46.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	46.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>2.562.600,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>2.562.600,00</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		18.664.996,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.622.528,50	
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	20.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.602.528,50		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.042.467,50	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	150.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	234.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.658.467,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.938.600,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.938.600,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.938.600,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>20.603.596,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>20.603.596,00</b>
<b>Entidade: 14 - CAMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.664.300,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.354.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.354.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		310.300,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	310.300,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		535.700,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		535.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	535.700,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.200.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.200.000,00</b>
<b>Entidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		7.010.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.010.700,00	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 3/4  
 Data: 27/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.010.700,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		3.075.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.075.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.075.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>10.085.700,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>10.085.700,00</b>
<b>Entidade: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		476.150,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		476.150,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	476.150,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		107.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		107.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	107.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>583.150,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>583.150,00</b>
<b>Entidade: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		26.750,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.750,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.750,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>26.750,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>26.750,00</b>
<b>Entidade: 18 - FUNDO MUN. PREVENCAO DE DROGAS DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		5.350,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.350,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.125,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.125,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.125,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>6.475,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>6.475,00</b>
<b>Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		25.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		25.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		360.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		360.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	360.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

Página: 4/4

Data: 27/09/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE IMBITUBA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	360.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>385.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>385.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				<b>100.030.446,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>100.030.446,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	95.060.430,00	101.714.660,10	108.729.080,50
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	18.942.242,10	20.268.199,05
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	15.633.350,00	16.727.684,50	17.898.622,42
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.633.350,00	4.957.684,50	5.304.722,42
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.000.000,00	3.210.000,00	3.434.700,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	433.350,00	463.684,50	496.142,42
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	5.350,00	5.724,50	6.125,22
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.200.000,00	1.284.000,00	1.373.880,00
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.000.000,00	11.770.000,00	12.593.900,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.000.000,00	11.770.000,00	12.593.900,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	2.069.680,00	2.214.557,60	2.369.576,63
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.241.500,00	1.328.405,00	1.421.393,35
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	150.000,00	160.500,00	171.735,00
1.1.2.1.30.00.00.00.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	984.500,00	1.053.415,00	1.127.154,05
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	828.180,00	886.152,60	948.183,28
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	4.280,00	4.579,60	4.900,17
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	695.500,00	744.185,00	796.277,95
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	128.400,00	137.388,00	147.005,16
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	1.949.540,00	2.086.007,80
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.822.000,00	1.949.540,00	2.086.007,80
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	413.742,25	442.704,24
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	42.800,00	45.796,00	49.001,72
1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	42.800,00	45.796,00	49.001,72
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	343.875,00	367.946,25	393.702,52
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	343.875,00	367.946,25	393.702,52
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	22.875,00	24.476,25	26.189,62
1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Royalties	250,00	267,50	286,22
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	5.000,00	5.350,00	5.724,50
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	11.250,00	12.037,50	12.880,16
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNAE	3.750,00	4.012,50	4.293,38
1.3.2.5.01.05.01.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Creche	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.01.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Pré Escolar	1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.05.01.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE - Fundamental	1.250,00	1.337,50	1.431,13

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PNATE	3.750,00	4.012,50	4.293,39
1.3.2.5.01.05.02.01.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Infantil	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.02.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Fundamental	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.02.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE - Médio	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - SAL. EDUCAÇÃO	2.500,00	2.675,00	2.862,26
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE - PDDE	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	1.250,00	1.337,50	1.431,13
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS	5.125,00	5.483,75	5.867,61
1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Bolsa Família	875,00	936,25	1.001,79
1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Média Complexidade	500,00	535,00	572,45
1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - Sentinela	1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Básico Fixo	850,00	909,50	973,17
1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FNAS-Piso Fixo III MSE	1.250,00	1.337,50	1.431,12
1.3.2.5.01.10.06.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNAS - IGD-SUAS	400,00	428,00	457,96
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração Depósitos de Recursos não Vinculados	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	10.751.520,50	11.398.521,06
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	48.150,00	51.520,50	55.126,94
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	48.150,00	51.520,50	55.126,94
1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
1.6.0.0.41.00.00.00.99	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	10.000.000,00	10.700.000,00	11.343.394,12
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.685.585,00	67.073.575,95	71.768.726,30
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	61.586.885,00	65.897.966,95	70.510.824,67
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	28.081.235,00	30.046.921,45	32.150.205,98
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	18.756.420,00	20.069.369,40	21.474.225,26
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	18.750.000,00	20.062.500,00	21.466.875,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.420,00	6.869,40	7.350,26
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	307.090,00	328.586,30	351.587,34
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	71.690,00	76.708,30	82.077,88
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	235.400,00	251.878,00	269.509,46
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.061.150,00	7.555.430,50	8.084.310,67
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Atenção Básica	4.228.750,00	4.524.762,50	4.841.495,89
1.7.2.1.33.01.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.041.300,00	1.114.191,00	1.192.184,37
1.7.2.1.33.01.02.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	3.187.450,00	3.410.571,50	3.649.311,52
1.7.2.1.33.01.02.01.00	Saúde da Família (ESF)	1.191.250,00	1.274.637,50	1.363.862,13
1.7.2.1.33.01.02.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.041.250,00	1.114.137,50	1.192.127,13

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
1.7.2.1.33.01.02.03.00	Saúde Bucal - SB	200.750,00	214.802,50	229.838,68
1.7.2.1.33.01.02.04.00	Núcleo Apoio Família - NASF	271.400,00	290.398,00	310.725,86
1.7.2.1.33.01.02.05.00	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	431.800,00	462.026,00	494.367,82
1.7.2.1.33.01.02.06.00	Programa Saúde na Escola	51.000,00	54.570,00	58.389,90
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Atenção de MAC - Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00	2.189.220,00	2.342.465,41
1.7.2.1.33.02.01.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	2.046.000,00	2.189.220,00	2.342.465,41
1.7.2.1.33.02.01.01.00	Teto Financeiro	1.918.750,00	2.053.062,50	2.196.776,88
1.7.2.1.33.02.01.03.00	CEO-Centro de Especialidades Odontológicas	127.250,00	136.157,50	145.688,53
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilância em Saúde	384.900,00	411.843,00	440.672,02
1.7.2.1.33.03.03.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	101.150,00	108.230,50	115.806,64
1.7.2.1.33.03.03.01.00	Incentivo HIV AIDS e outras DST	101.150,00	108.230,50	115.806,64
1.7.2.1.33.03.04.00.00	Vigilância e Promoção da Saúde	283.750,00	303.612,50	324.865,38
1.7.2.1.33.03.04.01.00	Vigilância em Saúde - PFVPS - Piso Fixo	283.750,00	303.612,50	324.865,38
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistência Farmacêutica	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Básico da Assistência Farmacêutica	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	214.000,00	228.980,00	245.008,60
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Gestão do SUS	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.1.33.05.01.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.1.33.05.01.01.00	Gestão de Políticas de Saúde	187.500,00	200.625,00	214.668,75
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	356.875,00	381.856,25	408.586,20
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferências do FNAS - Programa Sentinela	143.750,00	153.812,50	164.579,38
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Transição Média Comp	20.000,00	21.400,00	22.898,00
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transferências do FNAS - PETI	20.375,00	21.801,25	23.327,34
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferências do FNAS - Bolsa Família	43.000,00	46.010,00	49.230,70
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Básico Fixo	82.500,00	88.275,00	94.454,25
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências do FNAS - Piso Méd. Compl. III MSE	28.750,00	30.762,50	32.915,88
1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transferências do FNAS - IGD SUAS	18.500,00	19.795,00	21.180,65
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.433.850,00	1.534.219,50	1.641.614,85
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	886.050,00	948.073,50	1.014.438,64
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	4.100,00	4.387,00	4.694,09
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	424.400,00	454.108,00	485.895,56
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Creche	159.250,00	170.397,50	182.325,32
1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Pré-Escola	62.950,00	67.356,50	72.071,46
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Fundamental	138.000,00	147.660,00	157.996,20
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. do FNDE - PNAE Programa Mais Educação	64.200,00	68.694,00	73.502,58
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	119.300,00	127.651,00	136.586,56

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Infantil	9.450,00	10.111,50	10.819,30
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Fundamental	79.000,00	84.530,00	90.447,10
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. do FNDE - PNATE Médio	30.850,00	33.009,50	35.320,16
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	80.250,00	85.867,50	91.878,22
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00	91.592,00	98.003,44
1.7.2.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências da União	85.600,00	91.592,00	98.003,44
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	23.584.950,00	25.235.896,50	27.002.409,26
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	22.143.750,00	23.693.812,50	25.352.379,37
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	18.500.000,00	19.795.000,00	21.180.650,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.250.000,00	3.477.500,00	3.720.925,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	126.250,00	135.087,50	144.543,62
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	521.000,00	557.470,00	596.492,91
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Estado - Farmácia Básica	193.750,00	207.312,50	221.824,38
1.7.2.2.33.03.00.00.00	Estado - Co-Financiamento Atenção Básica	291.500,00	311.905,00	333.738,35
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Estado - Média e Alta Complexidade	35.750,00	38.252,50	40.930,18
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	920.200,00	984.614,00	1.053.536,98
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	920.200,00	984.614,00	1.053.536,98
1.7.2.2.99.01.01.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Fundamental	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.7.2.2.99.01.02.00.00	Transf. do Estado Passe Escolar - Médio	492.200,00	526.654,00	563.519,78
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.920.700,00	10.615.149,00	11.358.209,43
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.920.700,00	10.615.149,00	11.358.209,43
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	1.098.700,00	1.175.609,00	1.257.901,63
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	660.000,00	706.200,00	755.634,00
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	585.000,00	625.950,00	669.766,50
1.7.6.1.02.01.00.00.00	Programa PRO-JOVEM	585.000,00	625.950,00	669.766,50
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	75.000,00	80.250,00	85.867,50
1.7.6.1.99.00.00.00.01	União - Imbituba Digital	75.000,00	80.250,00	85.867,50
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	438.700,00	469.409,00	502.267,63
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	438.700,00	469.409,00	502.267,63
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Estado - Calendário Anual de Eventos	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.7.6.2.99.02.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	2.584.039,30	2.764.922,05
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.120.290,00	1.198.710,30	1.282.620,02
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	232.190,00	248.443,30	265.834,33
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	53.500,00	57.245,00	61.252,15

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	171.200,00	183.184,00	196.006,88
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	7.490,00	8.014,30	8.575,30
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	620.600,00	664.042,00	710.524,94
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	428.000,00	457.960,00	490.017,20
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	85.600,00	91.592,00	98.003,44
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	107.000,00	114.490,00	122.504,30
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	267.500,00	286.225,00	306.260,75
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.700,00	11.449,00	12.250,43
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.230.500,00	1.316.635,00	1.408.799,45
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.230.500,00	1.316.635,00	1.408.799,45
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	749.000,00	801.430,00	857.530,10
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	160.500,00	171.735,00	183.756,45
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	321.000,00	343.470,00	367.512,90
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	53.500,00	57.245,00	61.252,15
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	53.500,00	57.245,00	61.252,15
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	7.009.409,50	7.500.068,18
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.1.1.9.01.00.00.00.00	Outras Oper. Cred. Interna - Pavimentação de Vias	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	85.650,00	91.645,50	98.060,69
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00	5.847.764,00	6.257.107,49
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.779.500,00	1.369.065,00	1.464.899,56
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.312.000,00	868.840,00	929.658,81
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	462.000,00	494.340,00	528.943,81
2.4.2.1.01.01.00.00.00	União - Constr. e Reforma Unidades de Saúde	172.750,00	184.842,50	197.781,49
2.4.2.1.01.02.00.00.00	União - Aquisição de Veículos	137.500,00	147.125,00	157.423,75
2.4.2.1.01.03.00.00.00	União - Reequipamento Unidades de Saúde	64.250,00	68.747,50	73.559,82
2.4.2.1.01.04.00.00.00	União - Centro de Referência em Saúde	87.500,00	93.625,00	100.178,75
2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.2.1.02.01.00.00.00	Proinfancia - PAC II - Construção de Creches	1.500.000,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.1.99.01.00.00.00	União - Programa Viver Bem	350.000,00	374.500,00	400.715,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	467.500,00	500.225,00	535.240,75
2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	467.500,00	500.225,00	535.240,75
2.4.2.2.01.01.00.00.00	Constr., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	192.500,00	205.975,00	220.393,25
2.4.2.2.01.02.00.00.00	Construção da Secretaria Municipal de Saúde	275.000,00	294.250,00	314.847,50
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.275.700,00	4.478.699,00	4.792.207,93
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	5.570.000,00	2.247.000,00	2.404.290,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	5.570.000,00	2.247.000,00	2.404.290,00
2.4.7.1.99.02.00.00.00	União - Pavimentação de Vias Públicas	600.000,00	642.000,00	686.940,00
2.4.7.1.99.03.00.00.00	União - Sinalização para o Trânsito Turístico	500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.04.00.00.00	União - Urbanização da Orla Marítima	500.000,00	535.000,00	572.450,00
2.4.7.1.99.05.00.00.00	União - Centro Multimeios Usina do Saber	1.200.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.06.00.00.00	União - Construção Centro de Multiuso	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.1.99.07.00.00.00	União - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.09.00.00.00	União - Centro de Comercialização-Mercado Público	800.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.10.00.00.00	União - Patrulha Mecanizada Agrícola	400.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.11.00.00.00	União - Construção de Trapiches	300.000,00	0,00	0,00
2.4.7.1.99.12.00.00.00	União - Constr. Reequip. Reforma de Embarcações	150.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	3.705.700,00	2.231.699,00	2.387.917,93
2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	75.000,00	80.250,00	85.867,50
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.630.700,00	2.151.449,00	2.302.050,43
2.4.7.2.99.01.00.00.00	Estado - Pavimentação de Vias Públicas	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.2.99.02.00.00.00	Estado - Construção do Santuário de Santa Paulina	1.500.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.99.03.00.00.00	Estado - Construção do Centro de Multiuso	1.000.000,00	1.070.000,00	1.144.900,00
2.4.7.2.99.04.00.00.00	Estado - Centro Municipal de Atletismo	120.000,00	0,00	0,00
2.4.7.2.99.06.00.00.00	Estado - Família Acolhedora	10.700,00	11.449,00	12.250,43
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.170.834,00	-8.742.792,38	-9.354.787,85
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.170.834,00	-8.742.792,38	-9.354.787,85
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.170.834,00	-8.742.792,38	-9.354.787,85
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-8.170.834,00	-8.742.792,38	-9.354.787,85
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.767.334,00	-4.031.047,38	-4.313.220,70
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.751.284,00	-4.013.873,88	-4.294.845,05
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.750.000,00	-4.012.500,00	-4.293.375,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.284,00	-1.373,88	-1.470,05
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-16.050,00	-17.173,50	-18.375,65

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

**Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/7

Data: 15/08/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00	-4.711.745,00	-5.041.567,15
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-4.403.500,00	-4.711.745,00	-5.041.567,15
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-3.700.000,00	-3.959.000,00	-4.236.130,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-650.000,00	-695.500,00	-744.185,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-53.500,00	-57.245,00	-61.252,15
Total geral:		100.030.446,00	99.981.277,22	106.874.360,83



**Portaria PMI/DGP N° 605/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 605, de 01 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KARINA MARIOT DO NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 005.381.469-07, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP N° 606/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 606, de 02 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSIANE DA SILVA COSTA, brasileira, Psicóloga, inscrita no CPF sob o n.º 806.483.129-68, para exercer o cargo de Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC n° 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 35/2013 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO N° 52/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 16 de outubro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para aquisição de camisetas personalizadas, para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 04 de outubro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Iomerê**

**PREFEITURA**

**Decreto 1456/2013**

DECRETO N°. 1456 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 1.300,00 (um mil trezentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2061 Manutenção do Fundo de Saúde

31900000 Aplicações Diretas

102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde

R\$ 1.300,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 01 de outubro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Portaria N.º 328/2013

PORTARIA N.º 328/2013

"DISPENSA A PEDIDO, SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a servidora SILVANA KOMAN, das atividades de Agente Comunitária de Saúde (40h/sem), para as quais foi contratado através da Portaria n.º 185/2013 de 02/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Portaria N.º 324/2013

PORTARIA N.º 324/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário, IOLANDA KOZOWSKI CUJA, nascida em 30/08/1980, portador do CPF n 037.149.629-21, RG. n.º 4.470.318, SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Portaria N.º 325/2013

PORTARIA N.º 325/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo

105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/ e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n.º. 064/2013, de 26/02/2013 e LC n.º 056/2012 de 10/02/2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA APARECIDA CUNHA, nascida em 11/06/1987, portadora do CPF n.º 071.499.129-58, RG. n.º 5.560.879, SESP/SC, para no período de 01/10/2013 a 17/12/2013, exercer as atividades de Professora de Arte ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n.º 011/2013, Contrato de Trabalho n.º 052/2013, para atuar nas classes de séries iniciais nas Escolas multisseriadas, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Portaria N.º 326/2013

PORTARIA N.º 326/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário, ANTONIO DILSON TEODORO, nascido em 25/12/1969, portador do CPF n 860.324.539-87, RG. n.º 2.319.660, SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Portaria N.º 327/2013.

PORTARIA N.º 327/2013.

"EXONERA SERVIDOR EFETIVO À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido o servidor DIRCEU DE OLIVEIRA, nascido em 07/02/1967, portador do CPF n.º 622.286.929-72, RG n.º 4.715.323-9, do Cargo Efetivo de Operador de Draga, para o qual foi admitido em data de 02/02/1998, através da Portaria n.º 011/1998, de 02/02/1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2013.

Art. 3º Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 Outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Extrato de Declaração de Inexigibilidade Saude**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
Processo Licitatório nº 16/2013  
Inexigibilidade de Licitação nº 02/2013  
Comissão Permanente de Licitações  
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que a Srtª Giseli Kempinski, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº 16/2013, declarou a inexigibilidade de licitação, para contratação da empresa Laboratório de Análises Clínicas Gianne Ltda - ME, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de contratar Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência a Saúde, para realização de exames laboratoriais, para pacientes usuários do SUS.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo.

Nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 01 de outubro de 2013.  
JOSÉ OSNIR CARDOSO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

#### **Extrato de Homologação 52/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 52/2013  
CONCORRÊNCIA Nº. 02/2013 - Registro de Preços

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

Irineópolis, 02 de outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Homologação 61/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2013  
INEXIGIBILIDADE Nº. 08/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Marcos Roberto Moecke ME.

Irineópolis, 03 de outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Homologação 62/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2013  
INEXIGIBILIDADE Nº. 09/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Cerâmica Ouro da Terra Ltda. EPP.

Irineópolis, 03 de outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Justificativa de Inexigibilidade Saude**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATORIO 16/2013  
INEXIGIBILIDADE 002/2013  
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Ref. Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2013

**CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:** o Município de Irineópolis necessita contratar Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência a Saúde, para realização de exames laboratoriais, para pacientes usuários do SUS, devido a alta demanda de exames e o alto custo para aquisição dos equipamentos que serão utilizados para a realização dos exames no laboratório da Unidade Sanitária, também não possui adequação conforme RDC 302 e falta de recursos humanos.

**RAZÃO DA ESCOLHA:** A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação da empresa Laboratório de Análises Clínicas Gianne Ltda - ME, dar-se-á pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8.999/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 01 de outubro de 2013.  
JOSÉ OSNIR CARDOSO  
PRESIDENTE

#### **Ata de Registro de Preços 08/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 52/2013

**CONCORRÊNCIA 02/2013**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2013**  
**VALIDADE 12 MESES**

Presentes à Sessão Pública de abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação, relativo ao Processo Licitatório nº 52/2013, Concorrência nº 02/2013, os membros da Comissão os membros da Comissão Permanente de Licitação designados através da Portaria nº 127/2013, Sr. José Osnir Cardoso - Presidente, Sra. Sintia Bendlin Franz - Secretária, Sr. Fabiano Fagundes, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Marcia Maria Kerscher - membros.

O Extrato do presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União na edição do dia 22/08/2013, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na Edição do dia 21/08/2013; Jornal A Notícia - Jornal de Circulação Estadual, na Edição dia 22/08/2013; Jornal Diário do Planalto, Jornal de Circulação Regional, na Edição do dia 21/08/2013; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 21/08/2013, DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na Edição do dia 21/08/2013; e no site oficial do Município - [.sc.gov.br](http://.sc.gov.br) no dia 22/08/2013; para dar amplo conhecimento aos interessados e [www.irineopolis.org.br](http://www.irineopolis.org.br) divulgação do presente certame.

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros presentes, realizou a análise dos documentos da empresa que se apresentou para o certame: Quantum Engenharia Elétrica Ltda., e verificou que a mesma apresentou todos os documentos em conformidade com o Item 05 (cinco) do Edital, sendo assim considerada HABILITADA.

A empresa proponente apresentou Termo de Renúncia na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, declarando que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar. Renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas.

Presentes à Sessão Pública de abertura dos envelopes contendo as propostas de Preços, relativo ao Processo Licitatório nº 52/2013, Concorrência nº 02/2013, os membros da Comissão os membros da Comissão Permanente de Licitação designados através da Portaria nº 127/2013, Sr. José Osnir Cardoso - Presidente, Sra. Sintia Bendlin Franz - Secretária, Sr. Fabiano Fagundes, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Marcia Maria Kerscher - membros. A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo do valor máximo estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Contratação de empresa para execução de Serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município, de acordo com Projeto Básico.

Os serviços de manutenção do sistema englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema de iluminação pública, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas e a triagem e recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

Elaborar projetos elétricos e luminotécnicos viários e decorativos ou de destaque, realizados por profissional legalmente habilitado, submetidos e aprovados pela concessionária de energia.

Assegurar a normalidade operacional do sistema e a qualidade do serviço de iluminação pública desejada pelo Município.

Os materiais a serem usados na prestação de serviços deverão ser entregues pela empresa vencedora do certame, de boa qualidade, dentro das normas da Concessionária CELESC.

O suprimento de materiais para reposição no sistema de iluminação pública é de responsabilidade da contratada, que deverá manter estoque de materiais em quantidade adequada para assegurar o pronto restabelecimento do sistema e a continuidade dos serviços de manutenção, sob pena de multas.

Para a execução dos serviços de ampliação a empresa deverá colocar toda a estrutura de mão de obra, equipamentos e veículos necessários à perfeita execução da obra.

O Valor total, incluindo materiais e mão de obra é de R\$ 184.314,89 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais, oitenta e nove centavos).

Irineópolis, 02 de outubro de 2013.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 139/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 139/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Marcos Roberto Moecke ME

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de hora/máquina, para programas diversos no município

Valor estimado: R\$ 460.800,00 (Quatrocentos e sessenta mil e oitocentos reais).

Vigência - 03/10/2013 a 02/10/2014

Base Legal - Processo Licitatório 61/2013 - Inexigibilidade nº. 08/2013

Lei 8.666/93 consolidada

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 140/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 140/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Cerâmica Ouro da Terra Ltda. EPP

Objeto: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de hora/máquina, para programas diversos no município

Valor estimado: R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais).

Vigência - 03/10/2013 a 02/10/2014

Base Legal - Processo Licitatório 62/2013 - Inexigibilidade nº. 09/2013

Lei 8.666/93 consolidada

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

## Itá

## PREFEITURA

## Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 461 a 474



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 461/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMR3568	55511122D	6599/2	02/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 462/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH5011	55511372D	5045/0	08/09/2012	162 * V
LZH5011	55511373D	6599/2	08/09/2012	230 * V
MGH5730	55511402D	5010/0	18/08/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 463/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN7079	54139185D	6920/0	25/08/2011	R\$ 127,69	233
MET6230	54139142D	6920/0	03/08/2011	R\$ 127,69	233
MGY0641	55274328C	6920/0	02/08/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 464/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOV5983	55890002D	6599/2	18/08/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 465/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCF6612	55511176D	5207/0	13/09/2012	169
MCF6612	55511177D	5215/2	13/09/2012	170
MCF6612	55511413D	5169/1	13/09/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 466/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAN9039	55511406D	6599/2	05/09/2012	230 * V
AAN9039	55511407D	5010/0	05/09/2012	162 * I
AAN9039	55511408D	5118/0	05/09/2012	164 c/c 162 * I
ABQ5506	55511125D	6599/2	14/09/2012	230 * V
AQD9372	55511405D	6920/0	05/09/2012	233
LYP6776	55511175D	5010/0	05/09/2012	162 * I
LYP6776	55511409D	6599/2	05/09/2012	230 * V
LYP6776	55511410D	5118/0	05/09/2012	164 c/c 162 * I
LYZ2560	55511123D	5010/0	09/09/2012	162 * I
LZQ4027	55511374D	5045/0	08/09/2012	162 * V
LZQ4027	55511375D	5142/0	08/09/2012	164 c/c 162 * V
LZQ4027	55511376D	6637/2	08/09/2012	230 * IX
MES5052	55511371D	6610/2	02/09/2012	230 * VII
MJV6734	55248380C	5525/0	22/09/2012	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 467/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX4965	55511366D	5010/0	22/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZX4965	55511367D	5118/0	22/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCQ5875	55511326D	6920/0	23/07/2012	R\$ 127,69	233
MIG5630	55248379C	6920/0	01/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 468/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFT1084	55511128D	5525/0	03/10/2012	181 * XV
CQD8052	55511084D	5045/0	04/10/2012	162 * V
MIZ3638	55511180D	5010/0	24/09/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 469/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSJ2944	55511369D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
CSJ2944	55511370D	6637/2	11/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 470/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ2819	55511414D	6670/0	05/10/2012	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 471/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZN3457	55890004D	5010/0	19/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZN3457	55890005D	5118/0	19/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZN3457	55890006D	6599/2	19/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZN3457	55890007D	6912/0	19/09/2012	R\$ 53,20	232
LZN3457	55890008D	6556/1	19/09/2012	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 472/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL2646	55511378D	5010/0	18/11/2012	162 * I
MGZ8519	55511452D	7048/1	29/10/2012	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 338 473/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ1351	55511088D	5118/0	01/11/2012	164 c/c 162 * I
LZZ1351	55511131D	5010/0	01/11/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 338 474/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGB9972	55511129D	5010/0	04/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGB9972	55511130D	5118/0	04/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 2 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Portaria N° 210/2013

Portaria n° 210 de 03 de outubro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n° 39/2011;

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, ao servidor municipal Érico Carlos Matter sob matrícula n° 2907/01, a partir de 03/10/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 03 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

#### Extrato do Contrato N°118-a/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N°118-A/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DENISE DE CASTRO.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Português.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência: Nenhuma

VIGÊNCIA: 02/09/2013 até 30/09/2013

Itapiranga - SC.02 de setembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Convite N° 13/2013 - Processo N° 101/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 14/10/2013 às 09:30, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09:00 estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges, n.º 201-Itapema do Norte, Licitação na

modalidade Convite n° 13/2013 - Processo n° 101/2013, para a Aquisição de material gráfico para uso da Vigilância em Saúde, Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24horas e Centro de Reabilitação e NASF, conforme especificações constantes no edital. O Edital contendo especificações para averiguação poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), como também consultado pelo site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 03 de outubro de 2013.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo 02 ao Contrato 017/2012/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 017/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor Aditado: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Vigência: Início: 02/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: Inexigibilidade de Licitação N° 001/2012 - IL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, INCLUSIVE A ENTREGA DOS CARNÊS DE IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS N° 9912289995.

Jacinto Machado - SC, 2 de Outubro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Extrato Alteração Leilão 1/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE ALTERAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 102/2013/PMJ

EDITAL LEILÃO N° 1/2013/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Leilão N° 1/2013/PMJ, cujo extrato foi publicado em 23/09/2013, tendo por objeto a venda de ativos inservíveis, ao final deste Edital discriminados, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa Mai-Ativo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID).

OBJETO DO LEILÃO: Veículos, equipamentos e mobiliários:

1) No Anexo I - RELAÇÃO DOS BENS A SEREM APREGOADOS:

Fica excluído o lote 15 - CARRETA AGRÍCOLA FACCHINI - Carreta agrícola tipo reboque marca FACCHINI - Com 02 eixos - 04 Pneus ruins - Cor Verde - VMC - 250,00.

2) Em função da exclusão desse lote, fica alterado o valor constante ao final da tabela do referido anexo: Onde se lê: "123.298,00"; Leia-se: "123.048,00".

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefone 0xx49 3527- 8805 e 0xx49 3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 01 de outubro de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

### **Extrato Homologação PL 39/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 39/2013/FMS - PP 32/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

- Empresas Vencedoras:

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

VALOR R\$ 17.532,00

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA

VALOR R\$ 12.488,20

COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

VALOR R\$ 11.792,00

DILSO LUIZ FRAPORTI

VALOR R\$ 3.044,00

EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME

VALOR R\$ 12.712,00

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 600,00

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR R\$ 15.541,94

SUPERAR LTDA

VALOR R\$ 56.938,00

TARSIO CALEB COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA

VALOR R\$ 4.432,00

WEIKAN TECNOLOGIA LTDA

VALOR R\$ 77.073,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de outubro de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito

### **Extrato PP 33/2013/FMS - PL 40/2013/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2013/FMS

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013/FMS**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos manipulados por farmácia especializada, para a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 18/10/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 18/10/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 02 de outubro de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

### **Extrato PP 58/2013/PMJ - PL 98/2013/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2013/PMJ

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de tubos de concreto, brita graduada de 2ª categoria e areia média com pedrisco, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial e à recuperação das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 21/10/2013. Processamento do Pregão: às 15h do dia 21/10/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 02 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Extrato PP 59/2013/PMJ - PL 99/2013/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagem de pneus utilizados nos caminhões da frota municipal. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 17/10/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/10/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da

publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 02 de outubro de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

### Aditivo Ata 1/2013 FMS TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2013/FMS - TA 01

Aos dois dias do mês de outubro de 2013, o Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, e a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.607.956/0001-81, estabelecida na RUA OTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1132, Bairro CENTRO, no Município de FRANCISCO BELTRÃO/PR, neste ato representada pelo Sr. ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, portador da Carteira de Identidade nº 302.390.4794 e CPF nº 413.598.600-53, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 1/2013/FMS, firmada em 24/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 47/2012/FMS, instaurado pelo Edital PP nº 27/2012/FMS para Sistema de Registro de Preços, homologado no dia 24/01/2013, cujo objeto é o Registro de Preços de medicamentos, visando eventuais requisições futuras, com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 67 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$
67	Carbamazepina 2% solução oral 100 ml - GENÉRICO Lei 9787/1999	fr	MEDLEY	8,25

Permanecem inalteradas as ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 1/2013/FMS.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 02 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA  
ANGELO FOLLADOR SOBRINHO

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### Aditivo Contrato 02/2013 FMS TA 03

CONTRATO Nº 02/2013/FMS - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.583.334/0001/40, estabelecida na Av. Santa Terezinha, n. 900, Térreo, Bairro Menino Deus, no Município de Joaçaba, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DOACIR BORDIGNON, portador da Carteira de Identidade nº 562.669/SSP/SC e CPF nº 249.651.629/00, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, n. 37, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 02/2013/FMS, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 43/2012/FMS, instaurado pelo Edital PP nº 25/2012/FMS, homologado no dia 02/01/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde e os dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 15.650,00 (quinze mil seiscentos e cinquenta reais), correspondentes a 9,3887% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar do seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Gasolina comum	5.000	lto	PETRO-BRAS	3,13	15.650,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 02 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA.

DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_



**Aditivo Contrato 52/2009 TA 06**  
CONTRATO Nº 52 / 2009 - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.158.876/0001-47, estabelecida na Arthur Pereira Alves s/ nº - Bairro Jardim Cidade Alta, nesta cidade de Joaçaba(SC), representada neste ato pelo Sr. HERMES JOSÉ BERSAGHI, brasileiro, viúvo, portador do CPF nº 561.335.889-34 residente e domiciliado no mesmo endereço, nesta cidade de Joaçaba(SC), neste ato simplesmente identificada como CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 52/2009, celebrado em 17 de fevereiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação 161/2008, instaurado através do Edital PP nº 98/2008, homologado no dia 17 de fevereiro de 2009, que tem como objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionista em 03 (três) postos de trabalho relacionados abaixo, para atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Eventos, ao Departamento de Ação Social e à Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor mensal do contrato fica suprimido em R\$ 2.343,67 (dois mil trezentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos), correspondentes a 16,67% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal supressão refere-se à redução de 01 (uma) recepcionista do Abrigo Municipal Frei Bruno, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Em virtude disso, o valor total mensal a ser pago à CONTRATADA passa a ser de R\$ 11.718,35 (onze mil setecentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 02 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
HERMES JOSÉ BERSAGHI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**Extrato do Contrato de Outorga Nº 51/2013**  
EXTRATO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 51/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),  
CONVENIADO: TAINARA DEL CASTANHEL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 800,00

JOAÇABA - SC, 27 DE SETEMBRO DE 2013  
MIRIAN DOLZAN - Superintendente  
TAINARA DEL CASTANHEL - Atleta



**O Poder Legislativo**  
**Municipal Acessível ao Cidadão**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Ata Registro Preço 10/2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/15

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013****Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 02/10/2013****Válido até: 01/10/2014**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CADEIRA LONGARINA - Cadeira de espera fixa tipo longarina. Assento plástico injetado em polipropileno copolímero de alta resistência com três lugares. Estrutura de sustentação e suporte do encosto em tubo de aço. Ponteiras em polipropileno injetado. Dimensões aproximadas: 1.415 x 525 x 815 mm (L x P x A). Encosto: 260 x 460 mm (A x L). Assento: 400 x 460 mm (P x L). Cor: preta.	UN	DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	alf	0	209,0000	1
			TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7009)	PLAXMETAL	0	210,0000	2
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	P. Parana	0	235,0000	3
2	ARMÁRIO 02 PORTAS - Armário 02 portas em Post Forming, tampos confeccionados em madeira aglomerada 25 mm com revestimento em fórmica e o restante em madeira aglomerada de 15 mm BP. Armário fechado, duas portas com divisória central, seis prateleiras, tamanho aproximado de 1,50 x 0,75 x 0,38 m, duas fechaduras e dois puxadores, tipo concha. Cor cinza cristal.	UN	TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7009)	MDP	0	608,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	dalpra PFA2PI	0	627,1000	2
3	CLIMATIZADOR DE AR 30.000 BTUs, com ar quente/frio, com controle remoto, modelo split, mínimo 03 anos de garantia, 220 V, baixo nível de ruído.	UN	SUPERAR LTDA (7632)	midea	0	3.799,0000	1
			ANDRADE PASSINI COM. DE MATERIAL ELETRICO LTDA (7918)	elgin	0	3.800,0000	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	admiral	0	3.950,0000	3
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	SPRINGER CARRIE	0	3.960,0000	4
4	CLIMATIZADOR DE AR 12.000 BTUs, com ar quente/frio, com controle remoto, modelo split, mínimo 03 anos de garantia, 220 V, baixo nível de ruído.	UN	SUPERAR LTDA (7632)	midea	0	1.445,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Página: 2/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013****Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 02/10/2013****Válido até: 01/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA (7921)		0	1.446,0000	2
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	samsung	0	1.490,0000	3
			WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (7917)	Midea	0	1.560,0000	4
5	CORTINA DE AR, medida mínima de 1,5 m de largura, baixo nível de ruído, mínimo 01 ano de garantia, com controle remoto, 220 V.	UN	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA (7921)	DU GOLD	0	592,0000	1
			SUPERAR LTDA (7632)	du'gold	0	593,0000	2
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	TOTAL LINE	0	704,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	MICROCOMPUTADOR COMPLETO, com as seguintes especificações mínimas: - PROCESSADOR: No mínimo 04 núcleos, memória cache mínima de 6MB, Frequência de 3GHZ e com controlador gráfico integrado. MEMÓRIA RAM: 4GB de memória, interface DDR3, com frequência mínima de 1.333MHz, com possibilidade de expansão. ARMAZENAMENTO: Disco Rígido com capacidade mínima de 500GB, SATA II (3GB/s), 7.200 RPM e cache de 16MB. UNIDADE ÓTICA: DVD-RW, interface SATA II, velocidades 22x8x16. PLACA MÃE: Com total suporte as características do Processador, Memória RAM e Disco Rígido. Mínimo de 2 Slots PCI, sendo pelo menos 1 PCI-Express. Memória, com pelo menos 04 slots / Controladores SATA mínimo 2 slots / Com saída onboard do vídeo, áudio e rede (10/100/1000). Mínimo 4 portas USB. GABINETE: Padrão ATX, Duto Lateral e com pelo menos 02 saídas USB 2.0/3.0 na parte frontal e áudio. / FONTE: Bivolt com potência real de pelo menos 350 W, a ser utilizada nas especificações acima. MONITOR: LED, mínimo de 20 polegadas, com dispositivo de áudio, resolução mínima 1600x900. TECLADO: Padrão ABNT/ABNT2, com bloco numérico independente, com LEDs indicativos de CAPS LOCK, NUM LOCK e SCROLL LOCK, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive o "Ç", com conector USB (sem uso de adaptador) MOUSE: Mouse óptico com fio e scroll, mínimo 400DPI, com funcionamento em qualquer superfície, e que acompanhe Mouse Pad, com conector USB (sem uso de adaptador). SISTEMA OPERACIONAL: Windows 7 Professional 64 Bits, com direito a "downgrade" para a versão 32 Bits, no idioma Português Brasileiro, devidamente registrado e licenciado em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, no banco de dados da Microsoft. APLICATIVOS DE PRODUTIVIDADE: Aplicativo Microsoft Office 2010 Home and Business 32/64Bits, devidamente registrado e licenciado em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, no banco de dados da Microsoft. Deve acompanhar todos os cabos para instalação, bem como CD's do Sistema Operacional, Drivers da placa-mãe e Aplicativo de produtividade. Garantia Mínima: 12 Meses.	UN	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (7917)	WKN + AOC	0	2.108,0000	1
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	brpc	0	2.220,0000	2
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Pauta	0	2.240,0000	3
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	Pauta/AOC	0	2.490,0000	4



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ESTABILIZADOR PARA COMPUTADOR, em conformidade com a NBR 14373/2006. Leds no painel frontal (indicando rede elétrica normal, alta crítica e baixa crítica). Chave liga/desliga. Potência BiFX 500VA. Tensão nominal de entrada 115/127/220 V e saída 115 V. Quatro tomadas elétricas de saída no padrão NBR 14136. Porta fusível externo com unidade reserva. Gabinete em plástico anti-chamas. Proteção contra surto de tensão. Proteção contra sub tensão e sobre tensão de rede elétrica com desligamento e rearme automático.	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	NHS	0	106,5000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Enermax	0	107,0000	2
			DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	ragtech	0	109,0000	3
8	ARQUIVO DE AÇO PASTAS SUSPENSAS, chapa 24, cor cinza, com 04 gavetas para pastas suspensas tamanho ofício, com porta etiqueta no lado externo, chave de travamento, gavetas deslizantes com rolamentos. Medidas: 1.330 x 466 x 600 mm (A x L x P)	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	big metal 600MM	0	287,0000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	lunasa	0	288,0000	2
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Lunasa	0	380,0000	3
9	REVISTEIRO/GUARDA REVISTA, em aço, cromado, com suporte para uso no chão, com, no mínimo, 08 hastes para colocação de revistas. Dimensões mínimas: 0,72 x 0,36 x 0,32 m.	UN	COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Cavaletti	0	82,0000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	cavaletti	0	82,3000	2
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	cavaletti 746	0	88,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	MESA COM GAVETEIRO em madeira MDF revestida com lâmina de madeira e acabamento em verniz; tampo com 25 mm de espessura e frente com 15 mm de espessura. Dimensões: 1,50 x 0,68 cm x 0,74 m; Estrutura metálica com ponteiros de plástico e acabamento em pintura epóxi a pó, com passagem para fiação. Três gavetas em MDF de 15 mm com corredeiras metálicas e fechadura de travamento. Cor: branca.	UN	COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Martinuci	0	409,0000	1
			TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7009)	MDP	0	410,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (7460)		0	411,0000	3
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	lunasa	0	420,0000	4
			SUPERAR LTDA (7632)	csn móveis	0	468,0000	5
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	atos	0	469,0000	6

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	<p>POLTRONA GIRATÓRIA TIPO DIRETOR - Poltrona giratória espaldar médio com braços tipo americano. Assento e encosto em compensado multilaminado de 14 mm moldado anatomicamente a quente, com bordas arredondadas, assento com curvatura na parte frontal para não permitir o estrangulamento na corrente sanguínea, ambos fixados à estrutura com porcas de garra; contra capa do encosto em polipropileno injetado, cor cinza médio; bordas com acabamento em perfil PVC para proteção contra impactos. Espuma poliuretano injetada anatomicamente com densidade controlada de 50 a 60 kg/m3, espessura de 60 mm no assento e no encosto. Revestimento em tecido de poliéster cor preta, fixado por grampos. Capa do assento e do encosto com costuras duplas em linhas curvas, revestida internamente com espuma e tela, acompanhando o design da cadeira. Base giratória com relax, com 05 hastes revestidas com polaina de polipropileno injetado cor preta, sobre rodízios de nylon com esferas de aço para facilitar o giro. Pino que suporta o rodízio soldado na extremidade das hastes, evitando que se solte com facilidade. Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico, com capa telescópica cor cinza médico, rolamento axial com esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulação a gás acionada por alavanca no lado direito, mola amortecedora a gás para aliviar o impacto na coluna vertebral. Ajuste de tensão da mola do relax através de manípulo frontal. Encosto apoiado e fixado ao assento com parafusos e arruela de pressão através de mola de aço de 3" x ¼". Os componentes metálicos com tratamento de superfície com fosfato de zinco. Pintura a pó, do tipo híbrida (poliéster epóxi), com camada de 60 microns, e cura em estufa à temperatura de 200° C. Braços tipo americano, com alma de aço, injetados em Poliuretano Integral Skin, cor preta.</p> <p>Dimensões Aproximadas:  Assento: 460/540 x 480 x 460 mm (A x L x P) Encosto: 440 x 470 mm (A x L)  Profundidade total da cadeira: 740 mm  Altura total da cadeira: 880/960 mm Largura total da cadeira: 590 mm  Altura dos braços: 230 mm</p>	UN	COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	MR	0	250,0000	1
			TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7009)	LG	0	278,0000	2
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	cavaletti 8101bk	0	375,8300	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Assento em estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência. Encosto com estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 19,05 mm e parede 1,20 mm; suporte de encosto em tubo de aço industrial oblongo 16x30 mm e parede 1,50 mm. Ponteiras em polipropileno injetado. Componentes metálicos com tratamento de superfície em fosfato de zinco; pintura a pó tipo híbrida com camada. Dimensões aproximadas: 545 x 525 x 825 mm (L x P x A) Encosto 260 x 460 mm (A x L) Assento 460 x 400 mm (L x P). Cor preta.	UN	TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7009)	PLXMETAL	0	49,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (7460)		0	50,0000	2
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	p. Parana	0	53,9000	3
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	MR	0	54,0000	4
13	PROJETOR MULTIMÍDIA, mínimo 2000 lumens, com tecnologia LCD com recurso de busca automática do sinal de entrada, lâmpada com potência mínima de 165 W, com duração mínima de 3.000 horas em modo comum e 4.000 horas em modo de economia de energia. Resolução de 1024 x 768 DPI, compatível com padrões VFG, XGA, SXGA. Contraste mínimo de 400:1. Suporte a projeções no formato real de imagem em 4:3, widescreen 16:9, resolução de vídeo 560 linhas. Cabo de Força/Alimentação e Lógico (RGB) para ligação ao computador. Controle Remoto para ajustes, que podem ser feitos também no corpo do projetor. Método de projeção teto, frontal e traseiro. Tamanho da imagem de 30" a 300". Bivolt. Garantia mínima de 12 meses. Inclui bolsa de transporte.	UN	EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	Epson	0	1.589,0000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	epson	0	1.590,0000	2
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Epson	0	1.596,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	APARELHO DE DVD, com diversos formatos de leitura, dentre eles, XVID, MP3. Entrada USB. Reproduz CDROM/-r/+r, DVD-RW/+r/-r/dl. Saída de vídeo: Vídeo Composto. Saída de Áudio: Digital Coaxial, e Analógica. Garantia mínima: 12 meses.	UN	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	mondial	0	125,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	LENOX	0	126,3800	2
15	QUADRO BRANCO, 1,20 x 2,00 m - confeccionado em chapa de fibra branca resinada, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, suporte para apagador removível, arredondado e deslizante com aproximadamente 40 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, com acessórios para instalação, e acompanhando 02 pincéis para o quadro branco, na cor preta, e apagador.	UN	COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Stalo	0	225,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	STALO	0	244,2400	2
16	GELADEIRA/REFRIGERADOR - Capacidade Mínima de 340 litros, 02 portas, sendo uma para o refrigerador e outra para o congelador. Com sistema Frost Free. 220 V. Garantia mínima de 12 meses.	UN	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	consul	0	1.519,0000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Electrolux	0	1.520,0000	2
			SUPERAR LTDA (7632)	consul	0	1.569,0000	3
			DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	consul	0	1.784,0000	4
17	TELEVISOR em LCD, com no mínimo 32 polegadas, estéreo, com controle remoto. Sistema de cor: PAL-M/NTSC/PAL-N/AUTO, Entrada/saída para áudio e vídeo e HDMI. Entrada USB e Conversor Digital. Alimentação: Bivolt	UN	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA (7921)	PANASONIC	0	1.094,7000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	LG	0	1.094,8000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	panassonic	0	1.096,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	LG	0	1.160,0000	4
18	AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE, potência em 220 V - 2000 W. Timer, Área Indicada: 25 m², com termostato, com luz indicadora de funcionamento, seletor de temperatura, com alça para transporte. Voltagem: 220 V.	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	DELONGUI	0	260,0000	1
19	FORNO MICROONDAS - Capacidade mínima de 30 litros; cor: branca; tensão bi volt; frequência 60 Hz; ajuste de tempo e potência; relógio; display digital; função de descongelamento; função auto aquecimento; função combinada grelhar/cozinhar; trava de segurança, que impeça o funcionamento do microondas quando aberto; prato giratório; mínimo de 10 níveis de potência; teclas pré-programadas para aquecimento de refeições; tecla +30 segundos (tempo mínimo); potência útil mínima de 800 W; potência de consumo máxima de 1650 W.	UN	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	Ig	0	319,5000	1
			SUPERAR LTDA (7632)	midea	0	320,0000	2
			BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA (7921)		0	340,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	NOTEBOOK - PROCESSADOR: Com tecnologia 01 (um) processador de núcleo duplo, com no mínimo de 2.6Ghz de clock por núcleo, Frequência turbo mínima de 3.0 GHZ e cache de 3 Mb. Deve possuir suporte a dois threads por núcleo. Deve suportar tecnologia que permita a elevação da frequência nominal de forma automática, desde que não ultrapasse os limites de consumo de energia estabelecidos. PLACA MÃE E CHIPSET: Mínimo de 03 (três) interfaces USB, BIOS com interface em Português e/ou Inglês. Possuir 02 (dois) slots de que suportem o padrão de memória DDR3 com frequência mínima de 1.333MHz, permitindo a expansão de no mínimo 8GB. Possuir interface Bluetooth integrada. Webcam integrada ao gabinete com resolução 720p ou superior. Leitor de cartão de memória compatível com os padrões SD e MMC. MEMÓRIA RAM: Possuir 4GB de memória RAM instalada em 01 (um) módulo de 04 (quatro) GB DDR3 1333 MHz. Possuir 01 (um) slot livre, para futura expansão. Deve oferecer capacidade de expansão para até 08 (oito) GB. ARMAZENAMENTO: Possuir 01 (uma) unidade de 500GB instalada, interface SATA 3.0Gb/s, com velocidade de rotação mínima de 5.200 rpm. Deve possuir tecnologia SMART (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology). Possuir unidade leitora e gravadora de DVDs/CDs integrada ao gabinete. VIDEO/GRÁFICO: Tela plana de LED 14" ou LED 14.1" ambos os casos anti-reflexo Widescreen resolução mínima de 1366 x 768. Controlador gráfico compartilhada de 512MB que suporte monitor estendido. Possuir 01 (uma) interface VGA de saída. Possuir 01 (uma) interface HDMI ou DisplayPort de saída. Possuir 01 (uma) câmera integrada com resolução mínima de 720p. CONTROLADORA DE REDE: Possuir 1 (uma) interface RJ-45 com suporte a taxas de transferência 10/100/1000Mbps FULL-DUPLEX. Possuir 01 (uma) interface Wireless 802.11 b/g/n com autenticação WEP, WPA e WPA2. Estar em conformidade com padrões IEEE 802.1P, 802.1Q, 802.3, 802.3ab, 802.3az e 802.3u. A placa de rede WiFi deverá ser homologados pela Anatel. ÁUDIO: Alto-falantes de alta-definição integrados. Microfone integrado. Deve possuir entrada para microfone e saída para fones de ouvido. FONTE DE ALIMENTAÇÃO/BATERIA: Fonte bivolt automática externa. Deve ser capaz de suportar a configuração máxima do equipamento. Deve acompanhar cabo de alimentação. Bateria de íon de lítio com 06 (seis) células. TECLADO: Teclado padrão ABNT-2 integrado. As teclas devem ter seus caracteres impressos com tratamento anti-desgaste. O teclado deve ser resistente à derramamento acidental de líquido. MOUSE: Touchpad integrado com 02 (dois) botões e área para scroll. SISTEMA OPERACIONAL: Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional OEM 64-bit. O sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64-bit deve estar pré- instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu pleno funcionamento. Deverá acompanhar mídias de reinstalação do sistema 64 Bits, seus respectivos drivers e softwares. SOFTWARE ADICIONAL: Deve vir instalado com o aplicativo de produtividade Microsoft Office 2010 Home and Business ou superior, na versão 64 Bits, Original, Licenciado em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC). GARANTIA: Garantia mínima de 12 meses do fabricante.	UN	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (7917)	Lenovo	0	2.187,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	LG	0	2.303,0000	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 11/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA (7395)	LENOVO	0	2.549,0000	3
21	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL: Câmera Digital, 14,1 megapixels com zoom óptico 5x e zoom digital 10x; foto panorâmica, reconhecimento inteligente de cena, LCD 2.7", resolução de LCD 230,400 pixel, resolução de vídeo 640x480, bateria recarregável e recarregador de bateria, cabo de alimentação, Cabo USB, cordão de mão, cartão de memória de 4GB compatível, memória interna mínima de 45 MB, alto-falante, microfone embutido, redução dos olhos vermelhos, sincronização lenta, detector de face, estabilizador de imagem, flash automático.	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	SAMSUNG	0	352,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	samsung	0	357,0000	2
22	ESCADA COM 05 DEGRAUS, em alumínio, dobrável, com fita de segurança.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (7460)	MOR	0	75,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	MOR	0	76,3900	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	mor	0	103,0000	3
23	CADEIRA DE RODAS - Construída em aço; estrutura dobrável em duplo X; pintura epóxi; estofamento em nylon acolchoado; almofada em espuma de, no mínimo, 04 cm de espessura, injetada; rodas traseiras de 24", com pneu inflável; rodas dianteiras de 6" maciças; freios bilaterais; protetores de roupa em nylon com abas; pedal fixo com regulagem de altura; apoio de braços escamoteáveis; capacidade mínima 120 kg; largura mínima do assento - 50 cm; garantia mínima de 12 meses	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	PROLIFE	0	741,2400	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	baxmann	0	978,0000	2
24	FOGÃO, tipo piso; 04 bocas; forno com capacidade mínima de 40 litros (autolimpante, vidro duplo na porta); 01 prateleira fixa e válvula corta gás; acendimento automático total; Mesa de aço inox sobreposta; tampa de vidro temperado; puxadores de forno em metal na cor branca; grades duplas; dimensão (L x A x P) 50,0 x 88,0 x 60,0 cm; Voltagem Bivolt; Classificação de consumo A (forno e mesa); tipo de gás GLP. Garantia de 01 ano.	UN	DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	atlas	0	358,0000	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 12/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	braslar	0	400,0000	2
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Atlas	0	440,0000	3
25	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS, capacidade mínima para 08 kg, com abertura superior, programas de lavagem de acordo com tipo de cor e nível de sujeira das roupas, com níveis de água em todos os programas até centrifugação, com filtro pega fiapos no agitador, gabinete de aço galvanizado, dispenser dosador econômico de sabão, cesto em polipropileno resistente, abre e fecha a tampa para drenar. Eficiência energética classe A. 220 volts. Cor: branca - Garantia 12 meses	UN	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	electrolux	0	999,0000	1
			DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	electrolux	0	1.000,0000	2
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	ELETROLUX	0	1.012,0000	3
			SUPERAR LTDA (7632)	electrolux	0	1.014,0000	4
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	consul	0	1.014,0000	5
			ANDRADE PASSINI COM. DE MATERIAL ELETRICO LTDA (7918)	ELETROLUX	0	1.014,5000	6
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Electrolux	0	1.100,0000	7
26	LAVADORA - JATO DE PRESSÃO - Lavadora de alta pressão, pressão mínima de 1000 PSI, tensão de 220 V, Mangueira com pistola, bico leque, bico de baixa pressão/jato concentrado. Sistema para desligar o motor quando desapertado o gatilho da pistola de água, rodas para locomoção e puxador. Mangueira com, no mínimo, 02 metros. Vazão mínima de 150 litros/hora. Garantia 12 meses	UN	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (7630)	electrolux	0	300,0000	1
			DILSO LUIZ FRAPORTI (7919)	karcher	0	351,0000	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	WAP	0	353,6800	3
27	ASPIRADOR DE PÓ - Tensão: 220 V - Potência mínima: 1400 W - Capacidade mínima do reservatório: 20 litros - Extensão do fio: 3 a 6 m - Alcance mangueira sucção: 3 a 8 m - Rodas para transporte - Aspiração de sólidos e líquidos - Acessórios para cantos, frestas, estofado e escova limpeza piso - Garantia Mínima: 12 Meses.	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	BRITANIA	0	263,8000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Arno	0	325,0000	2
			SUPERAR LTDA (7632)	wap	0	374,0000	3
28	ENCERADEIRA, com motor de, no mínimo, ½ HP, bi volt, diâmetro mínimo de 300 mm, 190 RPM, com suporte para disco e escova para lavar. Garantia: 12 meses.	UN	COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA (7449)	Fortclean	0	960,0000	1
			ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	CERTEC	0	998,2600	2
			EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME (7920)	DC	0	1.059,0000	3
29	VARAL DE CHÃO - Fabricado em duro alumínio polido. Quadros fabricados com tubos redondos 5/8 (1,6 cm). As varetas fabricadas com arame estriado em alumínio 03 mm, as dobradiças em nylon e as rodas em poliestireno. Dimensões aproximadas aberto: 84 x 100 x 58 cm.	UN	ROBERTO TESSARO E CIA LTDA (6216)	MOR	0	49,9800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Página: 14/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013****Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 02/10/2013****Válido até: 01/10/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (7566)	mor	0	60,0000	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 15/15

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 02/10/2013

Válido até: 01/10/2014

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura, de equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, dentre outros equipamentos, destinados às Unidades de Saúde e Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

## REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2013

## PROCESSO N° 39/2013

(6216) - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
(7009) - TARSIO CALEB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
(7395) - YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA  
(7449) - COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA  
(7460) - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA  
(7566) - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA  
(7630) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA  
(7632) - SUPERAR LTDA  
(7917) - WEIKAN TECNOLOGIA LTDA  
(7918) - ANDRADE PASSINI COM. DE MATERIAL ELETRICO LTDA  
(7919) - DILSO LUIZ FRAPORTI  
(7920) - EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA ME  
(7921) - BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA

Joaçaba, 2 de Outubro de 2013.

**PLASS****Homologação Resultado Final Eleição do Conselho de Administração PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS

Av. XV de Novembro, 378 - Centro

89600-000 - Joaçaba - SC

Fone/Fax: 49 - 3527-8804

E-mail - plassjba@gmail.com

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS - TRIÊNIO 2013/2016**

Julio César Bissani, Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições legais conforme Resoluções nº 07/2013 de 27 de agosto de 2013 e 08/2013 de 16 de setembro de 2013, Homologa o resultado da eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração do PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS, triênio 2013/2016 representantes dos servidores públicos municipais ocorrida no dia 30 de setembro de 2013, conforme abaixo:

COLOCAÇÃO	NOME	VOTOS
1º	REJANE PAGANINI	65
2º	CLEONIR CARLOS BERGENTHAL (Ale-mão)	49
3º	DANIELE GALVÃO RODRIGUES	47
4º	LURDES FOPPA PANTTI	40
5º	JULIANA DARTORA BESBATI	38
6º	IVONE ZANATTA	35
7º	SULANY DE FATIMA B. WELTER	31
8º	JANA TERESINHA PINTO PILGER	28
9º	ADENIR DE JESUS BENITES	25*
10º	MARIZETE ROSSANA AP. BRASIL	25
11º	MARCOS ANTONIO BORDIN DA ROSA	19
12º	HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI	17
13º	INES MARIA PICOLI GEMELLI	12
14º	NEWDIBERTO NIWALDO A. GHIGGI	04
NULOS	04	
BRANCO	03	
VÁLIDOS	435	
TOTAL DE VOTOS	442	
NÃO VOTARAM	231	

\*Critério de Desempate: O candidato com mais tempo de filiação no PLASS (Art. 25 Resolução 07/2013)

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2013.

JULIO CESAR BISSANI

Presidente da Comissão Eleitoral

**SIMAE****Pregão JHL 0039/2013 - Aquisição de Equipamento Para Eta**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0053/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2013

PROTOCOLO JHL 2794/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial

0039/2013 - Licitação 0053/2013, Pregão do Tipo Menor Preço, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESPECTROFOTÔMETRO A SER UTILIZADA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 16/10/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 16/10/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 04/10/2013 a 16/10/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 04 de Outubro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**Contrato 0094/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0172/2012

TERMO DO SETIMO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0087/2009

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0041/2009

PROCESSO LICITATORIO JHL 2058/2009

Data: 04/10/2013

OBJETO: Prorrogação de prazo de Contratação de empresa Especializada para fornecimento, de forma parcelada, de Tíquete - Alimentação para os servidores das áreas administrativa e técnicas do SIMAE.

Contratado: J.F Serviços De Alimentação Ltda Me

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.060 1 4 . 0 1 . 2 . 0 6 1

14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.40.00.00.00

Prazo de vigência: 04/10/2013 a 15/10/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**Lages**

**PREFEITURA****Extrato de Contrato 144/2013 - PML - 1º Adt**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 144/2103 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FNL CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.150.405/0001-20, com sede à Rua Rui Barbosa nº 63, salas 4/5 - Lages/SC - cep: 88.501-170.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Cobertura da EMEB Santa Helena, em conformidade com os projetos, planilhas quantitativas/orçamentárias, termos do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Do Contrato: Fica prorrogado em mais cento e vinte dias;

Da execução: Fica prorrogado em mais noventa dias.

Lages, SC, 02 de outubro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 48/2013 - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 48/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: N.B. FACE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.643.131/0001-51, com sede à Rua 2 de Setembro, nº 605 - Blumenau/SC - CEP:89.052-000.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Peças para a Manutenção da Bomba modelo KBS, na ERAT II (Estação de Recalque de Água Tratada), sendo modelo RDL 250-400ª, OP 667115, Vazão 1098m³/h, Altura Manométrica 85mca, RPM 1750, Potência 500cv, Conforme memorial descritivo e planilha orçamentária, constante no Anexo II, do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

12/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 29.440,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e quarenta reais).

Lages, 16 de setembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

**Extrato de Contrato 49/2013 - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 49/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ZAPELINI E CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.794.611/0001-13, com sede à Av. Luiz de Camões, nº 234 - Lages/SC - CEP:88.523-000 - CEP:88.523-000.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição e Instalação de equipamentos para Implantação do Sistema de Monitoramento Eletrônico da Estação de Recalque de Água Bruta (ERAB3), nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

12/09/2013 à 12/09/2014

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais) mensais.

Lages, 16 de setembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

**Extrato de Contrato 50/2013 - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 50/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIGRA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.124.390/0001-62, com sede à Estrada do Socorro, nº 345 - São Leopoldo/RS - CEP:93.135-390.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Bomba Anfíbia para Aplicação em Booster de Água Tratada, com Alta Eficiência Hidroenergética, para abastecimento da R III (Reservatório), Av. Bruno Luersen, Bairro Penha nessa cidade, conforme especificações e quantitativos, constantes no

Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

27/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais).

Lages, 01 de OUTUBRO de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

**Lauro Muller**

**PREFEITURA**

**Lei Nº 1777/2013**

LEI Nº 1777/2013 DE 1 DE OUTUBRO DE 2013

RATIFICA AS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - CIASAMREC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica ratificado o Contrato de Consórcio do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina - CIASAMREC, que segue em anexo, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral dos Prefeitos realizada no dia 04 de junho do corrente ano.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 1 DE OUTUBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Lei Nº 1776/2013**

LEI Nº 1776/2013 DE 1 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER, HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Lauro Müller para o quadriênio 2014/2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no Anexo II - Consolidação dos Programas e Ações e Planilhas de Detalhamento, anexas a esta LEI.

Parágrafo Único - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiadas com recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º - As planilhas de detalhamento de Programas que compõem o Plano Plurianual, são estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo único - Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica votada na Câmara.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º - As prioridades e metas da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 6º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse a um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 1 DE OUTUBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### **Edital de Pregao N°44/2013 - Hmlm**

EDITAL DE PREGAO N°44/2013 - HMLM

PROCESSO N°64/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de outubro de 2013 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES)

no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição Material de Manutenção para o Hospital Municipal Henrique Lage do município de Lauro Muller - SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 03 de Outubro de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

### **Edital de Pregao N°63/2013**

EDITAL DE PREGAO N°63/2013

PROCESSO N°87/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de outubro de 2013 às 14h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de material esportivo para o município de Lauro Muller - SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 04 de Outubro de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

## **Lebon Regis**

### **PREFEITURA**

### **Ata de Registro de Preços N° 04/2013**

Ata de Registro de Preços N°04/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR

Valor máximo: 10.949,52 (dez mil novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 30/09/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de cartuchos e toner compatíveis ou originais para diversas impressoras, visando atender as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração.

Ata de Registro de Preços N°04/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS E TONER LTDA - ME

Valor máximo: 4.945,80 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 30/09/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de cartuchos e toner compatíveis ou originais para diversas impressoras, visando atender as necessidades das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração.



**Dispensa de Licitação N° 11/2013**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2013

PROCESSO N° 51/2013

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: O presente processo licitatório tem por objeto a contratação da empresa para prestação de serviços de assessoria técnica para atualização da planta de valores genéricos (PVG) do Município de Lebon Régis.

CONTRATADO: X.PNG - INCORPORADORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Lebon Régis, 02/10/2013

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação N° 13/2013**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 53/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2013

A Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto 16/2013, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil administrativa para estudo das condições previdenciárias do Município de Lebon Régis perante o INSS, no valor total de R\$ 7.200,00.

Lebon Régis, 03 de Outubro de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

**Extrato Contratual - Fundo Municipal de Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 15/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada: GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA M

Valor: 9.603,85 (nove mil seiscentos e três reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 7/2013

Recursos: Dotação: 2.042.4.4.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de quadro imantado e magnetos, para elaboração de Mapa Estratégico do PMAQ-AB, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, com validade até 31 de Dezembro de 2013.

Contrato N°.: 16/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: 8.058,44 (oito mil e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2013

Recursos: Dotação: 2.049.4.4.90.00.00.00.00.00 (32), 2.042.4.4.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de Material Permanente (móveis, material odontológico e Médico hospitalar/) para

os Postos de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contrato N°.: 17/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada: CELIA REGINA W. SANI ME

Valor: 9.503,50 (nove mil quinhentos e três reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2013

Recursos: Dotação: 2.042.4.4.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de Material Permanente (móveis, material odontológico e Médico hospitalar/) para os Postos de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contrato N°.: 18/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada: DAL-MAS &amp; AMARAL LTDA

Valor: 2.337,00 (dois mil trezentos e trinta e sete reais)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2013

Recursos: Dotação: 2.042.4.4.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de Material Permanente (móveis, material odontológico e Médico hospitalar/) para os Postos de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contrato N°.: 19/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada: METROMED COM. MAT. MED. HOSPIT. LTDA

Valor: 5.019,80 (cinco mil e dezenove reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 30/09/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2013

Recursos: Dotação: 2.042.4.4.90.00.00.00.00.00 (45)

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de Material Permanente (móveis, material odontológico e Médico hospitalar/) para os Postos de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Lebon Régis, 02 de Outubro de 2013

FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO

SECRETÁRIO

**Homologação Contrato**

CONCORRÊNCIA N° 01/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/13

HOMOLOGAÇÃO: 19/09/13

CONTRATADO: NOVA ERA CHAPEACAO E PINTURA LTDA.- ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à concessão dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito ou aplicação de medidas administrativas no Município de Lebon Régis/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II do Edital.

VALOR DA TAXA DE REPASSE PARA O MUNICÍPIO: 8% (oito por cento)



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Decreto N.º 068/2013

DECRETO Nº 068, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

"Dispõe sobre atividades de Alto Risco para o Empreendedor Individual e para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dá outras providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades Municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividades de alto grau, em relação ao Empreendedor Individual - EI, adotarão a lista constante do Anexo I da Resolução (CGSIM) nº 22, de 22/06/2010-DOU de 02/07/2010, e em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o anexo II da Resolução (CGSIM) nº 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010.

§1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Funcionamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do Município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de outubro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 006/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2013 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E O ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada pelo Senhor ANACLETO FERRARI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 259/2013 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 005/2013 - Pregão Presencial nº 004/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 006/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

#### "CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO".

I - "O aditivo tem por objeto o reajuste no preço da luva de procedimento tamanho extra pequeno, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:"

#### GRUPO I - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
306	Luva de procedimento tamanho extra pequeno.	Embramac	35,42 %	R\$ 17,42

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 006/2013, do Processo de Licitação nº 005/2013, modalidade Pregão Presencial nº 004/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 006/2013.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 30 de setembro de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS  
MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT  
MEMBRO

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES  
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Luzerna****PREFEITURA****Portaria 203/13**

Portaria nº 203/13 de 02/10/13 - "REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA". - REVOGAR, em todos os seus termos, a PORTARIA Nº 202/13 de 02/10/2013, a partir de 02 de outubro de 2013.

**Macieira****PREFEITURA****Aprova Desmembramento**

DECRETO Nº 1322, 03 de outubro de 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Sra. Cristina Lazzarotti;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 800m², de propriedade da Sra. Cristina Lazzarotti, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29040, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 02 lotes urbanos, sendo obrigado a averbação da referida servidão de passagem após o desdobro:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº1306, de 08/07/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 03 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 102/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de lixeiras para coleta seletiva modelo padrão (metal, papel, orgânicos, plásticos e vidro) destinadas as Secretarias Municipais, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 06/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 02 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL  
Pregoeiro Municipal

**Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 107/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de relógios ponto com leitura biométrica e Relógios com chave eletrônica (bastão de leitura óptica), destinados a todas as secretarias do município de Mafrá, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 25/09/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 02 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL  
Pregoeiro Municipal

**Editais de Pregão Presencial N° 080/2013**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 080/2013**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças destinadas a reativação da Usina de Asfalto Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 07/11/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 02 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL

Pregoeiro Municipal

**Editais de Pregão Presencial N° 108/2013**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 108/2013**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de 02 veículos automotor 0 km, destinado ao transporte de pessoal, através do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB com recursos do Fundo Municipal do Saneamento Básico - FUNSAB, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 30/09/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 02 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

JÉSSICA SCHMITZ

Pregoeira Municipal

**Editais de Tomada de Preços N° 006/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**TOMADA DE PREÇO N° 006/2013.**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 04/11/2013, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada na elaboração e apresentação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com recursos do FUNSAB, através da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Urbano, de acordo com o termo de referência em anexo. Processo será regido pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, em

especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 04/11/2013, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 02 de outubro de 2013

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

**Marema****PREFEITURA****Decreto N° 136/2013**

DECRETON° 136 /2013

De 05/08/2013

**ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2012, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis n° 4.320/64 e Lei Municipal995/2012 DE 28 de novembro de 2012.

**DECRETA**

Art. 1º- FicaDecretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2012 do Município de Marema, na ordem de recursos com valor R\$ (Seis mil, duzentos e nove reais e dez centavos).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Conta 25

Fonte Orçamentaria 03 - 64

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BASICA

Programa: 1001 SAUDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 2017Manut. Piso Atenção básica Variavel

Categoria Econômica: 3DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$6.209,10

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete doPrefeito, em 05 de agosto de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2772 de 03 de Outubro de 2013

DECRETO Nº 2772 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre o horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais nos feriados e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica vedado o funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Massaranduba nos referidos feriados:

I - 12 de Outubro de 2013

II - 02 de Novembro de 2013

III - 11 de Novembro de 2013

IV - 15 de Novembro de 2013

Parágrafo Único O disposto neste artigo não será aplicado aos estabelecimentos comerciais que possuem as atividades essenciais como: padarias, supermercados, farmácias, postos de gasolina, bares e restaurantes.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de Outubro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### Errata - Processo Licitatório 24/2013 - Pregão Presencial 16/2013 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013 - FMS  
ERRATA

Referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2013 - FMS, PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2013 - FMS, onde se lê:

"1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 14 de Outubro de 2013

b) Local: Prefeitura de Massaranduba - SC.

Setor de Licitações

Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00.

d) Abertura do processo: às 08:30h."

Leia-se:

"1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 14 de Outubro de 2013

b) Local: Prefeitura de Massaranduba - SC.

Setor de Licitações

Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08:00h.

d) Abertura do processo: às 08:30h."

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente Errata publicada em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e disponibilizada no site oficial: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba (SC), 03 de outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro Setembro 2013**

**CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**  
**Balanco Financeiro**  
**Anexo AN - 5**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro /2013**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	85.012,07
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	85.012,07
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	73.527,46
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	11.484,61
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	124.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	124.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.026,82	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.217,98
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	14.363,97	Depósitos	12.217,98
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	14.363,97	Depósitos em Diversas Origens	12.217,98
Restos a Pagar	(2.337,15)	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	(2.337,15)	Obrigações a Pagar	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	300.463,44	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	339.260,21
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	300.463,44	Bancos Conta Movimento	339.260,21
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>436.490,26</b>	<b>TOTAL</b>	<b>436.490,26</b>

Fonte: 023 024000

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria N° 370/2013

PORTARIA nº 370/2013

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 108/2011, do Senhor MANOEL RABELO JUSTINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Edital 39/2013 - Arbitragem

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 39/2013

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 07/OUTUBRO/2013 até as 12:00 horas do dia 15/OUTUBRO/2013 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão

para às 09:00 horas do dia 16/OUTUBRO/2013. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, FUTEBOL DE CAMPO, VOLEIBOL E HANDEBOL para as competições promovidas pelo Município de Monte Carlo, que serão contratados de acordo com as necessidades do Departamento de Esportes.

#### 2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades dos serviços para este pregão, bem como preços

máximos pagos, são as constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os serviços de que trata este Pregão são aquelas previstas no

Anexo VII deste edital.

2.3 – A licitante vencedora executará os serviços mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nos prazos e quantidades solicitados, emitindo as NFs no momento da entrega de cada serviço.

2.4 – os serviços dos itens 1.1. DEVERÃO SER PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, salvo motivo justo ou emergências, devidamente autorizadas pela administração municipal.

2.5 – Os participantes desta licitação, se obrigam emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.6 – Poderão participar do presente certame Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas.

#### 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Quando a pessoa jurídica interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 3.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

3.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

PARAGRAFO ÚNICO – Quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que, quiserem beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração solicitada no item 3.3. acima, acrescida da informação "EM SUSPENSO".

3.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

3.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1, 3.2, 3.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.6 - Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 4.1 e 4.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.6.1 - A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 3.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

3.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

3.8. - Quando o interessado Pessoa Física deverá apresentar documento civil de identificação ou no caso deste ser representado por procurador este deverá apresentar os documentos constantes no item 3.2 no que couber.

#### 4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013  
REGISTRO DE PREÇOS  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

4.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal para Pessoas Jurídicas e CPF para as Pessoas Físicas.
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos; taxas; encargos sociais; trabalhistas como: 13º salário, férias e 1/3 sobre férias, FGTS mensal e na rescisão e multa, fretes, seguros e com fornecimento de EPIs
- e) conter o preço unitário do item, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos.
- f) conter prazo de validade da Ata de 12 meses.

- Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

- Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

- Serão desclassificados os preços considerados inexequíveis, assim

considerados os abaixo do preço máximo fixado no presente edital, com mais de 70% abaixo, conforme artigo 48 da lei 8.666/93.

#### 5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013  
REGISTRO DE PREÇOS  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação de Pessoa Jurídica na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitido pelo TST.
- h) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

5.2 - Para habilitação de Pessoa Física na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF;
- b) Prova de Inscrição junto ao Programa de Integração Social - PIS;
- c) Cédula de Identidade - RG;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Comprovante de habilitação técnica para o desempenho das atividades solicitadas no presente edital emitido por pessoa jurídica.

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

#### 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Prestar os serviços na sua sede.
- c) Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

- d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- e) Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- f) Dar prioridade absoluta aos serviços solicitados pelo município no atendimento;
- g) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- h) As responsabilidades advindas de acidente de trabalho são única e exclusivamente da empresa contratada.
- i) Permitir que o serviço executado seja fiscalizado pela secretaria da área da prestação do serviço.

#### 7 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

7.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

7.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

7.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

7.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

7.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

7.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

7.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

7.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

7.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

7.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

7.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 12.1 deste Edital;

7.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes

#### 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

#### 9 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1 - Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

9.2 - A propositura de impugnação ou esclarecimento por via



postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 9.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

9.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo - SC

9.3.1 – A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

9.3.2 – No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

9.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

9.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

#### 10 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – As obrigações decorrentes da ENTREGA dos SERVIÇOS constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(doze) meses.

10.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

10.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

10.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 11 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

11.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

#### 12 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes,

desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

12.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.6 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

12.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

12.8 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### 13 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

13.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 14 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

14.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

14.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### 15 – DA DOTAÇÃO

16.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.013,36
----	----	------	----------------------------	-----------

#### 16 – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

16.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

16.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

16.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

17.2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

17.2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.2.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

17.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.4 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

17.5 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços,

mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.6 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.7 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 hs, através dos telefones (49) 3546 0194, ou pessoalmente (Rod. SC 456 Km 15 – centro – Município de Monte Carlo -SC), ou ainda pela Home Page [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

17.8 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação de Serviços do registro de preços.

Monte Carlo(SC), 03 de Outubro de 2013  
**MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA**  
**PREFEITO**

#### ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_\_\_\_, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_<NOME COMPLETO, RG, CPF>\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação \_\_\_\_<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>\_\_\_\_, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

\_\_\_\_<Cidade/Estado>\_\_\_\_, \_\_\_\_<data>\_\_\_\_

\_\_\_\_<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>\_\_\_\_

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
 Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Fone/Fax: \_\_\_\_\_

Inscrição CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
 Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

#### 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias.  
 (60).

Prazo de validade da Ata: de \_\_\_\_\_ MESES.  
 (12).

#### 3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Carimbo do CNPJ: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante  
 Carimbo da empresa

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

#### 4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	QTDADE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	1,00	UNID.	XXXXXXXXXXXX	

Monte Carlo (SC), .....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa ou Pessoa Física

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇOS

#### 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

#### 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

## ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

## REGISTRO DE PREÇOS

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 3.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), \_\_\_\_ < DATA > \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

## REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

## ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

## REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2013

Aos ....dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, resolvem Registrar o Preço da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., neste ato representada pelo, Sr. ...., portador do CPF nº, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

## 1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, FUTEBOL DE CAMPO, VOLEIBOL E HANDEBOL para as competições promovidas pelo Município de Monte Carlo, que serão contratados de acordo com as necessidades do Departamento de Esportes.

## 2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades dos serviços para este pregão, bem como preços máximos pagos, são as constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os serviços de que trata este Pregão são aquelas previstas no

Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora executará os serviços mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nos prazos e quantidades solicitados, emitindo as NFs no momento da entrega de cada serviço.

2.4 – os serviços dos itens 1.1. DEVERÃO SER PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, salvo motivo justo ou emergências, devidamente autorizadas pela administração municipal.

2.5 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ \_\_\_\_\_ pelo item nº .....

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão das notas fiscais.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Prestar os serviços na sua sede.

c) Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Dar prioridade absoluta aos serviços solicitados pelo município no atendimento;

g) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de



habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

h) As responsabilidades advindas de acidente de trabalho são única e exclusivamente da empresa contratada.

i) Permitir que o serviço executado seja fiscalizado pela secretaria da área da prestação do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO					
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.013,36	

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 39/2013, Pregão Presencial nº 25/2013 – Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam à presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de ..... de 2013.

Município de Monte Carlo	EMPRESA XXXXX
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA	Fulano de Tal
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Testemunhas:

1ª -
2ª -

#### ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2013

REGISTRO DE PREÇO

ITEM	QTDAD	UND	DESCRIÇÃO	R\$ PREÇO MÁXIMO
1	200	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO; COM DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	85,00
2	50	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO; COM UM ÁRBITRO, DOIS AUXILIÁRES E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	200,00
3	100	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL; COM DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	85,00
4	100	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL; COM DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	85,00

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 1562/2013

LEI Nº. 1562/2013

"AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - CIASAMREC E RATIFICA AS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE CONSÓRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal em exercício de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária, sob a forma de associação pública, a ser constituído pelos Municípios de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso, Urussanga e outros que, gradualmente, venham a integrá-lo, visando a regulamentação da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais e vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º Fica igualmente autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar CONTRATO DE CONSÓRCIO com vistas à adequação no ESTATUTO SOCIAL e REGIMENTO INTERNO do Consórcio, na forma e condições previstas na Lei Federal 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto 6.017/2007.

§ 2º Fica também autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal adequar sua execução orçamentária ao novo regime jurídico para Consórcios Públicos adotado pela Lei Federal nº 11.107/2005, de forma a manter as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes do referido Consórcio, assumidas através de CONTRATO DE RATEIO.

Art. 2º. Fica ratificado o contrato de Consórcio do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina- CIASAMREC, que segue em anexo, com as alterações aprovadas em Assembléia Geral dos Prefeitos realizada no dia 04 de Junho do corrente ano.

Art. 3º. Os recursos necessários, para atender às obrigações assumidas com o Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária, advirão de dotação orçamentária própria já consignada no orçamento em curso, ou mediante a abertura de crédito adicional especial e, nos exercícios seguintes de rubrica especial aberta na mesma dotação orçamentária em favor do referido Consórcio Público.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Outubro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## **Lei N°. 1563/2013**

LEI N°. 1563/2013

“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração do Município de Morro da Fumaça para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Morro da Fumaça para o quadriênio 2014/2017 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no Anexo II desta LEI.

Art. 3º - As metas da Administração Municipal para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo III desta LEI.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa,

objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas por ações em cada programa serão demonstradas na forma do Anexo IV desta LEI.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

IV - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

V - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes do Anexo I desta Lei estão orçados a preços correntes.

Art. 6º - As alterações na programação poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá os seus efeitos para os exercícios de 2014 a 2017.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Outubro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Portaria de Admite

PORTARIA Nº. 3203 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JORGE DOS SANTOS , para exercer a função de Professor na disciplina de Ciencias, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secreatria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3204 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIETE WALMIRA TOMAZ , para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secreatria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3215 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER , para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secreatria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3223 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GISELE FERNANDES INACIO , para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secreatria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.



III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3259 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA DE FATIMA GERALDINO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3260 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LIGIA MARA DE MIRANDA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação

Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 17 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3261 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FRANCIANE LUAR SARAMENTO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3266 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de História, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3281 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. EVELYN KLIMKE NAZARIO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG NH 001, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3286 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. BRUNA HELOISA FERNANDES, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3287 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. EDINEIA WACHHOLZ BORGES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3288 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA, para exercer a função PROFESSORA de ANOS INICIAIS, MAG 02.01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3341 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SONILDA CORREA DOS SANTOS, para exercer a função Professora de Educação Infantil, MAG 02.01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de outubro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de outubro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 01 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3342 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JULIANA GARCIA MASCARENHAS, para exercer a função Professora de Educação Infantil, MAG 02.01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 01 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

PORTARIA Nº. 3343 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA FRANCISCA DA COSTA DUTRA, para exercer a função Professora de Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, MAG 02.01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 24 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3344 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARISA CORREIA, para exercer a função Professora de Anos Iniciais, MAG 02.01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 24 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de setembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

#### **Portaria de Exoneração**

PORTARIA Nº. 3201 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. PRISCILA ANGIOLETTI, matrícula Nº.19830/08 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 12 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3202 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. FRANCIELI EMER LOCOTTI, matrícula Nº.62503/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 11 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3246 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"



ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ALINE DE LIMA VIEIRA, matrícula Nº.62819/01 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3247 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ALINE DE LIMA VIEIRA, matrícula Nº.62819/02 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3244 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. MARIA INES FERNANDES, matrícula Nº.3582/08 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3245 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. MARIA LUCILIA COSTA DA SILVA, matrícula Nº.62733/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3248 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. VIVIANE REITER, matrícula Nº.62718/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3275 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula Nº.2669/12 do cargo de Professora, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3274 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. MAURINA CALDERA COLZANI, matrícula Nº.5058/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3280 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. MARIA APARECIDA ESPINDOLA, matrícula Nº.3248/12 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3303 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. SILVANETE BEZERRA DE OLIVEIRA, matrícula Nº.2324/06 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3305 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. VALERIA SOUZA DOS PASSOS, matrícula Nº.2913/03 do cargo de Professora, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 24 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3306 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ELIANE LUCIA HORST PRETTO, matrícula Nº.62785/01 do cargo de Professora, com carga Horária de 10 (DEZ) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3321 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ALCEU KOGUT JUNIOR, matrícula Nº.62808/01 do cargo de Monitor de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 24 de setembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3325 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER, matrícula Nº.62814/02 do cargo de Monitor de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3326 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. EDNAMARTA PAULO DA SILVA VICENTE, matrícula Nº.16800/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3327 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ROSI MARIE DOS ANJOS, matrícula Nº.2350/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3345 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - EXONERAR a Srª. ROSANE BODANESE SENEM, matrícula Nº.63069/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.



**Portaria de Licença Gestação**

PORTARIA Nº. 3256 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LANA CRISTINE BALELO, matrícula nº. 62458/04, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/09/2013 a 14/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/09/2013 a 14/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3257 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. GABRIELA DO PRADO MARTINS, matrícula nº. 62374/01, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/09/2013 a 14/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/09/2013 a 14/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3277 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JENNIFER LUARA ROCHA, matrícula nº. 17361/03, que exerce a função Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 17/09/2013 a 15/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17/09/2013 a 15/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3279 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

**RESOLVE:**

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SANDRA BARILLI CIPRIANO, matrícula nº. 2958/01, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/09/2013 a 14/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/09/2013 a 14/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, revogadas as

disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3320 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARCIA PAOLA SEVERINO, matrícula nº. 62561/03, que exerce a função Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 20/09/2013 a 18/03/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20/09/2013 a 18/03/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.

#### **Portaria de Licença Premio**

PORTARIA Nº. 3226 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. VERA LUCIA SANTOS NUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 21/09/2013 a 19/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 21 de setembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 13 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3227 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SANDRA REGINA FRANCESCONI DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 13 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3233 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. JOANA MARIA DA SILVA WALKER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 09/09/2013 a 07/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2013 a 07 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3234 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ADRIANA FERNANDES ROSA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 09/09/2013 a 07/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2003/2008.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2013 a 07 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3235 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. TATHIANA CORREA STERN SOARES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3236 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA LUIZA KEUNECKE BALTAZAR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para

usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 10/09/2013 a 08/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2013 a 08 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013  
PORTARIA Nº. 3237 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA LUIZA KEUNECKE BALTAZAR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 10/09/2013 a 08/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2013 a 08 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3238 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. APARECIDA SAGAS DE MELLO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 1999/2004.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3239 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANNA MARIA FRANZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 21/09/2013 a 19/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 21 de setembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal



Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3240 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **MARIA NILDA DOS PASSOS**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 02/09/2013 a 30/11/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de 2013 a 30 de novembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3267 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **CARMELITA WEBER**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de**

**setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 18 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3270 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **SILAMARA DIAS**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 16/09/2013 a 14/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de setembro de 2013 a 14 de dezembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3271 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. DENISE TEREZINHA ZENI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 20/09/2013 a 18/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3272 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. MARISTELA DE SOUZA COUTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3273 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. MARCIA REGINA COUTO DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3275 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. ELIANE APARECIDA DA LUZ PETTER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3276 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELIANE APARECIDA DA LUZ PETTER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3289 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3290 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. GISELE TOLEDO CRUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3291 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. TEREZINHA APARECIDA DE SOUZA JACÓ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3292 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DANUBIA ALEXANDRA TORRES SANTANA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 12/09/2013 a 10/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2013 a 10 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3293 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DANUBIA ALEXANDRA TORRES SANTANA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 12/09/2013 a 10/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2013 a 10 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº. 3294 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. KARLA ROSANA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função



de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3295 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. EVANIR DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3297 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. JANETE CORDEIRO GUZATO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3298 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MIRIAM EMILIO FERREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 20/09/2013 a 18/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2013 a 18 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3299 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **IZOLETE MARIA DA SILVA**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3300 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **PAULO TARSO TOLEDO DOS SANTOS**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 23/09/2013 a 21/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de**

**setembro de 2013 a 21 de dezembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**PORTARIA Nº. 3302 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

**I - Conceder Licença Prêmio**, a Sr<sup>a</sup>. **IDILZAMAR FRANCISCO PACHECO**, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 03 meses desta licença, pelo período de 19/09/2013 a 17/12/2013, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

**II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de setembro de 2013 a 17 de dezembro de 2013.**

**III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, com efeitos a partir de 19 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**BENILDE PERÃO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 23 de setembro de 2013.

**Portaria de Licença Saúde**

PORTARIA Nº.3199 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. DAIANI GABRIEL, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/11/2012 á 30/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de novembro de 2012 á 30 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de novembro, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 10 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3225 DE 13 SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. NILZA TEREZINHA ANTUNES DA COSTA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 05/07/2013 á 30/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de julho de 2013 á 30 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 13 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3242 DE 16 SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ALINE DE LIMA VIEIRA, no cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15/07/2013 á 08/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de julho de 2013 á 08 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.

PORTARIA Nº.3243 DE 16 SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ALINE DE LIMA VIEIRA, no cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15/07/2013 á 08/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de julho de 2013 á 08 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3249 DE 16 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. LUANA LACERDA, no cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 29/05/2013 à 07/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29 de maio de 2013 à 07 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 29 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 16 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3264 DE 18 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. SCHEILA ADRIANA SO CARMO, no cargo de Professora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 07/08/2013 à 30/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de agosto de 2013 à 30 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3278 DE 20 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ELIZETE MELO DA SILVA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 11/07/2013 à 12/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de julho de 2013 à 12 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3304 DE 23 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. SUELLEN CUSTODIO LUZ, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 31/07/2013 à 18/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 31 de julho de 2013 à 18 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo



seus efeitos retroativos a partir de 31 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3313 DE 24 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. CINTIA BOVARETO DE SOUZA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/05/2013 à 23/08/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de maio de 2013 à 23 de agosto de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3315 DE 24 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. MARCIA PAOLA SEVERINO, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/04/2013 à 19/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de abril de 2013 à 19 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2013.  
PORTARIA Nº.3328 DE 25 SETEMBRO DE 2013.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. ROSANGELA MARIA ANACLETO, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 25/08/2013 à 28/09/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de agosto de 2013 à 28 de setembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

#### **Portaria de Remoção**

PORTARIA Nº. 3323 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
"REMOVER O SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar N° 072 de 08 de janeiro de 2010.

**RESOLVE:**

I - Remover, CRISTIANE DA ROSA LAGUNA , Professora de Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, para a C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira, a partir de 01/10/2013.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Navegantes,  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.  
PORTARIA N°. 3324 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
"REMOVER O SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar N° 072 de 08 de janeiro de 2010.

**RESOLVE:**

I - Remover, ALEXSANDRA FERREIRA DO VALE , Professora de Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, para a C.M.E.I. Profª. Regina Marly da Costa, a partir de 01/10/2013.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Navegantes,  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2013.

**Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 141/2013 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 141/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS E CAIXAS DE GORDURA PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 16/10/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 16/10/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 03 de outubro de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

**Extrato Termo Aditivo Contrato N° 166/2013 PMN**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 166/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Contratada: MINISTER CONSTRUTORA LTDA ME.

Vigência : Início: 26/09/2013 Término: 25/11/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 36/2012

Recursos: Dotação: 1.065 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 077/2012, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA 36/2012 PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA POLICLÍNICA DE MACHADOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Navegantes, 26 de setembro de 2013.

**Edital**

EDITAL n° 007/2013/SME

Fixa data e estabelece normas para o processo de Remoção, Permuta e Lotação permitido aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes.

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para o processo de Remoção, Permuta e Lotação, para os ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, de acordo com as prerrogativas legais previstas nos artigos 33, 34, 35 e 36 da Lei nº 009 de 11 de novembro de 2003.

**1. Do Processo**

1.1. Poderão participar do processo de Remoção, Permuta e Lotação os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialistas em Assuntos Educacionais, que atendam as determinações da inscrição indicadas no item 02 (dois) desse edital.

1.2. No ato da inscrição para remoção o servidor poderá optar por uma única unidade escolar, desde que seja comprovada a existência da vaga e a compatibilidade de carga horária de trabalho efetivo.

1.3. As opções de unidades escolares para pleitear a remoção e a

permuta, estarão indicadas no quadro de vagas que será emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Navegantes até a data prevista no item 5.2.

1.4. O professor com o regime de trabalho de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, somente poderá optar por unidades escolares que funcionem em dois turnos.

## 2. Das Inscrições

2.1. O período de inscrição será de 21 a 25 de outubro de 2013, nas respectivas Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Navegantes.

2.2. A ficha de inscrição, constante do anexo 1 deverá ser preenchida nas Unidades Escolares.

2.3. O servidor deverá anexar à ficha de inscrição para remoção:

- a) Atestado de tempo de serviço municipal;
- b) Certidão de nascimento dos dependentes;

2.4. O atestado de tempo de serviço deve estar expresso em anos, meses e dias contados até 11 de outubro de 2013, contendo o tempo de serviço prestado no cargo efetivo.

2.5. É vedada a inscrição do servidor em mais de uma Unidade Escolar.

2.6. Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição que será encaminhada e protocolada pela direção da unidade escolar junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Navegantes, até o dia 25 de outubro de 2013.

## 3. Das Condições para candidatar-se ao processo de remoção

3.1 Não poderá candidatar-se à remoção o Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais:

- a) Que não tenham completado 365 dias de trabalho efetivo, a partir da data de nomeação;
- b) Readaptados ou em processo de readaptação;
- c) Em licença para tratar de interesses particulares;
- d) Em licença para acompanhar cônjuge servidor público;
- e) Em licença por motivo de doença, em pessoa da família, de prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;
- f) Em afastamento para servir em outro órgão ou unidade administrativa da esfera estadual ou federal;
- g) Que tiver sofrido pena disciplinar no ano antecedente à remoção;
- h) Por inassiduidade habitual. (Entende-se a falta ao serviço sem causa justificada, por trinta dias, de forma intermitente, durante o período de doze meses).

## 4. Da Classificação

4.1. A classificação dos servidores dar-se-á de acordo com o seguinte critério:

- a) 01(um) ponto para cada mês para o tempo de serviço efetivo prestado ao Magistério Público Municipal.

4.2. No cômputo do tempo de serviço, não será permitida a contagem do tempo paralelo a carga horária de efetivo exercício e aquele utilizado para a aposentadoria.

4.3. Em caso de empate, na soma total de pontos, dar-se-á preferência:

- a) Ao que tiver mais idade;
- b) Ao que tiver maior número de dependentes.

4.4. No cálculo de pontos para o tempo de serviço, computar-se-á 15 (quinze) dias ou mais, como 01 (um) mês.

4.5. O resultado do presente concurso será processado automaticamente, segundo a classificação do servidor e o quadro oficial de vagas.

## 5. Das Disposições Finais

5.1 O pedido de inscrição do servidor importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo.

5.2 As vagas das unidades escolares disponíveis para este processo serão afixadas em cada unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação e no Departamento Administrativo da Secretaria da Educação que funciona anexo ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Navegantes a partir do dia 15 de outubro de 2013.

5.3 Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar, onde foi realizada a inscrição, a partir do dia 08 de novembro de 2013.

5.4 A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 3 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, ou seja, no período compreendido entre 11 a 13 de novembro de 2013.

5.5 A solicitação do recurso administrativo e ou de anulação deverá se dar através de requerimento e entregue e protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, até o último dia previsto no item anterior.

5.6 Poderão participar do Concurso de Remoção e Permuta os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialista, com no mínimo 01 (um) ano de exercício no cargo até fevereiro de 2014.

5.7 Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, os procedimentos quanto ao levantamento de vagas excedentes e a classificação dos servidores para este concurso.

5.8 O resultado do concurso bem como suas classificações, será divulgado no dia 22 de novembro de 2013, nas respectivas unidades escolares e na Secretaria da Educação.

5.9 Na remoção por permuta, serão observadas as seguintes condições:

- a. Os permutantes devem ter a mesma carga horária e estar em exercício na área;
- b. Ter idêntica habilitação e ministrar a mesma disciplina.

5.10 Os efeitos do processo de Remoção, Permuta e Lotação valerão a partir do ano letivo de 2014 (dois mil e quatorze).

5.11 O processo de que trata o presente Edital, terá validade restrita ao período de sua realização.

5.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação de comum acordo com o Departamento Administrativo.

Navegantes (SC), 01 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**Extrato Ata Registro de Preço N° 135/2013**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 135/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços n° 135/2013, relativa ao Pregão Presencial n° 135/2013 - contendo os preços registrados abaixo:

Fornecedor: NAIRTON PAULO KUNZLER.

Valor: R\$ 27.090,00 (vinte e sete mil e noventa reais).

Vigência: 30/09/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 30 de setembro de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

## Nova Trento

### PREFEITURA

**Processo N° 085/2013 - Dispensa de Licitação N° 010/2013**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2013

Origem: Edital de Licitação n° 085/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013. Homologação: 25/07/2013 - Fundamentação: Art. 24, VII, da Lei n° 8.666/93. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, centro, 88270-000, CNPJ n° 82.925.025/0001-60. Contratado: SUELLEN BORGES PEREIRA ME., CNPJ n° 18.229.852/0001-10, localizada na Rua Raul Bayer Laus, 627, centro, Tijucas/SC. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços segurança desarmada diurno e noturno, uniformizados, durante a realização da "XXI Incanto Trentino" que será nos dias 08, 09, 10 e 11 de agosto de 2013, no município de Nova Trento. Valor Total R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais).

Nova Trento, 27 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

**Processo N° 111/2013 - Pregão Presencial N° 070/2013 - SRP N° 031/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 111/2013 - Pregão Presencial n° 070/2013 - SRP N° 031/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 17/10/2013 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48 32673213; e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Processo N° 112/2013 - Pregão Presencial N° 071/2013 - SRP N° 032/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 112/2013 - Pregão Presencial n° 071/2013 - SRP N° 032/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para prestação de serviços de carro de som com motorista, combustível e incluindo o serviço de gravação para ações de divulgações de Programas, Projetos, Campanhas Temáticas e Institucionais, Atos Administrativos e Oficiais e informações diversas, de acordo com o interesse público do Município, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 18/10/2013 às 10:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48 32673213; e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato N° 109/2013**

CONTRATO N° 109/2013

Origem: Processo Licitatório n° 085/2013. Modalidade: Dispensa de Licitação n° 010/2013. Homologação: 25/07/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ n° 82.925.025/0001-60. Contratada: SUELLEN BORGES PEREIRA - ME, estabelecida a Rua Raul Bayer Laus, n° 627, Centro, Tijucas/SC, CEP 88200-000, CNPJ n° 18.229.852/0001-10. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em serviços de seguranças diurno e noturno, para execução de segurança desarmada, uniformizados, durante a realização da XXI Incanto Trentino que será nos dias 08, 09, 10 e 11 de agosto de 2013, no município de Nova Trento. O valor total é de R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais). Vigência: 08 à 11 de agosto de 2013.

Nova Trento, 25 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

**Lei N. 483/2013**

Lei N° 483 de 03 de outubro de 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE DUQUE DE CAXIAS, MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI: Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Linha Duque de Caxias, com sede na Linha Duque de Caxias, município de Novo Horizonte - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n°. 04.026.278/0001-99, fundado em 16 de abril de 2000 e registrado em Cartório competente em 09 de junho de 2000.

Parágrafo único: Ficam assegurados à entidade mencionada no





caput, todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 03 de outubro de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### **Extrato de Homologação e Adjudicação PL N° 061/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 061/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 02/10/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: BORGES PNEUS E RECAPAGENS LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.058,80 (três mil e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.242,00 (sete mil duzentos e quarenta e dois reais)

CONTRATADO: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais)

CONTRATADO: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.969,87 (três mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos)

DATA: 02/10/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

### **Extrato do Pregão Presencial FMS N° 007/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS N° 015/2013

PREGÃO PRESENCIAL FMS N° 007/2013

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a Contratação de médico, através de pessoa jurídica, para prestação de serviços no atendimento ao Programa ESF (Estratégia de Saúde da Família) na unidade de Saúde do Município de Novo Horizonte, com carga horária de 20 horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira no turno matutino, no período de 01 de Novembro a 29 de Novembro de 2013, conforme Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do Processo Licitatório.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16/10/2013.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e/ou e-mail [licitação@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitação@novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 04 de Outubro de 2013.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

### **Extrato Contratual do Dia 02/10/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 070/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: BORGES PNEUS E RECAPAGENS LTDA-ME

Valor: 3.058,80 (três mil e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 02/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 17/2013

Recursos:Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto: A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma PARCELADA, PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Contrato N°.: 071/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

Valor: 7.242,00 (sete mil duzentos e quarenta e dois reais)

Vigência: Início: 02/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 17/2013

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto: A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma PARCELADA, PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Contrato N°.: 072/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA

Valor: 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais)

Vigência: Início: 02/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 17/2013

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto: A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma PARCELADA, PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 073/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

Valor: 3.969,87 (três mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos)

Vigência: Início: 02/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 17/2013

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (35),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00 (113)

Objeto: A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município a fornecer de forma PARCELADA, PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Novo Horizonte, 02 de Outubro de 2013

## Orleans

### PREFEITURA

#### Contratod

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 25/2013  
Contratante: SAMAE DE ORLEANS  
Contratada: SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMATICA SS LTDA  
Valor 446,75 (quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos) mensais  
Vigência: Início: 02/09/2013 Término: 01/09/2014  
Licitação: Convite p/compras e serviços n.17/2012

Objeto: Aluguel de software para cadastramento de rede de água e rede coletora de esgoto sanitario

Orleans, 03 de outubro de 2013  
ANTONIO I.WILLEMANN  
DIRETOR DO SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 26/2013  
Contratante: SAMAE DE ORLEANS  
Contratada: SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMATICA SS LTDA  
Valor 510,58 (quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos) mensais  
Vigência: Início: 02/09/2013 Término: 01/09/2014  
Licitação: Convite p/compras e serviços n.17/2012

Objeto: Aluguel de software para controle e fornecimento de informações gerenciais sobre laboratórios de ETA/ETE.

Orleans, 03 de outubro de 2013  
ANTONIO I.WILLEMANN  
DIRETOR DO SAMAE

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Portaria N° 2987/2013

PORTARIA N° 2987/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GIOVANI SANT ANNA GARCIA, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Prefeito Municipal

#### ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

#### MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

#### Portaria N°. 2978/2013.

PORTARIA N°. 2978/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA CARMOLINA DOS SANTOS DA SIL-VA, matrícula nº. 800839, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de até o final do ano, a contar de 13/09/2013, de acordo com às folhas 11 e 12.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

#### SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

#### MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2979/2013.**  
PORTARIA N°. 2979/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adelaide de Oliveira Nunes	Chefe de Unidade de Saúde	04	26/08/13	I - M 54-4
Alba Terezinha da Silva	Professor	60	26/08/13	I - Z 76-3
Alessandra Alzira Martins	ASG	10	26/08/13	I - M 54-5
Alessandra Alzira Martins	ASG	10	06/09/13	I - M 54-5
Ana Borges França	Psicóloga	05	19/08/13	I - M 54-5
Ana Borges França	Psicóloga	03	26/08/13	I - M 10
Ana Carolina Xavier	Professor	120	21/08/13	I - Z 33
Ana Lucia do Nascimento	Merendeira	30	16/09/13	I - E 10-8
Ana Patricia Bruno	Professor	05	09/08/13	I - M 76-3
Ana Patricia Bruno	Professor	03	21/08/13	I - M 76-3
Angela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	30	19/09/13	I - S 83-9
Elizete Coelho	ASG	40	13/08/13	I - S 80-0
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	30	23/08/13	I - R 51, II - G 91
Fernanda Helena Pereira	Professor	15	27/08/13	I - J 48
Fernanda Helena Pereira	Professor	120	12/09/13	I - Z 33
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	45	26/08/13	I - M 25-5
Izabel Cristina S. Gonçalves	ASG	10	22/08/13	I - M 25-5
Jessica Carla de Souza	ACS	06	06/09/13	I - Z 54-0
João Batista dos Santos	Técnico em Agrimensura	30	02/08/13	I - M 25-5
Jocelia Isaltina Silveira Pacheco	Professor	15	21/08/13	I - Z 54-0
Jose Manoel de Abreu	ASG	120	08/10/13	I - C 85-7
Judite de Fatima de Oliveira	ASG	60	22/08/13	I - M 51-1
Juliana da Rosa	ACS	24	16/08/13	I - Z 76-3
Juliana da Rosa	ACS	09	10/09/13	I - Z 76-3
Leonardo W. Adão	ASO	60	14/08/13	I - Z 54-0
Lilian Aparecida Luiz	Merendeira	02	01/08/13	I - A 09
Lilian Aparecida Luiz	Merendeira	05	20/08/13	I - J 45
Marcia Bruggemann	Professor	31	19/08/13	I - M 51-1, II M- 75-5
Murilo dos Santos	Socorrista	90	17/09/13	I - T 93-3
Neusa Schafer	Auxiliar de Enfermagem	06	21/08/13	I - Z 76-3
Patrícia Liberato Silva	ASG	30	23/08/13	I - Z 54-0

Patricia Regina de Gois	Auxiliar de Enfermagem	07	15/08/13	I - B 01-0
Roselane Maria Weingartner	Professor	15	27/08/13	I - Z 54-0
Rosemary Claro Peixoto	ACS	11	02/08/13	I -
Rosilda de Souza Weingartner	ASG	05	26/08/13	I - M 54-3
Sueli Lucia da Silveira	ASG	30	17/08/13	I - Z 76-3
Zenaide de Melo Amaral	ACS	14	21/08/13	I - Z 54-0

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2980/2013.**  
PORTARIA N°. 2980/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE MOREIRA BONELLI, matrícula n°. 800788, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 24/11/2004 a 24/11/2009, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 07/10/2013 à 07/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2981/2013.**  
PORTARIA N°. 2981/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CIRLEI GONÇALVES IFFERT, matrícula n°. 800020, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2008 a 02/05/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 16/09/2013 à 16/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2982/2013.**  
PORTARIA N° 2982/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WALMIRA POLUCENO MIRANDA, matrícula nº. 800568, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 16/09/2013 à 16/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2983/2013.**  
PORTARIA N° 2983/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA XAVIER, matrícula nº. 801191, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/04/2005 a 14/04/2010, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 16/09/2013 à 16/11/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2984/2013.**  
PORTARIA N° 2984/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA DA COSTA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2985/2013.**  
PORTARIA N° 2985/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR CLEUSA DUARTE WALTRICK, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/08/2013 a 11/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 2986/2013.**  
PORTARIA N° 2986/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NORMA REGINA BECKER, matrícula nº. 800430, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2000 a 14/02/2005, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 19/09/2013 à 19/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura



MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2988/2013.**  
PORTARIA N°. 2988/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO PAULA CRISTINA COSTA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2989/2013.**  
PORTARIA N°. 2989/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei n°. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar da data abaixo.

Matrícula	Nome	De	Para	Pagar a partir de
800113	Andreia Martins da Silva	Doc - 3 - D	Doc - 3 - E	05/07/2013
800028	Emília Filomena Martins	Doc - 3 - I	Doc - 3 - J	06/07/2013
800380	Fabiana Regina da Silveira	Doc - 3 - G	Doc - 3 - H	25/05/2013
801082	Helena márcia Sebold	Doc - 3 - D	Doc - 3 - E	16/06/2013
800383	Jair Joaquim Pereira	Doc - 4 - F	Doc - 4 - G	22/04/2013
800082	Nadia Farias da Costa	Doc - 3 - L	Doc - 3 - M	01/07/2013
800872	Paulicéia Isabel Martins	Doc - 3 - D	Doc - 3 - E	29/06/2013
800293	Wanderléia Pierri Galvani	Doc - 3 - K	Doc - 3 - L	07/07/2013

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2990/2013.**  
PORTARIA N°. 2990/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAISA PIO SILVEIRA, de acordo com a Lei n°. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei n°. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital n°. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Bela Vista da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2013 a 03/09/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2991/2013.**  
PORTARIA N°. 2991/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO GHIZZO, de acordo com a Lei n°. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei n°. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital n°. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2013 a 26/08/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2992/2013.**  
PORTARIA N°. 2992/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LIDIA FRIEDRICH CAS-SALI, de acor-do com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2993/2013.**

PORTARIA N°. 2993/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LARISSA MAY BEPLER, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Barra do Aririú da Secretaria de Sa-úde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2994/2013.**

PORTARIA N°. 2994/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LILIAN SCHARF PATEL, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2995/2013.**

PORTARIA N°. 2995/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DOGLAS BITTENCOURT, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/08/2013 a 27/08/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2996/2013.**

PORTARIA N°. 2996/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA CRISTINA RIE-SINGER PE-REIRA, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Adminis-tração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/09/2013 a 09/09/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2997/2013.**  
PORTARIA N°. 2997/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária confor-me anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor em 02 de setembro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR
400303	Andreia Ivone da Silva	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2998/2013.**  
PORTARIA N°. 2998/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2797 de 03 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SILVANA SEMIEN-TCOSKI, para ocupar o cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/09/2013 a 15/12/2013, face o impedimento da servidora I-vani Adelaide Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 2999/2013.**  
PORTARIA N°. 2999/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2794 de 03 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAIARA REGINA MORAIS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais

(ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2013 a 06/10/2013, face o impedimento da servidora Rosilda Weingartner, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Errata Pregão 178-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA 01  
PREGÃO N°. 178/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alterações no edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL n°.178/2013, ficando apazado para dia 14/10/2013 às 16:00 hs para recebimento das propostas, abertura e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 02 de outubro de 2013  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

**Pregão Presencial N° 180/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 180/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de outubro de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°. 180/2013, que tem por objeto a aquisição de oxigênio e acetileno para a Secretaria de Infra-Estrutura, Transporte e Defesa Civil, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 02 de outubro de 2013.  
A PREGOEIRA.

**Pregão Presencial N° 181/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 181/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 18 de outubro de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL N°.

181/2013, que tem por objeto a aquisição de Fontes ATX 500W REAL, para manutenção dos equipamentos de informática desta Prefeitura. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoa-sc.gov.br](http://www.palhoa-sc.gov.br).

Palhoça, 02 de outubro de 2013.  
A PREGOEIRA.

#### Extrato de Contrato N.º084/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º084/2013 - Pregão n.º031/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PORTAC ELEVADORES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME. OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 02 (duas) plataformas elevatórias. R\$ 94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais). DATA: 02/09/2013.

#### Extrato de Contrato N.º085/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º085/2013 - Pregão n.º033/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e destinação final de detritos oriundos de fossas sépticas e desentupimento a serem efetuados nas Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. R\$ 1.054,50 (mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). DATA: 03/09/2013.

#### Extrato de Contrato N.º086/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º086/2013 - Dispensa de licitação n.º035/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MADESTILO COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA. OBJETO: locação de 01(um) galpão em alvenaria medindo 12,60mx50m, totalizando uma área de 630m², duas portas de elevação com 4,40mx4,50m, possui em seu interior os seguintes cômodos : 01 (um) escritório, 01 (um) banheiro e 02 (dois) depósitos de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua João Born n° 1.830 - Centro - Palhoça/SC. R\$ 19.469,67 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos). DATA: 09/09/2013.

#### Extrato de Contrato N.º087/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º087/2013 - Pregão Presencial n.º032/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DEDETIZADORA TROMBIM LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços técnicos especializados de desinsetização, desratização de áreas internas, externas, bem como limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixa de água), nas Unidades de Saúde da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de saúde. Valor R\$ 24.520,00 (vinte e quatro mil quinhentos e vinte reais). DATA: 23/09/2013.

#### Extrato de Contrato N.º088/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º088/2013 - Dispensa de licitação n.º044/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física CARLOS AUGUSTO PEREIRA. OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria com 350 m² contendo 03 (três) banheiros, 03 (três) salas e um pátio para estacionamento, localizado a Rodovia Evaldo Paulo Broering, SC 433, km 2,5 - Passagem do Maciambu, neste Município. Valor R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). DATA: 01/10/2013.

#### Extrato de Ata de Contrato de Registro de Preços N.º087/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE CONTRATO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º087/2013 – Pregão Presencial 32/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DEDETIZADORA TROMBIM LTDA ME: prestação de serviços técnicos especializados de desinsetização, desratização de áreas internas, externas, bem como limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixa de água), nas Unidades de Saúde da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de saúde. DATA: 23/09/2013 à 22/09/2014.

Item	Quant	Un	Descrição do objeto	Valor Unitário	Valor Total
01	130	sv	Desinsetização, dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 67,00	R\$ 8.710,00
02	130	sv	Desratização dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 60,00	R\$ 7.800,00
03	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 500 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
04	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 1.000 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
05	30	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 2.000 litros	R\$ 57,00	R\$ 1.710,00
06	10	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 10.000 litros	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
Valor Total R\$24.520,00					

#### CÂMARA MUNICIPAL

#### Publicação Contrato N°21 -Material de Informatica Carta Convite N°006

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA Nº. 21/2013. PROCESSO LICITAÇÃO Nº015/2013

Que entre si celebram, de um lado, o Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua. Joci José Martins, 101 - Lot. Pagani - Palhoça SC, nesta cidade, neste ato representado por seu Presidente Senhor NIRDO ARTUR LUZ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado à empresa ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado situado a Rua: Ataulfo Alves, 186, Roçado, São José, CEP: 88108-220, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.00.748.569/0001-30, neste ato representado por sua representante legal Senhor ROBSON CARDOSO, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência ao Processo Licitatório Menor Preços Por Lote nº015/2013, homologado em 01 de outubro de 2013, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02, ao edital convocatório, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição de material de informática para Câmara Municipal de Palhoça, conforme





especificações contidas nos anexos I do Convite nº. 06/2013, partes integrantes deste instrumento convocatório.

1.2- A contratada declara possuir condições de fornecer o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste contrato independente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da Contratada, Edital do Convite nº. 06/2013, além das normas e instruções legais vigentes que lhe sejam aplicáveis.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância abaixo especificada:

3.1.1 - Valor total deste contrato - R\$ 23.136,00 (vinte três mil cento e trinta e seis reais), conforme proposta da contratada no processo Licitatório Convite 06/2013, devidamente homologado.

3.1.2 - O preço unitário acima relacionado inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida pelo município.

#### CLAUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - A forma de pagamento será mensal, mediante a entrega da fatura/nota fiscal correspondente, com carência de 10 dias.

4.2 - O pagamento de que trata o item anterior, será efetuado mediante apresentação das certidões relativas ao recolhimento a Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM), e ainda Comprovante de recolhimento do ISS, sob pena de retenção.

4.3 - Na fatura/nota fiscal deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor da mão de obra, a título de RETENÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL, conforme alterações da Lei n.º 8.212/91 do INSS.

4.4 - A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS - Guia de Recolhimento da Previdência Social ou GPS - Guia da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

4.5 - A Retenção do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), deverá estar em conformidade com Art. 158 da Constituição Federal e/ou Art. 647 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR-Decreto 3000/79.

4.6 - Os valores para faturamento serão os contidos na proposta da proponente vencedora;

4.7 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da PROPONENTE incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.8 - No ato da liquidação da despesa oriunda desta licitação, a Câmara informará aos órgãos de arrecadação e fiscalização da União e do Estado às características e os valores pagos para a Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA:

5.1 - Para a entrega dos equipamentos de informática, será firmado contrato com a empresa vencedora, com vigência até 31/10/2013.

5.2 - O prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de assinatura do contrato.

5.3 - Serão entregues os equipamentos de informática, na Sede da Câmara Municipal de Palhoça - Rua. Joci José Martins, 101 - Lot. Pagani - Palhoça/SC.

5.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa decorrente da presente Licitação, correrá por conta do orçamento da Câmara Municipal de Palhoça através dos recursos para 2013.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Deslocar-se até o local quando da solicitação formal expedida pela Presidente e Diretor Geral solicitante.

7.2 - Observar, respeitar e fazer cumprir as normas administrativas e disciplinares vigentes na contratante, bem como cumprir as ordens pela mesma emanada.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeito às seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas.

c) Advertência por escrito;

d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

#### CLAUSULA NONA - DAS PREROGATIVAS DO MUNICÍPIO.

9.1 - Neste Contrato, são oferecidas ao Município as prerrogativas de:

9.2 - Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitando os direitos da contratada;

9.3 - Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses de cláusula 10;

9.4 - Aplicar as penalidades previstas na execução total ou parcial do ajustado.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela Comissão Permanente de Licitações.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;

c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE,

incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADES DO CONTRATO

12.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2 - A nulidade não exonera o Município do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovada

contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao Município promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

13.1 - Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 015/2013 - CARTA CONVITE nº 06/2013 e a proposta da contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

15.1 - Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei Nº 8.666, e suas alterações, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, o Município e Contratada assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Palhoça, 04 de outubro de 2013.

NIRDO ARTU LUZ

CÂMARA M. DE PALHOÇA

Contratada

ROBSON CARDOSO

ESCRIMATE COM.SERV.DE NFEIRELI

Contratante

Testemunha - 01

Testemunha - 02

**Papanduva**

**CÂMARA MUNICIPAL**

#### Decreto Legislativo Nº 004/2013 de 17/07/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS nº. 03/2013

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA NARDES & NARDES.

CONTRATADA: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA NARDES & NARDES, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.372.973/0001-14, com inscrição da sociedade de advogados junto à OAB/PR sob nº 2540, com escritório profissional situado à Rua Barão do Rio Branco, 69, Centro, Rio Negro/PR, CEP 83880-000, fone (47) 3642-1908.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.493.726/0001-30, com sede na Sergio Glevinski, 78, Centro, Papanduva/SC, CEP 89370-000, fone (47) 3653-2721, neste ato representada pela Senhora Jacinta Mikalovicz, brasileira, casada, professora e Presidente da Câmara Municipal de Papanduva-SC, com registro no RG sob nº 1.369.901 - SSP/SC e no CPF sob nº 596.559.41949.

RESOLVEM entre si justo e combinado o presente Contrato de Prestação de Serviços e Honorários Advocatícios, o qual vigorará

de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: A CONTRATANTE contrata os serviços de advocacia do CONTRATADO, PARA O FIM ESPECIAL DE APRESENTAR DEFESA NOS AUTOS DE AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA - AUTOS Nº 047.13.001826-7

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços serão executados de acordo com a Lei 8.906/94 e o respectivo Código de Ética e Disciplina pelos advogados que compõe a banca da CONTRATADA: JOSÉ VALMOR RIBEIRO NARDES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR N.º 7331 e OAB/SC N.º 3176-A, com CPF sob nº 008.472.770-72; e/ou IRMELI MELZ NARDES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR N.º 5457 e OAB/SC N.º 1855-A, com CPF sob nº 187.139.809-63; e/ou DANIELA MELZ NARDES, brasileira, solteira, advogada, com CPF sob nº 906.387.359-04, inscrita na OAB/PR Nº 30.529 e OAB/SC 22.086-A, e/ou JAVEL JAIME VALÉRIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-SC Nº 11.871, com CPF sob nº 967.672.519-68, e/ou ALCEU GERALDO GATELLI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR N.º 10.671 e com CPF sob nº 135.050.500-59, e/ou ANA CASSIA GATELLI PSCHIEDT brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR 42.387, todos com endereço profissional à Rua Barão do Rio Branco, 69, em Rio Negro - PR..

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: Visto que não existe a possibilidade de se fixado uma data para finalização da execução dos serviços, o presente instrumento contratual possui prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a título de honorários advocatícios à CONTRATADA a importância equivalente R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo 30% até o dia 31 de outubro de 2013 e o restante após a conclusão dos trabalhos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços prestados para a CONTRATANTE, objeto deste contrato, se limitará ao estabelecido na CLÁUSULA PRIMEIRA, caso seja necessário e advirem o aumento dos atos judiciais, os honorários advocatícios serão majorados e eventualmente corrigidos, conforme for acordado entre as partes em contrato ou adendo que será anexado ao presente

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do serviço objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentárias:

CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - Projeto/Atividade: 01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - Elemento e detalhamento de despesa: 3.3.90.39.79.00.00.00 - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

CLÁUSULA QUINTA - DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: Os honorários da sucumbência não excluem os contratados, tendo sempre o presente o que foi ajustado na aceitação da causa CLÁUSULA PRIMEIRA, com possíveis alterações decorrentes da CLÁUSULA TERCEIRA.

CLÁUSULA SEXTA - DA JUSTIFICATIVA: TAL CONTRATAÇÃO TERCEIRIZADA É NECESSÁRIA DEVIDO A CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NÃO PODER SER REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR JURÍDICO EM FACE DO MANDADO DE SEGURANÇA - AUTOS Nº 047.13.001826-7, DEVIDO O AUTOR DO PROCESSO SER O PRÓPRIO PROCURADOR CITADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente pelas duas partes acompanhadas de 02 (duas) testemunha, em

Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:** As partes elegem como competente para qualquer ação decorrente deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Papanduva-SC.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato com 02 (duas) testemunhas maiores e capazes, para que surta efeitos legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo 01 (uma) via para a CONTRATADA e outra para CONTRATANTE.

Papanduva, 16 de setembro de 2013  
Contratante  
Câmara Municipal de Papanduva

Contratada  
Escritório de Advocacia Nardes & Nardes

**TESTEMUNHAS:**  
JAMES MICHEL CERNAK  
CPF nº 041.576.899-33

NOELI CRISTINA DA SILVA  
CPF nº 842.758.809-78

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Decreto N° 175/2013

DECRETO Nº. 175, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

“NOMEIA ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVERIO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada, Alissandra Alves Paganini Silvério para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças, com remuneração específica em LEI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2013.  
JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO  
Secretária M. de Administração e Finanças

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### Portaria N° 413/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO  
DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 413/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

**COLOCAR A DISPOSIÇÃO**, da Secretaria Municipal de Saúde, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Carlos Correa, nomeado pela portaria nº 011/2003, brasileiro, portador do CPF nº 625.685.829-87, matrícula nº 762, ocupante do Cargo de Motorista.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Outubro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

#### Portaria N° 414/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 414/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

**ALTERAR CARGA HORÁRIA**, da Servidora Pública Municipal, Tânia Ramos da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 017.711.319-77, matrícula nº 10955, nomeada pela portaria nº 386/2013, de 20 horas para 40 horas, a partir de 01/10/2013 à 10/10/2013, em substituição a titular Jade Maria Gomes Bittencourt da Silveira, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de Outubro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Lei N° 1.705, de 30 de Setembro de 2013.

LEI N° 1.705, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, III, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público o Poder Legislativo Municipal, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta LEI.

Parágrafo Único. A contratação a que se refere este artigo somente será possível se ficar comprovada a impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro e desde que não reste candidato aprovado em concurso público aguardando nomeação.

Art. 2º. Os casos passíveis de contratação por tempo determinado são os definidos a seguir:

I - Atendimento a situação transitória que signifique um aumento excepcional na atividade desenvolvida pelo Poder Legislativo incapaz de ser executado satisfatoriamente pelos recursos humanos que dispõe, por 12 (doze) meses;

II - Vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria, quando não houver concurso público em vigência, por 12 (doze) meses;

III - Vacância de cargos, quando houver concurso em vigor, no período compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado até a efetiva entrada em exercício;

IV - Substituição a servidor efetivo transitoriamente afastado de suas funções, especialmente decorrente de licença saúde, licença maternidade, licença prêmio, licença por motivo de doença em pessoa da família e outros afastamentos de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo prazo que durar o período de afastamento, podendo ser renovado, sucessivamente, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único. Os prazos definidos nos incisos I a IV são prorrogáveis pelo período de até 12 (doze) meses, desde que justificada a permanência da necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 3º. As contratações serão realizadas mediante processo seletivo simplificado, cujos critérios serão definidos em edital próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, exclusivamente destinadas a prover as hipóteses dos incisos do artigo anterior, sendo vedado o aproveitamento do contratado em outra atividade.

Art. 4º. O processo seletivo público será de provas ou provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, sujeito a ampla divulgação em órgão oficial do município, e em jornal de ampla circulação local, além de publicação na página da internet do Poder Legislativo.

Art. 5º. Prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção.

Art. 6º. As contratações serão formalizadas mediante contrato administrativo, aplicando-se aos contratados, os mesmos deveres, obrigações, proibições e responsabilidades previstas nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto, tendo como regime de previdência, o Regime Geral de Previdência Social, sendo assegurado ao contratado a sua filiação de acordo com a legislação federal vigente.

Art. 7º. A remuneração do servidor contratado, nos termos desta Lei, serão fixadas de acordo com a tabela de vencimentos do quadro permanente, praticada pelo Legislativo Municipal e, corresponderá ao nível para o cargo que está sendo contratado.

Art. 8º. As contratações somente poderão ser efetivadas com observância de dotação orçamentária específica.

Art. 9º. Aplicam-se ao contratado, nos termos desta Lei, os seguintes direitos:

I - décimo terceiro salário;

II - gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos, um terço além do vencimento normal;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos;

IV - adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, nos mesmos parâmetros dos servidores efetivos;

V - salário família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

VI - vale transporte e alimentação, disposto na Legislação Federal;

VII - adicional noturno nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto;

VIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais; e

IX - remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal, respeitado o limite de até 02 (duas) horas diárias, mediante a devida comprovação, de acordo com as disposições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto.

Art. 10. O contratado terá direito às seguintes licenças durante o período de contrato:

I - licença à gestante ou à adotante, sem prejuízo do emprego e do vencimento, com duração de 120 (cento e vinte) dias;

a) No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

b) No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

c) No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

d) Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas de descanso, sendo 1 (uma) hora no período da manhã e 1 (uma) hora no período da tarde, vedada a acumulação das 02 (duas) horas num só período.

II - licença paternidade, de 03 (três) dias, a contar do nascimento do filho no decorrer da primeira semana;

III - casamento, de 03 (três) dias, a contar da celebração do matrimônio;

IV - por falecimento de cônjuge, pais, filhos e irmãos, de 03 (três) dias a contar do evento; e

V - 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde e por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença ocupacional.

Parágrafo Único. No caso do disposto no inciso V, não sendo o prazo de 15 (quinze) dias suficiente para o contratado retornar à atividade normal de trabalho é assegurado ao Legislativo Municipal, a possibilidade de rescisão do contrato, desde que o contratado mantenha-se segurado junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 11. O contrato firmado na forma desta Lei extinguir-se-á pelo término do prazo contratual, não prescindindo de qualquer formalidade, podendo, entretanto, ser rescindido independentemente de aviso prévio:

I - por infração às determinações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto;

II - por conveniência do Legislativo Municipal, devidamente justificada e, ainda, especialmente quando o servidor substituído retornar antes da data prevista, caso em que importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a metade do que lhe caberia até o final do contrato;

III - por iniciativa do contratado, caso em que deverá comunicar a Administração com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

IV - por abandono do contratado, caracterizado por falta ao serviço por período superior a 15 (quinze) dias corridos ou, 30 (trinta) dias, intercalados; e

V - por insuficiência de desempenho do contratado, devidamente analisado e comprovado.

**Parágrafo Único.** Também se aplica aos contratados por força desta lei, o regime disciplinar aplicável aos servidores efetivos do Município.

Art. 12. O candidato aprovado no processo seletivo simplificado, ao ser chamado, deverá observar os seguintes procedimentos administrativos para efetivação da contratação:

I - realização de Exame Médico Admissional;

II - apresentação da relação de documentos, abaixo descrita, no Departamento de Pessoal do Legislativo Municipal:

a) comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

b) uma foto 3x4;

c) cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;

d) cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF e Título de Eleitor;

e) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

f) comprovante do tipo sanguíneo;

g) cópia de Certidão de Nascimento ou casamento;

h) cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

i) declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;

j) cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;

k) declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

l) declaração de bens;

m) certidão negativa de antecedentes criminais; e

n) convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Art. 13. Fica vedada a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração Direta ou Indireta da União, Estados e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores das subsidiárias do Poder Executivo e controladas, ressalvadas as acumulações legais.

Art. 14. Os contratos serão numerados em ordem única de forma sequencial a cada ano, sendo cláusulas necessárias as que esteleçam:

I - o objeto;

II - qualificação do contratado;

III - cargo;

IV - jornada de trabalho;

V - vencimento, reajustado na mesma data e índice dos servidores municipais;

VI - motivação da contratação;

VII - local de trabalho; e

VIII - vigência do contrato.

**Parágrafo Único.** O contrato deverá ser firmado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pela Mesa Diretora e pelo contratado e, seu extrato deverá ser publicado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após as assinaturas, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Art. 15. O contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou de confiança; e,

III - receber, em sua remuneração, valores relativos a progressões, vantagens ou adicionais de caráter pessoal, exclusivas de servidores efetivos.

Art. 16. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto - SC, 30 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 3.874 de 25 de Setembro de 2013**

DECRETO Nº 3.874 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Orçamentária Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0205 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0205.20 Agricultura

0205.20.606 Extensão Rural

0205.20.606.2001 Assistência ao Produtor Rural

0205.20.606.2001.4051 Manutenção das atividades da agricultura

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais):

02 Poder Executivo

0205 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0205.20 Agricultura

0205.20.606 Extensão Rural

0205.20.606.2001 Assistência ao Produtor Rural

0205.20.606.2001.4051 Manutenção das atividades da agricultura

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 25 DE SETEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 3.875 de 25 de Setembro de 2013**

DECRETO N° 3.875 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Orçamentária Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), para atender a seguinte programação:

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.365 Ensino Infantil

0203.12.365.1201 Ensino para Todos

0203.12.365.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0101

Art. 2º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais):

02 Poder Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.365 Ensino Infantil

0203.12.365.1201 Ensino para Todos

0203.12.365.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 25 DE SETEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 3.876 de 26 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 3.876 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal da saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte 0164.10

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 25 de setembro de 2013 na fonte de recursos 0164.10 (PMAQ).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 3.877, de 27 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 3.877, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Disposto no Decreto n. 2.812, de 21 de maio de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Trânsito do Município de Pinheiro Preto:

I - SÉRGIO DALLBOSCO, representante do Poder Executivo, o qual exercerá o cargo de Presidente;

II - GILBERTO CHIARANI, Representante Comunitário;

III - MARCELO BRUNO FILLIPIN, Representante da Polícia Civil;

IV - GILBERTO PETRY, Representante da Polícia Militar;

V - JESSICA BADO, Servidora Pública Municipal, a qual exercerá o cargo de Secretária.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 3.878, de 27 de Setembro de 2013.**

DECRETO N° 3.878, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o disposto na Lei Municipal nº 1.222, de 05 de outubro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia EDER FARINA, inscrito no CPF sob nº 010.409.759-09, para exercer a função de Diretor de Trânsito, Dirigente máximo do Órgão Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 3.880, de 01 de Outubro de 2013.**

DECRETO N° 3.880, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde  
0301 Fundo Municipal da Saúde  
0301.10 Saúde  
0301.10.301 Atenção Básica  
0301.10.301.1001 Saúde para Todos  
0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável  
3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 600,00  
Fonte 0164.12

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) conforme abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde  
0301 Fundo Municipal da Saúde  
0301.10 Saúde  
0301.10.301 Atenção Básica  
0301.10.301.1001 Saúde para Todos  
0301.10.301.1001.4022 Manutenção Piso de Atenção Básica Variável  
3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 600,00  
Fonte 0164.12

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 01 DE OUTUBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria N. 265 de 20 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N. 265 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA GISLENE CORREA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2011;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria n.º 264 de 20 de setembro de 2013;

Considerando o item 10.3 e 10.4 do Edital de Concurso Público 001/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Nomear, mediante concurso público GISLENE CORREA,

brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º052.934.119-00, para o exercício do cargo público de PROFESSORA DE CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (IPREPI), com o salário inicial previsto em Lei, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 20 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 264 de 20 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N° 264 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA GISLENE CORREA APTA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA DE CRECHE, CONCURSO PÚBLICO 001/2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 e 10.5 do edital de concurso público n.º 001/2011;

Considerando o parecer do Laudo médico emitido em 06 de maio de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declara apta para o trabalho a candidata GISLENE CORREA, para o cargo de Professora de Creche - 40hrs .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 20 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria N°. 266 de 20 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N°. 266 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DANIELA FORMAIO DE OLIVEIRA DO CARGO PUBLICO EM CARATER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, DANIELA FORMAIO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 060.610.999-40, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Professor (nível ACT I), a partir do dia 17 de setembro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 20 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



**Portaria N°. 267 de 30 de Setembro de 2013.**

PORTARIA Nº. 267 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

EXONERA SIRLEI APARECIDA DENARDI DO CARGO PUBLICO EM CARATER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e

Considerando o término do contrato de trabalho

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, SIRLEI APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 077.787.139-42, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Professor Creche - 40 horas , a partir do dia 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria N°. 298 de 03 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº. 298 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, GIANA PAULA MORESCO DO CARGO PUBLICO EM CARATER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, GIANA PAULA MORESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 078.316.619-21, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Nutricionista , a partir do dia 03 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 03 de outubro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Porto Belo****PREFEITURA****Lei Municipal N° 2.089/2013**

LEI MUNICIPAL Nº 2.089, DE 2 DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A FIRMAR CONVÊNIOS POR INTERMÉDIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a firmar convênios com entidades não governamentais cujos projetos sejam aprovados previamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de outubro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**Porto União****PREFEITURA****Portaria N.º 695/2013 - RH**

PORTARIA Nº 695, de 30 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022150.1.00017/13-3, datada de 17 de setembro de 2013, da servidora ESTER FARAH SALIBA DE PAULA, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 3.880 dias, ou seja, 10 (dez) anos, 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Tempo de Período	Empregador	Contribuição/Aproveitado
------------------	------------	--------------------------

- 01/02/1986 a 31/03/1991	- Município de União da Vitória	05a 02m 00d
- 25/03/1991 a 20/01/1995	- Prefeitura Municipal de Porto União	03a 09m 26d
- 01/06/1984 a 31/03/1991	- Contribuinte Individual	01a 07m 24d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 696/2013 - RH**

PORTARIA Nº 696, de 30 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º DESCLASSIFICAR Janete Aparecida Machado, aprovada em 14º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, em razão de haver expirado o prazo para a posse.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 697/2013 - RH**

PORTARIA Nº 697, de 30 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º DESCLASSIFICAR Genovefa dos Santos Lima, aprovada em 55º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, em razão de haver expirado o prazo para a posse.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 698/2013 - RH**

PORTARIA Nº 698, de 01 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Paulo Carlos Stremlow, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Rio do Sul**

**PREFEITURA**

**Decreto 3595**

DECRETO Nº 3595, de 05 de setembro de 2013.

"CONCEDE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BOM FIM".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua o Parágrafo 2º do Artigo 89 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica concedida Permissão de Uso não remunerado a título precário a Associação de Moradores do bairro Bom Fim, um terreno de propriedade do Município de Rio do Sul, com área de 1.583,004m², registrado no Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul, sob o nº 16896, situado na Estrada Bom Fim, bairro Sumaré, nesta cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: A área referida no "caput" do presente destina-se para lazer, recreação, educação e esportes em geral. Fica autorizada a construção, reforma e alterações necessárias nas edificações, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º - A presente permissão será formalizada através de hábil e competente Termo Administrativo entre Permitente e Permissório.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

05 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO REMUNERADO DE IMÓVEL.**

"TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO REMUNERADO DE IMÓVEL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BOM FIM".

Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro de 2013, o Município de Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, doravante denominado PERMITENTE e, de outro lado, a Associação de Moradores do Bairro Bom Fim, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Ivan Carlos Mendes, doravante denominada PERMISSORÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado, que reger-se-á mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O objeto do presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado de Imóvel refere-se ao direito de utilizar um imóvel de propriedade do Município de Rio do Sul /SC, constante de um terreno com área de 1.583,00 m2, conforme parte da matrícula n. 16896, registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul /SC, situado na Estrada Bom Fim, no Bairro Sumaré, nesta cidade de Rio do Sul/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado de Imóvel tem seu prazo determinado, com vigência de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSORÁRIA.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Termo de Permissão de Uso Não Remunerado de Imóvel formalizado a título precário, tem como fundamentação legal o artigo

25, caput, da Lei nº 8.666/93; o parágrafo segundo do artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul/SC, lei municipal nº 2.017 e o Decreto nº 3595 de 05 de setembro de 2013.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA FINALIDADE

Destina-se o presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado, a Associação de Moradores do Bairro Bom Fim, possibilitando o uso do imóvel e benfeitorias existente para o lazer, recreação, cultura e esportes em geral. Fica autorizada a construção, reforma e alterações necessárias nas edificações, de acordo com a legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

A PERMISSIONÁRIA não poderá em hipótese alguma, ceder, transferir a qualquer título ou modificar a destinação do imóvel objeto desse instrumento, podendo desenvolver parcerias com outras entidades, apenas para a consecução dos projetos objetivados na ocupação do imóvel.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

O PERMITENTE poderá a qualquer tempo, por interesse público, se assim lhe convier, rescindir o presente instrumento mediante notificação prévia a PERMISSIONÁRIA para a desocupação do imóvel, não tendo direito a indenização, seja a que título for, incorporando-se ao patrimônio do Município de Rio do Sul toda e qualquer benfeitoria realizada sobre o imóvel objeto da presente Permissão.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento de Permissão.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso Não Remunerado de Imóvel, a título precário, acompanhado de duas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 05 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO	IVAN CARLOS MENDES
Prefeito de Rio do Sul	Presidente
PERMITENTE	PERMISSIONÁRIA

NATHALIA VON HELDEN SCHUNEMANN

CPF: 068.298.189-31

TESTEMUNHA

ELISANGELA THAISE ANDRADE

CPF: 067.888.189-83

TESTEMUNHA

#### Decreto 3651

DECRETO Nº 3651, de 02 de outubro de 2013.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DIRETOR."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 228/2011,

#### DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Consultivo do Plano Diretor, de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar nº 228/2011, os seguintes membros:

I. O Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

-CRISTIANO C.D.L. SEGATTO - Titular  
-HEBER XAVIER FERREIRA - Suplente

#### II. Assessor do Plano Diretor:

-THOMAS HENRY GRANDBERG - Titular  
-MARCELO CRISTIANO SLOM - Suplente

#### III. Representantes da Secretaria Munic. de Planejamento, Urb. e Meio Ambiente:

-CARLOS EDUARDO PLENS - Titular  
- FRANCIANE G X DE LIZ - Suplente

#### IV. Representantes da Comissão de Defesa Civil -COMDEC:

-ANDRÉ GUSTAVO WORMSBECHER - Titular  
-ELIGIO LUIS PESSOA - Suplente

#### V. Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

-LAURO PEREIRA DA COSTA- Titular  
-ANGELO DOLZANI - Suplente

#### VI. Representantes da Associação Comercial e Industrial -ACIRS:

-EDUARDO SCHROEDER - Titular  
-MARCOS SÁVIO ZANELLA - Suplente

#### VII. Representantes da Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal: pal:

-FABIO ROUSSENQ - Titular  
-EDMIR DE LARA RODRIGUES - Suplente

#### VIII. Representantes da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos- AEAVI:

-ANTONIO DE PÁDUA B.BOTELHO - Titular  
-ALEXANDRE MELCHIORETTO - Suplente

#### IX. Representantes da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI:

-FABIANA MEUER - Titular  
-DEYSE BUZZI JAHNKE - Suplente

#### X. Representantes dos Coordenadores de Cursos ind. pela UNIDAVI:

-GILBERTO LUIS MASCHIO - Titular  
-UDO OSCAR SIEBERT - Suplente

#### XI. Representantes da Câmara de Diretores Lojistas - CDL:

-EDNEI STOFELLA - Titular  
-RAULINO NICOLAU DA SILVA- Suplente

#### XII. Representantes do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI:

-EDUARDO ARAGÃO SILVA - Titular  
-URNOLF SCHOTTEN - Suplente

#### XIII Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil -OAB / Subseção Rio do Sul:

-CRISTIANO FERNANDES - Titular  
-MARCOS LUIZ WAGNER - Suplente

Art. 2º - Os membros ora nomeados, cumprirão mandato de 02 (dois) anos, cujo período compreende de 02 de outubro de 2013 a 02 de outubro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na conformidade com o Art. 81 da Lei Complementar 163/2006, os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
02 de outubro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto 3652**

DECRETO N° 3652, de 02 de outubro de 2013.  
"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal n° 4.201/2005,

**DECRETA:**

Art.1º- Substitui membro para compor a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, prevista no Art. 12 da Lei Municipal n° 4.201/2005,

Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas:

- Edinei Stofela - Titular;
- Raulino Nicolau da Silva - Suplente.

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito.  
02 de outubro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**Portaria N. 1195/RH**

PORTARIA N. 1195/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Interno n. 131/2013 emitido pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 025/2013, a fim de apurar a responsabilidade pelo acidente de trabalho ocorrido no dia 22 de janeiro de 2013, durante a manutenção da Estrada Blumenau, Bairro Bela aliança nesta municipalidade.

Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0121/RH, de 01 de fevereiro de 2013, para apurar a suposta irregularidade.

Art. 3º. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N° 1169/RH**

PORTARIA N°. 1169/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria n.º 0891/2013/RH de 11/07/2013, a partir de 11 de setembro de 2013, a qual cede para o Conselho Tutelar o servidor LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, em conformidade com o Memorando SMASH n° 289/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Dr

**Portaria N° 1170/RH**

PORTARIA N. 1170/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º CEDER, a partir de 11 de setembro de 2013, a servidora ILEI FILIPPI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, para atuar no Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, em conformidade com o inciso III, Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Art. 32, da Lei Municipal n. 2.947, de 09 de dezembro de 1994 e Memorando SMASH n° 289/2013.

Parágrafo Único: A cessão se dará até 31.12.2013, com possibilidade de prorrogação e caberá ao Município o ônus da remuneração devida.

Art. 2º A servidora cedida irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo, devendo apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos seu controle de frequência.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Dr

**Termo de Convocação - Adriana Machado dos Santos**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADRIANA MACHADO DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Andreia Cristina Machado**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREIA CRISTINA MACHADO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 01 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Andreia Serafim**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREIA SERAFIM, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Jaqueline Ap. Salvador Schlichting**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JAQUELINE APARECIDA SALVADOR SCHLICHTING, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis

e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 01 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Joana Alice Vieira**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOANA ALICE VIEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Josiane de Oliveira Laminn**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOSIANE DE OLIVEIRA LAMINN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 16 de setembro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Nilma Lucia dos Santos**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NILMA LUCIA DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.



Rio do Sul (SC), 26 de setembro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Rita de Cassia Oliveira**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RITA DE CASSIA OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Rosane Francisco Santos**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSANE FRANCISCO SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de setembro de 2013.  
Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Rosângela Aparecida Borges**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSANGELA APARECIDA BORGES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Rosângela Aparecida Borges**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSANGELA APARECIDA BORGES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Sandra Regina Goudinho**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA REGINA GOUDINHO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 09 de setembro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Sibelli Heck Guedes**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SIBELLI HECK GUEDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 58/2013 - CARTA CONVITE Nº 58/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de hora-máquina (Poclain e trator de esteira), para aberturas de Estradas de morro e extração de saibro, no interior do município, setor de viação, Obras e Serviços Públicos, com recebimento da documentação e proposta até às 13:45Hs do dia 14/10/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113 E-mail [compras@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:compras@santarosadosul.sc.gov.br)

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

#### Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

#### ERRATA

Processo de Licitação nº 57/2013-PR 57/2013

Publicação na Edição nº 1338 de 03/10/2013

Da Abertura:

Onde se Lê: "Com recebimento da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 15/10/2013, com abertura dos envelopes prevista para às 14:15 horas do dia 14/10/2013."

Leia-se: "Com recebimento da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 15/10/2013, com abertura dos envelopes prevista para às 14:15 horas do dia 15/10/2013."

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 301/2013

DECRETO Nº 0301, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E

#### URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.030 - Pavimentar São Bento

(189) 4.4.90.51.00.00.00.0100 - Obras e Instalações

R\$ 50.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(349) 3.3.90.37.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 1.030 - Pavimentar São Bento

(186) 3.3.90.30.00.00.00.0100 - Material de Consumo

R\$ 50.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(350) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 302/2013

DECRETO Nº 0302, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(3) 3.1.90.16.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis PC

R\$ 2.000,00

(4) 3.1.91.13.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 2.000,00

(5) 3.3.90.14.00.00.00.0100 - Diárias - Civil

R\$ 1.000,00

(11) 3.3.90.46.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 3.500,00

(14) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 1.000,00

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
(16) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo  
R\$ 10.000,00

(17) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF  
R\$ 1.000,00

(19) 3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. Pessoa Fis  
R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(24) 3.3.90.18.00.00.00.00.0100 - Aux. Financ. Estudantes  
R\$ 1.200,00

(27) 3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção  
R\$ 3.000,00

(7) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF  
R\$ 300,00

(8) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação Mão-de-Obra  
R\$ 5.000,00

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(15) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições  
R\$ 6.000,00

(18) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ  
R\$ 11.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Decreto N° 303/2013

DECRETO N° 0303, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-EMHAB.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação-EMHAB e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(8) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF  
R\$ 3.600,00

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Atividade: 2.056 - Promovendo a Regularização Fundiária Habitacional

(29) 3.3.90.93.00.00.00.00.0200 - Indenizações e Restituições  
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ  
R\$ 3.600,00

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Atividade: 2.056 - Promovendo a Regularização Fundiária Habitacional

(27) 3.3.90.30.00.00.00.00.0200 - Material de Consumo  
R\$ 5.000,00

(28) 3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. PJ  
R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Decreto N° 304/2013

DECRETO N° 0304, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE SÃO BENTO DO SUL - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1680, de 10 de outubro de 2006,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, parte integrante deste decreto.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 6946, de 18 de novembro de 2008.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

CONSELHO DA CIDADE DE SÃO BENTO DO SUL/SC - CONCIDADE  
REGIMENTO INTERNO

#### Capítulo I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho da Cidade de São Bento do Sul, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, será regido pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho tem por finalidade analisar e recomendar diretrizes para a formulação e a implementação da política municipal de desenvolvimento sustentável urbano e rural.

#### Capítulo II

DA SEDE E DA INFRAESTRUTURA

Art. 3º - O Conselho da Cidade de São Bento do Sul, doravante



denominado CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL, instituído pela Lei nº 1.680, de 10 de outubro de 2006, tem sua sede no Paço Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro do município de São Bento do Sul, utilizando-se da infraestrutura proporcionada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

### Capítulo III DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

#### Art. 4º - São atribuições do Conselho da Cidade:

I - Propor, debater e aprovar diretrizes para a aplicação de instrumentos da política de desenvolvimento urbano e rural e das políticas setoriais ou regionais, em consonância com as deliberações das Conferências Nacionais das Cidades e pelas Conferências da Cidade de São Bento do Sul;

II - Propor, debater e aprovar diretrizes e normas para a implantação dos projetos formulados pelo colegiado da sociedade civil e órgãos da administração pública municipal, relacionados às políticas urbana e rural;

III - Acompanhar e avaliar a execução da política urbana e rural municipal, expressa no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

IV - Propor a edição de normas municipais de direito urbanístico e da ocupação do solo e manifestar-se sobre propostas de criação e de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano e rural;

V - Emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais legislações e atos normativos relacionados ao desenvolvimento territorial e municipal;

VI - Propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento, avaliação da legislação urbanística e territorial em geral e, em especial, do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo;

a) - Monitorar e avaliar anualmente a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo e propor as adaptações necessárias para atingir as metas preconizadas;

b) - Realizar a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo no prazo máximo de 8 (oito) anos a contar da data de publicação da Lei que o institui.

VII - Sugerir eventos destinados a estimular a conscientização sobre os problemas tanto na área urbana, quanto na rural e o conhecimento da legislação pertinente, e a discutir soluções alternativas para a gestão da Cidade, bem como outros temas referentes à política urbana, rural e ambiental do Município;

VIII - Propor, debater e aprovar a Agenda 21 local - instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável - acompanhar a sua implementação, avaliar a sua execução e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos, conforme recomendações do Ministério do Meio Ambiente;

IX - Analisar, opinar e deliberar sobre os efeitos positivos e negativos decorrentes da instalação de empreendimentos, quanto ao seu impacto no patrimônio histórico-cultural, paisagístico, ambiental, na rede de infraestrutura e nos equipamentos públicos e quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, através de mecanismos tais como:

- a) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);
- b) Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA).

X - Emitir parecer com motivos pelos quais um imóvel não esteja cumprindo sua função social de propriedade urbana, a fim de embasar a determinação de parcelamento, edificação ou utilização

compulsória do imóvel;

XI - Emitir parecer quanto ao enquadramento ou não de imóveis na condição de subutilizados;

XII - Promover mecanismos de cooperação entre os Governos da União, do Estado de Santa Catarina, dos Municípios da Microrregião do Alto Vale do Rio Negro e da Região Norte-Nordeste e a sociedade na formulação e execução da política regional ou setorial de desenvolvimento urbano e rural;

XIII - Promover a integração da política urbana e rural com as políticas sócio-econômicas e ambientais, municipais e regionais;

XIV - Promover a integração dos temas da Conferência das Cidades com as demais Conferências de âmbito municipal, regional e estadual.

XV - Dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões, através da imprensa oficial do Município;

XVI - Convocar e organizar, a cada dois anos, a etapa preparatória municipal da Conferência Nacional das Cidades;

XVII - Propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários ou cursos afetos à política de desenvolvimento urbano e rural;

XVIII - Opinar e emitir pareceres sobre todos os assuntos que lhe forem remetidos, pela sociedade civil organizada e pelo Poder Público, relativos à política urbana e rural e aos instrumentos previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo ou no que mais for solicitado;

XIX - Examinar e sugerir medidas para os casos omissos que venham a ser deixados aos seu critério pela Legislação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo;

XX - Solicitar o assessoramento técnico, que julgar necessário, ao Poder Executivo;

XXI - Opinar sobre as propostas orçamentárias e de programas de investimentos públicos anuais e plurianuais dos órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, na parte atinente ao desenvolvimento urbano e rural;

XXII - Promover a compatibilização das atividades do planejamento municipal, relativamente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo, com a execução orçamentária, anual e plurianual;

XXIII - Acompanhar a execução dos planos, programas e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, territorial e habitacional, inclusive os planos setoriais e projetos especiais;

XXIV - Aprovar e acompanhar a implementação da Política, Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social;

XXV - Aprovar a concessão de Outorga Onerosa do Direito de Construir e a aplicação da transferência do direito de construir;

XXVI - Aprovar e acompanhar a implementação das Operações Urbanas Consorciadas;

XXVII - Acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;

XXVIII - Propor mecanismos para garantir o acesso da população do município a documentos, projetos, planos deliberados pelo poder Executivo e Legislativo Local;

XXIX - Analisar e dar parecer sobre desapropriações e doações de imóveis pelo poder público;

XXX - Deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal.

XXXI - Exercer outras atribuições que lhe venham a ser conferidas.

### Capítulo IV DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

#### Art. 5º - O Conselho é composto por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;
- V - Plenário;
- VI - Câmaras Técnicas.

Art. 6º - O Presidente do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, serão eleitos bienalmente, dentro dos titulares, por maioria simples dos integrantes do Conselho.

Parágrafo único - Em caso de vacância de quaisquer dos cargos acima descritos, por perda de mandato, falecimento ou renúncia de conselheiro titular, será convocada reunião extraordinária com no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência, com a finalidade de eleição para recomposição do cargo vago.

## SEÇÃO I - DA PRESIDÊNCIA

Art. 7º - Ao Presidente compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II - Ordenar o uso da palavra;
- III - Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV - Submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- V - Encaminhar ao Prefeito Municipal exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do Conselho;
- VI - Delegar competências aos conselheiros quando necessário;
- VII - Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
- VIII - Solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- IX - Nomear e organizar o funcionamento das Câmaras Técnicas;
- X - Homologar deliberações e atos do Conselho;
- XI - Assinar e dar publicidade às atas aprovadas nas reuniões do Conselho.

## SEÇÃO II - DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 8º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

## SEÇÃO III - DO SECRETÁRIO

Art. 9º - Ao 1º Secretário compete:

- I - Preparar as reuniões, manter comunicação com os demais conselheiros, registrar as presenças e o conteúdo das atas das reuniões;
- II - Manter os demais conselheiros informados sobre o andamento dos assuntos submetidos à apreciação do Plenário;
- III - Manter sob sua guarda ou mandar guardar os arquivos referentes ao CONCIDADE.

Parágrafo único - Na ausência do 1º Secretário, este será substituído pelo 2º Secretário, ou ainda, poderão ser divididas as atribuições, a critério dos conselheiros eleitos para as funções.

## SEÇÃO IV - DO PLENÁRIO

### SUBSEÇÃO I - COMPOSIÇÃO

Art. 10º - O Plenário do Conselho, órgão superior de decisão, é composto por 31 (trinta e um) membros titulares, doravante denominados conselheiros, representantes do poder público e de entidades oriundas dos segmentos da sociedade, com direito a voz e voto, a saber:

- I - 08 (oito) representantes indicados pelo Poder Público, sendo:
  - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
  - b) 02 (dois) representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, sendo 01 (um) representante do Departamento de Urbanismo e 01 (um) representante do Departamento de Trânsito;
  - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
  - d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- e) 01 (um) representante do SAMAE;
- f) 01 (um) representante da EMHAB;
- g) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR;

II - 23 (vinte e três) representantes indicados pela Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL;
- b) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul - ACISBS;
- c) 01 (um) representante dos sindicatos patronais;
- d) 02 (dois) representantes de sindicatos laborais;
- e) 03 (três) representantes de clubes de serviços;
- f) 01 (um) representante de conselhos municipais;
- g) 02 (dois) representantes de associações de moradores;
- h) 02 (dois) representantes de organizações não-governamentais;
- i) 01 (um) representante da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE;
- j) 01 (um) representante da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
- k) 01 (um) representante da Sociedade Educacional de São Bento do Sul - SOCIESBS;
- l) 01 (um) representante de escolas particulares;
- m) 01 (um) representante do Serviço de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- n) 01 (um) representante do Serviço de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- o) 01 (um) representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Planalto Norte - AEAPLAN;
- p) 02 (dois) representantes de outras entidades ou associações profissionais;
- q) 01 (um) representante do Consórcio Ambiental Quiriri;

Parágrafo único - Caberá a cada conselheiro titular, um suplente, indicado pela mesma entidade, que terá direito a voz, e só terá direito a voto quando estiver substituindo o titular;

### SUBSEÇÃO II - MANDATO

Art. 11 - O mandato dos conselheiros do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL será de 02 (dois) anos, sendo admitida uma recondução por mais um mandato,

Parágrafo único - Após o conselheiro titular ou suplente permanecer por dois mandatos consecutivos deverá se ausentar por no mínimo um mandato.

Art. 12 - A ausência por 3 (três) reuniões seguidas ou 5 (cinco) alternadas, justificadas ou não, num período de 12 (doze) meses, implicará na perda automática do mandato, devendo ser promovido a substituição nos termos do art. 6º, parágrafo único deste regimento.

§ 1º - Não será computada falta se o conselheiro titular se fizer representar pelo suplente.

§ 2º - Após a segunda ausência consecutiva do Conselheiro, a Secretaria Executiva do CONCIDADE, deverá enviar comunicado a entidade ou órgão que o mesmo representa, advertindo sobre a ocorrência das ausências.

§ 3º - A entidade ou órgão será comunicado pela secretaria do CONCIDADE, afim de que providencie a indicação de novo representante, após a terceira ausência consecutiva e injustificada do Conselheiro.

### SUBSEÇÃO III - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 13 - Ao conselheiro compete:

- I - Discutir e votar todas as matérias submetidas ao Conselho;

II - Apresentar proposições, propostas de resoluções e moções;  
III - Colaborar com a Presidência e a Secretaria no cumprimento de suas atribuições;  
IV - Requerer, na forma deste Regimento, a convocação de reunião extraordinária para a apreciação de assunto relevante;  
V - Propor, antecipadamente, por escrito, via Secretaria, a inclusão de matérias na pauta das reuniões;  
VI - Propor a criação e integrar as Câmaras Técnicas;  
VII - Propor votação nominal;  
VIII - Solicitar registro em ata de seu ponto de vista;  
IX - Propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do Conselho.

#### SUBSEÇÃO IV - DAS REUNIÕES

Art. 14 - As reuniões ordinárias do CONSELHO DA CIDADE serão realizadas mensalmente, sempre na segunda quarta-feira de cada mês, e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente, desde que com a presença mínima de 1/3 dos Conselheiros. No caso de não haver a composição mínima necessária para a realização de reunião em 2ª ou 3ª chamada, esta será transferida para data posterior, a ser confirmada, para a qual serão enviados e-mails aos conselheiros, comunicando a nova data.

§ 1º - Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano, que independem de convocação posterior.

§ 2º - No caso de feriado previsto no calendário incidente sobre a segunda quarta-feira do mês, a reunião será transferida automaticamente para a quarta-feira da próxima semana.

§ 3º - As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, podendo ser previamente agendadas, com local e horário preestabelecidos, obedecendo ao calendário previamente estabelecido pela Plenária.

§ 4º - As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência.

§ 5º - As reuniões poderão, havendo necessidade e sendo aprovada pelo Conselho, manter-se em caráter permanente, até a solução da matéria objeto de deliberação.

§ 6º - A minuta da ata da reunião anterior, a convocação e a pauta da reunião subsequente, deverão ser elaboradas e encaminhadas previamente pelo Presidente, via secretaria, com no mínimo 5 dias úteis antes da próxima reunião, aos conselheiros.

Art. 15 - Para convocação de reuniões extraordinárias é imprescindível a apresentação de solicitação ao (à) Secretário(a) Executivo(a) do Conselho, acompanhado de justificativa.

§ 1º - O (a) Secretário (a) Executivo(a) remeterá ao presidente que decidirá sobre o pedido.

§ 2º - O (A) Secretário(a) Executivo(a) tomará as providências necessárias para a convocação da reunião extraordinária, a qual será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do ato de convocação, em dia, hora e local marcados, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, com a comunicação para todos os seus membros.

Art. 16 - As reuniões do Plenário devem ser relatadas em atas nas quais constará:

I - relação de participantes e entidade que representa;  
II - resumo de cada informe;  
III - relação de temas abordados e  
IV - deliberações tomadas a partir do registro de votos a favor,

contra e abstenções.

Parágrafo único - As atas das reuniões do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL deverão ser editadas em versão eletrônica, disponível na Secretaria e publicadas no Informativo Municipal.

Art. 17 - Poderão participar das reuniões do CONSELHO DA CIDADE, sem direito a voto, moradores de São Bento do Sul de livre e espontânea vontade, técnicos e especialistas nos assuntos em pauta, e representantes de órgãos e entidades interessadas na matéria.

I - Terão direito a voz os técnicos e especialistas nos assuntos quando convidados pelo Presidente e de comum acordo por um terço dos membros efetivos do Conselho, desde que manifestado o interesse com no mínimo, cinco dias úteis de antecedência e aprovados por maioria simples na reunião;

II - Os moradores que comparecerem de livre e espontânea vontade à reunião só poderão se manifestar uma vez, cada um, se indicado por um Conselheiro Titular presente à reunião, e aprovado por maioria simples dos presentes.

#### SUBSEÇÃO V - DA VOTAÇÃO

Art. 18 - Os conselheiros poderão fazer uso da palavra para esclarecer suas proposições, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição das mesmas junto à presidência da mesa.

Art. 19 - As deliberações do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes com direito a voto.

§ 1º - O quorum mínimo para instalação dos trabalhos será de 1/3 ( um terço) dos conselheiros com direito a voto que compõem o Plenário, em primeira chamada, ou, com qualquer número, em segunda chamada, após 15 minutos.

§ 2º - O quorum mínimo para as deliberações será de metade mais um dos conselheiros presentes.

§ 3º - Os conselheiros que perderem seu mandato, sem que haja substituição pelo suplente não serão considerados para efeito de estabelecimento de quórum regimental.

Art. 20 - O Presidente do Conselho exercerá apenas o voto de desempate.

Art. 21 - As deliberações, pareceres e recomendações do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL serão formalizadas mediante resoluções e homologadas pelo seu Presidente.

#### SUBSEÇÃO VI - DA SECRETARIA

Art. 22 - A Secretaria do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL poderá ser constituída por servidores disponibilizados pelo Executivo Municipal e terá como atribuições:

I - Organizar a guarda do arquivo do Conselho;  
II - Providenciar a anotação dos presentes e colher suas assinaturas;  
III - Providenciar e envio de comunicações, convocações e atas dos conselheiros;  
IV - Comunicar a entidade sobre ausências injustificadas de seus titulares;  
V - Providenciar a elaboração e arquivo das atas das reuniões, em meio eletrônico e em cópia física assinada pelo Presidente, assim como dos livros e ou listas de presença das reuniões;  
VI - Organizar o expediente do Conselho;  
VII - Encaminhar os pedidos de informações fazendo-os constar do expediente do Conselho;

VIII - Receber e encaminhar ao Presidente as proposições dos conselheiros.

Capítulo V  
DAS CÂMARAS TÉCNICAS  
FINALIDADE, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO

Art. 23 - Poderão ser criadas Câmaras Técnicas, de caráter permanente ou temporário, compostos por conselheiros titulares e/ou representantes de entidades afins para subsidiar os debates do Plenário.

§ 1º - As Câmaras Técnicas serão criadas por deliberação da maioria simples dos conselheiros e terão em sua constituição, um número mínimo de 5 (cinco) membros.

§ 2º - As Câmaras Técnicas terão prazo definido para realizar seu trabalho, sendo designado um coordenador e um relator, escolhidos entre os conselheiros da Plenária, para cada uma das Câmaras.

Art. 24 - São atribuições das Câmaras Técnicas:

I - Preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho, compostas de acordo com o Anexo II da Lei 1.680 - Matrizes Sínteses;

II - Promover a articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudos;

III - Apresentar relatório conclusivo ao plenário do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado dos documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 25 - Poderão ser convidados a participar das reuniões das Câmaras Técnicas, pelo respectivo coordenador, representantes de segmentos interessados nas matérias em análise, colaboradores, inclusive do poder legislativo e de entidades das esferas estadual, regional e federal, quando o assunto em análise assim mostrar necessidade.

Art. 26 - As Câmaras Técnicas poderão constituir Grupos de Trabalho com caráter permanente ou transitório, com a função de complementar a atuação das mesmas.

Art. 27 - As reuniões das Câmaras Técnicas serão convocadas por seu coordenador, dando ciência à Secretaria do Conselho com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 28 - O quórum mínimo para a instalação dos trabalhos e elaboração das propostas será de um terço dos representantes que compõem a Câmara.

Parágrafo único - Serão levadas ao Plenário do Conselho todas as propostas que alcançarem a aprovação de no mínimo, um terço dos presentes.

Art. 29 - Os debates e conclusões das reuniões serão registrados em ata própria que, depois de assinada pelo coordenador e pelo seu relator, acompanhada da lista de presença deverá ser encaminhada ao Conselho.

Capítulo VI  
DOS PARECERES

Art. 30 - Os pareceres do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL constarão de duas partes fundamentais;

I - análise global;

II - parecer conclusivo, propondo aprovação ou rejeição do projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

Art. 31 - Os pareceres serão aprovados por maioria simples dos conselheiros.

Art. 32 - Os substitutivos ou emendas à matéria em pauta só serão objeto de discussão se forem apresentados por escrito pelo conselheiro à Secretaria.

Capítulo VII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 34 - O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho, conferências e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício de suas competências, tendo como relator, um ou mais conselheiros por ele designado(s).

Art. 35 - Os Conselheiros deverão ter acesso a todas as informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, antes das reuniões ordinárias, em tempo hábil para seu conhecimento acerca das matérias.

Art. 36 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único - Este regimento somente poderá ser modificado mediante apresentação proposta de emenda subscrita por um terço dos conselheiros da Cidade de São Bento do Sul e aprovado por maioria simples dos presentes

Art. 37 - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Plenário do CONCIDADE SÃO BENTO DO SUL.

São Bento do Sul, 11 de Setembro de 2013.

**Decreto N° 305/2013**

DECRETO N° 0305, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.302,00 (dois mil e trezentos e dois reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

(6) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo

R\$ 552,00

(11) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terceiros - PF

R\$ 1.750,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas



atividades  
(9) 3.3.90.31.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artíst. Cient. Desp  
R\$ 2.302,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Decreto N° 307/2013**

DECRETO N° 0307, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

(450) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ.  
R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

(449) 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF.  
R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Decreto N° 308/2013**

DECRETO N° 0308, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
ESTABELECE VALOR DA UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **DECRETA:**

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal, UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,1610, a partir de 01 de outubro de 2013, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Listagem de Portarias**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 3395, de 25 de setembro de 2013. Exonera Chefe de Divisão de CREAS, a partir de 01 de outubro de 2013. João Paterno. SEMAS.

Portaria nº 3396, de 25 de setembro de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Fiscalização de áreas de risco, a partir de 01 de outubro de 2013. Jonei Antonio Schritki. GAPRE.

Portaria nº 3397, de 25 de setembro de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Compras, a partir de 12 de setembro de 2013. Daniel Rueckl. SEMOB.

Portaria nº 3398, de 25 de setembro de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Atendimento Comunitário, a partir de 01 de outubro de 2013. João Lino da Silva. SEMAS.

Portaria nº 3399, de 25 de setembro de 2013. Nomeia Chefe de Divisão de Grupos Sociais, a partir de 01 de outubro de 2013. João Paterno. SEMAS.

Portaria nº 3400, de 25 de setembro de 2013. Nomeia Coordenador de Setor de Logística e Transporte, a partir de 01 de outubro de 2013. Jonei Antonio Schritki. SEMUS.

Portaria nº 3401, de 25 de setembro de 2013. Nomeia Coordenador de Serviços de Fiscalização de Áreas de Risco, a partir de 01 de outubro de 2013. João Lino da Silva. GAPRE.

Portaria nº 3403, de 26 de setembro de 2013. Exonera Coordenadora Pedagógica da EBM Lucia Tschoeke, a partir de 30 de setembro de 2013. Rosilene Aparecida Suchy Heiden. SEMED.

Portaria nº 3404, de 26 de setembro de 2013. Nomeia Coordenadora Pedagógica da EBM Lucia Tschoeke, atribuindo gratificação de 40% sobre seu vencimento de carreira. Tania Lucia Gruber. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 3405, de 26 de setembro de 2013. Retira, a partir de 01 de outubro de 2013, a gratificação de função concedida à servidora Josleine Travinski, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 3406, de 26 de setembro de 2013. Nomeia Coordenador de Setor de Transporte Escolar e Convênios, a partir de 01 de outubro de 2013. Josleine Travinski. SEMED.

Portaria nº 3407, de 26 de setembro de 2013. Concede Gratificação de Função - FG 3- Agente de Serviços de Transporte de Alimentação Escolar, a partir de 01 de outubro de 2013. Clayton de Lima. Motorista. SEMED.

Portaria nº 3408, de 26 de setembro de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de setembro de 2013. Clariane Kerscher. Psicólogo. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 3409, de 26 de setembro de 2013. Retira Gratificação de Função FG 2 concedida à servidora Salete de Fátima Cordeiro. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3410, de 26 de setembro de 2013. Concede Gratificação

de Função - FG 2 - Agente de Área de Coordenação do Programa Bolsa Família, a partir de 01 de outubro de 2013. Solange Streit. Instrutor de Recriação. SEMAS.

Portaria nº 3411, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Eliane Fernandes da Conceição. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Denise Harms. SEMED.

Portaria nº 3412, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Clemair da Silva Junior Mroczka. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 3413, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Cintia Graziela Denck Grobe. Professor Anos Finais - Artes. 40 horas semanais. EBM Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 3414, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Julia Grasiela Borges. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. CEIM Neide de Fátima Lobermayer. SEMED.

Portaria nº 3415, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Nayara Fritz. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 3416, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Beatriz Aparecida e Souza Camargo. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 3417, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Liliane Pereira dos Santos. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Dalmir Cubas. SEMED.

Portaria nº 3418, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Marlene Carvalho Xavier. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. PEM Cantinho do Céu. SEMED.

Portaria nº 3419, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Michely Hornick. Professor Anos Finais - Ciências. 20 horas semanais. EBM Hercílio Malinowsky e EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 3420, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de setembro de 2013. Nara Ivani Teixeira Ramos. Especialista em Assntos Educacionais. 40 horas semanais. EBM Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 3421, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Jane Cristina Kwitschal Miranda. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. CEIM Nosso Mundo. SEMED.

Portaria nº 3422, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Maria Helena Cichowicz. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Ilona Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 3423, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Jeferson Ariano Michels. Professor Anos Finais - Geografia. 20 horas semanais. EMEJA. SEMED.

Portaria nº 3424, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Joanita Maguevovski Ferreira. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Baselisse Virmond. SEMED.

Portaria nº 3425, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Eva Veiga Lourenço de Lima. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EMEJA. SEMED.

Portaria nº 3426, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Brandina Borges. Professor Anos Finais - Artes. 30 horas semanais. EBM Maria Waltrudes Kruger. SEMED.

Portaria nº 3427, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Simone Martins de Souza. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 3428, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de setembro de 2013. Gislaïne Tais da Fonseca. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 3429, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de setembro de 2013. João Lindomar Batista. Professor Anos Finais - Educação Física. 40 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 3430, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de setembro de 2013. Lucia Drygla Mendes. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 3431, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Elaine Pinheiro Geissler. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. PEM Abelhinha Feliz. SEMED.

Portaria nº 3432, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Josiane Regina Iankoski Ferreira Zambello. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. EBM Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 3433, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Patrícia Pscheidt Hubel. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Nosso Mundo. SEMED.

Portaria nº 3434, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Maria Elena Kobczinski Borba. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 3435, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Vanessa Ribeiro Luiz. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 3436, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de setembro de 2013. Solange Camargo. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Nosso Mundo. SEMED.

Portaria nº 3437, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de setembro de 2013. Leticia Marli Bachmann. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. CEIM Fada Madrinha. SEMED.

Portaria nº 3438, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de setembro de 2013. Marcela Baum. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 3439, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de setembro de 2013. Rejeane de Jesus Carvalho dos Santos. Professor Anos Finais - Artes. 40 horas semanais. EBM Dalmir Cubas. SEMED.

Portaria nº 3440, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Marcia Aparecida Reichardt. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 3441, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Simone Schoffel. Professor Anos Finais - Educação Física. 40 horas semanais. EBM Antonio Tremi. SEMED.

Portaria nº 3442, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Celia Regina de Souza Peres Pereira. Atendente Educativo. 30 horas semanais. PEM Criança Feliz. SEMED.

Portaria nº 3443, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Raquel Adriano. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 3444, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Rosa Claudia Oliveira Pires. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 3445, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de setembro de 2013. Edina de Oliveira Costa Cordeiro. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 3446, de 27 de setembro de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de setembro de 2013. Maria Elizia da Cruz Schneider. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 3453, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Glacira Reiser. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 3454, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Sergio Paloma Pinto. Técnico Desenhista. SEPLU.

Portaria nº 3455, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Irene Leoni da Silva Brosowski. Digitador. GAPRE.

Portaria nº 3456, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Sergio Marcos Iarocheski. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 3457, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Terezinha Carvalho. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 3458, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Arildo Ribeiro. Auxiliar de Topógrafo. SEPLU.

Portaria nº 3459, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Ari Ribeiro da Silva. Auxiliar de Topógrafo. SEPLU.

Portaria nº 3460, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2007/2010. Josiane Aparecida Moreira Neumann. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 3461, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Dirceu Antonio Bobato. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 3462, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Vilmar Lourenço. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 3463, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Maria Cecilia Juenge. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 3464, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Elisete Goede Kindler. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 3465, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Antonio Marcos Costa Nunes. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 3466, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Lenea de Fatima Pereira Hruschka. Auxiliar de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 3467, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2001/2004. Harold Raetsch. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 3468, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2010/2013. Nair Hirt Domingues. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 3469, de 30 de setembro de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de setembro de 2013, nos termos do Processo nº 6432/2013. Emilia Guszak. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 3470, de 30 de setembro de 2013. Concede Abono de Permanência, a partir de 28 de março de 2013, nos termos do Processo nº 5796/2013. João Pedro Batista Pereira. Vigia. SEMED.

Portaria nº 3471, de 30 de setembro de 2013. Concede Abono de Permanência, a partir de 31 de julho de 2013, conforme Processo nº 5027/2013. Edemar Hau de França. Vigia. SECAD.

Portaria nº 3472, de 30 de setembro de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Atendimento, a partir de 01 de outubro de 2013. Deyse Mary Machado Braga. SEMED.

Portaria nº 3473, de 30 de setembro de 2013. Nomeia Coordenador de Serviços de Atendimento, a partir de 01 de outubro de 2013. Deyse Mary Machado Braga. GAPRE.

Portaria nº 3475, de 30 de setembro de 2013. Concede Auxílio Doença INSS, no período de 22/08/2013 a 08/11/2013. Adilson Carlos de Lima. Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 3476, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Maternidade, no período de 18/08/2013 a 13/12/2013. Jessica Rudnik Milcheski. Coordenador de Serviços. FMD.

Portaria nº 3477, de 30 de setembro de 2013. Prorroga Licença



Maternidade, no período de 14/12/2013 a 11/02/2014. Jessica Rudnik Milcheski. Coordenador de Serviços. FMD.

Portaria nº 3478, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença Maternidade, no período de 16/09/2013 a 13/01/2014. Jocemari Telma Teixeira. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 3479, de 30 de setembro de 2013. Prorroga Licença Maternidade, no período de 14/01/2014 a 14/03/2014. Jocemari Telma Teixeira. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 3480, de 30 de setembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 02/09/2013 a 01/10/2013. Marilea Soares. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 3482, de 30 de setembro de 2013. Demite Empregado Público, a pedido. Adaiana Coutinho Ribeiro. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 3483, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Aurea Terezinha Terres Bueno de Oliveira. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3484, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário. Carla Aparecida Linhares. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3485, de 30 de setembro de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Projetos, a partir de 30 de setembro de 2013. Carla Brigitte Radoll. SEPLU.

Portaria nº 3486, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Crislaine Schiffler Moreira. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 3487, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Elaine Cristina Pereira Voigt Casa. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 3488, de 30 de setembro de 2013. Demite Empregado Público, a pedido. Giancarlo Schroeder. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 3489, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Lina Beatriz Grosskopf da Silva. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 3490, de 30 de setembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3491, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Maria Valdeleia Aparecida Miranda Cruz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 3492, de 30 de setembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Regiane Westphal. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 3493, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rejeane de Jesus Carvalho dos Santos. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 3494, de 30 de setembro de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Sandra Mara Signoreli. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 3495, de 30 de setembro de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Vanessa Pereira de Freitas. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 3496, de 01 de outubro de 2013. Conclusão de Estágio Probatório, período 03/09/2010 a 02/09/2010. José Alvacir Pereira. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 3497, de 01 de outubro de 2013. Conclusão de Estágio Probatório, período 03/09/2010 a 02/09/2013. Luiz Carlos Adão. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 3498, de 01 de outubro de 2013. Conclusão de Estágio Probatório, período 20/09/2010 a 19/09/2010. Jaime Ropke. Soldador. SEMOB.

Portaria nº 3500, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público por avaliação de desempenho, da Classe A para Classe B, a partir de 30 de agosto de 2013. Andrea Cristina Batista Betkowski Duvoisin. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 3501, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público por avaliação de desempenho, da Classe B para Classe C, a partir de 08 de setembro de 2013. Tais Spezia Mesgaliski. Assistente Social. SEMUS.

Portaria nº 3502, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G, a partir de 28 de julho de 2013. Maria Salete Gauziski Baptista Fragozo. Oficial Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 3503, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G, a partir de 17 de agosto de 2013. Alessandro Roberto Scharf. Assistente Administrativo. SECON.

Portaria nº 3504, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G, a partir de 03 de setembro de 2013. Marilene Zomer. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 3505, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe F para Classe G, a partir de 06 de setembro de 2013. Sandra Maria Pscheidt. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 3506, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 15 de setembro de 2013. José Jurandir da Silva Feliciano. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 3507, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 16 de setembro de 2013. Marcel Zanon. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 3508, de 01 de outubro de 2013. Promove Servidor Público, da Classe E para Classe F, a partir de 29 de setembro de 2013. Mara Rubia de Oliveira Grunes dos Santos.

Portaria nº 3509, de 01 de outubro de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de outubro de 2013. Daniele Celeski. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 3. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 3510, de 01 de outubro de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de outubro de 2013. Andreza da Silva Andrade. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 3. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 3511, de 01 de outubro de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de outubro de 2013. Franciele Cristina Gartner. Assistente Social. Grupo Ocupacional 5. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMAS.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

**Listagem Portarias**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0461, de 18 de setembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Ivone Dzin. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0462, de 18 de setembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Edilayne Weiss de Miranda. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0463, de 18 de setembro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Geanise Virginia Martins de Souza. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0464, de 18 de setembro de 2013. Concede Readaptação Funcional. Gilson Pacheco. Vigia.

Portaria/SEMED nº 0465, de 18 de setembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Gislaine Varela Nunes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0466, de 18 de setembro de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Gislaine Varela Nunes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0467, de 18 de setembro de 2013. Revoga Portaria/SEMED nº 0367, de 25 de julho de 2013. Liliane Aparecida Lopes Lourenço da Silva. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0468, de 18 de setembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Liliane Aparecida Lopes Lourenço da Silva. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0469, de 18 de setembro de 2013. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Maria da Glória Correa. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0470, de 18 de setembro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Neusa Maria Ferracioli. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0471, de 18 de setembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Otília Maczewski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0472, de 18 de setembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Renato José Frick. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0473, de 18 de setembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Rosimeire Aparecida Alexandre Marques. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0474, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Oriane Kaesemodel Oestreich. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0475, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Zenilda Vieira Schmatz. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0476, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Maria Zita Oracz. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0477, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Rosane Zanelato Colaço. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0478, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Clarice Foletto Soares. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0479, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Juliana Zator. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0480, de 26 de setembro de 2013. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Noeli Regina Novak dos Santos. Professor Anos Iniciais.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Portaria Nº 3402/2013**

PORTARIA Nº 3402, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor PAULO ROBERTO SCHUHMACHER,

ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Urbanismo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, de placas MCX 3636.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3447/2013**

PORTARIA Nº 3447, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 010/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 010/2013.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

ZILA ADA TERRES - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

MIRIAM TERESINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3448/2013**

PORTARIA Nº 3448, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00084/13-0, de 08 anos, 10 meses e 10 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6716, de 24 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3449/2013**

PORTARIA N° 3449, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ELVIRA DALABONA RANK, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00086/13-2, de 06 anos, 10 meses e 01 dia, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6780, de 26 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3450/2013**

PORTARIA N° 3450, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LENI LIRES DREVEK DAL BÓ, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00067/13-8, de 07 anos, 08 meses e 01 dia, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6607, de 17 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3451/2013**

PORTARIA N° 3451, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA SALETE GAUZISKI BAPTISTA FRAGOSO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00006/13-9, de 15 anos, 01 mês e 23 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6645, de 18 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3452/2013**

PORTARIA N° 3452, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARY ROSA-NA HOFMANN NIESUKOWSKI, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00059/13-5, de 11 anos, 07 meses e 08 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6739, de 24 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3474/2013**

PORTARIA N° 3474, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor ALAN FERRAZ LEMKE, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais desta Secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3481/2013**

PORTARIA N° 3481, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
PRORROGA PRAZO PARA POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de VANESSA COSTA SANTOS, no cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Finança - Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 6834/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria N° 3499/2013**

PORTARIA N° 3499, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013  
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 011/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 011/2013.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;  
EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
ZILA ADA TERRES - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
EDRIANGELA MARTINS WIGGERS GALKOWSKI - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 282/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 282/2013  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 16 de outubro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA PARA O ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME RELAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA EM ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

---

**IPRESBS**

---

**Portaria IPRESBS Nº. 339/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 339/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116

e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2013 a 31/12/2013, concedido a servidora DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº. 340/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 340/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/09/2013 a 06/10/2013, concedido à servidora NADIA APARECIDA STURMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/09/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº. 341/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 341/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 296/2013, à servidora LUCIANA TAVARES MONTEIRO RANDIG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente



**Portaria IPRESBS Nº. 342/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 342/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/10/2013 a 31/10/2013, à servidora JANAINA APARECIDA WANTOWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/09/2013 a 03/10/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/10/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº. 343/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 343/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/10/2013 a 29/11/2013, ao servidor ORIVAL DE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 16/09/2013 a 30/09/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº. 344/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 344/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/09/2013 a 20/09/2013, ao servidor GILSON PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado

na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/09/2013 a 18/09/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/09/2013.

São Bento do Sul, 02/10/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Anulação Edital de Tomada de Preços Nº. 002/2013**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL -  
IPRESBS ANULAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2013

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, através de seu Presidente, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, ANULA A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013 destinada a: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, de forma individualizada, ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, em especial, o fornecimento de informações claras e precisas que possibilitem a seleção de ativos para compor a carteira de investimentos, acompanhamento diário do comportamento da carteira, avaliação do risco dos ativos, elaboração de cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, auxílio no preenchimento da APR (documento exigido pelo Ministério da Previdência), execução de atividades de controladoria, bem como o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas vigentes, em especial a Resolução nº 3.922/2010, emitida pelo Banco Central do Brasil, e suas respectivas alterações durante a vigência deste contrato, vem através deste comunicar que, devido à inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes revoga-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****Concurso Público Para Provimento de Cargos**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

EDITAL Nº 003/2013

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos das inscrições e comunica que o Gabarito Preliminar da prova que será realizada em 06/10/2013 será divulgado no dia 07/10/2013, no Mural Público Municipal, bem como em caráter meramente informativo nos sites

www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br. PERÍODO DE RECURSOS: nos dias 08, 09 e 10/10/2013. O Edital na íntegra com maiores informações sobre datas da vista da prova padrão e leitura de cartões encontra-se divulgado no Mural Público Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos/SC, 04 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

### Processo Seletivo Público Para Provimento de Empregos

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS

EDITAL Nº 003/2013

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos das inscrições e comunica que o Gabarito Preliminar da prova que será realizada em 06/10/2013 será divulgado no dia 07/10/2013, no Mural Público Municipal, bem como em caráter meramente informativo nos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br. PERÍODO DE RECURSOS: nos dias 08, 09 e 10/10/2013. O Edital na íntegra com maiores informações sobre datas da vista da prova padrão e leitura de cartões encontra-se divulgado no Mural Público Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos/SC, 04 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

### Processo Seletivo Simplificado Para Provimento de Empregos

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS

EDITAL Nº 003/2013

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO que o Gabarito Preliminar da prova que será realizada em 06/10/2013 será divulgado no dia 07/10/2013, no Mural Público Municipal, bem como em caráter meramente informativo nos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br. PERÍODO DE RECURSOS: nos dias 08, 09 e 10/10/2013. O Edital na íntegra com maiores informações sobre datas da vista da prova padrão e leitura de cartões encontra-se divulgado no Mural Público Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos/SC, 04 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

## São José

### PREFEITURA

#### Edital Nº 005/2013 /SME

Página 1 de 4.

Edital nº 005/2013 abre inscrições e define normas para bolsa de estudos através da Lei nº4110 de 6 de janeiro de 2004, para Educação Básica.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4.110 de 06 de janeiro de 2004, RESOLVE tornar público os critérios de inscrição e seleção para obtenção de bolsa de estudo para a Educação Básica, na forma da mencionada Lei, com validade para o ano letivo de 2014, para os candidatos que observem as seguintes condições:

- a) Residir no Município de São José-SC;
- b) Comprovar renda per capita familiar igual ou menor que 3 (três) salários mínimos.

1 - Processo de inscrição e documentos necessários para bolsa de estudo

- a) As inscrições serão realizadas no Conselho Municipal de Educação de São José-SC, sito na Rua Delamar José da Silva, nº 95 - sobreloja, Kobrasol, São José, das 13h e 30min às 17h do dia 07 a 25 de outubro do corrente ano.

2 - Documentos necessários

- a) Relativos à composição do grupo familiar

- Carteira de identidade ou certidão de nascimento (no caso de menores) de todos os membros do grupo familiar, incluindo o aluno/candidato, declarados no formulário de inscrição;
- Certidão de casamento ou declaração firmada com duas testemunhas, registrada em cartório, quando se referir a União Estável;
- Comprovante de separação ou de divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar no grupo familiar do candidato;
- Carteira Profissional.

- b) Comprovante de renda bruta do grupo familiar

b.1 - Empregados

- Carteira de trabalho atualizada; recibo de salário completo, holerite ou contracheque referente ao mês de agosto ou setembro do corrente ano;

b.2 - Autônomos

- Decore (expedido por profissional de contabilidade habilitado), ou no caso de renda informal, declaração firmada por duas testemunhas, com nome

Página 2 de 4.

completo e CPF, com data atual, informando a renda mensal e atividade exercida; com a assinatura do declarante reconhecida em cartório.

b.3 - Agricultor ou pescador



- Declaração de renda média mensal, emitida pelo sindicato de categoria.

**b.4 - Micro e pequenos empresários**

- Cópia do contrato social e balanço financeiro da empresa;
- Última declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;
- Decore (expedido por profissional de contabilidade habilitado)

**b. 5 - Pensionistas e aposentados**

- Comprovante de recebimento da pensão ou aposentadoria ou extrato de pagamentos e benefícios que poderá ser extraído do site do INSS.

**b. 6 - Desempregados ou do lar**

- Declaração emitida pela previdência comprovando que não possui vínculo empregatício e que não recebe benefício;
- Cópia da baixa na Carteira Profissional, se a data não exceder a 180 dias.

**b.7 - Renda agregada (Pensão Alimentícia)**

- Cópia e original da sentença do juiz que explicita o valor estipulado da Pensão de Alimentos;
- Para quem não tem a sentença do juiz, apresentar uma Declaração do doador informando o valor recebido, assinatura reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como a assinatura de duas testemunhas, com nome completo e CPF;
- Se NÃO recebe Pensão de Alimentos, apresentar uma declaração com assinatura reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como a assinatura de duas testemunhas, com nome completo e CPF.

**c) Comprovante de Residência**

- Cópia e original do comprovante de luz, do mês de agosto ou setembro de 2013;

Obs.: Se o comprovante de luz NÃO ESTIVER em nome do responsável pelo(a) requerente, apresentar também uma declaração justificando o fato, com a assinatura reconhecida em cartório, data atual, nome completo, especificando a atividade que exerce bem como a assinatura de duas testemunhas, com nome completo e CPF.

Página 3 de 4.

**c) Imposto de Renda - Ano Calendário 2012**

- Original e cópia da declaração Completa do Imposto de Renda de TODOS, acima de 18 anos, que moram na mesma casa, constando o nome completo e CPF.

Obs.: Se for isento: apresentar declaração de isenção do Ano Calendário 2012, com a assinatura reconhecida em cartório, data atual, nome completo, CPF e assinatura de duas testemunhas (esta declaração deve ser feita pelo declarante, a Receita Federal não fornece).

**3 - Critérios de Avaliação**

- Cabe à Comissão Técnica criada no âmbito da Prefeitura Municipal de São José Constituída conforme determinação da Lei nº 4.110/04, a avaliação do grau de carência dos estudantes e a escolha dos beneficiados para as bolsas de estudo, mediante critérios objetivos, fixados pela Comissão, expressos neste Edital;
- A bolsa de estudo será distribuída, conforme índice de carência financeira, comprovada através dos documentos apresentados

pelo candidato, de acordo com a legislação vigente, com o convênio firmado com as Instituições de Ensino e com condições estabelecidas no presente Edital;

- O valor do benefício concedido ao estudante economicamente carente será de 100% do valor da anuidade;
- Em cumprimento à Lei nº 4.110/04 e ao convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São José a bolsa beneficiará o aluno selecionado apenas em relação as parcelas devidas no ano de 2014. Os alunos interessados na continuidade do benefício deverão inscrever-se nos anos seguintes e respeitar as condições que serão estabelecidas;
- A comissão poderá realizar visita domiciliar na residência do candidato;
- A comissão poderá solicitar quaisquer outros documentos que julgar necessário à comprovação das informações prestadas pelo candidato;
- A relação oficial dos candidatos selecionados será divulgada após a assinatura da homologação pela Senhora Prefeita Municipal.

**4 - Dos impedimentos para participação do processo**

Caracterizam-se como motivos suficientes para exclusão dos estudantes inscritos, e sua consequente desclassificação, a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

- Não residir em São José;
- Apresentar a documentação incompleta;
- Ter renda per capita familiar igual ou maior a 3 (três) salários mínimos;
- Não entregar documentos comprobatórios, conforme estipulado no edital;
- Apresentar falta de veracidade nas informações;
- Apresentar incoerência entre os dados informados e os documentos apresentados;
- Apresentar dados falsos ou incompletos no preenchimento do formulário de inscrição.

Página 4 de 4.

**5 - Das disposições gerais**

- Será entendido como grupo familiar as pessoas pertencentes a mesma família, que residam no mesmo endereço;
- O candidato deverá apresentar os documentos originais e uma fotocópia para autenticação pelo representante do Conselho Municipal de Educação de São José de Todos os Documentos requeridos;
- Informamos que as despesas extras como: material didático, uniforme, alimentação, transporte e outros ficam ao encargo dos pais e/ou responsável;
- O prazo de duração da bolsa de estudo é de 1 (um) ano letivo, ou seja, será válida somente para 2014;
- A ficha de inscrição, juntamente com os documentos obrigatórios, deverá ser entregue, impreterivelmente, até o dia 25 de outubro de 2013, no conselho Municipal de Educação, até às 17h, conforme organização pré-estabelecida;
- Somente será aceita uma inscrição por requerente, para somente uma instituição de Ensino de sua escolha. Caso Apareçam duas inscrições com mesmo nome, para instituições diferentes, ambas serão indeferidas;
- Antes de preencher a Ficha de Inscrição, certificar-se junto a Escola Particular de seu interesse, se a mesma firmará convênio de bolsas de estudo através da Lei Municipal Nº 4.110 de 6 de janeiro de 2004, e se haverá vaga para a turma pretendida do (a) requerente para o ano letivo de 2014;
- As cópias dos documentos exigidos serão conferidas com os originais e anexadas em definitivo à ficha de inscrição. Toda declaração deve ser reconhecida em cartório com assinatura de 2 (duas) testemunhas;



- Para que o processo tenha eficácia, contamos com a colaboração dos estudantes no sentido de identificar situações que não sejam merecedoras do benefício, através de denúncia a qualquer tempo;

- A falta de assinatura do Termo de Adesão implicará na perda do benefício;

- O responsável pelo beneficiado que falsificar documentos ou falsear informações, além de perder o benefício que lhe foi deferido, ficará automaticamente impedido de candidatar-se a futuras inscrições.

São José (SC), 30 de setembro de 2013.  
MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

#### **Portaria N°. 14/13** PORTARIA N°. 14/13.

A Secretária de Educação de São José, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear a Comissão para a Implementação e Desenvolvimento da Lei Municipal nº. 4.110 de 06 de janeiro de 2004, que autoriza o poder Executivo Município a celebrar convênios com Escolas Particulares e Filantrópicas do Município mediante compensação tributária para os fins que especifica, com os seguintes representantes:

- Secretaria Municipal de Educação - Ana Maria Laguna Schütz
- Conselho Municipal de Educação - Fernanda Regina Luiz Lange Moreira
- Núcleo de Entidades Privadas - Lorena Consolata Pelin de Souza
- Secretaria Municipal da Receita - Marcelle Ramos Da Cruz
- Secretaria Municipal da Assistência Social - Luciana Pereira da Silva.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José (SC), 30 de setembro de 2013.

**Edital de Abertura da Tomada de Preços N° 010/2013**  
EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N° 010/2013 - Processo nº 256/2013 Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Unidade de Saúde no bairro Potecas, através da Secretaria Municipal de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 21 de Outubro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 21 de Outubro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizada na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Errata ao Resultado do Pregão Eletrônico 036/2013**  
ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 036/2013 - Processo nº 244/2013 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras e equipe de apoio, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 02/10/2013, ONDE SE LÊ: "Prime Graphics Comercio e Serviços Ltda. - Me (7.166,80)." LEIA-SE: "Prime Graphics Comercio e Serviços Ltda. - Me (7.410,00)."

**Resultado do Pregão Eletrônico 021/2013**  
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2013 - Processo nº 202/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de coffee break a serem consumidos nos eventos da Fundação Educacional do Município de

São José/SC. Contratado: Sobrinhos Gastronomia e Eventos Ltda.  
Valor Total: 22.575,00.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Extrato de Contrato N°. 014/2013**

EXTRATO DE CONTRATO N°. 014/2013  
CONTRATO N°. 014/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2013  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC  
CONTRATADA: DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem como objeto fornecimento de 03 veículos, veículos zero quilômetro, conforme especificações constantes no Termo de Referência  
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.41.00.00.00.0101(09)  
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 89.700,00 (oitenta e nove mil e setecentos reais)  
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da data da assinatura, que se deu em 24 de setembro de 2013.

## **São Lourenço do Oeste**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato do Contrato N° 272/2013, de 24 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO N° 272/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.  
Origem: Nos termos do art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.  
Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: INSTALAÇÃO DE ANTENAS WIRELESS E FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET PARA AS ESCOLAS EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES, NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, E NA EBM SÃO ROQUE, NO DISTRITO DE SÃO ROQUE, AMBAS DESTES MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 2.028,45 (dois mil, vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 24/09/2013.

Vigência: de 25/09/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

#### **Extrato do Contrato N° 274/2013, de 27 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO N° 274/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Origem: Processo Licitatório nº 147/2013, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 035/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELETROWATT MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, CNPJ nº 03.070.234/0001-01.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO DE TRANSFORMADOR, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADO A REDUÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBSTACÃO DE 150KVA/25KV COM MEDIÇÃO EM ABRIGO E TARIFAÇÃO A4 - HOROSSAZONAL VERDE, PARA 112,5KVA/25KV COM MEDIÇÃO EM ABRIGO E TARIFAÇÃO MONÔMIA.

Valor: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Dotação Orçamentária: 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00 (56/2013).

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 27/09/2013.

Vigência: de 27/09/2013 a 13/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlos Luiz Benazzi - pela Contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 275/2013, de 27 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 223/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 075/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serviços nº 013/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 223/2012 de 27/06/2012, por 60 (sessenta) dias, a fim de possibilitar a Contratada tempo suficiente para conclusão do objeto contratado, em razão de que houve atraso na execução dos muros de contenção em concreto ciclópico nos taludes do estacionamento do centro de eventos, bem como devido ao fato de que os muros necessitam de espaço para escoramento das formas para concretagem.

Data de Assinatura: 27/09/2013.

Vigência: de 27/09/2013 a 28/11/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

#### **Retificação do Extrato do Contrato Nº 273/2013, de 27 de Setembro de 2013.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 273/2013, de 27/09/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 27/09/2013 - edição 1334 - pág. 617, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 106/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 022/2013, Modalidade Pregão

Presencial nº 018/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: AUTO POSTO E.R. LTDA, CNPJ nº 08.710.435/0001-31.

Objeto: Aditar a quantidade do item 1 do Contrato nº 106/2013, de 25/03/2013, conforme a cláusula primeira do termo aditivo.

Valor: R\$ 1.867,50 (um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 27/09/2013.

Vigência: de 27/09/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gustavo Erbes Ranzan - pela Contratada.

#### **Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 150/2013**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2013

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 150/2013 - Tomada de Preços Nº 003/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHAS ONDULADAS DE ALUMÍNIO E ZINCO, TELHAS TRANSLÚCIDAS COR BRANCO LEITOSO, E COLOCAÇÃO DE MANTA ISOLANTE TÉRMICA ALUMINIZADA DUPLA FACE, NO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI.

FORNECEDOR: BRESSÃO METALURGICA LTDA ME - CNPJ: 09.474.710/0001-28.

VALOR: R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

TOTAL: R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 02/10/2013.

VIGÊNCIA: 02/10/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

## **São Pedro de Alcântara**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 112 /2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 112 /2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 749/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de São Pedro de Alcântara, crédito adicional suplementar no valor de R\$

750.000,00( Setecentos e cinquenta mil reais) para inclusão do seguinte programa:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.044 - Aquisição de Equipamentos

/Máquinas - OBRAS R\$ 750.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.0261.0 - Aplicações Diretas

R\$ 750.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/64, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 743/2013 de 07 de maio de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, revogando o decreto 94/2013.

São Pedro de Alcântara, 02 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Processo N° 83.2013 Pregão Presencial - Registro de Preços**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 83.2013

#### **II TENTATIVA**

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

OBJETO: Aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento do veículo Ônibus Marcopolo/Volare VBL EO, 152CV, placas MLL 4814, ano/modelo 2013, cor amarela. Conforme especificações e quantitativos no anexo do Edital.

TIPO: Menor Preço Global. DATA DE ABERTURA: 17/10/2013 às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 03/10/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

**Serra Alta**

**PREFEITURA**

### **Decreto N° 133/2013**

DECRETO N° 133 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

"Concede Licença Saúde à Servidora NAIANE FÁTIMA ROHR e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora NAIANE FÁTIMA ROHR em decorrência do atestado médico expedido no dia 20/09/2013, por um período de (90) noventa dias por motivo de doença CID: F 603, até a emissão do Laudo Pericial do INSS com a Cessação do benefício, a mesmo é ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, nível 11 do Grupo I - SEG, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, 40 horas semanais, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### **Portaria N° 045/2013**

PORTARIA N° 045/2013 DE 01/10/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010 e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 de 25/07/2013,

### **Considerando:**

Licença saúde da Servidora NAIANE FÁTIMA ROHR, em decorrência do atestado médico expedido no dia 20/09/2013, por um período de (90 ) noventa dias por motivo de doença CID: F 603 , Efetiva do cargo de Agente de Saúde, para desempenhar as atribuições do Cargo de Agente Comunitário de Saúde , Nível 11 do grupo 1-SEG, com lotação na Secretaria de Saúde e Assistência Social,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, LUCIANE ARGENTA DE ALMEIDA, para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 11 do grupo 1-SEG, com lotação na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante na Lei nº 684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

## Sombrio

### PREFEITURA

#### Lei 2086/13

LEI Nº. 2086, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E PERMUTAR PARTE DA ESTRADA MUNICIPAL, ANTIGA SC 485 NA LOCALIDADE DE RETIRO DA UNIÃO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º Fica desafetada do domínio público a Estrada Municipal antiga SC 485, na localidade de Retiro da União, nesta cidade, com área de 3.200,00 (três mil e duzentos) metros quadrados, a qual confronta-se ao norte com o lote registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob o número 25469, de propriedade de Ademir da Silva Cardoso e ao sul com o lote registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob o número 21609 de propriedade de Manoel João Scheffer.

Art. 2º O chefe do Poder Executivo, fica autorizado a permutar a área mencionada no artigo anterior ao Senhor Ademir da Silva Cardoso.

Art. 3º Fica a prefeitura Municipal autorizada a receber por doação gratuita área do proprietário acima citado, área de 3.200,00 (três mil e duzentos) metros quadrados, constituída do lote registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio sob o número 25.469, situado em Retiro da União, neste Município, de propriedade de Ademir da Silva Cardoso, para implantação de sistema viário daquela localidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da implantação dos equipamentos que dispõem para infraestrutura da via especificada no artigo anterior correm por conta do beneficiário disposto no art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 12 de setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### Lei 2087/13

LEI Nº. 2087, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Padroniza as cores oficiais do Município de SOMBRIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º - Ficam instituídas as cores do Município de Sombrio, aquelas predominantes em sua Bandeira e no Brasão Municipal: Vermelho, Verde, Amarelo e Azul.

Parágrafo Único: A cor predominante da logomarca, impressos municipais e dos prédios públicos, pertencentes ao patrimônio municipal ou alocados à Administração municipal para abrigar qualquer Órgão ou entidade civil conveniada com o município, enquanto durar a locação, será obrigatoriamente, de acordo com a cor expressa na Bandeira e Brasão do Município.

Art. 2º Será dispensada a utilização das cores da Bandeira e do Brasão do Município quando:

I - a edificação exija, para sua identificação e/ou visualização, cores especiais definidas em normas técnicas nacionais e internacionais;

II - se tratar de bens tombados pelo Patrimônio Histórico e/ou Cultural do Município ou Estadual;

III - se tratar de bens cedidos por órgãos da Administração Direta ou Indireta da União ou do Estado;

IV - se tratar de obra resultante de convênio ou parceria com ente federativo, entidade não governamental ou organismo internacional, que por força de contrato ou convênio requeira cor diferenciada das estabelecidas nesta lei, desde que em caráter de obrigatoriedade, senão, prevalecerão as cores municipais.

Art. 3º - A padronização da pintura e o "design" a ser adotado ficarão a critério da Administração Municipal, preservando-se os símbolos municipais.

Art. 4º - Os veículos automotores e máquinas pertencentes à frota municipal deverão conter faixa adesiva combinada pelas cores da Bandeira e do Brasão Oficial do município de Sombrio.

I - A obrigatoriedade de utilização das cores da Bandeira do Município e do Brasão poderá se estender aos prestadores de serviços públicos, permissionários ou concessionários, a critério da Administração Municipal.

II - Vetado.

Art. 5º - Os uniformes destinados aos servidores públicos municipais, e aos alunos da rede municipal de ensino, quando distribuídos gratuitamente pela municipalidade ou não, deverão obedecer à padronização com a utilização das cores oficiais do Município e respectiva Bandeira e do Brasão, sendo vedada a utilização de qualquer outra cor.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no prazo de 90 dias contados da sua publicação.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verba própria designadas no orçamento vigente.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 30 de setembro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### Lei 2088/13

LEI Nº. 2088 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

"DENOMINA ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso,



faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O Presente Projeto de Lei estabelece que a partir desta data o GINÁSIO DE ESPORTES da Escola Municipal Juvenil da Cunha Colares, localizada no Distrito de Boa Esperança, passa a denominar-se: ALTAIR DOS SANTOS CARDOSO.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Lei 2089/13

LEI Nº. 2089, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir crédito Especial e Suplementar no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, CRÉDITO ESPECIAL no valor de R\$ 6.120,00, (seis mil, cento e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento  
2.004 - Manutenção da Secret. Municipal de Administ. E Planejamento  
3.1.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Municipal de Finanças  
3.1.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito especial de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.120,00

Art. 2º - CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no orçamento da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
0.004 - Resgate da Dívida Interna  
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 455.000,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito suplementar de que trata o art. 2º, correrá a conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.04 - Diret. De Assist. Técnica e Administrativa  
2.032 - Manut. Do Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas  
R\$ 350.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Lei 2089/13

LEI Nº. 2089, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir crédito Especial e Suplementar no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, CRÉDITO ESPECIAL no valor de R\$ 6.120,00, (seis mil, cento e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento  
2.004 - Manutenção da Secret. Municipal de Administ. E Planejamento  
3.1.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Municipal de Finanças  
3.1.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito especial de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.120,00

Art. 2º - CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no orçamento da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
0.004 - Resgate da Dívida Interna  
3.2.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 455.000,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito suplementar de que trata o art. 2º, correrá a conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.04 - Diret. De Assist. Técnica e Administrativa  
2.032 - Manut. Do Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas  
R\$ 350.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 164/13

DECRETO Nº 164, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei nº 2089 de 01 de outubro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento  
2.004 - Manutenção da Secret. Municipal de Administ. E Planejamento  
3.1.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Municipal de Finanças  
3.1.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito especial de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.120,00

Art. 3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 164/13

DECRETO Nº 164, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei nº 2089 de 01 de outubro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento  
2.004 - Manutenção da Secret. Municipal de Administ. E Planejamento  
3.1.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Municipal de Finanças  
3.1.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.683,00  
3.3.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 918,00  
4.4.71.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 459,00

Parágrafo Único: A abertura de crédito especial de que trata o art. 1º, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.120,00

Art. 3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 165/13**

DECRETO Nº 165 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso,  
no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Municí-  
pio de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2089, de 01 de  
outubro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal  
de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 500.000,00 (qui-  
nhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
0.004 - Resgate da Dívida Interna  
3.2.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 455.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito suplementar de que trata o art. 1º,  
correrá a conta da anulação parcial das seguintes dotações do  
Orçamento Vigente:

04.00 - Secret. Mun. De Obras, Viação e Serv. Urbanos  
04.03 - Diretoria de Serviços Urbanos  
2.040 - Conserv. E Limpeza de Logradouros  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.04 - Diret. De Assist. Técnica e Administrativa  
2.032 - Manut. Do Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas  
R\$ 350.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 166/13**

DECRETO Nº 166, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso,  
no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Municí-  
pio de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de  
dezembro de 2012.(Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de  
Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e  
vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.01 - SECRET. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
2.004 - Manut. Da Secret. Mun. De Adm. E Planejamento  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Mun. De Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a  
conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 ( Recursos  
Próprios)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 167/13**

DECRETO Nº 166, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso,  
no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Municí-  
pio de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de  
dezembro de 2012.(Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de  
Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e  
vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.01 - SECRET. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
2.004 - Manut. Da Secret. Mun. De Adm. E Planejamento  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

03.01 - Secretaria Municipal de Finanças  
2.006 - Manut. Da Secret. Mun. De Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00

Art. 2º - A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a  
conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 ( Recursos  
Próprios)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



# Timbó

## PREFEITURA

### Lei Nº 2669, de 04 de Outubro de 2013

LEI Nº 2669, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013

Altera a Lei n. 1375, de 01 de julho de 1992 que dispõe sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art 1º. Os Arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 18, 19, 21 e 26 da Lei n. 1375, de 01 de julho de 1992 passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º -

I - Políticas Sociais básicas de educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

Art. 4º - O Município criará os programas, projetos e serviços a que aludem os incisos II e III do art. 2º e estabelece consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituído e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão deliberativo, controlador e fiscalizador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria de Assistência Social.

#### Art. 6º

X - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e inscrever os programas das organizações governamentais e não governamentais de proteção e sócio-educativos, previstos no artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVIII - organizar, acompanhar, fiscalizar e conduzir o processo de eleição do Conselho tutelar, comunicando ao Ministério Público o andamento do processo;

XIX - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto, por perda de mandato, nos casos previstos em lei;

#### Art. 7º

I-

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e)

#### Art. 18 -

IV - ensino superior completo;

#### Art. 21 -

III - elaborar proposta de regimento interno, observadas as disposições desta lei e aprovada por 2/3 de seus membros, submetendo à homologação e aprovação do CMDCA que encaminhará ao Poder

Executivo.

Art. 26. O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada.

Parágrafo único - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

"

Art. 2º. Ficam incluídos na Lei n.º 1.375, de 01 de julho de 1992 os dispositivos abaixo mencionados, com a seguinte redação:

Art. 6º -

XXIII - Aprovar Relatório Anual de Gestão dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XXIV - Participar da elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXV - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXVI - Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços, governamental e não governamental;

XXVII - Apreciação do Regimento Interno do Conselho Tutelar, sendo-lhe facultado o envio de propostas de alteração e, após apreciação, encaminhar ao Poder Executivo para aprovação;

XXVIII - Regulamentar o processo administrativo disciplinar dos conselheiros tutelares, estabelecendo as faltas e sanções aplicáveis pelo desrespeito, resguardando o contraditório e a ampla defesa;

XXIX - Designar dentre seus conselheiros, no mínimo 3(três) membros para compor Comissão de Ética, a qual será responsável pela apuração, mediante devido processo legal, das eventuais faltas cometidas pelos conselheiros tutelares;

XXX - Deliberar e aplicar, com suporte no relatório conclusivo expedido pela Comissão de Ética, a penalidade ao Conselheiro Tutelar por infração cometida;

XXXI - Estabelecer política de formação de pessoas com vistas à qualidade do atendimento da Criança e Adolescente.

XXXII- Anualmente, a contar da data da posse, eleger seu Presidente e Vice-Presidente.

Art. 13 -A - O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMDCA será exercido por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, inclusive enquanto ouvidoria responsável pelo encaminhamento das denúncias pertinentes ao sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, a ser divulgado em toda comunidade.

#### Art. 14 -

Parágrafo Único - Fica autorizado o Município, através do órgão gestor, firmar convênios, custear ações emergenciais/eventuais através de auxílio financeiro, mediante resolução do CMDCA.

#### Art. 15-

VI - prestar contas bimestrais da aplicação dos recursos do FIA ao CMDCA e/ou sempre que por este solicitado.

#### Art 17 -

##### §1º -

§2º - A autonomia a que se refere o caput, significa que o Conselho Tutelar não depende de autorização para exercer suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### Art. 18 -

V - estar no gozo dos direitos políticos.

Parágrafo único. Caberá ao CMDC, a regulamentação dos documentos mínimos necessários a se exigir dos candidatos para comprovação de atendimento dos requisitos exigidos no presente artigo.

#### Art. 19 -

§1º O conselheiro tutelar prestará sua atividade em horário de expediente fixo de vinte horas de segunda à sexta e em regime de plantão, tudo conforme escala elaborada, controlada e divulgada pelos conselheiros;

§2º Na elaboração das escalas, os conselheiros devem observar o revezamento uniforme entre todos os membros, de modo a garantir o atendimento ininterrupto de forma presencial durante o horário de atendimento da administração municipal, e em regime de sobreaviso fora do horário de atendimento da administração.

§ 3º. A forma de registro do horário de expediente fixo de segunda a sexta feira será estabelecida pela Secretaria a qual o Conselho Tutelar é vinculado administrativamente.

§ 4º. Os Conselheiros Tutelares elaborarão escalas de regime de plantões para atendimento permanente no período noturno, finais de semana e feriados, devendo, nesta hipótese, o plantonista estar munido de meio de comunicação.

§ 5º. A divulgação da escala de serviço será fixada no quadro de publicações oficiais do Município de Timbó e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento da criança e adolescentes, devendo ser oficiado ao Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça com competência e atribuição, respectivamente, ao CMDCA, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde

§ 6º. Está inserido no valor do subsídio único percebido pelos conselheiros, a contraprestação financeira por toda a atividade desempenhada, tanto no horário de expediente fixo, quanto no regime de plantão, sendo vedada toda e qualquer outra espécie de remuneração pelo exercício da atividade.

Art. 20 A - O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vetado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada, exceto os previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

#### Art. 21 -

IV - zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas na Lei n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - subsidiar o Executivo Municipal e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem-estar da criança e do adolescente

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 04 de outubro de 2013, 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Lei Nº 2670, de 04 de Outubro de 2013

LEI Nº 2670, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2013, da Administração Indireta – SAMAE.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2607 de 10/12/2012):

25.01.017.512.0100.1305	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1305	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	240.000,00
	total	240.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	240.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VINCULO LIVRE	240.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2607 de 10/12/2012):

25.05.017.512.0106.1324	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.05.017.512.0106.1324	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	
25.05.017.512.0106.1324	OBRAS E INSTALAÇÕES - DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	240.000,00
	total	240.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	240.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VINCULO LIVRE	240.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Lei Nº 2671, de 04 de Outubro de 2013**

LEI Nº 2671, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2013, da Administração Direta e Indireta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder à anulação, no valor de R\$ 965.072,97 (Novecentos e sessenta e cinco mil, setenta e dois reais e noventa e sete centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.607 de 10/12/2012):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	135.000,00
	TOTAL	135.000,00
03.01.004.122.0015.2014.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2014.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2014.	MAN. DOS SUPRIMENTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	77.000,00
	TOTAL	77.000,00
03.01.004.122.0015.2016.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2016.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2016.	MAN. DO PATRIMÔNIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
03.02.004.123.0016.2022.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.02.004.123.0016.2022.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
03.02.004.123.0016.2022.	MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	26.000,00
	TOTAL	26.000,00
03.02.004.123.0016.2026.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.02.004.123.0016.2026.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
03.02.004.123.0016.2026.	MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00
03.02.004.123.0016.2028.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.02.004.123.0016.2028.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
03.02.004.123.0016.2028.	MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	17.000,00
	TOTAL	17.000,00
03.04.004.122.0018.2036.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.04.004.122.0018.2036.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
03.04.004.122.0018.2036.	MANUTENÇÃO DO CPD	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
03.04.004.122.0018.2038.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.04.004.122.0018.2038.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
03.04.004.122.0018.2038.	MANUTENÇÃO DO PROTOCOLO UNIFICADO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	140.000,00
	TOTAL	140.000,00
04.04.012.366.0022.2056.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.04.012.366.0022.2056.	ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
04.04.012.366.0022.2056.	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
0.10000	RESUMO	520.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	350.000,00

0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	170.000,00
---------	-------------------------------------	------------

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILANCIA SANITARIA	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃODA VIGILANCIA SANITARIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	9.372,90
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	13.166,06
	TOTAL	22.538,96
15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	233.000,00
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	27.000,00
	TOTAL	260.000,00
	RESUMO	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	282.538,96
21.01.023.695.0036.1211.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.1211.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.1211.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
21.01.023.695.0036.2244.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2244.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2244.	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	12.566,06
	TOTAL	12.566,06
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	17.566,06
24.01.026.782.0046.2260.	FUNDOMUNICIPAL DE TRANSITO – FUMTRAN	

24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

19.01.027.813.0090.1241.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.1241.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1241.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	35.221,73
0.30000	VINCULO LIVRE – SUPERAVIT FINANCEIRO	29.746,22
	TOTAL	64.967,95
	RESUMO	64.967,95
0.10000	VINCULO LIVRE	35.221,73
0.30000	VINCULO LIVRE – SUPERAVIT FINANCEIRO	29.746,22

Art. 2º O Prefeito de Timbó, fica autorizado a abrir crédito suplementar no valor de até R\$ 965.072,97 (Novecentos e sessenta e cinco mil, setenta e dois reais e noventa e sete centavos), à conta da anulação de dotações, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº2607 de 10/12/2012):

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	298.000,00
	TOTAL	
03.03.004.128.0017.2034.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.03.004.128.0017.2034.	RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÃO PROF.	
03.03.004.128.0017.2034.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.000,00
	TOTAL	7.000,00
03.02.004.123.0016.2024.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.02.004.123.0016.2024.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
03.02.004.123.0016.2024.	MANUTENÇÃO DA TESOURARIA	



300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	160.000,00
0.10100	TOTAL	160.000,00
04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.		
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	10.000,00
0.10100	TOTAL	10.000,00
	RESUMO	480.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	310.000,00
	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	170.000,00

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

15.02.010.302.0072.2158.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2158.	MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	203.753,18
0.10200	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
339000.00	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	40.000,00
0.10200	TOTAL	243.753,18
15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
445000.00	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	16.246,82
0.10200	TOTAL	16.246,82
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILANCIA EM SAUDE	

15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	9.372,90
0.10200	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
319100.00	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	13.166,06
0.10200	TOTAL	22.538,96
	RESUMO	
0.10200	REC. IMP. E DE TRANSF. IMP SAUDE	282.538,96
16.12.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMP.	
16.12.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
339000.00	VINCULO LIVRE	80.000,00
0.10000	TOTAL	80.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR	
	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURISTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
339000.00	VINCULO LIVRE	10.566,06
0.10000	TOTAL	17.566,06
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	17.566,06

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
339000.00	VINCULO LIVRE	7.000,00
0.10000	TOTAL	23.000,00

19.01.027.813.0090.2238.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.2238.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2238.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	9.000,00
	TOTAL	9.000,00
19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE – SUPERAVIT FINANCEIRO	29.746,22
0.10000	VINCULO LIVRE	3.221,73
	TOTAL	32.967,95
	RESUMO	64.967,95
0.10000	VINCULO LIVRE	35.221,73
0.30000	VINCULO LIVRE – SUPERAVIT FINANCEIRO	29.746,22
22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Aviso Pregão Presencial N.º 41 2013 SAMAE - Publicação Em Jornal**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013 SAMAE

OBJETO: registro de preços para serviços de publicação de leis, atos administrativos e demais publicações de interesse do SAMAE, em jornal com circulação no Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 17 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 17 de outubro de 2013 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário

de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 02/10/2013.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **Aviso Pregão Presencial N.º 42 2013 SAMAE - Veiculação de Outdoors**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013 SAMAE

OBJETO: registro de preço para contratação de empresa para impressão digital, colagem, impermeabilizações e veiculação em pontos de outdoor de publicidade para o SAMAE de Timbó, a fim de divulgar as ações feitas no município para a população. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h15min do dia 16 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 16 de outubro de 2013 as 15h20min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 02/10/2013  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **Aviso Tomada de Preço N.º 40 2013 SAMAE - Equipamentos de Telemetria**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 40/2013 SAMAE

OBJETO: aquisição de equipamentos para ampliação no sistema de telemetria na Estação de Tratamento de Água, Captação de Água Bruta e nas Elevatórias da Rua Groelândia e Rua Blumenau. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 21 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 21 de outubro 2013 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 02/10/2013.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **Extrato Contrato 2013/139 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013/139  
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADO: Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda.

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de softwares para emissão e controle de faturas de água, gerenciamento de leituras e emissão simultânea de faturas e controle e protocolo de correspondências para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.  
PRAZO: 01/10/2013 até 30/09/2014.  
Data da Assinatura 01/10/2013.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE

## CÂMARA MUNICIPAL

### Dispensa de Licitação N° 07/2013 DISPENSE DE LICITAÇÃO N° 07/2013.

#### CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93.

#### JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor da proposta apresentada ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

#### RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas para apresentar orçamento foi o menor preço apresentado.

#### JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

O preço de R\$ 100,00 para até 2.500 páginas e de R\$ 0,04 por página excedente foi a melhor proposta encontrada entre as empresas pesquisadas.

#### OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 2500 páginas mensais, mediante o comodato de uma impressora multifuncional (copiadora, fax, scanner e impressora) com suprimento de toner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

#### CONTRATADO:

S.O.S. Soluções em Tecnologia Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.485.215/0001-01, com sede na Rua João Simas, nº 20, Glória, Blumenau (SC).

#### VALOR:

O valor estimado de gastos até Dezembro de 2013 é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Timbó (SC), 18 de Setembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT  
Presidente

Três Barras

## PREFEITURA

### Decreto N° 4.286 de 04 de Setembro de 2013

DECRETO N° 4.286 DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

DETERMINA O REENVIO E CORREÇÃO DOS DADOS DO EXERCÍCIO DE 2013 NO SISTEMA e-SFINGE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o problema técnico (apagão) no servidor que armazena os dados do Sistema de Gerenciamento do Município fornecido pela empresa IPM - Informática Pública Municipal, ocorrido no início do segundo bimestre de 2013;

Considerando o atraso no envio das informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em decorrência do problema técnico de informática, assim como a perda de arquivos textos

referente aos Editais de Licitação do 1º e 2º bimestre de 2013 que estavam no banco de dados do servidor;

Considerando o ofício nº DLC 12.464/2013 datado de 28.08.2013 da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado ao Setor de Licitações a prioridade para análise e encaminhamento das informações do 3º bimestre ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do e-Sfinge, assim como reanálise e correção dos dados relativos ao 1º e 2º bimestre.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Decreto N° 4.292 de 16 de Setembro de 2013

DECRETO N° 4.292 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei nº 1.608 de 22 de abril de 1993;

CONSIDERANDO a Portaria nº 25 de 14 de janeiro de 2013 que nomeou o Sr. Sidilon Pazda para o cargo de Secretário de Finanças;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar os dados cadastrais do Fundo para a Infância e Adolescência perante a Receita Federal do Brasil;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Sr. SIDILON PAZDA - CPF nº 623507579-00 - Secretário de Finanças responsável pela execução e controle contábil do Fundo para a Infância e Adolescência, nos termos do art. 13 da Lei nº 1.608 de 22 de abril de 1993.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Decreto N° 4.296 de 25 de Setembro de 2013

DECRETO N° 4.296 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as contratações temporárias com fundamento da Lei nº 2.520/2005;

Considerando a vigência do Concurso Público nº 001/2009 até



janeiro de 2014;

Considerando a decisão liminar proferida nos autos nº 015.13.002731-0 da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina com trâmite no Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Canoinhas;

Considerando a audiência de conciliação nos autos nº 015.13.002731-0 da Ação Civil Pública, designada para a próxima segunda-feira (30.09.2013) e para evitar paralisação dos serviços essenciais da educação (transporte escolar), bem como de obras (estradas zona rural) agravados em razão da situação de emergência (Decretos nº 4.253/2013 e 4.288/2013) e do elevado índice pluviométrico ocorrido no último final de semana;

Considerando as licenças (art. 73 e seguintes) e os afastamentos (arts. 82 e 83) dos servidores efetivos previstos na Lei Complementar nº 138/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Três Barras;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam exonerados os servidores abaixo relacionados contratados temporariamente através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 005/2011 e Edital nº 001/2013:

**I - Fisioterapeuta**

- 1) Aline Moara Lourenço Gomes de Souza;
- 2) Ana Paula Pazda Paul;
- 3) Edna Julliana Kuroli;
- 4) Jennifer Suellen Lima.

**II - Auxiliar Administrativo**

- 1) Aline de Cassia Lins;
- 2) Carolina C. Kozak;
- 3) Daniel da Cruz Junior.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados no Concurso Público regulado pelo Edital nº 001/2009 para o cargo público de Auxiliar Administrativo no seguinte números de vagas: 03 (três) vagas.

Art. 3º. Ficam mantidas as contratações dos servidores, abaixo relacionados, contratados temporariamente, através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 001/2013, para as atribuições do cargo de Assistente Social em decorrência da carga horária (20 horas semanais) e da licença sem vencimento da servidora Sâmia El-Kouba Veiga Jerentchuk - Assistente Social com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

- 1) Eliane Hack Basílio;
- 2) Silvana Pelizzaro.

Art. 4º. Ficam mantidas as contratações dos servidores abaixo relacionados, contratados temporariamente, através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 001/2013, para as atribuições do cargo de condutor de veículos e máquinas em decorrência do afastamento e licença de servidores efetivos e da necessidade do serviço público (educação-transporte), bem como da situação de emergência.

**I - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte -**

- 1) Alfeu Mozart Alves dos Santos - ônibus escolar;
- 2) Elizio Daniel Kessin - ônibus escolar;
- 3) Lirio Odelli - ônibus escolar;
- 4) Helio Balak - ônibus escolar;
- 5) Wilson Mendes - ônibus escolar.

**II - Secretaria de Obras**

- 1) Antonio Reinaldo Welk - Caminhão;
- 2) Luiz Carlos Miranda - Patrola/motoniveladora;
- 3) Reginaldo T. Dubiela - Retroescavadeira;
- 4) Wilson de Olivera Rosa - Patrola/motoniveladora;
- 5) Wilson Firmino de Oliveira - Caminhão;

Art. 5º. Deverá o Setor Pessoal tomar as providências necessárias a exoneração e rescisão dos contratos temporários, assim como a convocação dos candidatos obedecida a ordem de classificação e demais disposições constantes dos respectivos editais.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

**Decreto Nº 4.298 de 26 de Setembro de 2013**

DECRETO Nº 4.298 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013

REGULAMENTA PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS MÉDICOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E NOMEIA COMISSÃO AVALIADORA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Regulamenta Parâmetros de Avaliação para os profissionais Médicos da Estratégia Saúde da Família, conforme anexo.

Art. 2º. Nomeia COMISSÃO AVALIADORA, para fins de avaliação dos Profissionais Médicos da Estratégia Saúde da Família, sendo esta composta por:

1 - SOLANGE ANDRIACK DE SOUZA – Coordenadora da Estratégia Saúde da Família;

2 - MARINA GUIMARÃES DUBIEL – Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde; e

3 - RAQUEL CUNHER VIEIRA – Enfermeira da Estratégia Saúde da Família.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

**ANEXO**

Cria cargos e vagas de médicos na secretaria de saúde/ Parâmetros de avaliação

Parâmetro de avaliação	Valor a ser gratificado/mês	Diretrizes do parâmetro	Período de avaliação	Justificativa
1) TELESSAÚDE	10 pontos	O cumprimento do Decreto nº 4.256 de 26 de junho de 2013. Neste parâmetro as faltas justificadas, atestados, participação de cursos ou treinamentos com liberação da chefia imediata poderão ser pagas a gratificação individual.	Período: Mensal Fonte: Livro Ata com registro de participação da Reunião do Programa TELESSAÚDE e assinaturas dos profissionais médicos da ESF.	Participação do Programa Telessaúde, conforme cronograma estabelecido de web conferências. Fonte: Portaria nº 2546 de 27 de outubro de 2011.
2) Fechamento do SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (SIAB)	10 pontos	O cumprimento do Decreto nº 4.256 de 26 de junho de 2013. Admite-se como tolerância o atraso eventual de 10(dez) minutos, não podendo este ser superior a 30(trinta) minutos no computo de jornada mensal.	Período: Mensal Fonte: SIAB	Avaliação dos indicadores epidemiológicos, sanitários, sociais, etc da sua área de abrangência.
3) Número de consultas médicas realizadas	10 pontos	Números de consultas gerais de 28 consultas no dia na área urbana, com o índice de tolerância para pagamento de +/- 2 referente ao total de consultas mês. Número de consultas gerais de 20 consultas na área rural.	Período: Mensal Fonte: Consolidado do relatório PMA2 da competência avaliada/ Fonte de análise de cálculo do DENASUS	Número de consultas: 28 consultas ao dia. Fonte de análise cálculo do DENASUS Explicação: turno (4horas) cada 1 hora 4 atendimentos.

4) Visita domiciliar: procedimento feito no domicílio à família ou paciente portador de doença necessitando cuidado continuado, paciente portador de deficiência com impossibilidade motora acamados e/ou com patologias graves.	10 pontos	Números de visitas realizadas ao mês 20 visitas ao mês, sendo em média 05 por semana.	Período: Mensal Fonte: Consolidado do relatório PMA2 da competência avaliada.	Cumprindo 20 visitas ao mês receberá a gratificação do parâmetro.
--	-----------	---	--	---

5) Participação/ envolvimento em atividade educativa (Educação em Saúde) oferecidas pela ESF na área de atuação. Linhas de cuidados prioritários como: crianças, diabéticos, hipertensos, gestantes, saúde mental, saúde do homem, atividades nas escolas, grupos de adolescentes, entre outros específicos da área de atuação do médico.	10 pontos	Participação do médico em no mínimo 01 (uma) atividade educativa ao mês.	Período: Mensal Fonte: Livro Ata com registro de participação da Reunião do Programa Telessaúde e assinaturas dos profissionais médicos da ESF.	Cálculo para recebimento da gratificação: 1) o profissional deverá participar de no mínimo 01 (uma) atividade educativa ao mês
6) Participação da reunião mensal realizada pela Equipe de Saúde da família	10 pontos	Participação do médico nas reuniões de equipe durante o mês. Deve cumprir 02 reuniões ao mês.	Período: Mensal Fonte: Livro Ata com registro de pauta da reunião e assinaturas dos profissionais da ESF e do médico.	Participação do médico em todas as reuniões de equipe durante o mês, comprovada através de assinatura em livro ata de reunião

\* 01 ponto = R\$ 63,30 reais

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Portaria Nº 008/2013

PORTARIA Nº 008/2013

Em 30 de Setembro de 2013.

DESIGNA PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO LUIZ BAMBERG, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora da Casa, Liane Jacinta FingerHeck, como Pregoeira Oficial da Câmara de Vereadores de Tunápolis para os meses de Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano de 2013,.

Art. 2º Ficam designadas como integrantes da Equipe de Apoio para o mesmo período, as Servidoras Luciane SkrsypcsakKist e Madalena HoferBaumgratz.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.  
Aos 30 de Setembro de 2013.  
MAURO LUIZ BAMBERG  
Presidente

**Processo de Licitação N° 101/2013**

Processo de Licitação nº 101/2013

Edital de Pregão Presencial nº 74/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, para entrega imediata referente aquisição de ferragens e demais implementos necessários que serão utilizados para construção de estabilizador para o Caminhão Vasculante Placa MJK 2122 do DMER.

Entrega dos envelopes será dia 16 de Outubro de 2013 às 13h45min

Informações no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 02 de outubro de 2013

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Turvo

## PREFEITURA

### Contratos FMS Julho/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/1

CNPJ: 80.991.094/0001-47  
RUA NEREU RAMOS,789  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Julho/2013.**

### Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

**Contratado:** SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA -**CNPJ:** 04.989.294/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2013**Número do Processo:** 16/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRSTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

**Data da Assinatura:** 04/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/07/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 456, 457**Valor:** 10.792,26**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**CNPJ:** 72.126.485/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2013**Número do Processo:** 16/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRSTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

**Data da Assinatura:** 04/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/07/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 454, 455**Valor:** 47.152,75**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratos PMT Agosto/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Agosto/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 50/2013**Número do Processo:** 50/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 63/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DE FERRO SOBRE O RIO TURVO NA RUA LIBERATO SIMON NA CIDADE DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 09/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/08/2013 a 11/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2207**Valor:** 146.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 51/2013**Número do Processo:** 51/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 64/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA COM COMPRIMENTO DE 21,00m E LARGURA DE 1,80m RAMPAS - COMPRIMENTOS DE 27,80 E LARGURA DE 1,41m. PARA SER INSTALADA NA RODOVIA SC 448 PROXIMO AO TREVO DO CTG DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 09/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/08/2013 a 11/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2209**Valor:** 87.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Agosto/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA**CNPJ:** 10.392.048/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 65/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2214**Valor:** 7.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**CNPJ:** 09.574.258/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 66/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2213**Valor:** 63.720,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Agosto/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS LTDA**CNPJ:** 08.158.865/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 67/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 9320**Valor:** 6.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL CATARINENSE**CNPJ:** 10.174.942/0001-40**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 52/2013**Número do Processo:** 52/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 68/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, ARBITRAGEM E MESÁRIOS, PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL EMPRESARIAL DE FUTSAL TAÇA CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DA CIDADE DE TURVO - SC, NAS CATEGORIAS: CATEGORIA MASCULINO LIVRE, FEMININO, SUB 14 E SUB 17, QUE SE REALIZARÁ NO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL PREFEITO ABELLE BEZ BATTI COM PREVISÃO PARA INICIAR NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2013 E TERMINO PREVISTO PARA O DIA 01 DE NOV. 2013.

**Data da Assinatura:** 29/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/08/2013 a 01/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2472**Valor:** 26.020,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**Contratos PMT Julho de 2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/2

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS, 588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA  
**CNPJ:** 08.001.411/0001-03  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 46/2013 **Número do Processo:** 46/2013  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 59/2013  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESPAÇO ESCOLAR URBANO COM 6 (SEIS) SALAS DE AULAS NA ESTRADA GERAL TVO 362 NO MUNICIPIO DE TURVO/SC.

**Data da Assinatura:** 01/07/2013

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 01/07/2013 a 26/03/2014

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:** 1924

**Valor:** 944.670,97

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP  
**CNPJ:** 12.392.547/0001-69  
**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 47/2013 **Número do Processo:** 47/2013  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 60/2013  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA RUA ADOLFO CASTELLER PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE TURVO/SC.

**Data da Assinatura:** 02/07/2013

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 02/07/2013 a 31/12/2013

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:** 1736

**Valor:** 147.750,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/2

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 48/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 62/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ABERTURA DA RUA LUIZ MIRO FASCIN TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A ESTACA 100 E A ESTACA 120 (RUA UZÍLIO TONETTO) NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 29/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2013 a 30/09/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2058, 2059**Valor:** 147.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução N°. 05/13, de 03 de Outubro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº. 05/13, de 03 de outubro de 2013.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS  
PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Conceder ao senhor Vereador LINDOMAR BAESSO, licença sem vencimentos a partir de 05/10/2013 pelo prazo de trinta dias, conforme requerimento nº. 19/13, de 20/09/2013, para tratar assuntos de interesse particular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 03 de outubro de 2013.  
Vereador EDSON JAIR DAGOSTIN  
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador OSVALDO FÁVARO  
Primeiro Secretário

**Vargem Bonita****PREFEITURA****Portaria N 157/2013**

PORTARIA N 157/2013  
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Setembro de 2013, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
685	Adair Ribas	01/03/11 a 28/02/12	01/09/13 a 30/09/13
839	Elton Bruno Ferreira	06/01/12 a 05/01/13	01/09/13 a 30/09/13
1090	Gleice Aparecida dos Santos Basilio	17/08/11 a 16/08/12	01/09/13 a 30/09/13
1070	Luciane de Fátima O. de Morais	01/08/12 a 31/07/13	01/09/13 a 30/09/13
1413	Luiz Fernando Gonçalves	01/06/12 a 31/05/13	01/09/13 a 30/09/13
1089	Salete Ribeiro Ulrich	10/08/12 a 09/08/13	01/09/13 a 30/09/13

5	Simara Aparecida Gazzoni	01/08/12 a 31/07/13	01/09/13 a 30/09/13
386	Vivaldino Rodrigues dos Santos	01/09/11 a 31/08/12	01/09/13 a 30/09/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria N. 158/2013**

PORTARIA N. 158/2013  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a Pedido "DOMINGOS BERNARDO DE SOUZA", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 11/01/1954, inscrito no CPF n. 489.706.389-20, carteira de identidade n. 11/R 1.517.327, título eleitoral n. 007838310906, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA", nível 13, classe/referência "A", anexo 3, nomeado através da portaria n. 760/2007 de 03 de Setembro de 2007, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Setembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria N. 159/2013**

PORTARIA N. 159/2013  
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora "JURACI MARTINAZZO BAGGIO", brasileira, casada, residente neste município, inscrita no CPF n. 023.507.519-10, carteira de identidade n. 14/C 3.643.982, título eleitoral n. 007847220906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 14 (quatorze) dias consecutivos, a contar de 02 a 15 de Setembro de 2013, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) De 12/09/2002 a 20/12/2002 = 03 meses e 09 dias e

2º) De 01/09/2003 a 21/05/2008 = 04 anos, 08 meses e 21 dias = 05 anos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria N. 160/2013**

PORTARIA N. 160/2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "CASTRO ANTUNES", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 25/02/1963, inscrito no CPF n. 039.362.659/84, carteira de identidade n. 1.700.269-9, título eleitoral n. 041907710906, ocupante do cargo efetivo de "PEDREIRO", nível 10, classe/referência "A", anexo 3, nomeado através da portaria n. 691/2007 de 03 de Maio de 2007, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Setembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria N. 161/2013**

PORTARIA N. 161/2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "JURACI MARTINAZZO BAGGIO", brasileira, casada, residente neste município, inscrita no CPF n. 023.507.519-10, carteira de identidade n. 14/C 3.643.982, título eleitoral n. 007847220906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 75 (setenta e cinco) dias consecutivos, a contar de 16 de setembro de 2013, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período

aquisitivo de 22/05/2008 a 21/05/2013.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria N. 162/2013**

PORTARIA N. 162/2013

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ANGELA APARECIDA FELIX", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 08/07/1984, inscrita no CPF n. 052.466.139-17, carteira de identidade n. 11/R 3.928.162, título eleitoral n. 041274860957, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ESF" - 40 horas, nível 01, classe/referência "A", através da portaria 585/2012 de 14 de maio de 2012 e prorrogada pelas portarias n. 707/2012 de 03/12/12, portaria n. 097/2013 de 14/05/2013 e portaria n. 153/2013 de 23/08/2013 as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 30 de Setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria N. 163/2013**

PORTARIA N. 163/2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "MARILENE TERESINHA AHLMANN DO PRADO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 25/10/1956, inscrita no CPF n. 753.899.249-91, carteira de identidade n. 11/R 1.516.530, título eleitoral n. 007863740981, ocupante do cargo efetivo de "SERVENTE", nível I, classe/referência "A", nomeada por concurso público no Município de Catanduvas-SC através da portaria n. 394/90 em 15 de Março de 1990, transferida para o Município de Vargem Bonita-SC através da portaria n. P/1019/93 de 04 de Janeiro de 1993 e admitida pela portaria

n. 016/93 de 09 de Janeiro de 1993, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 30 de Setembro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Vidal Ramos**

**PREFEITURA**

### Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA VIDAL RAMOS

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE SUPRACITADO DEVIDAMENTE CIENTIFICADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 003, DE 15/12/1992), DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICA TAMBÉM CIENTIFICADO O CONTRIBUINTE DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 143 (VINTE DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO ARTIGO 138 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 144 DA LEI COMPLEMENTAR 003/1992.

NOTIFICAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CNPJ
062	16/08/2013	EDERSON JARACESKI & CIA Ltda.	09.535.770/0001-03
063	16/08/2013	EDERSON JARACESKI & CIA Ltda.	09.535.770/0001-03

Vidal Ramos, 27 de setembro de 2013.

JOÃO CARLOS VOGEL DE SOUZA

Auditor Fiscal - Matrícula 508433

ARLETE BOING PETRY

Secretária de Finanças

### Notificação Extrajudicial Dilso Luiz Fraporti Me

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Notifico a empresa DILSO LUIZ FRAPORTI ME, sito a Rua Capitão Sebastião R. da Rosa Silveira, 435 - Jardim da Fonte, Encantado, RS, CNPJ 15.068.663/0001-15, para recolher o material fora do padrão de qualidade lote nº 22 do edital nº13/2013 homologada 22/07/2013, de nota fiscal com Nº 000.000.689 datada do dia 26/09/2013, entregue fora do prazo. Somente ocorreu a entrega devido a notificação recebida no dia 19 de setembro de 2013, o material de inferior qualidade, entregue fora do expediente no dia 28/07/2013 por volta das 10:00 hs, em local adverso do contratado. A entrega foi parcial, faltando 1 (um) item da autorização de

fornecimento 109/2013 contratado pelo Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, conforme as fotos em anexo.

Informamos a parte interessada para no prazo de 5 (cinco) dias recolher o material, e substituí-lo em um prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da notificação.

Vidal Ramos, 01 de outubro 2013

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### Leilão Público Nº. 60/2013 - Alienação Kombi, Patrola e Ônibus

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 60/2013

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 33/2013, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

Lote 01 - 01 (UM) PAS/ÔNIBUS, ANO DE FABRICAÇÃO 1992, COR BRANCA, PLACA LWZ 4194, CHASSI 9BWYTARB4SDB85307 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Lote 02 - 01 (UMA) VW KOMBI, ANO DE FABRICAÇÃO 2005 MODELO 2006, COR BRANCA, PLACA MFF 1401, CHASSI 9BWGB07X26P005637, DE USO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Lote 03 - 01 (UMA) MOTONIVELADORA HUBER 130, ANO 1979 DE COR AMARELA.

O interessado deverá se cadastrar até as 09:00 horas do dia 01/11/2013, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300.

Vidal Ramos, 03 de outubro de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal.

**Videira**

**PREFEITURA**

### Lei Nº 2.993/13

LEI Nº 2.993/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Vitoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira, SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Vitoria, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 13.602.676/0001-05, com sede no Município de Videira, SC.

Art. 2º Assegura-se à mesma as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de outubro de 2013.



LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei N° 2.994/13**

LEI N.º 2.994/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelo Lions Clube Videira Centro, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI N° 2.994/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Lions Clube Videira Centro, inscrito no CNPJ nº 83.522.961/0001-93, neste ato representado por sua presidente, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.994/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar uma mobilização em prol da divulgação do "Bingão da Visão", nas datas de 21 e 28 de setembro e 03, 10, 17, 24 e 31 de outubro do corrente ano, das 09h00min às 16h00min, bem como nos dias 05, 12 e 19 de novembro de 2013, das 09h00min às 17h00min.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.  
II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nas datas de 21 e 28 de setembro e 03, 10, 17, 24 e 31 de outubro do corrente ano, das 09h00min às 16h00min,

bem como nos dias 05, 12 e 19 de novembro de 2013, das 09h00min às 17h00min.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Segurança no local do evento;
  - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
  - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
  - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas de 21 e 28 de setembro e 03, 10, 17, 24 e 31 de outubro do corrente ano, das 09h00min às 16h00min, bem como nos dias 05, 12 e 19 de novembro de 2013, das 09h00min às 17h00min, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC,                      de                      de 2013.  
LOURENÇO BECKER                      LIONS CLUBE VIDEIRA CENTRO  
Prefeito Municipal Interino                      Presidente

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:

RG:

Nome:

RG:

### **Lei N° 2.995/13**

LEI N.º 2.995/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Ginásio de Esportes Municipais, localizado na Rua Henrique Sebben, s/nº, no Bairro Amarante, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação Comunitária Bairro Joaquim Amarante, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.995/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BAIRRO JOAQUIM AMARANTE, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.995/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do ginásio de esportes municipais, localizado na Rua Henrique Sebben, s/nº, no Bairro Amarante, com a finalidade de realização de um Baile da Festa de Nossa Senhora Aparecida, a ocorrer no dia 11 de outubro de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 11 de outubro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
  - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
  - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
  - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A fim de apurar eventuais danos poderá a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Municipal quando da devolução do mesmo.
- V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 11 de outubro de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

ASS. COM. BAIRRO JOAQUIM AMARANTE  
Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei Nº 2.996/13

LEI N.º 2.996/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Cooperativa de Livre Admissão Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.065.285/0013-47, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.996/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrita no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS - SICREDI PARQUE DAS ARAUCÁRIAS



PR/SC, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 82.065.285/0013-47, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.996/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, à Cooperativa de Livre Admissão Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC, com a finalidade de realização da "Noite Cultural Poupedi Sicredi", a ocorrer na data de 09 de outubro de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 09 de outubro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 09 de outubro de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS -  
SICREDI PARQUE DAS ARAUCÁRIAS PR/SC  
Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N° 2.997/13

LEI N° 2.997/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO DE SERVIDÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada a Servidão conforme memorial descritivo a seguir:

LOGRADOURO	NOME DA SERVIDÃO
Servidão que inicia na Rua José Dal Pizzol, no sentido oeste/leste por uma extensão aproximada de 180,00m.	Ângelo Luiz Rigo

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

#### Lei N° 2.998/13

LEI N.º 2.998/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Rede Videirense de Combate ao Câncer, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.998/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrita no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.998/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, à Rede Videirense de Combate ao Câncer, com a finalidade de realização de palestras sobre a Prevenção do Câncer com médicos deste Município atendendo a programação do Outubro Rosa, a ocorrer na data de 04 de outubro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 04 de outubro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 04 de outubro de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

**Lei Nº 2.999/13**

LEI N.º 2.999/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito da Praça Nereu Ramos, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela CVIDE Cursos profissionalizantes e Idiomas Ltda, inscrita no CNPJ nº 15.210.105/0001-42 nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.999/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a CVIDE CURSOS PROFISSIONALIZANTES E IDIOMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.210.105/0001-42 com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.999/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso da Praça Nereu Ramos, no período de 07 a 11 de outubro de 2013, pela CVIDE Cursos Profissionalizantes e Idiomas Ltda, com a finalidade de divulgação e promotoria dos cursos realizados pela instituição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá

ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previstos na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no período de 07 a 11 de outubro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Segurança no local do evento;
  - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
  - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
  - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data constante no item II, da Cláusula Segunda, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC,                    de                    de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

CVIDE CURSOS PROFISSIONALIZANTES E IDIOMAS LTDA

Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N° 3.000/13

LEI N.º 3.000/13, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel e bem móvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do estacionamento público, destinado aos funcionários do Município de Videira, localizado na Avenida Manoel Roque, s/nº, entre a Prefeitura Municipal de Videira e a

Praça do Atleta; bem como proceder autorização de uso de bem público móvel, a título gratuito, de 01 (um) Palco, com estrutura metalizada e coberto com lona leve, medindo 3X6 m, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, ambos de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Associação Protetora dos Animais de Videira - APANVI, inscrita no CNPJ nº 05.213.759/0001-76, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.000/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE VIDEIRA - APANVI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.213.759/0001-76, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.000/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do estacionamento público, destinado aos funcionários do Município de Videira, localizado na Avenida Manoel Roque, s/nº, entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Praça do Atleta; bem como proceder autorização de uso de 01 (um) Palco, com estrutura metalizada e coberto com lona leve, medindo 3X6 m, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no dia 06 de outubro de 2013, pela APANVI, com a finalidade de utilização na "V Cãminhada de Videira".

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área e o bem objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 06 de outubro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área e do bem a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material

utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;  
g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;  
h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.  
IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data constante no item II, da Cláusula Segunda, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC,                de                de 2013.

LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE VIDEIRA - APANVI  
Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:  
RG:

Nome:  
RG:

#### Portaria Nº 0735/13

PORTARIA nº 0735/13

Designa Cristina Klock para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Designar CRISTINA KLOCK, Contadora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe da Divisão de Contabilidade, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2013.

Videira, 02 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

#### Pregão Presencial Nº 54/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 54/2013-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL - HIPERDIA NO PAME - 24 HORAS, PAM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:15 horas do dia 16/10/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:15 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 03 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

#### Segunda Sessão Pública do Edital de Concorrência Nº 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2013

A Comissão Permanente de Licitações torna público que, a segunda sessão pública referente ao processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 E DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, será dia 07 de outubro de 2013 às 16:30 horas.

Videira, 02 de outubro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA**

#### Decreto Nº 047/2013

DECRETO N.º 047/2013

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0672, de 30/06/2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação:

I - Representantes do Poder Público:

1. Representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos:  
Titular: ROGERIO HOWE



Suplente: RUDINEI KOEHLER

2. Representante do Gabinete do Prefeito:

Titular: DÁRIO MONTAGNA

Suplente: SANDRO LUNELLI

3. Representantes da Secretaria da Saúde:

Titular: MICHELI SCOTTINI

Titular: MARCELO ANDRÉ AGOSTINI

Suplente: JOSÉ WATRAS SOBRINHO

Suplente: LEONICE MORGENROTH

4. Representantes da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo:

Titular: ELIZABETH WINTER

Titular: ROBERTA SCHMITT

Suplente: PAULO ROBERTO DE FREITAS

Suplente: SALÉSIO BOING

5. Representante da E. E. B. Victor Meirelles:

Titular: MARCOS LEANDRO

Suplente: ALESSANDRA DAROLT EICKENBERG

II - Representantes da Sociedade Civil:

1. Representantes da Associação de Pais e Professores - APP Municipal:

Titular: CÉLIO BATISTA DA SILVA

Suplente: MARCIA QUESINSKI

2. Representantes da Associação de Pais e Professores - APP Estadual:

Titular: SORAIA SABEL MOREIRA

Suplente: FABIANA DE SENA LANZMASTER

3. Representante dos Alunos de Educação Especial:

Titular: CIRLEI FAUSTO

Suplente: LORENA MANARIM

4. Representante dos Alunos:

Titular: GILMAR IZIDIO ALVES

Suplente: ESTEVÃO RUCHINSKI

5. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar - SINTRAF:

Titular: LEANDRO FORMENTIN

Suplente: LAÉRCIO RINALDI

6. Representante da Associação dos Servidores Públicos de Vitor Meireles - ASERVIM:

Titular: ROSANE VIEIRA

Suplente: CLAUDIA MENEGHELLI FUSINATO

7. Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

Titular: MARINEUSA FOSSA BERNARDY

Suplente: TAINÁ LUCHTEMBERG

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 03 de Outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **Aviso de Licitação Inexigibilidade 005/2013 FMS**

Processo de Licitação 05/2013 Fundo Municipal de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Inexigibilidade

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital para credenciamento de prestadores de serviços da área da saúde de acordo com o Edital. O prazo de vigência das inscrições será no período de 04/10/2013 a 04/11/2013 no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, dirigida pelo Secretario de Saúde o senhor Telmo Luiz Koerich. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 04 de outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

## **Consórcios**

### **QUIRIRI**

### **Contrato de Rateio de Manutenção 003/2012**

CONTRATO RATEIO Nº003/2012

Contrato que entre si celebram os Municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, objetivando o Rateio de Recursos Para Manutenção do Consórcio no exercício de 2012.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.749/0001-77, com sede administrativa na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Vilmar Grosskopf, Município de Corupá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Carlos Tamanini, Município de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/001-79, com sede administrativa na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Osni José Schroeder, Município de São Bento do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 86.051.398/0001-00, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Magno Bollmann, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01 - Centro - São Bento do Sul/SC, neste ato representado por sua Coordenadora Executiva do Consórcio, Sra. Leoni Fuerst.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2012.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 06 (Seis) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2012 o valor total de R\$ 150.000,00(Cento e Cinquenta mil reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor(R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	12.570,00
Corupá	13.852	9,88%	14.820,00
Rio Negrinho	39.846	28,41%	42.615,00
São Bento do Sul	74.801	53,33%	79.995,00
<b>Total</b>	<b>140.247</b>	<b>100%</b>	<b>150.000,00</b>
Município	Grupo de despesa	Valor Ano	Parcela Mensal
Campo Alegre	337170	12.570,00	2.095,00
Corupá	337170	14.820,00	2.470,00
Rio Negrinho	337170	42.615,00	7.102,50
São Bento do Sul	337170	78.995,00	
13.332,50			
447170	1.000,00		
<b>Total</b>	<b>150.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de secretária executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 6.474,00.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Droszaka no valor de R\$ 6.670,99.

Os depósitos das cotas mensais deverão ser efetuados na Caixa Econômica Federal agência 0628 OP 003 conta corrente 2389-1 até o dia 15 (quinze) de cada mês, de julho a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de julho de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIQ, conforme Orçamento - Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
  - contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
  - aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
  - facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
  - fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da LEI.
- Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIQ e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:
- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
  - inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIQ.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o

CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 27 de Junho de 2012.

VILMAR GROSSKOPF LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Campo Alegre Prefeito de Corupá

OSNI JOSÉ SCHROEDER MAGNO BOLLMANN  
Prefeito de Rio Negrinho Prefeito de São Bento do Sul

LEONI FUERST  
Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:  
NOME: MAURO FERNANDES BÁCSFALUSI  
CPF nº 293.034.279-04

NOME: ALICE DROSCZAKA  
CPF nº 590.736.169-72

#### Tabela de Salários e Encargos

Leoni Fuerst	Mauro Fernandes Bácsfalusi	Alice Drosczaka	
Valor Bruto Mês	4.379,26	3.728,75	1.000,00
06 Meses	26.275,56	22.372,50	6.000,00
Provisão 13º	4.379,26	3.728,75	1.000,00
Base calculo Encargos 06 Meses	30.654,82	26.101,25	
Encargos 06 Meses	6.744,06	5.361,20	
1/3 de Férias	1.445,15	1.230,49	333,00
Total Geral 06 meses	38.844,03	32.692,94	7.333,00
Total à Ratear Mês	6.474,00	5.448,82	1.222,17

Base de calculo das despesas para o contrato de rateio

#### Contrato de Rateio de Manutenção 004/2012 CONTRATO RATEIO Nº004/2012

Contrato que entre si celebram os Municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, objetivando o Rateio de Recursos Para Manutenção do Consórcio no exercício de 2013.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.749/0001-77, com sede administrativa na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Vilmar Grosskopf, Município

de Corupá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Carlos Tamanini, Município de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/001-79, com sede administrativa na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Osni José Schroeder, Município de São Bento do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 86.051.398/0001-00, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Magno Bollmann, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01 - Centro - São Bento do Sul/SC, neste ato representado por sua Coordenadora Executiva do Consórcio, Sra. Leoni Fuerst.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12(Doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2013 o valor total de R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor(R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	25.140,00
Corupá	13.852	9,88%	29.640,00
Rio Negrinho	39.846	28,41%	85.230,00
São Bento do Sul	74.801	53,33%	159.990,00
Total	140.247	100%	300.000,00
Município	Grupo de despesa	Valor Ano	Parcela Mensal
Campo Alegre	337170	25.140,00	2.095,00
Corupá	337170	29.640,00	2.470,00
Rio Negrinho	337170	85.230,00	7.102,50
São Bento do Sul	337170	157.990,00	13.332,50
	447170	2.000,00	
Total	300.000,00	25.000,00	

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de diretora executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 5.908,35.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Drosczaka no valor de R\$ 6.081,20. Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2013.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do



objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembléia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2013 e término em 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2013.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIQ, conforme Orçamento - Programa Anual 2013.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIQ e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIQ.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a

contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 28 de Novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito de Campo Alegre

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Corupá

OSNI JOSÉ SCHROEDER  
Prefeito de Rio Negrinho

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito de São Bento do Sul

LEONI FUERST  
Secretária Executiva  
Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:  
NOME: MAURO FERNANDES BÁCSFALUSI  
CPF nº 293.034.279-04

NOME: ALICE DROSCZAKA  
CPF nº 590.736.169-72

Base de calculo das despesas para o contrato de rateio

Tabela de Salários e Encargos			
Leoni Fuerst	Mauro Fernandes Bácsfalusi	Alice Drosczaka	
Valor Bruto Mês	4.379,26	3.728,75	1.000,00
12 Meses	52551,12	44.745,00	12.000,00
Provisão 13º	4.379,26	3.728,75	1.000,00
Base calculo Encargos 12 Meses	56.930,38	48.473,75	
Encargos 12 Meses	12.524,68	9.937,12	
1/3 de Férias	1.445,15	1.230,49	333,00
Total Geral 12 meses	70.900,21	59.641,36	13.333,00
Total à Ratear Mês	5.908,35	4.970,11	1.111,09

#### Primeiro Termo Aditivo Contrato de Rateio 004/2012 PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO RATEIO Nº004/2012

Considerando que entre si celebraram o contrato de rateio firmado em 28 de novembro de 2012 os Municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, objetivando o Rateio de Recursos Para Manutenção do Consórcio Intermunicipal Quiriri para o exercício de 2013.

Considerando que a resolução CIQ nº 009/2013 nomeia o Sr Mauro Fernandes Bácsfalusi para o cargo de Administrador do Consórcio

Intermunicipal Quiriri.

As partes, de um lado o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede administrativa na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rubens Blaszkowski, Município Corupá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getulio Vargas, nº 443, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Carlos Tamanini, Município de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/001-79, com sede administrativa na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 65402; 200, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Alcides Grohskopf, Município São Bento do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Fernando Tureck, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01 - Centro - São Bento do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Alcides Grohskopf.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Alterar o presente contrato que tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste aditivo considerar-se-á para o exercício de 2013 o valor total de R\$ 326.666,00 (Trezentos e vinte e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor(R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	27.709,22
Corupá	13.852	9,88%	32.669,11
Rio Negrinho	39.846	28,41%	93.940,22
São Bento do Sul	74.801	53,33%	176.340,45
Total	140.247	100%	330.659,00
Município	Grupo de despesa	Valor Ano	Parcela Mensal
Campo Alegre	337170	27.709,22	2.309,10
Corupá	337170	32.669,11	2.722,43
Rio Negrinho	337170	93.940,22	7.828,35
São Bento do Sul	337170	174.340,45	
14.695,03			
447170	2.000,00		
Total	330.659,00	27.554,92	

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de secretária executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 6.474,00.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Drosczaka no valor de R\$ 6.670,99.

Os depósitos na Caixa Econômica Federal agência 0628 conta corrente 06000182-5 das cotas mensais correspondentes deverão

ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo aditivo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito de Campo Alegre

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Corupá

ALCIDES GROHSKOPF  
Prefeito de Rio Negrinho

FERNANDO TURECK  
Prefeito de São Bento do Sul

ALCIDES GROHSKOPF  
Presidente Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:  
NOME: MAURO FERNANDES BÁCSFALUSI  
CPF nº 293.034.279-04

NOME: ALICE DROSCZAKA  
CPF nº 590.736.169-72

#### Tabela de Salários e Encargos

Leoni Fuerst	Mauro Fernandes Bácsfalusi	Alice Drosczaka	
Valor Bruto Mês	4.379,26	3.728,75	1.000,00
06 Meses	26.275,56	22.372,50	6.000,00
Provisão 13º	4.379,26	3.728,75	1.000,00
Base calculo Encargos 06 Meses	30.654,82	26.101,25	
Encargos 06 Meses	6.744,06	5.361,20	
1/3 de Férias	1.445,15	1.230,49	333,00
Total Geral 06 meses	38.844,03	32.692,94	7.333,00
Total à Ratear Mês	6.474,00	5.448,82	1.222,17

OBS: Gratificações pagas pelo consórcio Intermunicipal Quiriri conforme decisão da Assembléia Geral Extraordinária de 25/03/2013.

- Leoni Fuerst = 80% do salário base pago pela Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

- Mauro Fernandes Bácsfalusi = R\$ 2.000,00

#### Retificação do Termo Aditivo

RETIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO RATEIO Nº004/2012

Considerando valores lançados a mais no desconto do valor estipulado para Rio Negrinho a ser deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de secretária executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município, no valor de R\$ 6.474,00, sendo o valor correto o de R\$ 5.908,35, e a fim de não lesar o erário público da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, retificam-se o PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO RATEIO Nº004/2012 que passa a ter a seguinte redação:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste aditivo considerar-se-á para o exercício de 2013 o valor total de R\$ 326.666,00 (Trezentos e vinte e seis mil

seiscentos e sessenta e seis reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor(R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	27.709,22
Corupá	13.852	9,88%	32.669,11
Rio Negrinho	39.846	28,41%	93.940,22
São Bento do Sul	74.801	53,33%	176.340,45
Total	140.247	100%	330.659,00
Município	Grupo de despesa	Valor Ano	Parcela Mensal
Campo Alegre	337170	27.709,22	2.309,10
Corupá	337170	32.669,11	2.722,43
Rio Negrinho	337170	93.940,22	7.828,35
São Bento do Sul	337170	174.340,45	
14.695,03			
447170	2.000,00		
Total	330.659,00	27.554,92	

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de secretária executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 5.908,35.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Drosczaka no valor de R\$ 6.670,99.

Os depósitos na Caixa Econômica Federal agência 0628 conta corrente 06000182-5 das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de junho a dezembro de 2013.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito de Campo Alegre

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Corupá

ALCIDES GROHSKOPF  
Prefeito de Rio Negrinho

FERNANDO TURECK  
Prefeito de São Bento do Sul

ALCIDES GROHSKOPF  
Presidente Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:  
NOME: MAURO FERNANDES BÁCSFALUSI  
CPF nº 293.034.279-04

NOME: ALICE DROSCZAKA  
CPF nº 590.736.169-72

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)